

LUCIANA ARAUJO VALLE DE RESENDE

AS ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO
MINEIRO E ALTO PARANAÍBA (MG):

Sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista
civil-militar (1965–1976)

■ DOUTORADO ■

Uberlândia, MG
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

LUCIANA ARAUJO VALLE DE RESENDE

**AS ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA (MG): SONDAGEM VOCACIONAL NO PROJETO
DESENVOLVIMENTISTA CIVIL-MILITAR (1965–1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação
em Educação da Universidade Federal de
Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção
do título de Doutora em Educação.

Área de concentração: história e historiografia da
educação

Orientador: Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto

Uberlândia, MG
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R433e Resende, Luciana Araujo Valle de, 1970-
2015 As escolas polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba
(MG) : sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar
(1965-1976) / Luciana Araujo Valle de Resende. - 2015.
299 f. : il.

Orientador: Wenceslau Gonçalves Neto.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
de Pós-Graduação em Educação.
Inclui bibliografia.

1. Educação - Teses. 2. Escolas públicas - Triângulo Mineiro (MG) -
1965-1976 - Teses. 3. Educação e Estado - Teses. 4. Educação -
Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (MG : Mesorregião) - História -
Teses. I. Gonçalves Neto, Wenceslau. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.

LUCIANA ARAUJO VALLE DE RESENDE

AS ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA (MG): SONDAGEM VOCACIONAL NO PROJETO
DESENVOLVIMENTISTA CIVIL-MILITAR (1965-1976)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Educação pela Comissão Julgadora composta pelos membros:

COMISSÃO JULGADORA

Orientador — Prof. Dr. Wenceslau Gonçalves Neto — Universidade Federal de Uberlândia
(UFU)

Profª. Drª. Diana Gonçalves Vidal — Universidade de São Paulo (USP)

Profª. Drª. Elaine Rodrigues – Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Profª. Drª. Sandra Cristina Fagundes de Lima (UFU)

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho — Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Aprovada em: 14/12/2015

Local de defesa: Bloco 5M, *campus* Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia.

Dedico este trabalho ao meu esposo, Arnaldo Rodrigues de Resende, aos meus filhos, Rafael Valle de Resende e Ana Carolina Valle de Resende, e à minha mãe, Wanda Araujo Valle, que sempre me apoiaram na minha trajetória acadêmica.

Agradecimentos

Este trabalho que ora apresento é resultado de, aproximadamente, quatro anos de estudo e pesquisa. Ao longo desse tempo, várias foram as pessoas que me acompanharam, me encontraram ou por mim passaram e me auxiliaram em sua concretização. Cada uma, de forma mais rápida ou alongada, fez parte desse percurso. Por isso, quero agradecê-las!

A Deus, pela sua onipotência, onipresença e infinita misericórdia, que me segurou, iluminou, fortaleceu e fortalece em todos os momentos de minha vida.

À minha família, sobretudo minha mãe, Wanda Araujo Valle, meu esposo, Arnaldo Rodrigues de Resende, e meus filhos, Rafael Valle de Resende e Ana Carolina Valle de Resende, cujo apoio, cuja compreensão, cujas orações e cujo carinho foram fundamentais nos momentos de sobrecarga de trabalho, insegurança e ausência.

Ao professor doutor Wenceslau Gonçalves Neto, meu orientador, que desde o mestrado me acompanha, orienta e indica a melhor direção a seguir.

Aos professores doutores, Carlos Henrique de Carvalho e Sandra Cristina Fagundes de Lima, pelas excelentes aulas ministradas, pelo apoio e pelas orientações prestadas no decorrer das disciplinas e do curso. Agradeço aos demais professores e aos funcionários da Faculdade de Educação, que sempre me atenderam e auxiliaram com atenção e presteza.

Às pessoas que intermediaram o meu contato com a direção das escolas Polivalentes, facilitando meu acesso ao acervo das mesmas: Márcia Hiromi Sakai Vidal (Araguari), Maria Laura de Rezende (Araxá), Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira (Ituiutaba).

À minha sobrinha Gláucia Resende e aos meus amigos Webert Vieira Arantes e Adriana Savastano, pela colaboração na aquisição de informações e materiais para o presente estudo

Às pessoas que me receberam e compartilharam comigo, informalmente, lembranças de suas vidas, contribuindo sobremaneira para esclarecer dúvidas surgidas durante a pesquisa.

A todos os funcionários das escolas pesquisadas. Por serem numerosos, faço o agradecimento em nome de seus diretores, que cordialmente me possibilitarem o acesso à documentação presente nas instituições pelas quais são responsáveis: E. E. Madre Maria Blandina (Araguari), Valéria Landa Alfaiate; E. E. Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira (Araxá), Zulma Moreira de Melo; E. E. Lauriston Souza (Frutal), Magali Martins Rodovalho; E. E. Antônio Souza Martins (Ituiutaba), Gislene Maria Pinto de Oliveira; E. E. Professor Vicente Lopes Perez (Monte Carmelo), Simone Souza Resende Mundim; E. E. Professora Elza Carneiro Franco (Patos de Minas), Maria Célia dos Reis Teixeira; E. E. Professora Corina de Oliveira (Uberaba), Marilângela de Oliveira Silva e Melo; e E. E. Guiomar de Freitas Costa (Uberlândia), Cochrane Manoel Cândido de Araújo.

A Patrícia Gurgel, que intermediou meu acesso à documentação do PROEDES/UFRJ, digitalizando o material que subsidiou parte da discussão trazida por este trabalho.

Aos meus colegas de doutorado e de trabalho, pelo companheirismo, pela atenção e pelo carinho; suas indicações e experiências me auxiliaram e alertaram quanto às necessidades da pesquisa.

A todos e a todas, meu sincero agradecimento e minha eterna gratidão!

Resumo

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. *As Escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (MG): sondagem vocacional no projeto desenvolvimentista civil-militar (1965–1976)*. 2015. 299 fls. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

Este estudo tem como objeto oito escolas estaduais Polivalentes situadas nas cidades de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia, em Minas Gerais. O período pesquisado compreende os anos entre 1965 e 1976. O limite inferior refere-se ao ano em que foi assinado o acordo 512-11-610-042 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que proporcionou o desencadeamento de uma série de outros acordos, convênios e ações culminando com a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e, por meio deste, os Polivalentes. E o limite superior, 1976, ano em que se encerrou a vigência desses acordos, que ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID. Os Ginásios Polivalentes caracterizaram-se como escolas de sondagem vocacional, visando direcionar a formação profissional da população em geral que aconteceria *a posteriori*, de forma a torná-la mais curta e eficiente, pois o mercado de trabalho requeria, com urgência, profissionais habilitados para uma economia em expansão. O projeto das escolas Polivalentes teve abrangência nacional e vislumbrava, para seu desenrolar, a substituição completa das escolas estaduais pelo modelo do Polivalente, denominado “pluricurricular”. O tema das escolas Polivalentes foi objeto de nossa pesquisa no Mestrado, quando o foco recaiu sobre a Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa, em Uberlândia. Tal estudo suscitou indagações e inquietações que resultaram no problema central da tese aqui apresentada: compreender em que medida tais escolas integraram o projeto de desenvolvimento do país — sobretudo na primeira metade do governo militar — e entender sua estrutura, operacionalidade e eficácia. Para desenvolver a pesquisa aqui descrita, recorremos a fontes variadas: 1) literatura especializada sobre os assuntos abordados, ou seja, a situação da educação nacional no recorte temporal, o contexto político, econômico e social, metodologias de pesquisa, a teoria do capital humano, o ensino profissionalizante, tendências e práticas pedagógicas, acordos MEC-USAID e PREMEM; 2) legislação nacional, estadual e municipal atinentes à discussão: leis de diretrizes e bases da educação nacional, decretos e pareceres dispostos sobre o programa de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (PREMEN), formação de professores, implantação das escolas Polivalentes e planejamento educacional; 3) documentação dos acervos escolares: livros de atas de colegiado e de pessoal docente e técnico-administrativo, livros de registro de resultado final, de matrícula, visitas do inspetor, livros caixa, de ponto, ocorrências de alunos, professores e administrativos, inventários, grade curricular, calendário escolar, regimento escolar, diários de classe, folhas de pagamento, notas fiscais, correspondências recebidas e expedidas, documentação pessoal dos profissionais, escrituras de terreno, planta arquitetônica, manuais do PREMEN, materiais/recursos didáticos utilizados nas aulas, livros disponibilizados nas bibliotecas escolares, avaliações estruturadas para acompanhamento dos processos escolares, fotos de eventos, textos elaborados em datas comemorativas e recortes do jornal oficial e, finalmente, 4) reportagens da imprensa nacional e local, com destaque para Folha de São Paulo, Correio de Araxá, Correio de Uberlândia e Lavoura e Comércio (Uberaba). A proposta dos Polivalentes ensejou conciliar a formação teórica com a prática mediante um ensino ativo e permeado de recursos tecnológicos. Em contato com saberes e atividades práticas diversos e sob orientação profissional, o educando identificaria a área do conhecimento em que teria mais interesse e aptidão. Essa formação em nível de primeiro grau subsidiaria a profissionalização no segundo grau, que se tornou compulsória após a publicação da

lei 5.692/71, a qual reformou a educação escolar nos antigos níveis primário, ginásial e colegial. Entretanto, a proposta pluricurricular que se disseminaria para as demais escolas públicas nacionais acabou sucumbindo ao modelo já institucionalizado. Por sua efêmera existência, talvez os Polivalentes não tenham cumprido seus objetivos mais gerais quanto aos aspectos políticos, econômicos e sociais, mas a pesquisa demonstrou que, para as pessoas que, direta ou indiretamente, tiveram contato com essas escolas, o legado de ensino polivalente e de qualidade foi deixado, tanto que, após quarenta anos de encerramento da proposta, elas assim são lembradas.

Palavras-chave: Escolas polivalentes. Educação e sondagem vocacional. Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Acordos MEC/USAID.

Abstract

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. *Polivalentes schools in Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba, MG*: a vocational study on the civil and military development, 1965–1976. 2015. 299 pp. Theis (Doctorate in Education) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

This study has as object eight state vocational schools located in Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, Uberaba and Uberlândia, in Minas Gerais. The period analyzed comprises the years from 1965 to 1976, from the signature of the Agreement 512-11-610-042 between the Ministry of Education and Culture (MEC) and the American Agency for International Development (USAID), which started a series of other agreements, and actions ending up with the creation of the Expansion and Improvement of High Schools Program (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio - PREMEM) and, from this, the Vocational Schools. The upper limit of the study, 1976, was the year when these agreements, known as MEC/USAID agreements ceased. The Vocational Schools were characterized as vocation probing schools, directing the professional formation of the population in general, which would happen *a posteriori*, turning it shorter and more effective, since the labor market would demand, urgently, capable professionals for an expanding economy. The project of Vocational Schools had a national scope, and foresaw, for its unfolding, the complete substitution of State Schools for the new model, called “multi-curricula”. The theme Vocational schools was the object of my Master’s degree study, when I focused the State School Guiomar de Freitas Costa, in Uberlândia. That study raised questionings and concerns that resulted in the central problem of the thesis presented here: understanding the measure in which such schools integrated the country’s development project – mostly in the first half of the military rule – and to understand its structure, functionality and efficacy. The development of the study presented here, demanded the use of several sources: 1) specialized literature about the topics presented, i.e., the situation of national education in a temporal analysis, the political, economical and social context, research methodologies, the theory of human capital, vocational teaching, pedagogical trends and practices, agreements MEC-USAID and PREMEM; 2) national, state and county laws related to the discussion: laws of national education directives and basis, decrees and reports stating about the program of technical cooperation between Brazil and the United States of America, the Program of Expansion and Improvement of Teaching (PREMEM), formation of professors, establishment of Vocational Schools and educational planning; 3) documentation of school archives: books of minutes of Collegiate and of faculty and staff, registrar books with final scores, enrolment, visits of inspector, accounting books, punch clock records, student, professor and staff occurrences, inventory, class schedules, school year calendar, school rules, class reports, payment rolls, bills of sales, exchanged mail, personal documentation of professional personnel, documents of land acquisition, blueprints, manuals of PREMEM, didactic materials/resources used in classes, books available in the school library, structured evaluations for follow-up of school processes, pictures of events, texts prepared for special dates, and news from the official newspaper and, finally, 4) national and local press reports, especially from Folha de São Paulo, Correio de Araxá, Correio de Uberlândia and Lavoura e Comércio (Uberaba). The proposition of Vocational schools was conciliate theoretical and practical formation through an active education permeated by technological resources. The contact with knowledge and several practical activities under professional supervision, the student would identify the knowledge area that would interest him the most and his aptitude. This formation in primary school would make way for the vocation studies in high school, which became mandatory by the law 5.692/71, that reformed school education from the previous levels of elementary, middle high and high school. However, the multi-curricula

proposal that would be spread to the other public schools in the country ended up succumbing to the model already established. From its ephemeral existence, maybe the Vocational Schools have not reached the more general goals in political, economic and social aspects; however, this study demonstrated that, for the people that, directly or indirectly, had contact with such schools, a legacy of vocational and quality teaching was made, so much so, that forty years after the end of that proposal, they are still remembered.

Keywords: Vocational schools. Education and vocation probing. Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. Agreements MEC/USAID.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página da Escola Estadual Polivalente de Uberlândia no website Facebook	219
Figura 2 - Página da Escola Estadual Polivalente de Araguari no website Facebook	219
Figura 3 - Página da Escola Estadual Polivalente de Araxá no website Facebook	219
Figura 4 - Página da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba no website Facebook	220
Figura 5 - Dados da dívida externa acumulada pelo Brasil por ocasião do programa de cooperação com os EUA	221

LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Termo de abertura do Livro de Incineração da Escola Estadual Polivalente de Araxá	32
Foto 2 - Reportagem indicativa do início das aulas na Escola Estadual Polivalente de Araxá	44
Foto 3 - Registro de Atas de Exames de Admissão da Escola Estadual Polivalente de Uberaba	46
Foto 4 - Regimento Escolar da Escola Estadual de 1º Grau (ex-Polivalente) de Frutal, 1975	48
Foto 5 - Apresentação da temática “A relação educação e desenvolvimento” segundo seu autor, Euclides Pereira de Mendonça	58
Foto 6 - Atividade de exposição da produção discente na Escola Estadual Polivalente de Frutal, em 1977.....	65
Foto 7 - “Comunidade da escola”: representação diagramática das relações comunitárias associáveis com as escolas Polivalentes	70
Foto 8 - Organograma da estrutura e funcionamento dos setores das escolas Polivalentes como se lê no texto “Organização da Escola Estadual Polivalente”	85
Foto 9 - Obra de construção do ginásio Polivalente de Araxá	108
Foto 10 - Livro de Registro de Matrícula da Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas, 1971	115
Foto 11 - Relatório Anual de 1971 da Escola Estadual Polivalente de Uberaba	115
Foto 12 - Exemplo de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Araxá no presente	122
Foto 13 - Feição arquitetônica externa de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Monte Carmelo	123
Foto 14 - Interior de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Uberaba	123
Foto 15 - Dimensão da área livre do pátio da Escola Estadual Polivalente de Araxá	124
Foto 16 - Dimensão do jardim no pátio da Escola Estadual Polivalente de Araxá	124
Foto 17 - Cantina da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba	125
Foto 18 - Cantina da Escola Estadual Polivalente de Uberaba	125
Foto 19 - Capas de diário de classe da sétima série indicando que os semestres foram divididos entre dois tipos de práticas	142
Foto 20 - Página do “Termo provisório de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar”	145

Foto 21 - Capas de livros	148
Foto 22 - Nota fiscal de compra de material para as escolas Polivalentes	149
Foto 23 - Nota fiscal de compra de material para as escolas Polivalentes	150
Foto 24 - Notas fiscais de compras de livros	150
Foto 25 - Prensa para impressão gráfica presente no depósito da Escola Estadual Polivalente de Uberaba	151
Foto 26 - Projetor	152
Foto 27 - Bancada para marcenaria — serra	152
Foto 28 - Furadeira e esmeril	153
Foto 29 - Cortador de grama	153
Foto 30 - Máquinas de datilografia e calculadoras	154
Foto 31 - Estufas	154
Foto 32 - Materiais do laboratório de Ciências	155
Foto 33 - Quadro para o ensino de Ciências	155
Foto 34 - Microscópio	156
Foto 35 - <i>MANEQ – Manual de equipamento</i>	157
Foto 36 - Histórico do curso de Artes Práticas oferecido pelo PREMEN	168
Foto 37 - Recortes de documentos alusivos à disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus encontrados nas escolas de Araguari (primeiro de cima para baixo) e Uberaba (os demais)	170
Foto 38 - Recorte de documentos datiloscritos e manuscritos indicativos de conteúdo estudado na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	171
Foto 39 - Folhas de pagamento de pessoal de novembro de 1972	175
Foto 40 - Movimento escolar	183
Foto 41 - Recorte de um jornal informativo sobre a escola Vicente Lopes Perez, de 12 de novembro de 1998, atesta a existência de profissionais ex-alunos da escola	206
Foto 42 - Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Araguari, novembro de 1974	207
Foto 43 - Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, novembro de 1972	209
Foto 44 - Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, agosto de 1974.	210

Foto 45 - O regisro da expressão “ex-polivalente” no cabeçalho de folha de pagamento de outubro de 1974 ratifica a afirmação de que se trata do fim do projeto dos Polivalentes	212
Foto 46 - Anexo 1 da resolução 464-D, de 20 de agosto de 1974, art.2º, publicada no jornal <i>Minas Gerais</i> de 7 setembro de 1974	213
Foto 47 - Cartão de propaganda do restaurante	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição regional da população brasileira do ponto de vista da religião, 1950–2000	147
Gráfico 2 - Representação estatística da produtividade global da Escola Polivalente em Belo Horizonte, Horto; Divinópolis, Juiz de Fora; Montes Claros; Patos de Minas; Teófilo Otoni; Uberaba e Uberlândia em 1972	193
Gráfico 3 - Evolução da aprovação no início do funcionamento das escolas Polivalentes pesquisadas	194
Gráfico 4 - Gráficos relativos à evolução da aprovação no início do funcionamento das escolas Polivalentes	195

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Minas Gerais, com destaque para as cidades onde foram criadas escolas Polivalentes na primeira etapa	53
Mapa 2 - Divisão geográfico-política dos estados brasileiros entre 1970 e 1975	79
Mapa 3 - Mapeamento de áreas de atuação do PREMEN, conforme dados do MEC e da Comissão Estadual de Minas Gerais relativos a outubro de 1975	102
Mapa 4 - Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba	110
Mapa 5 - Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba destacando as cidades pesquisadas	111

LISTA DE MAPAS CONCEITUAIS

Mapa Conceitual 1 - Programa de cooperação entre Brasil e Estados Unidos 90

Mapa Conceitual 2 - Principais acordos e convênios relacionados às escolas Polivalentes 96

LISTA DE PLANTAS

Planta 1 - Planta arquitetônica do projeto Polivalente, 1970	118
Planta 2 - Projeção da distribuição da sala de aula, do pátio, da cantina, da direção e da biblioteca	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Denominação atual das escolas pesquisadas	34
Quadro 2 - Documentação presente nas escolas	36
Quadro 3 - Recursos destinados ao projeto Polivalente no ano de 1971	50
Quadro 4 - Projetos prioritários	72
Quadro 5 - Características/atividades produtivas por microrregião	113
Quadro 6 - Informativo de dados sobre as construções de escolas Polivalentes	119
Quadro 7 - Áreas do GP-2	120
Quadro 8 - Esquema de cores	128
Quadro 9 - Conteúdos curriculares por área econômica	133
Quadro 10 - Tabela de salários do ginásio Polivalente	174
Quadro 11 - Obras sobre as relações entre psicologia e educação no acervo da biblioteca	180
Quadro 12 - Correlação entre conceitos e pontuações na avaliação das escolas Polivalentes	185
Quadro 13 - Resumo dos resultados do QBa dos coordenadores e orientadores, por cidades.....	188
Quadro 14 - Resumo de resultados do QBa dos diretores, por cidades.....	188
Quadro 15 - Resumo das atas e relatórios do conselho técnico administrativo	189
Quadro 16 - Índices de produtividade organizacional da secretaria, SEAPA, economia e finanças	190
Quadro 17 - Resultado das análises do serviço de coordenação pedagógica (SCP), 1972	191

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por município pesquisado nas décadas de 1960 a 1980	114
Tabela 2 - Resumo dos resultados do QA do pessoal docente, por estratos e cidades.....	186
Tabela 3 - Resumo dos resultados do QA do pessoal técnico-administrativo, por estratos e cidades	186
Tabela 4 - Resumo dos resultados do QBa do pessoal docente, por estratos e cidades.....	188
Tabela 5 - Resultados das análises dos planos por disciplina, por cidade, 1972	191
Tabela 6 - Resultado da aprovação nas escolas Polivalentes de primeira etapa pesquisadas, 1972	192
Tabela 7 - Evolução dos percentuais de aprovação discente no início do funcionamento das escolas Polivalentes	194

LISTA DE SIGLAS

AID – Agência para o Desenvolvimento Internacional
CETAP – Centro de Treinamento de Professores de Artes Práticas
CETPP – Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicométricas
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
CTPGOT – Centro de Treinamento de Professores de Ginásios Orientados para o Trabalho
DEF – Departamento de Ensino Fundamental
DEM – Departamento de Ensino Médio
DES – Diretoria do Ensino Secundário
EPEM – Equipe de Planejamento do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
FENAME – Fundação Nacional de Material Escolar
FGV – Fundação Getúlio Vargas
GOT – Ginásio Orientado para o Trabalho
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
INL – Instituto Nacional do Livro
ISOP – Instituto de Seleção e Orientação Profissional
MANEQ – Manual de Equipamento
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PREMEN - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino
PREMEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio
PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade
SEAPA – Serviço de Apoio Administrativo
SOE – Serviço/Setor de Orientação Educacional
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura]
USAID – United States Agency for International Development [Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional]

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	24
1 O PROJETO POLIVALENTE NA LEI, NA ESTRUTURA E NA FORMA	40
1.1 BASES LEGAIS DO PROJETO POLIVALENTE	40
1.1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – n. 4.024/61	40
1.1.2 Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968 – 1970	42
1.1.3 Relatório das Metas e Bases para Ação do Governo – Educação 1970-1973	49
1.1.4 Reforma Educacional – Lei n. 5.692/71	53
1.1.5 Primeiro Plano Setorial de Educação e Cultura (1972/1974)	69
1.2 ESTRUTURA E FORMA DO PROJETO POLIVALENTE	73
2 MANIFESTAÇÕES E IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS	87
2.1 PROCESSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E FINANCEIRA	87
2.2 PARCERIA ENTRE MEC E USAID: ACORDOS, CONVÊNIOS E DECRETOS NA ÁREA EDUCACIONAL	90
2.2.1 Convênio Setorial nº 3	96
2.3 PREMEM E PREMEN	99
2.4 REPERCUSSÕES MANIFESTAS NA IMPRENSA NACIONAL E LOCAL	104
3 ASPECTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA	110
3.1 CIDADES-SEDE DA REGIÃO	111
3.2 CATEGORIAS DE ANÁLISE	114
3.2.1 Prédio e instalações escolares	116
3.2.2 Currículo e Artes Práticas	129
3.2.3 Conteúdos trabalhados nas aulas de Artes Práticas	134
3.2.4 Materiais de ensino e aprendizagem	143
3.2.5 Método de ensino	158
4 ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: QUESTÕES DOCENTES, DISCENTES E INSTITUCIONAIS	163
4.1 CATEGORIAS DE ANÁLISE	163
4.1.1 Seleção, formação e remuneração dos docentes e técnicos-administrativos	163
4.1.2 Ensino profissional ou vocacional?	176
4.1.3 Avaliação discente nos Polivalentes: seleção, critérios, repetência e evasão	180
4.1.4 Avaliação institucional das escolas Polivalentes	183
4.1.5 Aspectos socioeconômicos dos discentes e do projeto dos Polivalentes	198
4.1.6 Enquadramento dos professores das escolas Polivalentes	204

CONSIDERAÇÕES FINAIS	216
REFERÊNCIAS	225
ANEXO A – Planos curriculares das escolas Polivalentes de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo e Uberlândia, MG	236
ANEXO B – Estrutura Educacional instituída pelas Leis Orgânicas (1942-1946)	244
ANEXO C – Planejamento da Educação Fundamental	245
ANEXO D – Planejamento da XX Semana da Alimentação Escolar – 1978	246
ANEXO E – Decreto 63.914/68 – Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências	250
ANEXO F – Projeto para construir, transformar, equipar e treinar pessoal para os ginásios polivalentes	253
ANEXO G – Empréstimo nº 512-L-078 – Acordo de Empréstimo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América destinado ao Ensino Secundário – 13 de novembro de 1969	259
ANEXO H – Acervo da biblioteca	286
ANEXO I – Leis de criação das Escolas Polivalentes	293
ANEXO J – Corpo de funcionários das Escolas Polivalentes	296

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho surgiu durante minha defesa de mestrado, com a dissertação *Ensino profissionalizante e estado militar: (re)articulação por meio dos polivalentes (Uberlândia, MG, 1971–1980)*, (RESENDE, 2011), orientada pelo professor doutor Wenceslau Gonçalves Neto. Durante os trabalhos do mestrado, dadas a sua natureza e as dificuldades de tempo, algumas questões foram deixadas em aberto e vários materiais não puderam ser analisados. Dessa forma, por se tratar de um assunto de relevância científica e ainda com grande potencial de exploração pela academia, resolvemos ampliá-lo e dar continuidade à pesquisa no curso de doutorado.

A ampliação a que nos propusemos, dentre outros propósitos, visa encontrar resposta à seguinte inquietação:

[...] como pode um mesmo fato — a criação dos Polivalentes — suscitar opiniões tão polarizadas, extremadas? Dialogando com as referências bibliográficas, absorvíamos um cenário obscuro, negativo, de grandes interesses capitalistas esmagando a identidade nacional e pessoal dos brasileiros. Parecia-nos que nada de positivo poderia ser extraído do processo de criação dos Polivalentes. Em posição diametralmente oposta, dialogando com as fontes orais, o cenário era completamente divergente. Pessoas extremamente satisfeitas com as oportunidades de estudo ou de trabalho, que não pouparam elogios à qualidade do ensino ministrado, à metodologia desenvolvida nas salas de aula, ao ambiente escolar harmonioso e propósito à aprendizagem e à consistência da formação educacional vivenciada. Essa inquietação nos levou a outros questionamentos, que, por sua vez, nos possibilitaram elencar algumas hipóteses. Primeira: o processo de inculcação, alienação e camuflagem dos reais objetivos foi tão eficiente que impossibilitou a sua visualização pelos partícipes desse projeto. Segundo: assim como na física uma luz sofre refração ou difração ao mudar o seu meio de incidência, os objetivos norte-americanos, ao entrarem em contato com o meio local, foram desviados e absorvidos com outros matizes pela sociedade überlandense (RESENDE, 2011, p. 129–30).

Além disso,

[...] percebemos que a escola não se fechava em si mesma, que o conhecimento trabalhado por ela extrapolava os limites da sala aula e norteava tanto a conduta deles [alunos] como, possivelmente, gerou pontos de reflexão para essas pessoas que interagiram com esses alunos. Não se trata de uma transformação profunda ou abrupta da sociedade, mas de pequenas iniciativas que vão se propagando e atingindo quem se encontra aberto para aprender com o outro. Para analisar uma possível interferência mais direta e incisiva na sociedade necessitariam de mais dados, que, consequentemente, excederiam o limite de tempo destinado a um estudo de mestrado. Deixamos, portanto, essa possibilidade para estudos ou oportunidades futuras (RESENDE, 2011, p. 131).

A pesquisa de doutorado configura uma dessas oportunidades, visto que, já possuindo uma base conceitual e uma estrutura de projeto nos quatro anos de pesquisa, pudemos aprofundar tanto nas inter-relações sociopolítico-econômicas que permitiram a gênese e a aplicação dessa proposta quanto nas questões mais específicas do projeto Polivalente e da profissionalização subjacente a ele na região de abrangência a que este projeto se destina. Quanto às inter-relações que permitiram a gênese e aplicação dessa proposta, o objetivo foi promover uma revisão bibliográfica mais aprofundada das políticas públicas para o nível de ensino ao qual pertenceram as escolas Polivalentes — primeiro ciclo do ensino secundário (ginasial) antes da reforma 5.692/71 e séries finais do ensino de 1º grau após essa reforma — e do contexto sociopolítico-econômico, contrapondo-a com a discussão que circulava por meio da imprensa a fim de esboçar um retrato mais significativo do contexto histórico e das realidades envolvidas. Quanto às questões mais específicas do projeto e à profissionalização subjacente a ele, na região de abrangência a investigação recaiu, sobretudo, sobre os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID), cujo material encontra-se disponível no arquivo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) — Faculdade de Educação/UFRJ, e as escolas Polivalentes da região delimitada neste estudo. Para tanto, utilizamos as mesmas categorias de análise que compuseram o estudo em Uberlândia, a saber: estruturas física e curricular; corpos docente e discente — seleção, formação e participação no projeto; proposta e recursos metodológicos; gestão escolar e aspectos socioeconômicos. Estas serão trabalhadas a partir do capítulo 3.

Os estudos realizados em Uberlândia permitiram-nos identificar características e práticas pedagógicas da Escola Estadual Polivalente Guiomar de Freitas Costa e chegar a conclusões. Ao estendermos o estudo às demais escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, desejamos verificar o quanto se aproximaram ou se distanciaram do exemplar überlandense estudado; assim como buscamos identificar o que era próprio do projeto Polivalente e o que se configurou como particularidade de cada estabelecimento de ensino, em especial os aspectos estruturais e funcionais. Isso porque valores, necessidades e impressões tendem a ser absorvidos de acordo com a localidade-sede. Por fim, numa esfera mais ampla, procuramos entender de que forma tais escolas situaram-se no projeto nacional de desenvolvimento educacional, social, político e econômico praticado nas décadas englobadas pelo recorte temporal da pesquisa.

Em sua análise da colonização espanhola e sua interferência na cultura das etnias indígenas, Certeau (2003, p. 94–5) afirma que,

Mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro — não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo.

Essa afirmação, talvez, possa ser uma primeira tentativa de explicar a inquietação surgida na pesquisa de mestrado e apresentada no início desta tese. Embora os objetivos dos EUA com os acordos MEC/USAID sejam de subjugar interesses e identidade nacionais, assegurando para si um mercado consumidor de bens e serviços, os agentes executores do programa criaram outros usos e deram outras aplicações àquela proposta. Daí que a proposta de estender a pesquisa aqui descrita a mais sete municípios reside no intento de ampliar os pontos de vistas, identificar congruências e discrepâncias entre as escolas, traçar um mapa dessas instituições mais real e menos idealizado, uma visão menos dicotômica entre os polos mencionados antes e, assim, compreender com mais propriedade o projeto Polivalente.

Destarte, nossa pesquisa procurou encontrar resposta para o seguinte problema: compreender em que medida as Escolas Polivalentes integraram o projeto de desenvolvimento do país — sobretudo na primeira metade do governo militar — e entender sua estrutura, operacionalidade e eficácia. O recorte temporal utilizado para tal compreende os anos entre 1965 e 1976, cujo limite inferior refere-se ao ano em que foi assinado o acordo 512-11-610-042 entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que proporcionou o desencadeamento de uma série de outros acordos, convênios e ações culminando com a criação do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e, por meio deste, os Polivalentes e cujo limite superior, 1976, alude ao ano em que se encerrou a vigência desses acordos, que ficaram conhecidos como Acordos MEC-USAID. O objetivo deste estudo, portanto, é contribuir para uma melhor compreensão dessas instituições escolares, em específico, bem como da história da educação brasileira no período citado, juntamente com os aspectos políticos, econômicos e sociais associados aos educacionais.

A afirmação da existência de um grande potencial a ser explorado academicamente baseia-se em pesquisa realizada no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Utilizando a palavra-chave *escola polivalente*, obtivemos 1 registro relacionado com o tema apresentado (justamente nossa dissertação); buscando

resultados com as expressões *ginásio polivalente*, *ginásio orientado para o trabalho*, *Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM)* e *sondagem vocacional*, nenhum registro foi apresentado; enfim, por meio da sigla *USAID (United States Agency for International Development [Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional])* oito registros foram encontrados, dos quais dois se aproximam mais da pesquisa aqui descrita: um se relaciona com o ensino superior; o outro, com a formação de professores primários. Mediante busca com essas mesmas palavras-chave nos websites <<http://www.dominiopublico.gov.br>> e <<http://www.scielo.br>>, nenhum resultado congruente com este trabalho foi encontrado.

Esclarecemos que essas buscas e verificações foram realizadas, primeiramente, no ano de 2011, por ocasião da elaboração do projeto apresentado no processo seletivo para o curso de doutorado; depois, no primeiro semestre de 2014, quando o texto foi configurado para o exame de qualificação. É claro, possíveis inclusões de trabalhos pertinentes ao tema nesses bancos de dados posteriores a essa data não foram contabilizadas no levantamento.

Diante desse cenário, avivou-se o desejo de aprofundar os conhecimentos sobre o tema, promovendo um desdobramento da pesquisa de mestrado de modo a incluir, agora, as demais cidades do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba nas quais foram implantadas as escolas Polivalentes. O levantamento das cidades foi feito por meio do cruzamento de dados constantes de dois documentos: listagem dos municípios pertencentes à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e documento encontrado no acervo da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba.

De acordo com o primeiro, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é constituída por 66 municípios, a saber: Abadia dos Dourados, Água Comprida, Araguari, Araporã, Arapuá, Araxá, Cachoeira Dourada, Campina Verde, Campo Florido, Campos Altos, Canápolis, Capinópolis, Carmo do Paranaíba, Carneirinho, Cascalho Rico, Centralina, Comendador Gomes, Conceição das Alagoas, Conquista, Coromandel, Cruzeiro da Fortaleza, Delta, Douradoquara, Estrela do Sul, Fronteira, Frutal, Grupiara, Guimarânia, Gurinhatã, Ibiá, Indianópolis, Ipiacu, Iraí de Minas, Itapagipe, Ituiutaba, Iturama, Lagoa Formosa, Limeira do Oeste, Matutina, Monte Alegre de Minas, Monte Carmelo, Nova Ponte, Patos de Minas, Patrocínio, Pedrinópolis, Perdizes, Pirajuba, Planura, Prata, Pratinha, Rio Paranaíba, Romaria, Sacramento, Santa Juliana, Santa Rosa da Serra, Santa Vitória, São Francisco de Sales, São Gotardo, Serra do Salitre, Tapira, Tiros, Tupaciguara, Uberaba, Uberlândia, União de Minas e Veríssimo (IBGE, 2014).

O segundo documento, presente nos arquivos da escola de Ituiutaba, informa que as cidades-sede das escolas polivalentes, divididas por etapas, foram as seguintes:

- primeira etapa: Belo Horizonte, Divinópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Uberaba, Uberlândia (escolas construídas) e Pirapora e Caeté (escolas transformadas);
- segunda etapa: Alfenas, Araguari, Barbacena, Belo Horizonte (Barreiro), Belo Horizonte (Ressaca), Caratinga, Cataguases, Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá e Varginha (escolas construídas);
- terceira e quarta etapas (1972–4): Araxá, Itajubá, Itabira, Ituiutaba, Oliveira, Poços de Caldas, Sabará, Santos Dumont, Três Corações, Juiz de Fora, São João del Rei, Itaúna, Conselheiro Pena, Muriaé, Curvelo, Nova Lima, Campo Belo, São João Nepomuceno, Frutal, Paracatu, Caxambu, Corinto, Guaxupé, Monte Carmelo, Mantena e Diamantina (escolas construídas);
- etapa especial (1975): Leopoldina, São Lourenço e Carangola (escolas construídas) (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1975b).

Após a comparação desses dois documentos, obtivemos os nomes das cidades cujas escolas polivalentes se tornaram objetos da pesquisa aqui descrita: Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia. Ressalte-se que esta última já fora objeto de nossa pesquisa de mestrado. O trabalho de coleta de dados baseou-se nas seguintes fontes: 1) literatura especializada sobre os assuntos abordados, ou seja, a situação da educação nacional no recorte temporal, o contexto político, econômico e social, metodologias de pesquisa, a teoria do capital humano, o ensino profissionalizante, tendências e práticas pedagógicas, acordos MEC-USAID e PREMEN; 2) legislação nacional, estadual e municipal atinentes à discussão: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 4.024/61; reforma do ensino de 1º e 2º graus, lei 5.692/71; relatório das metas e bases para ação de governo — educação; 1º Plano Setorial de Educação e Cultura (1972–1974) e 2º Plano Setorial de Educação e Cultura (1975–1979), bem como decretos e pareceres dispostos sobre o programa de cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, o PREMEM/PREMEN, a formação de professores, a implantação das escolas Polivalentes e planejamento educacional; 3) documentação dos acervos escolares: livros de atas de colegiado e de pessoal docente e técnico-administrativo, livros de registro de resultado

final, de matrícula, visitas do inspetor, livros caixa, de ponto, ocorrências de alunos, professores e administrativos, inventários, grade curricular, calendário escolar, regimento escolar, diários de classe, folhas de pagamento, notas fiscais, correspondências recebidas e expedidas, documentação pessoal dos profissionais, escrituras de terreno, planta arquitetônica, manuais do PREMEN, materiais/recursos didáticos utilizados nas aulas, livros disponibilizados nas bibliotecas escolares, avaliações estruturadas para acompanhamento dos processos escolares, fotos de eventos, textos elaborados em datas comemorativas e recortes do jornal oficial e, finalmente, 4) reportagens da imprensa nacional e local, com destaque para Folha de São Paulo, Correio de Araxá, Correio de Uberlândia e Lavoura e Comércio (Uberaba).

Concomitante à coleta dessas fontes, realizou-se uma breve leitura das mesmas com o intuito de categorizá-las. Após a definição das categorias, nova leitura desse material foi necessária para a seleção do que comporia o presente trabalho, que ficou organizado em três blocos: 1) caracterização do projeto Polivalente conforme as bases legais e documentais; 2) delineamento do programa de cooperação Brasil–EUA e de como o projeto Polivalente se insere nele; 3) análise de categorias elencadas segundo a documentação das escolas pesquisadas, tais como currículo; ensino vocacional ou profissional, materiais e métodos de ensino e aprendizagem; estrutura física; seleção, formação e atuação docente, avaliação pedagógica e institucional e enquadramento profissional. A eleição dessas categorias levou em consideração a existência de materiais em quantidade e qualidade suficientes para embasar a temática e a relevância das mesmas para o projeto de ensino dos Polivalentes.

Com o intuito de sermos mais didáticos buscamos tratar, separadamente, cada categoria, o que não foi fácil, visto que elas estão muito imbricadas. Então, agrupamo-las em dois blocos temáticos denominados de aspectos estruturais e pedagógicos e questões docentes, discentes e institucionais. O primeiro engloba a estrutura física, o currículo, os materiais de ensino e aprendizagem e o método de ensino. Esses elementos se conjugaram no atendimento da proposta de formação geral e vocacional. A estrutura física estava em consonância com o tipo de ensino, com salas-ambiente, de artes e desenho, quadra, laboratórios de ciências e de práticas educativas, os alunos é que mudavam de sala de acordo com a matéria, os professores contavam com espaços como sala de professores, de reuniões, de recursos pedagógicos, biblioteca, que viabilizavam o trabalho em equipe, o planejamento conjunto e o acesso aos materiais didáticos. Estes eram condizentes com a ênfase nas ciências e na tecnologia, apresentada como diferencial das escolas. No rol desses materiais estavam microscópios, projetores, quadros, enfim, materiais passíveis de manipulação pelos alunos e necessário para o desenvolvimento do método ativo, do aprender fazendo, e no destaque da importância da técnica na aquisição do conhecimento. O segundo bloco

temático – questões docentes, discentes e institucionais – apresenta aspectos relacionados à seleção, formação e remuneração dos profissionais, contratados via concurso público, treinados pelo PREMEN, principalmente, no quesito filosofia dos polivalentes, e remuneração equivalente a sete salários-mínimos da época, configurando-se como um atrativo para essa classe de trabalhadores. A avaliação foi verificada nos âmbitos pedagógico e institucional. No pedagógico, preocupava-se com as questões da evasão e da repetência, uma vez que estas relacionavam-se diretamente com o princípio da racionalidade, que preconizava a formação desses alunos em menor tempo e com menor custo financeiro. Quanto ao institucional, percebemos uma variedade de instrumentais avaliativos no início do funcionamento das escolas, descontinuados com o decorrer do tempo, o que julgamos ter ocorrido em função da efemeride da proposta dos polivalentes. Dentro desta, encontra-se a ideia da sondagem vocacional, colocando o aluno em contato com as práticas dos setores econômicos primário, secundário e terciário e propiciando a identificação de afinidades, refletindo, positivamente, na escolha da área de profissionalização que ocorreria no nível escolar seguinte, o 2º grau. E, por fim, o processo de enquadramento, no qual os professores contratados para os Polivalentes passam a integrar o regime estatutário das escolas públicas. Essa mudança de regime gera resistência e insatisfação por parte dos profissionais, pois joga por terra todos os diferenciais que as escolas e os profissionais possuíam. Visto que o tratamento das fontes representa um aspecto metodológico de suma relevância, abrimos espaço para alguns esclarecimentos a seguir.

Fontes e arquivos. Segundo Aróstegui (2006, p. 491), “[...] a idéia de fonte adquire sua importância fundamental quando se repara que em todo conhecimento há sempre algo de exploração de ‘pistas’”. Nessa lógica, em princípio, as fontes para história seriam “[...] todo aquele material, instrumento ou ferramenta, símbolo ou discurso intelectual, que procede da criatividade humana, através do qual se pode inferir algo acerca de uma determinada situação social no tempo”. A ciência desse conceito deu-nos tranquilidade para considerar, nas nossas investigações, tudo que foi encontrado nas escolas pesquisadas que pudesse auxiliar a escrita de suas histórias, a saber: estrutura física das escolas, localização geográfica dentro do espaço urbano das cidades-sede, materiais/recursos didáticos utilizados nas aulas, diários de classe, livros disponibilizados nas bibliotecas, livros de registro de matrículas de alunos e de resultados finais, grade curricular, calendário escolar, regimento escolar, livros de ponto de pessoal docente e técnico-administrativo, avaliações estruturadas para acompanhamento dos processos escolares, livros de atas de reuniões do pessoal docente,

técnico administrativo, colegiado, livro de ocorrências (docentes e discentes), livro de visitas do inspetor, folha de pagamento dos profissionais, livro caixa, livro com recortes da imprensa oficial, notas fiscais de aquisição de produtos e serviços, material informativo/manuais sobre os procedimentos a ser adotados, correspondências recebidas e enviadas, escritura do terreno onde a escola foi construída, fotos de eventos, textos elaborados em datas comemorativas; numa palavra, tudo que representasse alguma “pista” para conhecer mais nosso objeto de pesquisa. Essa diversidade é defendida por Aróstegui (2006, p. 494) nestes termos: “[...] o ideal de uma grande pesquisa é o uso das mais variadas fontes possíveis e a confrontação sistemática entre elas”.

No caso da pesquisa aqui descrita, ao falarmos sobre as fontes, necessitamos abordar também os arquivos. De início, teríamos três tipos de arquivos: os pessoais, os escolares e os municipais. Dos primeiros, desde o início de nosso mestrado, em 2009, foi mínima a contribuição (*um* ex-aluno da escola de Uberlândia ainda possui uma caixa produzida nas aulas práticas e *um* ex-professor, também de Uberlândia, guarda consigo fotos de época). Quantos aos escolares, nossa percepção não difere das pesquisadoras Moraes, Zaia e Vendrameto (2005, p. 119–20) que desenvolveram um projeto de instalação de centros de memória em oito escolas técnicas estaduais em São Paulo:

Em geral, assim como ocorre na maioria dos estabelecimentos de ensino, as escolas integrantes do projeto apresentavam arquivos “ativos” e “inativos” ou “mortos”, denominações que, segundo Ribeiro (1992), “revelam o predomínio de uma noção limitada de sua importância para a administração e, principalmente, para o conhecimento científico”. Em nenhuma dessas instituições, o arquivo histórico, como é chamado pelos historiadores, constituiu-se em “arquivo permanente”, isto é, em conjuntos documentais selecionados por processo criterioso de avaliação, de modo a expressar as atividades e funções da instituição. Em todas elas, os acervos do “arquivo morto” apresentavam-se dispersos, e seus documentos guardados em diferentes locais dentro da instituição.

Essa situação apresentada pelas autoras é verificada, também, nos acervos das escolas Polivalentes pesquisadas e constituiu empecilho para o trabalho de comparação entre as escolas:

Um dos problemas mais graves observados consiste na eliminação indiscriminada dos documentos. Todos os arquivos possuem lacunas significativas, o que se deve, principalmente, a falhas nas normas legais que regulamentam a preservação de documentos nos estabelecimentos de ensino (MORAES; ZAIA; VENDRAMETO, 2005, p. 120).

Em Araxá e Uberaba, foi encontrado um livro para o registro de incineração de documentos (Foto 1, a seguir) — o de Araxá tem 28 de outubro de 1976 como data de abertura; quase dois anos e dois meses após o início das atividades da escola. Nas demais escolas, a documentação apenas se fazia arquivada ou não, em natureza e quantidade bastante variadas. Dentre a documentação incinerada, podemos citar: provas de seleção, fichas de inscrição e cadernetas inutilizadas (1975), diários de classe (1975–9), recibos e carnês de pagamento (1975–6), contribuições de alunos (1977–8), movimento de festa junina (1976), livro de ponto de funcionários (1975–80), movimento de caixa escolar (1975–9). Conforme consta do cabeçalho do livro de ata de incineração de documentos, a incineração foi amparada pelo regimento escolar da Escola Estadual “Prof. Luiz Antônio C. Oliveira” (1980, s. p.), cujo art. 134 diz que:

[...] A Escola poderá incinerar documentos desde que seja reservada a autenticidade da vida escolar. § 1º – Os documentos só poderão ser incinerados 2 (dois) anos, após o uso e desde que estejam transcritos em atas ou Histórico Escolar. § 2º – Dos documentos incinerados lavrar-se-á a ata própria, com presença do Diretor, Supervisor, Secretário e pelo menos um professor que detenha cargo efetivo.

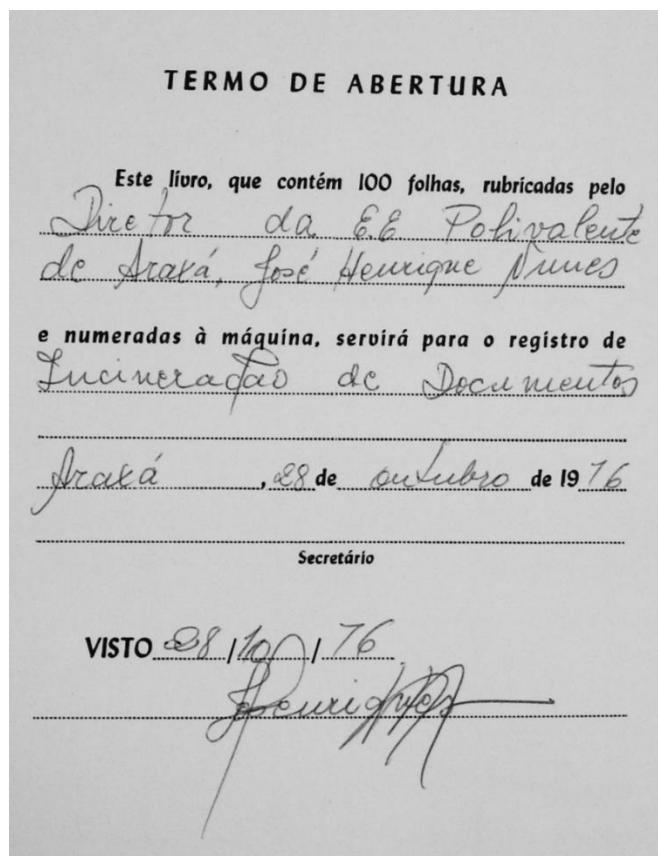


FOTO 1. Termo de abertura do livro de incineração
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araxá

Não foi encontrado nessa escola regimento com data anterior. Acreditamos que esse artigo se manteve inalterado nos anos antecedentes, uma vez que foi mencionado no livro de incineração aberto em 1976. Para não delongarmos nesse aspecto, passaremos ao terceiro tipo de arquivo mencionado: os municipais, deixando, em nota, uma sugestão de aprofundamento sobre os arquivos escolares (ver BONATO, 2015). Os arquivos públicos municipais encontram-se em estágios diferentes de organização e quantidade de acervo. Nos arquivos das cidades mais populosas — Uberaba e Uberlândia —, é possível encontrar documentação catalogada em quantidade maior e com diversidade; ou seja, em condições de consulta pública. O acervo do arquivo de Uberaba, por exemplo, está em processo de digitalização, o que facilita muito o trabalho de pesquisador, pois evita o deslocamento até o arquivo ou à cidade, o que lhe poupa tempo e recursos financeiros.

Na cidade de Frutal, o Arquivo Público Municipal divide o espaço físico, no prédio da Casa da Cultura, com a Secretaria da Cultura, Esporte e Lazer, com o Museu e a com Biblioteca Municipal. O acervo com documentos da imprensa, por exemplo, mostra-se limitado, pois contém apenas dois exemplares do jornal *Esquema* do ano de 1973. O responsável por esse setor no arquivo sugeriu que procurássemos por um cidadão que, talvez, teria mais exemplares a apresentar. Em Araxá foi encontrado um volume maior de exemplares de jornais, mas ainda um acervo limitado; foi possível localizar reportagens com referências à escola e ao contexto pesquisados. Em Monte Carmelo, segundo informações fornecidas na prefeitura, o acervo da imprensa encontra-se na Casa da Cultura. Esta, durante o período de coleta de dados na cidade, permaneceu fechada. Uma zeladora encontrada no local informou-nos que as pessoas responsáveis pelo arquivo estavam de férias e que retornariam apenas no mês seguinte. Quanto às cidades de Araguari, Patos de Minas e Ituiutaba, devido ao tempo demandado para coleta dos materiais presentes nas escolas, não foi possível nos informar sobre os arquivos públicos municipais. Dito isso, essa dispersão documental dificulta o processo da pesquisa, visto que o pesquisador precisa, de antemão, descobrir onde se encontram os documentos para, na sequência, tentar reuni-la e analisá-la. E a reunião, algumas vezes, pode deparar com obstáculos extras como autorização do guardador, sobretudo quando sob custódia de particulares, pessoal preparado e disponível para possibilitar o acesso.

Um dilema metodológico pairou sobre nossas mentes nos três primeiros anos da pesquisa: utilizar ou não princípios da educação comparada. A favor, tínhamos o objeto de estudo, que engloba oito escolas situadas em oito municípios mineiros, e a possibilidade de eleger categorias de análises comuns cujo desenvolvimento poderia ser verificado em cada escola. Contra, tivemos a realidade dos acervos escolares, cujas várias lacunas documentais impossibilitariam tal

comparação e um projeto comum, que normatizou e padronizou os processos institucionais formais. Acreditamos que as fontes orais poderiam ser um fator de diferenciação desses estabelecimentos escolares e de superação dos obstáculos à comparação; mas, pelos motivos já mencionados, não pudemos recorrer a elas. Dessa forma, optamos por não adotar o estudo comparado e servir-nos das fontes levantadas como elementos de complementaridade e composição do contexto a ser interpretado. O quadro a seguir apresenta os nomes atuais das escolas Polivalentes e suas respectivas cidades-sede como referência para que, durante o texto, as escolas sejam identificadas pela cidade. A opção por esse tipo de identificação — substituir nome da escola — fez-se necessária porque os nomes são relativamente extensos, isto é, de memorização difícil.

QUADRO 1. Denominação atual das escolas pesquisadas

CIDADE-SEDE	NOME ATUAL DA ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE
Araguari	Escola Estadual Madre Maria Blandina
Araxá	Escola Estadual Professor Luiz Antônio Corrêa de Oliveira
Frutal	Escola Estadual Lauriston Souza
Ituiutaba	Escola Estadual Antônio Souza Martins
Monte Carmelo	Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez
Patos de Minas	Escola Estadual Professora Elza Carneiro Franco
Uberaba	Escola Estadual Corina de Oliveira
Uberlândia	Escola Estadual Guiomar de Freitas Costa

Fonte: dados da pesquisa

Em cada uma das escolas visitadas, foi encontrado um acervo diferenciado de documentos. Essa diferenciação pode ser percebida como limitação e como enriquecimento. Como limitação, dificulta o trabalho comparativo de identificar semelhanças e especificidades; como enriquecimento, fornece informações inéditas em relação a outros acervos. Para exemplificar, podemos citar as notas fiscais encontradas somente na escola de Ituiutaba. Por não termos esse tipo de documento em outras escolas, não foi possível, pelo menos quanto às escolas construídas em etapas diferentes da de Ituiutaba, verificar se esses mesmos bens e serviços foram adquiridos por elas. Em contrapartida, esse material facultou-nos compreender

que algumas aquisições eram feitas coletivamente para as escolas construídas na mesma etapa e verificar o valor do investimento em certos produtos ou serviços. Na tentativa de fornecer uma referência da documentação presente nas escolas, o quadro a seguir expõe documentos centrais a que tivemos acesso. Dizemos centrais porque em algumas escolas nos deparamos com um acervo extenso que, devido à limitação exposta acima, não foi considerado durante o processo de análise.

QUADRO 2. Documentação presente nas escolas

DOCUMENTAÇÃO	ARAGUARI	ARAXÁ	FRUTAL	ITUIUTABA	MONTE CARMELO	PATOS DE MINAS	UBERABA	UBERLÂNDIA
Atas de colegiado	X	X		X				
Atas de resultado final		X	X		X	X		X
Atas docentes	X	X				X		X
Atas técnico-administrativas	X	X				X		X
Calendário escolar		X		X	X			
Correspondências recebidas		X					X	
Diários de classe	X						X	
Documentação professores e técnicos	X					X	X	
Escritura do terreno	X		X	X				
Folha de pagamento/valor de vencimentos	X			X			X	
Grade curricular	X	X		X	X			
Inventário bens patrimoniais			X					
Livro caixa						X		
Livro de ponto	X		X	X		X		X
Notas fiscais				X				
Ocorrências dos alunos					X			X
Ocorrências professor e administrativo								X
PREMEN – Correspondências				X			X	
PREMEN – Cursos	X						X	
PREMEN – Maneq			X				X	
PREMEN – manual de conservação de prédios escolares				X	X		X	
Recortes de jornais/legislação	X		X				X	
Regimento escolar/PPP ANOS 70		1980	X	X		X	X	
Regimento escolar/PPP ATUAL	X		X				X	
Registro de matrículas		X	X		X		X	X
Relatório semestral						X	X	
Transferências expedidas e recebidas		X						
Visitas do inspetor	X	X		X	X	X	X	

Fonte: dados da pesquisa

Enfim, julgamos importante esclarecer previamente as denominações encontradas na literatura específica do tema. Como nos causou confusão no início dos estudos, cremos que poderiam ser confusas para o leitor deste trabalho. Em textos, documentos e materiais diversos, podemos encontrar estes termos: ginásio Polivalente, colégio Polivalente, escola Polivalente e ginásios orientados para o trabalho (GOT). Para os devidos esclarecimentos, precisamos antecipar o assunto do capítulo 1, onde tratamos das leis que subsidiaram o programa e normatizaram a educação nacional. De início, sob a vigência da LDBEN de 1961, tínhamos *grosso modo* a educação dividida em: ensino primário — duração de quatro anos para faixa etária 7–10 anos; ensino médio — dois ciclos: ginasial (quatro anos, faixa etária 11–14 anos, aproximadamente) e colegial (três anos, faixa etária 15–17 anos, aproximadamente); e ensino superior. Dessa forma, quando, na década de 60, a ideia de uma educação polivalente foi materializada em uma escola de nível médio, em seu primeiro ciclo — *ginasial* — ela foi denominada de ginásio orientado para o trabalho. Com base nessa experiência, ao se repensar na escola média, foram criados os ginásios Polivalentes e os colégios Polivalentes, relacionados respectivamente com os níveis ginasial e colegial do ensino médio.

Entretanto, em 1971, a lei 5.692 reestrutura a organização educacional e aglutina o ensino primário e o primeiro ciclo do médio (ginasial) em ensino de primeiro grau e denomina de ensino de segundo grau o até então ciclo colegial. O ginásio Polivalente passa a ser nomeado de escola Polivalente, visto que o termo ginásio não mais se configura na legislação em vigor. Não encontramos instrumento legal alterando a denominação de ginásio Polivalente para escola Polivalente. Entretanto, no texto “O PREMEN e as escolas polivalentes, item b: as escolas polivalentes e a reestruturação dos sistemas estaduais de ensino” — traz o seguinte esclarecimento:

Em vista desta lei, que instituiu um novo regime escolar em substituição aos anteriores ensinos primário e médio, deixaram de existir os “ramos” deste último e o “ginásio” como um ciclo ou nível definido da estrutura vertical da educação brasileira. Por esta razão, já desde a divulgação do anteprojeto da referida lei, em meados de 1970, o PREMEN passou a chamar de “Escolas Polivalentes” àquelas [sic] cuja criação constituía seu principal objetivo (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/MEC, s. d., p. 10).

A despeito dos termos ginásio, colégio e escola significarem níveis diferenciados de educação, o verificado é que o termo polivalente caracterizou fortemente a proposta desse tipo de escola e ficou marcado nas sociedades em que essas escolas foram instaladas. Até hoje, ao

visitar as escolas, são conhecidas como Polivalente; em parte delas, esse termo ainda se encontra presente na identificação das escolas. Essa informação poderá ser comprovada por meio de fotos apresentadas, em especial a partir do capítulo 3. Em conformidade com o documento 09-058-ES-1970, referente ao Encontro de Coordenadores de Cursos (DSCN0046-0049), o ginásio Polivalente traduz as tendências universais de integração dos currículos, facultando o fluxo dos alunos no ensino médio. A transformação da escola secundária amparada pela LDBEN e pelas estatísticas educacionais faz-se necessária para obter mudanças sociais e econômicas que se apresentavam.

Em resumo, eis as características marcantes do ginásio Polivalente: currículo com disciplinas de Artes Práticas e ênfase nas ciências e na tecnologia; professores e direção treinados; professores com regime de trabalho de tempo integral; ensino não expositivo, ativo e desenvolvimento de atividades em grupos; verificação da aprendizagem objetiva; ações que visavam à máxima promoção dos alunos; regularização do fluxo e da evasão, concentrando esforços para que os alunos concluíssem o curso no prazo esperado; matrícula de alunos dentro da faixa etária; número de alunos por turma (40, para as disciplinas de formação geral, 20 para as Artes Práticas), enfim, prédio escolar com salas amplas e arejadas, oficinas, laboratórios e equipamentos necessários ao desenvolvimento das aulas. Tais escolas apresentavam uma proposta de educação que ia além da prática vigente nas escolas estaduais, pois, além dos conteúdos regulares, havia disciplinas práticas nas áreas primária, secundária e terciária da economia, denominadas de artes industriais, práticas agrícolas, práticas comerciais e educação para o lar. Seu objetivo era proporcionar uma sondagem vocacional, isto é, um primeiro contato com esses conhecimentos para identificação da área de maior interesse do aluno.

A seguir, apresentamos a organização textual da tese para situar o leitor no conteúdo e na lógica de exposição escolhida. Cremos que isso facilite a busca por possíveis temas de interesse e uma visão conjunta do que pretendemos discutir.

No capítulo 1, apresentamos o projeto Polivalente: sua configuração e sua repercussão, ou seja, sua gênese, seu desenvolvimento, seu declínio e suas reações suscitadas em algumas esferas; sobretudo na social e na acadêmica. Utilizamos, para tal, a legislação educacional atinente (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — n. 4.024/61; Reforma do Ensino de 1º e 2º graus — lei 5.692/71; “Relatório das metas e bases para ação de governo — educação¹ e I “Plano setorial de educação e cultura 1972–74; legislação estadual: decreto 12

¹ Fonte: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002868.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015

863, de 30 de julho de 1970, decreto 16.654, de 15 de outubro de 1974, documento 04-020-CA-1967, documento 10-068-ES-SD, documento 11-070-ES-SD, *Um estudo para o relacionamento da escola Polivalente com a sua comunidade, O PREMEN e as escolas Polivalentes*, documentos coletados nas escolas; reportagens veiculadas na imprensa escrita, representada, em nível nacional, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em nível estadual, pelo jornal *Minas Gerais*, e, em nível local, pelos jornais das cidades-sede. A isso se acrescenta a literatura especializada, representada por Alves (1968), Arapiraca (1982), Chiariello e Eid (2011), Frigotto (1993), Salles (1970), Saviani (2002), Silva (1970) e Zabala (1998).

Para complementar, aprofundar e justificar o exposto no capítulo 1, no segundo capítulo discutimos os acordos MEC/USAID, dos quais decorrem a EPEM e o PREMEM. A discussão baseia-se em acordos, atas, convênios, correspondências, decretos, estudos, inventários, leis, manuais, pareceres, projetos, publicações, relatórios e teses que se encontram sob a guarda do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bem como no acervo da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde aconteceram os cursos de formação dos professores que atuaram na fase inicial de funcionamento das escolas Polivalentes.

Nos capítulos 3 e 4, sobre as escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apresentamos dados coletados nas oito escolas estudadas abordando aspectos da estrutura física e curricular, dos corpos docente e discente (seleção, formação e participação no projeto), proposta e recursos metodológicos, gestão escolar e aspectos socioeconômicos, dentre outros. Culminância deste estudo, essa parte, alicerçada pelas anteriores, intenta responder à questão central da pesquisa: compreender em que medida as escolas Polivalentes integraram o projeto de desenvolvimento em curso no Brasil, sobretudo na primeira metade do período de regime ditatorial militar, bem como entender sua estrutura, sua operacionalidade e sua eficácia.

A partir de então, caminhamos para o fechamento do trabalho com as considerações finais, referências e anexos. Nos anexos constam documentos digitalizados, tais como o acordo de empréstimo 512-L-078 entre Brasil e EUA; o decreto 63.914, de 26 de dezembro de 1968, que provê o PREMEM, dentre outros. Acreditamos que são documentos cruciais à historicidade do tema pesquisado e de acesso difícil. Nossa intenção, com isso, é facilitar o contato com essa documentação a outros pesquisadores que tenham objetos similares ao desta tese.

1 O PROJETO POLIVALENTE NA LEI, NA ESTRUTURA E NA FORMA

Uma compreensão mais sólida e abrangente do projeto Polivalente não pode prescindir de uma abordagem de sua sustentação legal; e tal abordagem pode ser em forma de análise da legislação educacional nas décadas de 1960 e 70, que compôs o que se pode chamar de bases legais sobre as quais se fundou esse ideal de escola.

1.1 Bases legais do projeto Polivalente

Obedecendo à ordem cronológica de publicação, podemos citar os seguintes documentos: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (lei 4.024/1961), reforma do ensino de 1º e 2º graus, lei 5.692/1971 (LDB), “Relatório das metas e bases para ação de governo – educação” e 1º “Plano setorial de educação e cultura 1972–1974”. É essa documentação que doravante apresentamos.

1.1.1 *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — n. 4.024/1961*

Embora a publicação da LDBEN seja anterior ao recorte temporal proposto para o presente trabalho, abordá-la, mesmo que sucintamente, faz-se necessário. Primeiramente, porque se trata da determinação de diretrizes e bases para educação que vigorava quando se deu o processo gestacional dos ginásios Polivalentes: em 1965 é assinado o acordo 512-11-610-042, desencadeando as ações que culminam, em 1971, no início do funcionamento das primeiras escolas Polivalentes. Em segundo lugar, conforme Saviani (2002, p. 121), “[...] o próprio enunciado explícito dos objetivos nas leis 4.024 e 5.692 revela uma continuidade entre ambas, continuidade que reflete no âmbito educacional a continuidade da ordem socioeconômica de que foi avalista o golpe de 1964”. Dessa forma, para que possamos compreender o que foi o projeto Polivalente, tentaremos identificar seus elementos principais nas leis e nos documentos mencionados acima.

Seguindo a cronologia das publicações, iniciamos pela lei 4.024/61, onde foi garantido às famílias o “[...] direito de escolha sobre o tipo de educação que deve dar a seus filhos e

estabelecendo que o ensino é obrigação do poder público e livre à iniciativa privada” (SAVIANI, 2002, p. 121).² Além disso, diz Saviani, a lei

Estabelece que os recursos públicos “serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do sistema público de ensino”. E em seguida regula a concessão de bolsas bem como a cooperação financeira da União com estados, municípios e iniciativa privada sob a forma de subvenção, assistência técnica e financeira “para compra, construção ou reforma de prédios escolares e respectivas instalações e equipamento” (2002, p. 121).

Sendo obrigação estatal a oferta de oportunidade de educação escolar e o provimento de recursos necessários para tal, o poder público, por meio dos convênios de cooperação, assinou o tratado da Aliança para o Progresso, em agosto de 1961, na cidade de Punta del Este; tal tratado “[...] manteve os programas de assistência técnica já existentes e introduziu o da assistência financeira, sob a forma de empréstimos e doações” (ESCRITÓRIO DO GOVERNO BRASILEIRO – PONTO IV-CONTAP/USAID, 1967). As ações previstas como assistência técnica são explicitadas no documento 10-068-ES-SD e referem-se a “[...] envio de técnicos, bolsas de estudos, assessoramentos, organização de cursos e seminários, fornecimento de material, etc.” (MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E A COORDENAÇÃO ECONÔMICA, s. d., p. 26). O foco incidiu na “[...] educação, saúde pública, segurança pública, abastecimento d’água, aviação civil, pesquisas geológicas, meios de comunicação, habitação, administração pública e empresarial, agricultura e nutrição” (p. 26).

A vinculação aqui estabelecida entre a LDBEN e os acordos de cooperação não tem a intenção de expressar uma relação de causa e efeito entre ambos; afinal, no catálogo referido acima há menção a acordos assinados desde o ano de 1942. Nossa intento é apresentá-los como uma das possibilidades de cumprimento da legislação. A lei 4.024/61 é citada na caracterização da “situação atual” apresentada como justificativa para o acordo de cooperação

² Para o leitor interessado em conhecer mais sobre o processo de tramitação no Congresso Nacional e do significado político desta e das demais reformas educacionais ocorridas nos anos 1960 e 70, indicamos a leitura desta obra: SAVIANI, Dermerval. *Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino*. Campinas: Autores Associados, 2002.

técnica assinado entre Brasil e Estados Unidos (EUA), em 31 de março de 1965, sob o nº 512-11-610-042;³ nele se lê:

Uma das características mais marcantes da Lei de Diretrizes e Bases atualmente em vigência no Brasil (Nº 4024, de 20 de dezembro de 1961) é o grau de responsabilidade que a mesma atribui aos Estados no que tange ao ensino primário e secundário. Embora êste aspecto da lei tenha sido bem recebido pelos educadores brasileiros que o consideraram uma forma desejável de descentralização do controle do ensino, surgiram algumas dificuldades de ordem prática nos três últimos anos a partir da data em que a lei passou a vigorar. A maior parte dessas dificuldades sobreveio em razão do fato de os conselhos estaduais de educação, as secretarias e outras autoridades estaduais de educação carecerem de experiência quanto à formulação de planos estaduais de ensino que consultassem as necessidades de seus respectivos estados e a disponibilidade de seus recursos, tanto humanos quanto materiais. O fato de ressentirem-se as autoridades estaduais de experiência na formulação de planos viáveis, notadamente no que se refere ao nível secundário, tornou-se um problema crucial em face da crescente demanda de melhores e maiores oportunidades educacionais para a juventude brasileira. Efetivamente, apenas uma reduzida parcela de estudantes brasileiros (5 por cento) concluem [sic] o curso secundário (em confronto com 60 por cento nos Estados Unidos); o currículo, métodos didáticos, instalações e o material de ensino acham-se sensivelmente desatualizados a[e] aquém das exigências de hoje (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/MEC; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL/USAID, 1965, p. 1–2).

As citadas dificuldades dos órgãos estaduais em conduzir o processo de planejamento na área educacional justificariam a necessidade de “assistência técnica” para elaborar seus planos. Para suprir tal deficiência, foi criada a Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) e assinados convênios específicos na área do planejamento.

1.1.2 Programa Estratégico de Desenvolvimento 1968–1970

O “Programa estratégico de desenvolvimento 1968–1970” é um documento elaborado pelo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral que abrange áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. O quadro governamental então era composto por Costa e Silva, presidente da República, Rondon Pacheco, chefe do Gabinete Civil, Tarso de Moraes Dutra, ministro da Educação e Cultura, e Jarbas Gonçalves Passarinho, ministro do Trabalho e

³ Vide mapa conceitual da Figura 12, sobre os programas, os acordos e os convênios ligados às escolas Polivalentes.

Previdência Social. Como dissemos, esse planejamento referia-se às áreas estratégicas; destas, aqui interessa mais a infraestrutura social (v. “Educação e recursos humanos” — área estratégica IX). Os objetivos do programa de educação e recursos humanos são bem amplos e apontam a educação como “instrumento”: do “desenvolvimento”, da “aceleração do desenvolvimento”, do “progresso social” e da “de expansão de oportunidades de emprêgo” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, p. 9–12). Estão explicitados nesse documento da seguinte forma:

Instrumento do desenvolvimento — “No momento em que [...] se pretende dar grande impulso para a efetiva retomada do desenvolvimento, é preciso situar a *Educação na primeira linha de ataque*, expandindo-a e reformulando-a para que constitua, realmente, poderosa arma a serviço da aceleração do desenvolvimento, do progresso social e da expansão do emprêgo”; Instrumento de aceleração do desenvolvimento — “*O progresso tecnológico, em sentido amplo [...], é estreitamente dependente do desenvolvimento educacional*, que não apenas assegura a maior especialização do fator trabalho, mas inclui as melhores formas de organização e novos métodos, assim como a própria expansão da pesquisa científica e tecnológica”; Instrumento de progresso social — “[...] a educação brasileira irá *assegurar a participação de todas as categorias sociais nos resultados do desenvolvimento*, criando o quadro institucional necessário à valorização do homem brasileiro e, notadamente, assegurando a democratização de oportunidades [...]”; Instrumento de expansão de oportunidades de emprego — “[...] a educação deverá preocupar-se, de um lado, com a preparação geral (não especializada) do estudante brasileiro, para a vida em comum numa sociedade moderna, através do ensino primário e médio ginásial e, de outro, com a qualificação da mão-de-obra para a vida de trabalho, mediante ensino técnico, profissionalizante a nível colegial e superior” (p. 10–1; grifo nossos).

Neste último, a ideia é que, ficando as empresas desobrigadas de qualificar seu pessoal — visto que a escola o fará —, poderiam destinar as verbas de qualificação para a absorção de mão de obra. Nossa grifo visa destacar a responsabilidade imputada à educação escolar no processo de desenvolvimento da nação e como este estava atrelado ao desenvolvimento tecnológico, econômico e social. Temos, assim, a educação como “poderosa arma” para combater as mazelas que assolavam o país. Tal crença parece aludir ao que Jorge Nagle⁴ chamou de “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”, que permearam o imaginário educacional nos anos 1920. Esses elementos de desenvolvimento tecnológico, valorização do método científico, democratização das

⁴ O leitor interessado em aprofundar nessa temática pode consultar a edição de 2001 da obra de Jorge Nagle, *Educação e sociedade na Primeira República*, pela editora DP&A.

oportunidades educacionais, conciliação das formações geral e especializada e formação para o trabalho podem ser encontrados na lei 5.692/71 e, por conseguinte, no projeto das escolas Polivalentes. A figura a seguir reproduz notícia de jornal de Araxá, MG, que menciona o binômio “educação–desenvolvimento” e alguns de seus elementos na proposta dos Polivalentes.

POLIVALENTE - Dia 9 o início das aulas

Na cidade desde o dia 19, o Diretor JOSÉ HENRIQUE NUNES, para planejamento das atividades da Escola Estadual Polivalente. Cerca de 30 professores com treinamento especializado pelo PREMEN chegam à cidade para ficar. Dia 02, marca o início das atividades que precedem à abertura das aulas no dia 09.

A matrícula prevista é de apenas 240 alunos para 6 classes de 5.^a série e possivelmente de 6.^a série. O levantamento feito anteriormente mostra que o número de vagas será preenchido.

No monumento arquitetônico que do alto do morro mostra o que a reforma do ensino exige em matéria de rede física, e, ainda, a reforma que se implanta total em nosso município, com a nova filosofia da educação ali ministrada:

- Métodos e técnicas os mais modernos;
- Área de Estudos;
- Conteúdos específicos mais concorrentes com a realidade local;
- Equipamento sofisticado para o ensino técnico de práticas agrícolas, artes industriais, atividades comerciais e educação do lar;
- Laboratório completo de línguas;
- Biblioteca com acervo inicial de 5.000 obras;
- Banco do Livro, oferecendo 7.000 volumes, vem facilitar ao aluno de parcos recursos, evitando a compra de livros didáticos;
- Praça de Esportes com duas quadras de Volei; Basquete; Futebol de Salão;
- Campo gramado de Futebol e pistas de atletismo.

Tudo aquilo que se pode oferecer em conforto e funcionalidade numa escola modelo para que a educação se faça global conforme preceitua a nova lei do ensino.

Tudo isto foi feito em decorrência do vultoso investimento do convênio PREMEN - MEC - USAID e PREFEITURA, pelo qual a administração Dr. JOSÉ RODRIGUES DUARTE respondeu pela parcela de Cr\$ 435.000,00.

Araxá com o Polivalente, mais uma vez corresponde aos anseios de seus municípios e mostra que a Educação é constante preocupação de seus administradores, que se identificam com o Binômio: EDUCAÇÃO. DESENVOLVIMENTO.

FOTO 2. Reportagem indicativa do início das aulas na Escola Estadual Polivalente de Araxá, MG
Fonte: CORREIO DE ARAXÁ, 1974, p. 1

Como o programa de desenvolvimento abrangia todos os níveis de ensino, talvez o trecho a seguir apresente, de forma clara e sucinta, a quem se destinava cada um deles:

Em primeiro lugar, é preciso enfatizar a idéia, já indicada, de que a escolarização do nível primário deve alcançar a totalidade da população. O

ensino médio, também oferecido a todos, deve representar, em numerosos casos, o término da escolarização formal, habilitando o indivíduo a ingressar, imediatamente, na força de trabalho, embora tornando-o apto a prosseguir, em qualquer época, um aprendizado de maior diferenciação. Os cursos universitários constituem o escalão mais elevado da educação nacional, devendo ser oferecidos, como oportunidade, aos mais bem dotados intelectualmente, com vistas à formação de recursos humanos de alto nível (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, p. 1; grifo nosso).

A ideia de terminalidade no antigo nível médio está presente nos programas, documentos e manuais educacionais desse período, visto que, como expressa essa citação, o ensino superior seria destinado apenas para os “mais bem dotados intelectualmente”. Essa proposição nos conduz a duas interpretações: uma é que a proposta de “democratização de oportunidades” limita-se ao então ensino médio; outra é que isso justifica a necessidade de sondagem vocacional em nível ginásial, como propõem as escolas Polivalentes. Como veremos no próximo tópico, essas diretrizes estão em conformidade com a reforma 5.692/71, em que a escolaridade obrigatória está prevista para a faixa etária 7–14 anos, incluindo o primário e o primeiro ciclo do ensino médio, nomenclatura que mudaria após essa reforma para primeiro grau. Daí a prerrogativa de que o ensino nesse nível será “oferecido a todos”.

O entrosamento do ensino fundamental comum com o médio constituirá requisito indispensável ao sucesso deste plano. Na última série da escola primária, deverão ser introduzidas noções gerais sobre temas vocacionais, simultaneamente à transmissão de conhecimentos inerentes ao ensino fundamental comum, a fim de que o aluno possa dar continuidade aos seus estudos, sem as desvantagens das mudanças bruscas. Os exames de admissão deverão ser eliminados e o acesso ao nível médio, dos alunos que apresentem satisfatória educação primária, deverá ser automático, única alternativa compatível com a obrigatoriedade de 8 anos de ensino. Nas áreas em que a procura de vagas nas escolas ginásiais públicas excede as disponibilidades, poder-se-á manter os *exames de classificação*, para acesso ao primeiro ciclo médio daqueles estabelecimentos (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, p. 27; grifo nosso).

Por esse trecho, vemos que os “exames de admissão” deveriam dar lugar aos “exames de classificação” como alternativa quando a demanda superasse a oferta. Na Escola Estadual Polivalente de Uberaba, encontramos materiais comprobatórios da existência desses exames, que, embora fossem adjetivados como admissionais, tiveram fins classificatórios (FIG. 3).

=RESULTADO CLASSIFICATÓRIO DOS EXAMES DE SELEÇÃO- ATA GERAL DE EXAMES DE ADMISSÃO REALIZADOS NA 1ª ÉPOCA DE 1971										
Nos dias <u>16 (dezesseis)</u> do mês de <u>agosto</u> do ano de mil novecentos e <u>setenta e um</u> neste Cidade de <u>Uberaba</u> , presentes o Diretor <u>Abigail Eufilia Bracarense Ceimbra</u> e os membros da Comissão Examinadora, constituída pelos Srs. Professores: <u>_____</u>										
sob a presidência deste último, realizaram-se os exames de admissão à <u>5ª série 2º semestre</u> cujos resultados constam do quadro abaixo:										
NOME DO CANDIDATO										
... continuação ...		Média	RESULTADO							
<u>João Roberto Campos</u>		- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	<u>23,55</u>
<u>Edilmar de Oliveira</u>		- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	<u>23,45</u>
<u>Cleonilda Lus Borges</u>		- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -	<u>23,40</u>
OBSERVAÇÃO: Em virtude das Escolas Estaduais Polivalentes estarem integradas na Reforma do Ensino, o nosso resultado é classificatório, sendo a nota global e abrangendo as disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências Naturais.										

FOTO 3. Registro de atas de exames de admissão. No campo “OBSERVAÇÃO” de ata geral para quinta série em 1971, se lê: “Em virtude das Escolas Estaduais Polivalentes estarem integradas na Reforma do Ensino, o nosso resultado é classificatório, sendo a nota global e abrangendo as disciplinas: Português, Matemática, Geografia, História e Ciências Naturais”.

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Os exames de admissão foram uma exigência para o ingresso no ciclo ginásial prescritos na lei 4.024/61, cujo art. 36 trazia o seguinte:

O ingresso na primeira série do 1º ciclo dos cursos de ensino médio depende de aprovação em exame de admissão, em que fique demonstrada satisfatória educação primária, desde que o educando tenha onze anos completos ou venha a alcançar essa idade no correr do ano letivo (BRASIL, 1961).

Na vigência dessa lei, segundo o art. 27, apenas o ensino primário é considerado obrigatório. Entretanto, com a lei 5.692/71, em seu art. 20, essa obrigatoriedade é estendida para o ensino de 1º grau (que incluiu o ensino primário e o ciclo ginásial). Essa obrigatoriedade jogou por terra a necessidade dos exames de admissão para o ciclo ginásial. Ainda assim, quando a demanda era maior que a oferta de vagas, os exames classificatórios foram uma alternativa utilizada para o preenchimento das vagas.

Outros aspectos inerentes ao programa de desenvolvimento serão apresentados simultaneamente à discussão da reforma 5.692/71. Assim, evitamos a repetição de comentários, visto que há uma significativa aproximação entre esses documentos. Além disso, acreditamos ser oportuno o estabelecimento do paralelismo entre eles para facilitar nossa compreensão.

Em relação ao financiamento, o programa não menciona, mesmo na parte referente aos “Recursos para a educação” (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, p., 144–51), o auxílio financeiro advindo dos Acordos MEC/USAID. Nos quadros 38 e 39 do documento (p. 94–5), são apresentados os dispêndios em educação; ali consta a fonte “recursos externos”. Mas também aí os acordos não são explicitados. Esse fato atraiu nossa atenção uma vez que, em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, essa questão do sigilo que circundava esses acordos especificamente é criticada:

Estas considerações vêm a propósito dos acordos MEC–USAID, há muito criticados por vários grupos de opinião, seja pela interferência daquela entidade do governo norte-americano em questões de política educacional brasileira, seja — e aí talvez esteja o ponto capital — pela maneira por que se celebraram os acordos, tão sigilosa e reticente que permitia todas as dúvidas que foram de fato tomado corpo (FOLHA DE S. PAULO, 1967a, p. 4).

O que se faz em sigilo, normalmente, é porque se tem algo a esconder; e se há necessidade de omitir fatos ou informações, pensamos que, de alguma forma, desagradariam às pessoas envolvidas. O que teriam a esconder tais acordos? Talvez tenha sido por causa desse tipo de crítica que os convênios celebrados em 1971–2 tivessem em seu texto algum tipo de menção sobre a necessidade de divulgar tais acordos. Veja-se o seguinte: “Fica acordado que, através das informações fornecidas ao público, o Governo Brasileiro divulgará o apoio financeiro prestado pelo Governo dos Estados Unidos a esta atividade” (MEC; USAID, [1966]).

À luz do programa de desenvolvimento, o projeto Polivalente é assim designado:

A formalização do ginásio fundamental comum de dois anos, tronco comum a todos os ramos de nível médio, sem diferenciação, e do *ginásio orientado para o trabalho* (ou ginásio polivalente, ou tronco comum, ou, ainda, pluricurricular), resultante da superação dos sistemas tradicionais de ensino primário e secundário, aparece como proposição básica do Programa. O *ginásio polivalente* constituirá uma síntese das formações teórica e vocacional. A interpenetração do ensino formal com a sondagem vocacional será feita à base do restabelecimento da noção de que a teoria e a prática são partes complementares de uma formação harmoniosa e realista. Medidas suplementares, como a intensificação do trabalho escolar e a utilização de modernos recursos didáticos e pedagógicos, impedirão que o gigantismo curricular desponte dentro da nova estrutura de ensino (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL, 1969, p. 34–5).

Essa ideia de síntese entre formação teórica e prática, trabalho intelectual e trabalho manual está presente nos regimentos escolares dos Polivalentes de Araguari, Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo e Uberaba, como se vê na figura a seguir.

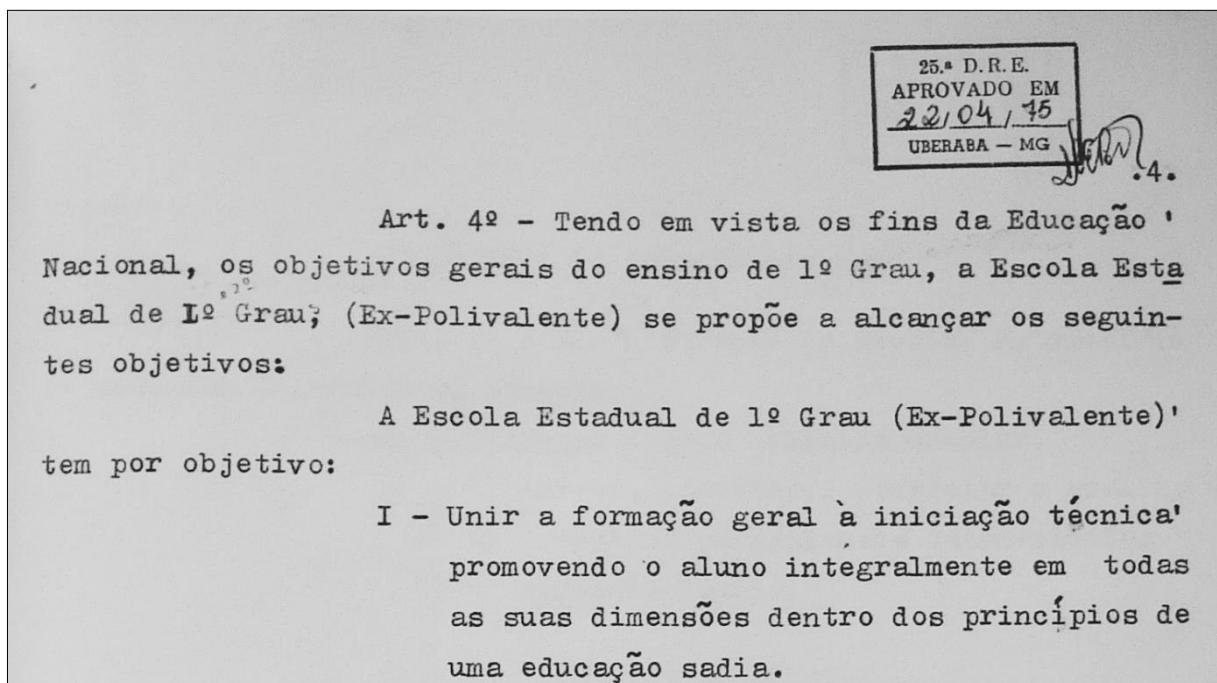


FOTO 4. Regimento escolar da Escola Estadual de 1º Grau (ex-Polivalente), de Frutal, em 1975
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Frutal

Pelos documentos analisados, pareceu-nos ser uma questão que marcou significativamente o discurso de justificativa do projeto.

O ginásio Polivalente, seguimento natural da escola primária, assentará-se na idéia de que a sedimentação de conhecimentos teóricos gerais e ao mesmo tempo operacionais, é imprescindível à maturação da personalidade e ao exercício permanente e flexível de atividades produtivas. Vinculará a teoria à prática; harmonizará o trabalho acadêmico tradicional com o dinâmico funcional, eliminando definitivamente preconceitos mantidos com relação ao último e prejudiciais ao desenvolvimento nacional. Prolongando a educação fundamental básica, nem por isso o ginásio polivalente abstrairá as exigências do meio em que se insere, em torno do qual, forçosamente, deverá girar a planificação e a programação do chamado ensino médio. A extinção gradativa do ensino técnico de primeiro ciclo e a coexistência, apenas temporária, de várias áreas técnicas, em cursos diferenciados, num mesmo estabelecimento, completam o arcabouço idealizado para o ginásio orientado para o trabalho. A tônica do novo sistema consiste em manter, nos currículos, as disciplinas tradicionais indispensáveis à formação intelectual e em incorporar matérias de caráter vocacional (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL 1969, p. 35).

O dualismo educacional no Brasil é tão antigo quanto a história de sua educação. Por mais que algumas iniciativas como a dos signatários do *Manifesto dos pioneiros da educação nova*, em 1932, tenham intentado superá-la, isso não aconteceu. Saviani (2002, p. 148) salienta essa proposição na própria lei 5.692/71 ao afirmar:

E a reforma do ensino de 1º e 2º graus acenou para uma abertura ampla ao propor a universalização do ensino profissional em nível de 2º grau em nome do combate à fórmula “ensino secundário para os nossos filhos e ensino profissional para os filhos outros”. Entretanto, ao diferenciar a terminalidade ideal ou legal, coincidente com a conclusão do 2º grau, da terminalidade real mediante a qual o ensino profissional poderia ser antecipado para os alunos, as regiões ou as escolas que não tivessem condições de ultrapassar a 8ª, a 6ª ou mesmo a 4ª série do 1º grau, a reforma acabou por converter a velha fórmula nesta outra: “Terminalidade legal para os nossos filhos e terminalidade real para os filhos dos outros”. Com isso a discriminação se manteve, conciliando-se, por essa via, a defesa dos interesses elitistas com a exigência de ampliação do sistema de ensino. E se a força da quantidade marcou a uniformização do padrão de qualidade nas escolas públicas, as grandes escolas privadas já tradicionais nesses níveis de ensino, bem como outras que surgiram em moldes semelhantes, vieram em socorro do modelo anterior, garantindo a oferta do padrão diferenciado demandado pelas elites; inverteu-se, assim, no ensino de 1º e 2º graus, a relação público–privado estabelecida ao nível de 3º grau.

1.1.3 Relatório das metas e bases para ação do governo — educação, 1970–3

O projeto Polivalente, à luz do “Relatório das metas e bases para ação do governo — educação 1970–3”, é explicitado da seguinte forma.

O projeto visa à expansão da rede escolar e à reformulação do Ensino Médio, melhorando sua produtividade através da implantação de uma rede nacional de Ginásios Polivalentes, que, além de proporcionarem educação geral, oferecerão orientação para o trabalho, através da sondagem de aptidões vocacionais (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., p. 12).

Esse aspecto do projeto — cabe frisar — foi enfatizado em quase todos os documentos referentes aos Polivalentes. A passagem a seguir do “Relatório das metas...” traz números que dão a ideia do quanto ambiciosa foi a proposta desse projeto escolar quanto à ampliação da rede física das escolas públicas e à formação de professores para atender a esse incremento na quantidade de estabelecimentos educacionais.

Conforme o que consta nas “Metas e Bases”, o projeto já em execução desenvolver-se-á no período 1970/73, com a construção de 276 ginásios novos, instalação de 1.600 oficinas para práticas educativas e treinamento ou aperfeiçoamento de cerca de 25.000 professores. A parte de construção de novos ginásios está sendo concentrada, numa primeira fase, nos Estados da

Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Além desses, cada Unidade da Federação receberá um ginásio modelo. O projeto de transformação de ginásios tradicionais em polivalentes se estende por todo o território nacional. O total de recursos já destinado ao programa alcança cerca de Cr\$ 253 milhões, dos quais Cr\$ 135 milhões [ou seja, 53,36%] de origem externa (AID). Com os recursos provenientes de um segundo empréstimo, já negociado, o montante destinado ao projeto deverá atingir cerca de Cr\$ 400 milhões no quadriênio, e permitirá a ampliação a outros Estados, progressivamente (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., p. 12).

Em conformidade com essa citação, a transformação dos ginásios existentes em Polivalentes está prevista, também, nos objetivos do PREMEN, na cláusula primeira do convênio celebrado entre este e a prefeitura de Monte Carmelo, que assim se apresenta: “2 – Fomentar um aperfeiçoamento qualitativo do Ensino de 1º grau no país pela transformação gradativa dos Ginásios existentes em estabelecimentos do tipo polivalente” (MEC, s. d., s. p.).

De acordo com o “Relatório das metas...”, o montante de recursos no ano de 1971 foi de Cr\$ 120.944.263,50, como se lê no quadro a seguir.

QUADRO 3. Recursos destinados ao projeto Polivalente no ano de 1971

FONTE DE RECURSOS	PROGRAMADO	LIBERADO	APLICADO
Tesouro Nacional	29.851.600,00	27.520.907,00	25.270.534,63
Estados	25.956.709,50	24.726.641,14	24.726.641,14
USAID	65.135.954,00	41.735.341,73	41.735.341,73
Total	120.944.263,50	93.982.889,87	91.732.517,50

Fonte: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., 13–8

Comparando-se os valores apresentados na citação anterior com o Quadro 1, temos que, até 1971, foram aplicados menos de ¼ do valor previsto pelos convênios. Talvez resida aqui a explicação para construir as escolas Polivalentes de terceira e quarta etapas, com início de funcionamento em 1974 e 1975; e mesmo com o fim do programa, decretado pela resolução 464-D, de 20 de agosto de 1974, que dispõe sobre o enquadramento do professor de escolas estaduais Polivalentes.

O item “Situação atual” do “Relatório das metas...” traz a seguinte estrutura do projeto e das ações realizadas em 1971. O projeto divide-se em três subprojetos, a saber: construções, equipamentos e recursos humanos. Em relação ao subprojeto de construção, as ações desenvolvidas em 1971 foram:

- 49 GPs da 1ª Etapa: – concluídas 9 obras na Bahia, 8 em Minas Gerais, 2 no Espírito Santo e 10 no Rio Grande do Sul; as restantes 20 obras atingiram em média, 63% de sua execução.
- 66 GPs da 2ª Etapa: – iniciadas 61 obras que atingiram, em média, 34% de sua execução; já licitadas 3; ainda não licitadas 2 obras.
- 16 GPs do Sub-programa Nacional: – iniciadas 10 obras; já licitadas 3; ainda não licitadas 3 obras.
- Elaboração de Projeto de Escola Fundamental e dos seguintes Projetos-Modelo: GP4, GP5, GP6, GP7, GP8, GP9 e GP10.
- Realização do Encontro de Engenheiros responsáveis pelos Ginásios Modelo do Subprograma Nacional, no Rio de Janeiro/GB.
- Realização de 3 Encontros dos Gerentes de Construção dos Estados Participantes.
- Elaboração do Cronograma de Atividades da 3ª Etapa.
- Recursos aplicados em 1971 (inclusive Consultoria de Arquitetura e Engenharia): Cr\$ 62.045.977,30 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., p. 13–4).

Ações relacionadas com o subprojeto de equipamento foram as seguintes:

- Fiscalização e inspeção do material e equipamento, em linha de produção.
- Instalação e operação de depósitos temporários nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Curitiba para o equipamento destinado aos 49 Ginásios Polivalentes da 1ª etapa.
- Licitação e aquisição do material e equipamento – necessários ao complemento dos Ginásios 1ª e 2ª Etapas (128 Ginásios)
- Planejamento, licitação e execução dos transportes do equipamento estocado nos Depósitos.
- Planejamento para instalação de Depósitos temporários e dos transportes do material destinado aos Ginásios da 3ª Etapa.
- Planejamento da licitação da 3ª Etapa.
- Elaboração do Cronograma de atividades da 3ª Etapa.
- Recursos aplicados em 1971: Cr\$ 11.560.775,05 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., p. 13–4).

Por fim, as realizações no subprojeto de recursos humanos:

- Conclusão do treinamento de 972 professores em cursos de curta duração para a 1ª etapa, sendo: 525 em Disciplinas Acadêmicas e 447 em Artes Práticas.
- Realização do Treinamento de 528 professores em cursos de reciclagem para a 1ª etapa, sendo: 437 em Disciplinas Acadêmicas, 52 em Educação Física e 39 em Educação Artística.
- Realização do treinamento de 354 elementos para o Corpo Técnico e Administrativo dos Ginásios da 1ª Etapa.
- Início do treinamento de 1920 professores, em Cursos de Curta Duração para a 2ª Etapa e Subprograma Nacional, sendo 1204 em Disciplinas Acadêmicas, 620 em Artes Práticas e 96 em Educação Física.

- Início do treinamento de 625 professores, em Cursos de Reciclagem para a 2^a Etapa, sendo 521 em Disciplinas, 13 em Artes Práticas e 86 em Educação Física.
- Início do treinamento de 498 elementos para o Corpo Técnico e Administrativo dos Ginásios da 2^a Etapa.
- Realização do III Encontro de Coordenadores de Cursos, em Belo Horizonte e do IV Encontro no Rio de Janeiro.
- Elaboração e execução da 1^a Etapa do Programa de Treinamento para pessoal ligado ao Sistema de Supervisão das Escolas Polivalentes (Subprojeto de Bolsas no Exterior).
- Licitação e aquisição de livros para as Agências de Treinamento.
- Elaboração da lista de livros para as Bibliotecas dos GPS e planejamento da aquisição desses livros para a Biblioteca de 137 Ginásios, em articulação com o Instituto Nacional do Livro (INL).
- Elaboração do Cronograma de Atividades da 3^a Etapa. Recursos aplicados em 1971: Cr\$ 13.082.451,39 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, s. d., p. 13–4).

Além das atividades referentes aos três subprojetos mencionados acima, consta do “Relatório das metas...” a aprovação para construção de ginásios Polivalentes em outros 58 municípios: “[...] 14 na Bahia, 10 no Espírito Santo, 10 em Minas Gerais e 24 no Rio Grande do Sul” (p. 16). Embora o relatório de metas e bases cite autorização para construir, em terceira etapa, dez escolas em Minas Gerais, em 1974, quando da publicação do decreto 16.654 — que criou escolas Polivalentes dessa etapa —, havia referência a 26 escolas nestas cidades: Araxá, Campo Belo, Caxambu, Corinto, Conselheiro Pena, Curvelo, Diamantina, Frutal, Guaxupé, Juiz de Fora, Itabira, Itajubá, Itaúna, *Ituiutaba*, Mantena, Monte Carmelo, Nova Lima, Muriaé, Oliveira, Paracatu, Poços de Caldas, Sabará, Santos Dumont, S. João Del-Rei, S. João Nepomuceno e Três Corações.

De acordo com a lei 5.760, de 14 de setembro de 1971, os oito ginásios criados nessa primeira etapa em Minas Gerais seriam em Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Uberlândia, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis e Patos de Minas (FIG. 4).



MAPA 1. Minas Gerais, com destaque para as cidades onde foram criadas escolas Polivalentes na primeira etapa

Fonte: RESENDE, 2011, p. 89

Os recursos financeiros aplicados nos subprojetos de: construção — Cr\$ 62.045.977,30 —, equipamento — Cr\$ 11.560.775,05 — e recursos humanos — Cr\$ 13.082.451,39 — somam Cr\$ 86.689.203,74. Esse valor representa 94,5% do montante aplicado no programa (Cr\$ 91.732.517,50) em 1971, segundo o relatório. O destino da aplicação dos 5,5% restantes não foi informado.

1.1.4 Reforma educacional — lei 5.692/71

Na sequência da publicação das leis, veio a reforma do ensino de primeiro e segundo grau — lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. A reforma afeta diretamente nosso objeto de pesquisa, visto que muda o nível de ensino ao qual pertenciam as escolas Polivalentes e que está em consonância com o contexto sociopolítico-econômico do período estudado. A passagem a seguir do texto “Fundamentação teórica da escola Polivalente” mostra essa inter-relação:

A Escola Polivalente, face às alterações previstas, está muito bem situada basicamente porque atende a um dos princípios da Lei nº 5692, não visa nem à formação acadêmica, nem à profissional do adolescente; é por definição, mista de ambas as anteriores correntes, com um sentido eclético mais pedagógico e, por isso mesmo, mais identificado com a realidade sócio-econômica do país (MEC, s. d., s. p.).

Segundo Saviani (2002, p. 119),

A Lei n. 5.692/71 completa o ciclo de reformas educacionais destinadas a ajustar a educação brasileira à ruptura política perpetrada pelo golpe militar de 1964. [...] tal ruptura política constituíra uma exigência para a continuidade da ordem socioeconômica. Considerando-se essa continuidade no âmbito socioeconômico, é compreensível que haja uma continuidade também no que diz respeito à educação. E isto está refletido na legislação.

Reafirmando e justificando a afirmação anterior, Saviani diz que,

Aliás, a referida continuidade pode ser imediatamente constatada pelo simples fato de que os cinco primeiros títulos da Lei n. 4.024, que tratam dos fins da educação, do direito à educação, da liberdade de ensino, da administração do ensino e dos sistemas de ensino permanecem em vigor. Ora, são exatamente esses títulos que consubstanciam as diretrizes, isto é, a orientação fundamental da organização escolar brasileira (2002, p. 121).

Ele também ressalta o fato de que, embora no referido aspecto tenha havido continuidade, esta não se verificou em toda a lei. Mediante um paralelo entre essas leis, Saviani analisa que a inspiração liberalista subjacente à lei 4.024 abriu espaço à tendência tecnicista, patentes nas leis 5.692 e 5.540, que reformou o ensino superior — daí fugir ao escopo deste estudo. Segundo ele,

[...] enquanto o liberalismo põe a ênfase na qualidade em lugar da quantidade; nos fins (ideais) em detrimento dos métodos (técnica); na autonomia em oposição à adaptação; nas aspirações individuais antes que nas necessidades sociais; e na cultura geral em detrimento da formação profissional, com o tecnicismo ocorre o inverso. [...] os princípios de não-duplicação de meios para fins idênticos com seus corolários, tais como a integração (vertical e horizontal), a racionalização-concentração, o aproveitamento de estudos etc., do mesmo modo que medidas tais como a departamentalização, a matrícula por disciplina, o “sistema de créditos” [estas relacionadas ao ensino superior], a profissionalização do 2º grau, o detalhamento curricular e tantas outras indicam uma preocupação com o aprimoramento técnico, com a eficiência e produtividade em busca do máximo de resultado com o mínimo de dispêndios (SAVIANI, 2002, p. 122).

A concepção tecnicista de educação de que fala Saviani tem como um de seus pilares a teoria comportamentalista de B. F. Skinner, presente em vários aspectos do programa. A título de exemplificação, podemos citar o trecho seguinte extraído do artigo veiculado no

Boletim PREMEM do Rio Grande do Sul,⁵ intitulado “Microensino: estudo teórico das habilidades em treinamento”.⁶ Diz o texto: “[...] o professor deve proporcionar reforços positivos adequados e variados a seus alunos na situação de ensino, pois através do reforço o professor modela o comportamento do aluno na direção dos objetivos que deseja atingir” (PINO; MATHOS, 1971, p. 47).

A publicação da lei 5.692/71 repercutiu e mobilizou ações nos municípios da federação, conforme pudemos verificar nas manchetes e trechos das reportagens difundidas pela imprensa local das cidades pesquisadas. Vejam-se, a seguir, trechos de três reportagens veiculadas na imprensa de Uberlândia.

TRÊS cidades [Uberlândia, Ituiutaba e Araguari] escolhidas para a implantação da Reforma do Ensino. [...] A Implantação da reforma vai exigir qualificação de recursos humanos para que estes objetivos possam ser atingidos. Providências já estão sendo tomadas pela 26ª Delegacia de Ensino de Uberlândia no sentido de se formar uma equipe regional de treinamento, à qual competirá o planejamento, a coordenação e orientação de cursos, com a finalidade de aprimorar e atualizar o pessoal docente e administrativo. [...] A Delegacia de Ensino de Uberlândia vai formar uma equipe de planejamento pedagógico a fim de assessorar as unidades de ensino, tanto particular quanto oficial, para a implantação da reforma do ensino recentemente elaborada pelo governo federal”, concluiu o prof. Fenelon dos Anjos (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1972, p. 8).

A REFORMA do ensino. [...] Segundo o secretário de educação, prof. Fernando Barata, a reforma do ensino fundamental, mais do que uma simples reforma “é uma subversão de tudo o que se tem feito em matéria de ensino até aqui. Modifica todas as fórmulas rotineiras e tira a educação do esclerosamento em que se encontrava há décadas.” [...] Em Minas Gerais, conforme disse esta semana o secretário do governo para assuntos de educação, prof. Layrton Borges Miranda Vieira, entrevistado pelo CORREIO DE UBERLÂNDIA, já estão adiantados os estudos da reforma, a fim de que a Secretaria de Educação possa estar preparada. Um grupo trabalha incessantemente na elaboração de um relatório que será entregue ao governador Rondon Pacheco que deixará Minas preparada para o impacto das novas diretrizes oriundas da reforma (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1971b, p. 3).

ANA LÚCIA [professora técnica do Departamento de Educação] visita escolas para reforma do ensino. [...] Ana Lucia Antunes, do Departamento de Educação, que aqui colherá subsídios essenciais e imprescindíveis a um

⁵ Embora fosse uma publicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), O *Boletim PREMEM* foi encontrado no acervo da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde foram realizados os cursos e treinamentos dos professores que atuaram em Minas Gerais. Acreditamos que as ideias apresentadas nesse boletim devam estar em consonância com aquelas presentes nesse estado, uma vez que, com Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul, participou da primeira fase de construção dos ginásios Polivalentes.

⁶ O artigo “Microensino: estudo teórico das habilidades em treinamento” foi elaborado pelas professoras Solange Siqueira Pino e Rosa Maria Martini de Mattos, da equipe de Didática e Prática de Ensino dos cursos do PREMEM na Faculdade de Educação da UFRGS, 1970.

eficiente planejamento e adequada execução do trabalho a que se propõe o órgão em face à reforma do ensino. Está visitando estabelecimentos de ensino primário e médio, a fim de fazer levantamento de recursos humanos, e condições físicas dos prédios, para implantação da reforma do ensino (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1971c, p. 8).

Em Araxá, foi publicada, no jornal *Correio de Araxá*, a lei 1.208, de 26 de outubro de 1972, da Câmara Municipal, que prevê o seguinte:

Prefeitura Municipal de Araxá — Lei nº 1.208. Art. 1º – Fica a Prefeitura Municipal autorizada a promover a elaboração do Plano Municipal de Educação, de acordo com a Reforma do Ensino a que se refere a Lei Federal 5.692, e em colaboração com a Secretaria da Educação podendo despeser, para esse fim, até a importância de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros). Art. 2º – Fica autorizada a abertura de crédito especial necessário ao cumprimento do disposto nesta lei (CORREIO DE ARAXÁ, 1972, p. 5).

Como podemos perceber pelos noticiários municipais, a implantação da reforma 5.692/71 movimentou os setores relacionados com a educação e demandou investimentos financeiros e em recursos humanos para entendê-la e adequar instituições e órgãos de ensino à implementação do que nela se previa. Tomando como referência o texto da lei propriamente, vamos destacar artigos que se referem mais especificamente ao projeto dos Polivalentes.

Art. 1º – O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária *ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania* (BRASIL, 1971).

O primeiro artigo, que expõe o objetivo da reforma, explicita a intenção de profissionalização ao término do segundo grau; nesse caso, o percurso anterior — o primeiro grau — serviria como propedêutico para tal qualificação: “Art. 2º – O ensino de 1º e 2º graus será ministrado em estabelecimentos criados ou reorganizados sob critérios que assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, sem duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes” (BRASIL, 1971). Subjacente a esse artigo, temos o princípio da racionalidade técnica — objetivar à maior produtividade com o menor esforço possível — e da teoria do capital humano. Esse princípio pode ser constatado em documentos encontrados nas escolas; por exemplo, em trecho extraído da “Justificativa da implantação da Escola Polivalente experimental”, do parecer 74/70 da Câmara de Ensino Superior (CFE), presente no acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari:

Em todo o mundo, o técnico em atividades secundárias é formado pela Escola Média,⁷ que tem duplo caráter: aumento da capacidade do indivíduo para usar eficientemente os recursos que o meio lhe oferece e, por outro lado, aquisição de instrumental básico para participar do progresso desse meio. A educação média deve ser, portanto, uma síntese de educação para o consumo e para a produtividade. Assim sendo, todas as despesas feitas com esse nível de ensino constituem verdadeiro investimento em capital humano (BRASIL, 1970d, p.2-3).

A educação escolar assumida nessa perspectiva é corroborada pelo documento “Planejamento educacional no Brasil”, Fórum Nacional de Educação (2011) e pelo “Programa estratégico de desenvolvimento 1968–1970”, respectivamente.

Os anos 70 deram início a um processo mais consistente de planejamento expresso nos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). Foram três PNDs no período do regime militar [...]. Os três primeiros PNDs, do regime militar, foram orientados pelo binômio segurança e desenvolvimento e, orientados por essas premissas, definiam as diretrizes e metas nacionais gerais e para cada área, que eram detalhadas nos respectivos Planos Setoriais. Na área de Educação foram elaborados três Planos Setoriais de Educação e Cultura (PSECs) para os mesmos períodos dos PNDs I, II e III. A *Teoria do Capital Humano*, em voga na época, que concebia a educação como fator de produção e de consumo, orientava as ações educacionais oficiais. Sob esse enfoque, em 1968 foi feita a Reforma Universitária (Lei nº 5.540) e, em 1972 [sic] [1971], a reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5792 [sic] [5.692] (BRASIL, 2011, p. 13; grifo no original).

Através do “Programa estratégico”, a educação se transformará rapidamente no sentido de atingir seus *objetivos primordiais: a formação de uma estrutura de recursos humanos condizente com as necessidades econômicas e sociais do País* e o aprimoramento do processo de democratização de oportunidades, indispensáveis ao seu aperfeiçoamento público e social. Realmente, o Programa objetiva manter no Brasil um *sistema integrado* de formação de mão-de-obra, sem os hiatos e lacunas observados atualmente. A *aprendizagem permitirá que os jovens egressos da escola primária se habilitem adequadamente para as tarefas produtivas; juntamente com o ginásio integrado, no qual se fará a sondagem de aptidões, existirá um sistema de treinamento rápido para o trabalho, com várias graduações de qualificação*; os colégios industriais (BRASIL, 1969b, p. 17–8; grifo nosso).

Esses trechos aludem às características pragmáticas da legislação e da consonância com os ideais da teoria do capital humano, sobre a qual passaremos a discorrer.

Teoria do capital humano e as escolas Polivalentes. Nos cursos ministrados pelo PREMEM em parceria com a UFMG, a importância de investir no capital humano para o

⁷ Por ser anterior à reforma 5.692/71, o parecer 74/70 veicula a denominação “Escola Média” referente aos níveis ginásial e colegial.

desenvolvimento da nação foi trabalhada dentro da temática “A relação educação e desenvolvimento”, segundo o autor, Euclides Pereira de Mendonça (FIG. 6).

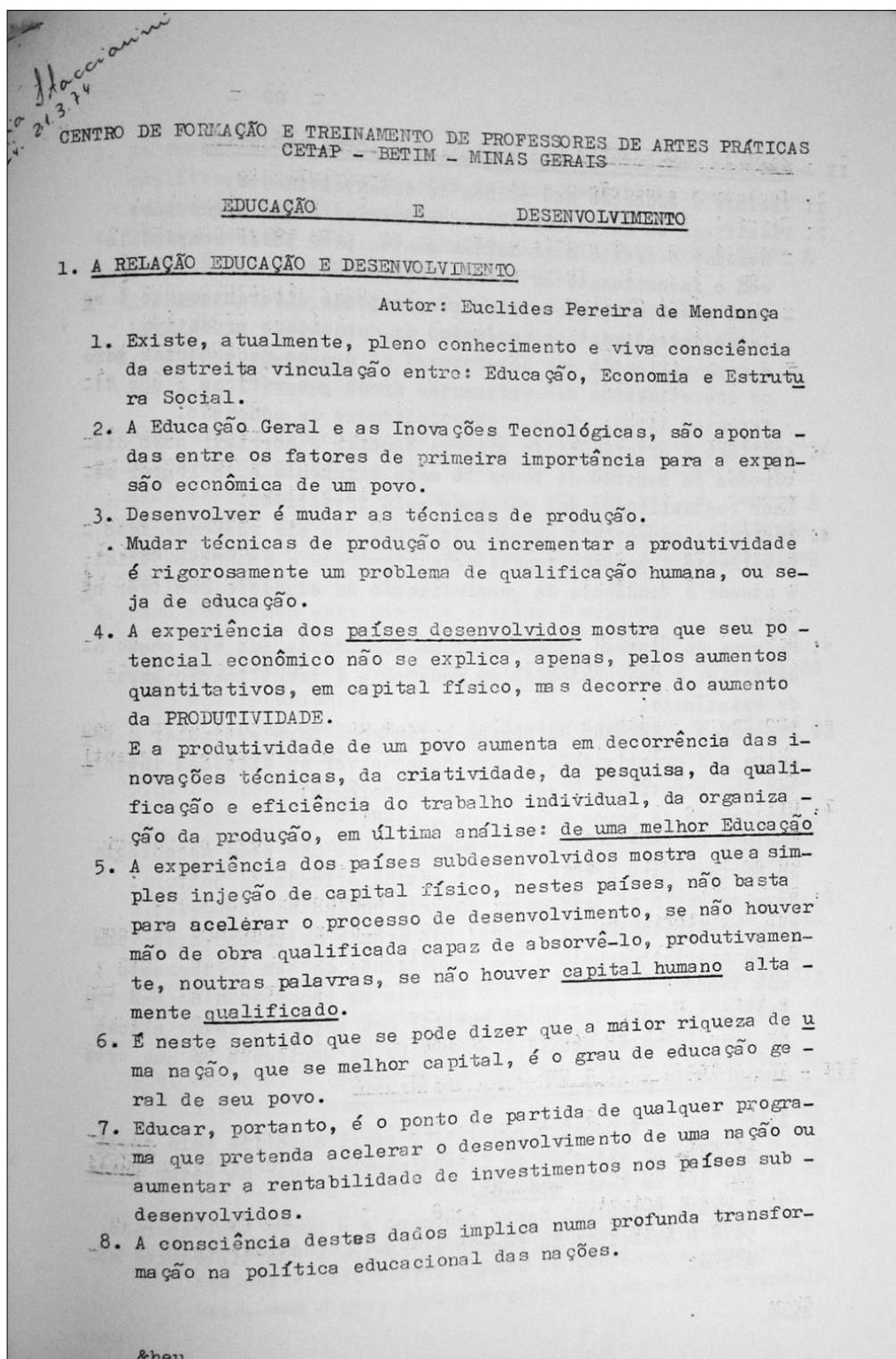


FOTO 5. Apresentação da temática “A relação educação e desenvolvimento” segundo seu autor, Euclides Pereira de Mendonça; notem-se, em especial, os itens 4, 5, 6 e 7. Cor de fundo modificada no contraste para dar mais legibilidade ao texto

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Nesse momento, abrimos espaço para apresentar conceitos e princípios da teoria do capital humano. Schultz (1973, p. 13), em seu ensaio “O valor econômico da educação”, fundamenta sua discussão na proposição de que as pessoas “[...] valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo auto-investimento [...]” e que a educação seria “[...] o maior investimento no capital humano”; além disso, diz ele, “[...] o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e da oferta da instrução, considerada como um investimento”. Valendo-se das ideias desse teórico, Frigotto (1993, p. 40–1) apresenta a seguinte relação entre educação e capital humano:

A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro. O processo educativo, escolar ou não, é reduzido à função de produzir um conjunto de habilidades intelectuais, desenvolvimento de determinadas atitudes, transmissão de um determinado volume de conhecimentos que funcionam como geradores de capacidade de trabalho e, consequentemente, de produção. De acordo com a especificidade e complexidade da ocupação, a natureza e o volume dessas habilidades deverão variar. A educação passa, então, a constituir-se num dos fatores fundamentais para explicar economicamente as diferenças de capacidade de trabalho e, consequentemente, as diferenças de produtividade e renda.

Prefaciando a obra de Frigotto (1993, p. 7–8), Derméval Saviani sintetiza o percurso de enaltecimento, crítica e superação da relação direta entre economia e educação ao longo das décadas de 1960, 70 e 80.

Na primeira, a educação é vista como essencial para o desenvolvimento econômico e tem, no emprego racional da técnica, a tônica da ação pedagógica.

No princípio (década de 60) a referida teoria [do capital humano] foi desenvolvida e divulgada positivamente, sendo saudada como a cabal demonstração do “valor econômico da educação”. Em consequência, a educação passou a ser entendida como algo não meramente ornamental mas decisivo do ponto de vista do desenvolvimento da economia. Em tais circunstâncias, a economia da educação só não se tornou moda generalizada entre os educadores devido às dificuldades de se lidar com a nomenclatura técnica um tanto hermética das ciências econômicas. [...] Nesse momento, a teoria do capital humano se configurou como um dos elementos constitutivos e reforçados [reforçadores] da tendência tecnicista em educação (FRIGOTTO, 1993, p. 7).

Na década de 1970, tem-se a crítica ao enfoque econômico da educação, uma vez que este elevaria o processo de exploração da mão de obra, agora mais qualificada.

Em seguida (década de 70), sob a influência da tendência crítico-reprodutivista, surge a tentativa de empreender a crítica da economia da educação. Buscou-se, então, evidenciar que a subordinação da educação ao desenvolvimento econômico significava torná-la funcional ao sistema capitalista, isto é, colocá-la a serviço dos interesses da classe dominante uma vez que, qualificando a força de trabalho, o processo educativo concorria para o incremento da produção da mais-valia, reforçando, em consequência, as relações de exploração. [...] (FRIGOTTO, 1993, p. 7).

Nos anos 1980, propõe-se uma independência entre o desenvolvimento econômico e a educação escolarizada, que põe em questão a justificativa desta.

Num terceiro momento (década de 80), busca-se superar os limites da crítica acima apontada, limites esses marcados pelo caráter reprodutivista próprio da concepção que estava na sua base. Um primeiro esforço sistemático nesse sentido ganha forma no livro de Cláudio Salm, *Escola e trabalho*, publicado em 1980. Aí ele se empenha em fazer a crítica das “críticas” pondo em evidência a improcedência da tese que liga direta e mecanicamente a educação com o processo de desenvolvimento capitalista. Entretanto, no afã de demonstrar a autonomia do desenvolvimento capitalista em relação à educação (o capital — afirma ele — não precisa recorrer à escola para a qualificação da força de trabalho; ele é auto-suficiente; dispõe de meios próprios) Salm acaba por absolutizar a separação entre escola (educação) e trabalho (processo produtivo). Assim sendo a escola não teria a ver com a produção. Como, então, explicar e justificar sua existência? Salm, ao concluir seu livro, limita-se a mencionar uma possível justificativa para a existência da escola: a formação da cidadania (FRIGOTTO, 1993, p. 7–8).

Sintetizando a obra de Frigotto, diz Saviani (1993, p. 8):

Percebe-se, então, que a escola não é produtiva a serviço dos indivíduos indistintamente, no seio de uma sociedade sem antagonismos, como supunham os adeptos da teoria do capital humano. Também não é ela produtiva a serviço exclusivo do capital como pretendiam os críticos (reprodutivistas) da referida teoria. E nem mesmo é ela simplesmente improdutiva como pretendeu a crítica da crítica à teoria do capital humano. [...] Este livro situa, a meu ver, de modo correto a natureza da relação entre educação e processo produtivo uma vez que capta a existência do vínculo mas percebe também que não se trata de um vínculo direto e imediato mas indireto e mediato.

Situando as escolas Polivalentes nessa cronologia, temos que o primeiro acordo MEC/USAID que desencadeou a criação dessas escolas data de 1969; a resolução 925, que as estrutura e normatiza, data de 1970; e que o início do funcionamento ocorre a partir de 1971. Temos, assim, que a definição do “DNA” dessas escolas ocorre na transição das décadas de 60 e 70, quando a relação entre educação e processo produtivo é tida como direta e imediata, porém deslocando-se da positividade para negatividade.

Sabemos, no entanto, que todo processo de transição é lento, gradual e atinge os segmentos sociais em níveis e velocidades diferenciadas. Talvez tenhamos aqui uma segunda hipótese para a inquietação apresentada na introdução, quando nos referimos à polarização de opiniões acerca das escolas Polivalentes. Quem as via com positividade — é provável — também as via — mesmo que de forma inconsciente, uma vez que era uma ideia que pairava no imaginário social — como uma via de desenvolvimento pessoal que se refletiria, futuramente, numa mobilidade social. Este tipo de pensamento é analisado por Frigotto (1993, p. 44) quando assim apresenta:

O suposto básico microeconômico é de que o indivíduo, do ponto de vista da produção, é uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Supõe-se, de outra parte, que o indivíduo é produtor de suas próprias capacidades de produção, chamando-se, então, de investimento humano o fluxo de despesas que ele deve efetuar, ou que o Estado efetua por ele, em educação (treinamento) para aumentar a sua produtividade. A um acréscimo marginal de escolaridade, corresponderia um acréscimo marginal de produtividade. A renda é tida como função da produtividade, donde, a uma dada produtividade marginal, corresponde uma renda marginal. Na base deste raciocínio (silogístico) infere-se literalmente que a educação é um eficiente instrumento de distribuição de renda e equalização social.

De outro lado, os críticos — não da escola em si, mas do projeto como um todo — talvez se situassem na segunda fase (década de 1970) ao vislumbrarem que tal projeto estaria a serviço do capital. Isso porque, qualificando-se tecnicamente os trabalhadores, haveria aumento da produção e da mais-valia. Com efeito, segundo Arapiraca (1982, p. 46-7),

Ela [a educação, na teoria do capital humano] dissimula o sentido reprodutor dos valores de classe da prática educativa, acenando ao indivíduo, como tal, perspectivas ascensionais de classe. Nesse momento é que se apresenta, aparentemente, uma dimensão contraditória da proposta da teoria, medida em que, de um lado, ela ressalta as vantagens da individualidade, enquanto o indivíduo como tal; e, por outro, ela acena com possibilidade de ascensão social. O seu caráter marcadamente ideológico reside no fato de tentar ela *recortar* o cidadão das suas relações de classe social e anulá-lo politicamente. Por isso é que o efeito contraditório da proposta da teoria de que falávamos é só aparente. O seu objetivo maior é a alienação política do cidadão, na medida em que ela explora a pretensa possibilidade de estoque de capital que a educação possa proporcionar ao indivíduo isolado. Enquanto isso, a perspectiva da ascensão social é dissimulada sempre como uma esperança futura, e que é alimentada pela exploração da refinação do consumo supérfluo. No fundo, é uma ascensão social voltada mais para esse consumo supérfluo, como tentativa de dissimular a verdadeira dimensão ideológica da teoria do capital humano.

Quando mencionamos que a crítica não era às escolas Polivalentes propriamente ditas, mas ao projeto como um todo, buscamos bases em afirmações como a de Arapiraca, para quem:

[...] a política de ajuda aos países subdesenvolvidos promovida a partir dos países hegemônicos dissimula uma forma de manutenção da hegemonia da economia capitalista concentradora, no sentido de enquadrar os países receptores na sua esfera de dependência circular. É um enfoque na tentativa de demonstrar que a política de ajuda, tão ostensivamente desenvolvida na modernidade, outra coisa não é senão o estabelecimento da lógica do círculo: ajudam-se os países subdesenvolvidos para que estes ajudem os países hegemônicos a continuarem sempre a acumular capital às expensas da exploração dos recursos daqueles (ARAPIRACA, 1982, p. 74).

Pelas palavras de Arapiraca, percebemos nesse processo de assistência técnica e financeira entre Brasil e Estados Unidos uma distorção: preocupação, em vez do apregoado desenvolvimento brasileiro; ocorre a manutenção da posição subordinada do país; isto é, uma dependência de processos e recursos financeiros. Em relação aos processos, citamos o caso da EPEM, que veremos mais detalhadamente no capítulo 2. Foi composta igualitariamente por técnicos do Brasil e dos Estados Unidos que se responsabilizaram pelo planejamento da reforma do ensino médio como um todo. Quanto à dependência financeira, ocorre no endividamento, uma vez que a assistência financeira configurou não uma doação, mas empréstimo, a ser pago no prazo de 40 anos. A crença na teoria do capital humano se reflete nos princípios de documentos da época que apresentamos a seguir, a exemplo do “Plano setorial...”, onde se lê que,

Com ser o Homem o agente e objeto do trabalho educativo êste deve responder à ânsia da criatura humana de realizar-se como pessoa, participante do processo social. O que significa permitir-lhe realizar o seu próprio movimento de enriquecimento e unidade interior, em comunicação com os outros homens e em consonância ao meio social que, em círculos concêntricos, se alarga da família à Comunidade, à Nação e à Humanidade. Assim, a função una e indissociável da Educação é valorizar cada novo Homem, como indivíduo e como ser social, desenvolvendo ao máximo seus talentos e habilidades, aprimorando-lhes os atributos morais, orientando-lhe a conduta em benefício de cada um e do grupo social (MEC, 1971a, p. A).

Independentemente de essa teoria ser válida ou não para a educação — ou seja, de o investimento contribuir ou não para a educação e repercutir no desenvolvimento econômico e social —, acreditamos que ela tenha lado perverso, explicitado no “Plano setorial...” e que,

para os padrões atuais de conscientização sobre os conceitos de equidade, inclusão e direitos humanos e individuais, é inaceitável.

O ideal será que cada um chegue ao grau mais elevado compatível com as suas aptidões. Quanto mais educado o povo, tanto mais próspera a Nação; quanto mais educado o indivíduo, tanto mais capaz de viver em plenitude. É certo que o grau de inteligência impedirá que muitos alcancem o topo, ainda que franqueada, a todos, a escada. Mas é certo também, que nos dias de hoje [1971], o filtro econômico barra, ainda, a escalada de jovens promissores. Enquanto não se puder abrir largamente as portas da educação a cada um, o interesse nacional recomenda que se favoreça a ascenção [sic] cultural dos mais talentosos, os mais capazes de mobilizar a ciência e a técnica em favor do progresso social. O único bem que nação alguma está em condições de desperdiçar é o talento de seus filhos (MEC, 1971a, p. E).

Esse pensamento imputa unicamente ao indivíduo a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento e, na sequência, pelo desenvolvimento da nação, asseguradas as condições de acesso à educação. Nesse cenário, questionamos: não estariam aqui o fundamento para a profissionalização compulsória no ensino de segundo grau, previsto na lei 5.692/71, e o refreamento da demanda para o ensino superior? Com essa indagação, finalizamos os parênteses abertos para essa breve reflexão sobre a teoria do capital humano para prosseguir na apresentação das bases legais do projeto Polivalente, em especial essa lei.

Com efeito, na lei 5.692, artigo quarto, lê-se sobre a organização curricular:

Art. 4º – Os currículos do ensino de 1º e 2º graus terão um *núcleo comum, obrigatório* em âmbito nacional, e uma *parte diversificada para atender*, conforme as *necessidades e possibilidades concretas, as peculiaridades locais*, aos planos dos estabelecimentos e às diferenças individuais dos alunos (BRASIL, 1971).

Como se vê, temos a preocupação com a qualificação da mão de obra voltada para o setor produtivo da economia ao se vislumbrar a adequação do currículo às “[...] necessidades e peculiaridades locais”. Numa região de economia predominante agrícola, tal prática educacional poderia ser enfatizada diferindo, por exemplo, de uma região mais industrializada, onde as práticas fabris seriam mais indicadas para suprir a demanda do mercado de trabalho. Nas escolas pesquisadas, percebemos a adequação dos planos curriculares a essa orientação da legislação, visto que destes constam as disciplinas de Práticas Agrícolas, Industriais, Comerciais e de Educação para o Lar. De acordo com os registros encontrados, a ênfase em uma delas ficava a critério do aluno: após cursar um semestre de

cada uma das artes práticas, poderia optar pela qual ele se interessasse mais e para a qual tivesse mais aptidão. Eis o que diz o texto legal:

Art. 5º – [...] § 1º – Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominante nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial. § 2º – *A parte de formação especial do currículo: a) terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau; será fixada, quando se destine à iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados* (BRASIL, 1971; grifo nosso).

Quanto a isso, convém mencionar de imediato as disposições do art. 5º, que, de modo inequívoco, incorporam aquela preocupação de síntese da educação geral humanístico-científica e da formação prático-vocacional, que caracterizava os objetivos e a concepção curricular do ginásio Polivalente. Esse artigo distingue duas partes na composição do currículo: a educação geral e a formação especial. Ao prescrever que a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais de ensino de primeiro grau e predominante nas séries finais, fixa como objetivo da formação especial a sondagem de aptidões e a iniciação para o trabalho. Com efeito, não era outra a finalidade essencial das chamadas artes práticas no ginásio Polivalente, como se depreende do texto “O PREMEM e as escolas Polivalentes (MEC, s. d.).

O parágrafo 2º do artigo 5º reforça que as escolas Polivalentes tinham o objetivo não de profissionalizar, mas de iniciar um processo de profissionalização futura via sondagem vocacional. Quando o estudante, durante as aulas práticas — Técnicas Agrícolas, Práticas Comerciais, Artes Industriais e Educação para o Lar — entrava em contato com tais atividades, começava-se a identificar afinidades e distanciamentos. Com o auxílio do serviço de orientação educacional da escola e família, iniciava-se o processo de decisão e opção pela área de profissionalização, que se concretizaria no próximo nível — o segundo grau. Essa orientação está expressa no documento “Estudo para um colégio Polivalente — 1ª parte: fundamentação, estrutura e dimensionamento”: “[...] como não se escolhe o que se desconhece, nem se estuda o que não se ensina, será preciso que o aluno tenha perto de si as “ofertas” a serem combinadas” (MEC, 1973b, p. 9). O serviço de aconselhamento vocacional está expresso no art. 10º da lei 5.692, transscrito a seguir: “Será instituída obrigatoriamente a

Orientação Educacional, incluindo *aconselhamento vocacional, em cooperação com os professores, a família e a comunidade*" (BRASIL, 1971; grifo nosso). No artigo 7º, lê-se que

Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus, [...] Parágrafo único — O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais dos estabelecimentos oficiais de 1º e 2º graus (BRASIL, 1971; grifo nosso).

A oferta das disciplinas Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Ensino Religioso pode ser comprovada pelo quadro curricular da Escola Estadual Polivalente de Uberlândia referente a 1975 (vide ANEXO A). A fotografia a seguir registra uma exposição de trabalhos da área de moral e cívica.



FOTO 6. Atividade de exposição da produção discente na Escola Estadual Polivalente de Frutal, MG, em 1977. Note-se a frase no topo do cartaz onde está desenhada uma represa de hidrelétrica: "Este é um país que vai pra frente!", que se tornou slogan do período militar
Fonte: acervo Escola Estadual Polivalente de Frutal — Fotógrafo não identificado

Em relação às aulas de Ensino Religioso, na ata da primeira reunião do CPA, folha 1, ocorrida em 19 de fevereiro de 1976, foi dado o seguinte esclarecimento:

As aulas de religião deverão ser dadas por apenas um professor que deverá ter a autorização do bispo da diocese [sic] e do vigário da paróquia. A opção de religião deverá ser feita pelos pais, de alunos menores, e quando maiores, por eles mesmos. Ficou determinado que as aulas serão dadas mais num sentido de cristianismo do que pregação de uma determinada religião (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ITUIUTABA, 1976a).

Quanto ao tópico “Programas de saúde”, podemos perceber que está presente nos componentes curriculares “Ciências e educação para o lar”, bem como em atividades como aquela identificada no acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari, com a programação da XX Semana da Alimentação Escolar — vide Anexo D. Por essa programação, verifica-se a diversidade de atividades: palestras, teatro, música, lanches variados, premiações e atividades práticas. Momentos como esse são utilizados para enaltecer o regime militar, ao qual não se associa o nome golpe militar — como o conhecemos atualmente —, e sim o termo “Revolução de 31 de março”. A palestra sobre esse tema ficou sob a responsabilidade do segundo Batalhão Ferroviário Mauá, de Araguari.

Pelo art. 8º da lei 5.692, seria admitida “[...] a organização semestral no ensino de 1º e 2º graus [...]” (BRASIL, 1971). Mas o que se pode observar nos diários encontrados nessa escola é que o regime semestral referia-se às disciplinas de “artes práticas”; para as disciplinas da formação geral, o regime era anual, com a presença de toda a turma. Nas disciplinas da formação específica, a turma era dividida em duas: uma cursava semestralmente dada disciplina; uma cursava outra matéria. No semestre seguinte, fazia-se a inversão. De tal modo, as turmas das disciplinas de formação geral tinham média de 40 alunos, como previa a resolução 925, aprovada pela Assembleia mineira em 1970 (MINAS GERAIS, 1970b),⁸ as de formação específica, cerca de 20 alunos. Essa divisão se justifica uma vez que, nas disciplinas práticas, havia a necessidade de o estudante manusear os materiais, realizar os experimentos e ser orientado, de perto, pelo professor. Essa dinâmica seria dificultada em uma turma com muitos alunos. Um trecho da resolução pode ser elucidativo da forma de organizar o

⁸ Recomendamos a leitura da íntegra da resolução 925 de 27/05/1970, que aprova o convênio celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do PREMEM, e Minas Gerais. Trata-se de documento bastante completo e elucidativo das questões atinentes ao projeto Polivalente.

tempo escolar aqui apresentado e seu propósito. Em relação à duração dos períodos letivos, assim prescreve o documento:

6 – Períodos letivos semestrais deverão substituir o atual ano letivo (pelo menos quanto às artes práticas) para conferir flexibilidade na organização do conteúdo dos cursos e na distribuição do tempo. O sistema semestral deve ser gradualmente estendido as [sic] outras disciplinas. A implantação do sistema semestral no tocante as [sic] artes práticas, é indicada para: a) proporcionar flexibilidade na oferta de opções (ver diretriz 3), a fim de facilitar ajustamentos no programa dos alunos em conexão com a orientação do professor (Ver diretriz 9). b) Permitir a adoção de um sistema de distribuição do tempo que, pela inclusão de oportunidades de recuperação, melhore o fluxo dos alunos através das séries do ginásio. Espera-se que estas vantagens de ordem geral, provenientes da adoção dos cursos semestrais de Artes Práticas, também ocorram nas demais áreas do currículo. Portanto, a adoção do sistema de períodos letivos semestrais não precisará necessariamente aguardar pelos resultados da experiência no Campo das Artes Práticas, pois que realizada concomitantemente poderá ser reciprocamente fecunda e enriquecedora. As disciplinas acadêmicas que possuem uma seqüência natural, devem estar entre as primeiras a adotar o sistema semestral; assim os alunos que não vençam a matéria do primeiro semestre do curso, poderão retomá-la imediatamente, sem serem considerados reprovados durante todo um ano (MINAS GERAIS, 1970b).

Para assegurar a consecução de tal proposta, a quantidade máxima de estudantes por turma foi determinada nestes termos:

7 – O número de alunos nas classes (em termos de máximo nas matrículas iniciais) será mantido suficientemente baixo para permitir um ensino e aprendizagem eficientes — para as disciplinas acadêmicas prevêem-se 40 alunos; para as artes práticas, 20 alunos. O propósito de se estabelecer um número máximo de matrículas por turma é assegurar que cada aluno receba adequada atenção individual. As instalações e equipamentos de artes práticas e outros fatores, tais como a segurança do aluno e a necessidade de diversificação de projetos individuais, determinou o tamanho menor das turmas de artes práticas. O tamanho das turmas das disciplinas acadêmicas será mantido tão próximo quanto possível dos limites adequados para o bom ensino e nunca excederão de 40 alunos por classe. A filosofia do ginásio polivalente implica em proporcionar a cada aluno um ambiente que lhe garante a oportunidade de completar o ginásio em quatro anos (MINAS GERAIS, 1970b).

Quanto à orientação expressa na última frase do enunciado do item 6 — “O sistema semestral deve ser gradualmente estendido as outras disciplinas” —, pelos registros encontrados nas escolas não se verificou.

Enfim, o art. 30 da lei 5.692/71, que trata dos cursos de curta duração, prescreveu que:

Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: b) *no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª série*, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em *curso de curta duração* (BRASIL, 1971, grifo nosso).

Nesse aspecto, podemos mencionar, no caso mineiro, os cursos oferecidos pelo PREMEM, por meio da Faculdade de Educação da UFMG para a formação de professores. Tendo em vista o significado do PREMEM — ou seja, expansão e melhoria do então ensino médio —, de imediato percebemos um desafio: apregoavam-se não somente a expansão quantitativa de prédios escolares e o número de matrículas, mas também a garantia da qualidade do ensino para as necessidades dessa nova situação. Tal desafio refere-se à existência de professores formados e qualificados em número suficiente para suprir a demanda prevista. E esta não era a realidade. O estado, bem como o país, não contava com o quantitativo de professores necessário nem com docentes com formação em grau superior como previa a legislação. Embora essa exigência seja relativizada nos artigos 78 e 79 da lei 5.692/71, que dava margem a alternativas, estas não poderiam ser a regra para se garantir a qualidade desejada.

A oferta de cursos de licenciatura curta representou, então, a solução: formação específica para a área de atuação em curto espaço de tempo. Para tanto, valeram-se do parecer 912/69, da Câmara de Ensino Superior (CFE), onde se lê que,

[...] por solicitação do Prof. Pery Pôrto, Coordenador da Comissão Nacional do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio “PREMEM”, o sr. Ministro da Educação e Cultura submete ao exame do Conselho o projeto elaborado por aquela Comissão visando instituir cursos de curta duração, em regime intensivo, destinados à formação de professores para o ciclo ginásial (BRASIL, 1969b, p.1).

Nessa mesma direção, o governo mineiro, por meio do decreto 12.863, de 30 de julho de 1970,⁹ fixou as “normas para admissão de pessoal dos Ginásios Polivalentes”,

[...] tendo em vista os termos do Convênio celebrado entre a União e o Estado, aprovado pela Resolução nº 925, de 27 de maio de 1970, da Assembléia Legislativa, considerando os convênios firmados em 3 de julho de 1970, entre, respectivamente, o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), a Universidade Federal de Minas Gerais e a Secretaria da Educação, para *realizações de Cursos de Licenciatura de Curta Duração para Professores dos Ginásios Polivalentes* (MINAS GERAIS, 1970a, p.1; grifo nosso).

⁹ O decreto 12.863/70, de 30 de julho de 1970, “fixa normas para admissão de pessoal dos Ginásios Polivalentes, de que trata o Convênio celebrado em 19 de fevereiro de 1970 entre a União e o Estado” (MINAS GERAIS, 1970a), aprovado pela resolução 925/70.

1.1.5 Primeiro plano setorial para a educação e a cultura, 1972–1974

Na elaboração do plano nacional de desenvolvimento econômico social e orçamento plurianual de investimentos, coube ao MEC, por meio do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, a responsabilidade de elaborar um “Plano setorial de educação e cultura 1972–1974” e seu respectivo orçamento. O documento resultante se divide em três partes: a do setor educacional no desenvolvimento, a dos instrumentos de execução da estratégia educacional e a do elenco de projetos. A primeira parte expressa o objetivo do plano: continuar a “[...] expansão e a aceleração da revolução do processo educacional brasileiro, e tornar a população brasileira tanto um fator de produção, através dos efeitos da escolarização sôbre a produtividade de mão-de-obra, quanto destinatária dos resultados do progresso” (MEC, 1971a, p. I-II).

Para que esse objetivo fosse exitoso, propuseram-se outros objetivos categorizados quanto: 1) ao analfabetismo; 2) ao desenvolvimento de recursos humanos para uma sociedade democrática; 3) à integração da unidade educacional com a comunidade; 4) à ciência, tecnologia e cultura; 5) a instrumentos de apoio essenciais aos sistemas educacionais. Como estes objetivos somam 19, relacionamos a seguir os que nos parecem estreitamente ligados aos das escolas Polivalentes, como se lê no “Plano setorial...”:

2.2 – Despertar as vocações, desde o nível do ensino fundamental; [...] 3.2 – Desenvolver organizações intermédias de tipo comunitário na área educacional, permitindo assim maior interação entre a escola e comunidade, tais como Círculos de Pais e Mestres, Federação de Bandeirantes, União de Escoteiros, Centros de integração Empresa-Escola etc. 4.2 – Dotar as instituições educacionais de estruturas flexíveis e permeáveis à inovação; 4.3 – Experimentar as modernas tecnologias no campo educacional, absorvendo aquelas que sejam adequadas às nossas condições; 4.4 – Desenvolver instrumentos que incorporem ao nosso patrimônio elementos da cultura universal, sem perda de nossa autenticidade; 4.5 – Incrementar os programas de educação física e desportos, e de assistência ao estudante; 5.1 – adequar os recursos humanos necessários à sua operação (MEC, 1971a, p. IV–V).

Em relação ao objetivo 3.2, existe um documento intitulado “Um estudo para o relacionamento da escola Polivalente com a sua comunidade” — de autoria do PREMEN — que vê o relacionamento entre escola e comunidade como “[...] um problema de difícil solução” (BRASIL, s. d., p. 5), além de apresentar uma inter-relação entre os seus elementos (FIG. 6).

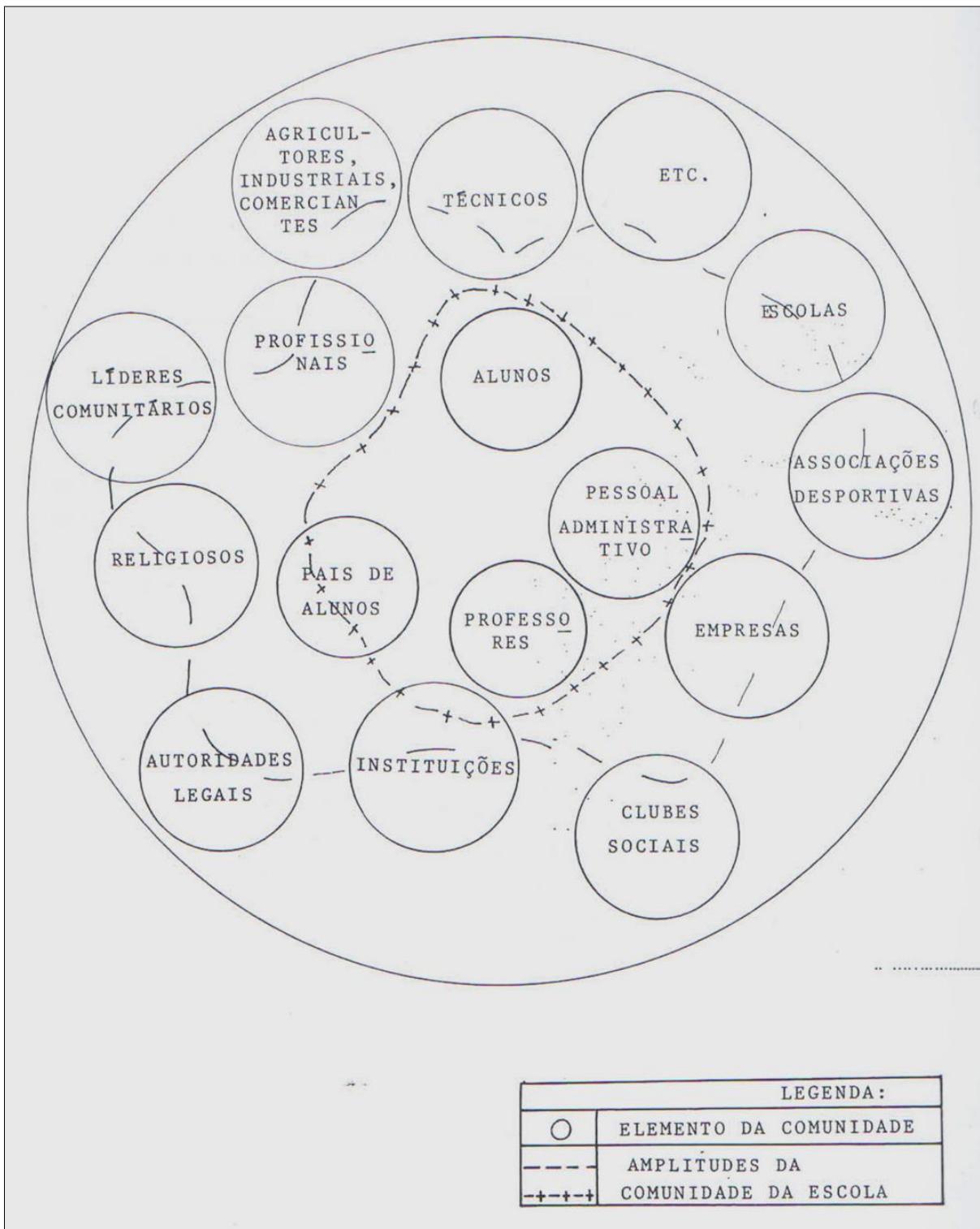


FOTO 7. “Comunidade da escola”: representação diagramática das relações comunitárias associáveis com as escolas Polivalentes
 Fonte: BRASIL, s. d., p. 8

Na segunda parte do “Plano setorial...” — “Instrumentos de execução da estratégia educacional” —, a proposição desses instrumentos também acontece segundo categorização das áreas; a saber: A – educação sistemática; B – ciência e tecnologia; C – educação permanente; D – cultura; E – atividades-meio. Em cada uma, destacamos aspectos que julgamos pertinentes ao nosso objeto de estudo. Consoante à educação sistemática, temos que “São projetos de maior relevância nessa área: o de reformulação do Currículo, o de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores para o Ensino Fundamental Normal, e o de *Construção, Transformação e Equipamento de Ginásios Polivalentes*” (BRASIL, 1971, p. VII; grifo nosso). Na área de ciência e tecnologia, prevê-se “Implantação progressiva de um *Sistema Avançado de Tecnologias Educacionais*, através dos modernos meios de comunicação social, com elevado nível didático-científico e instrumentos não convencionais de educação” (BRASIL, 1971, p. VIII; grifo no original). Em relação à área de cultura,

Constituem programas de primeira prioridade, a êsse respeito, o de Educação Física e Desportos (êste também de particular significado enquanto meio para o bom aproveitamento do lazer) e o Programa Integrado de Assistência ao Educando. O postulado básico dêsses projetos é que a educação se torna completa e eficiente na medida em que age sobre uma população em boas condições de saúde. Isso se concretiza em dois níveis: ao nível específico do sistema escolar, através de programas de educação física e assistência ao educando; e a um nível mais geral, onde se torna indispensável a coordenação entre educação e programas de saúde, saneamento, alimentação e recreação (BRASIL, 1971, p. XI).

Enfim, na área das atividades-meio, “Como projeto de maior importância na área situa-se o de Assistência Técnica aos sistemas de ensino, especialmente, no campo do planejamento e aperfeiçoamento educacional” (p. XII). A esse projeto se acrescem “[...] novos planos de carreira e remuneração do professorado de todos os níveis (p. XIII)”. Esses pontos foram salientados não somente no “Plano setorial...”, mas também em outros documentos citados aqui. Daí que podemos inferir que currículo, recursos didáticos e tecnológicos, formação e remuneração diferenciadas dos docentes e técnicos administrativos são elementos cruciais do projeto Polivalente.

A terceira parte do “Plano setorial...” — “Elenco de projetos prioritários” — apresenta uma tabela onde constam esses projetos com respectivos subprogramas e áreas. Igualmente, apresentamos a seguir os que se alinharam nos interesses deste estudo.

QUADRO 4. Projetos prioritários

NÚMERO	DESIGNAÇÃO	SUBPROGRAMA	ÁREAS
2	Construção, transformação, equipamento, treinamento de pessoal para Ginásios Polivalentes	Implantação de reforma no âmbito do ensino fundamental	Educação sistemática
3	Aperfeiçoamento e treinamento de professores para o ensino fundamental e normal	Implantação de reforma no âmbito do ensino fundamental	Atividades meio e educação sistemática
12	Plano de carreira e melhoria de remuneração do magistério do ensino fundamental	Implantação de reforma no âmbito do ensino fundamental	Educação sistemática e atividades-meio
20	Implantação do sistema avançado de tecnologias educacional	Implantação de programas especiais	Ciência e tecnologia e educação permanente e sistemática
21	Aperfeiçoamento do sistema de informação sobre educação e cultura	Implantação de programas especiais	Atividades-meio
22	Programa de educação física e desportos	Implantação de programas especiais	Cultura e educação sistemática
23	Reformulação de currículos de ensino fundamental	Implantação de reforma no âmbito do ensino fundamental	Educação sistemática e atividades-meio
27	Programa de assistência técnica aos estados, territórios e Dist. Federal	Implantação de reforma no âmbito do ensino fundamental	Atividades-meio
33	Programa nacional do livro	Implantação de programas especiais	Atividades-meio, educação sistemática e cultura

Fonte: dados da pesquisa¹⁰

A cada projeto se apresentam justificativa, descrição, objetivos, finalidades, condições de execução e formas de consecução. Dada a extensão do documento, não apresentaremos o conteúdo desses projetos. Mas o projeto 2 se mostra útil à compreensão que este estudo busca construir, daí ter sido incluído integralmente no Anexo F. No “Plano setorial...”, a situação conjuntural do país e da educação é assim diagnosticada:

O Brasil se apresenta, nas atuais circunstâncias, como *país em desenvolvimento*, experimentando as contingências inerentes a esse estádio, entre elas a carência de recursos humanos e de uma tecnologia que lhe permitam adequadamente utilizar o seu imenso patrimônio material jazente ainda, em grande parte, como riqueza potencial. Por outro lado, o momento em que vivemos se caracteriza pelo bem conhecido fenômeno da “aceleração do tempo”, consequente ao processo sempre mais rápido por que avança a Ciência, com reflexo na Tecnologia, renovada a prazos cada vez mais curtos. [...] Neste final do século XX, a Nação Brasileira enfrenta, assim, o *desafio do desenvolvimento*. E está determinada a vencê-lo com esforço, decisão, disciplina e inteligência, em todas as dimensões: econômica, social, cultural e política. Sua meta é a *Sociedade Democrática*, de que todos participem solidariamente, tanto nas decisões, como nos trabalhos e nos frutos. No conjunto dos fatores condicionantes do desenvolvimento sobressai, já evidenciamos, a Educação. Não será, entretanto, uma educação qualquer que

¹⁰ Os dados do Quadro 4 provêm do primeiro “Plano setorial de educação e cultura 1972–1974”, p. XIV–VII

nos conduzirá, para além do desenvolvimento econômico, à Sociedade Democrática. Terá ela que se orientar *intencionalmente* nessa direção. A Sociedade Democrática é, por definição, uma sociede [sic] de pares. Politicamente, entre nós, uma igualdade foi alcançada na letra da lei. Econômicamente, reina, ainda, profunda desigualdade, distribuindo-se a população em camadas de nível muito diverso. Cumpre atenuá-la, pela justiça social, que ampare o fraco, e pela Educação, que eleva o Homem. Daí por que uma das tarefas essenciais da Sociedade Democrática que estamos construindo será oferecer a todos iguais oportunidades de se educarem. Assim preceitua a Constituição: assim disporá a lei, para cumprimento, a médio prazo, do mandamento [sic] constitucional. Para formar o cidadão, capaz de participar eficazmente das atividades produtivas da Nação, o saber que a Escola Democrática transmitirá, terá que ser um *saber das coisas e não um saber sobre as coisas*, com que se contentava a escola tradicional. Por outras palavras, terá que transmitir conhecimentos científicos e desenvolver habilidades técnicas, formando profissionais para múltiplas tarefas da sociedade industrial e tecnológica de nossos dias, bem como os cientistas capazes de criar novos conhecimentos, que assegurem o prosperar contínuo da comunidade (MEC, 1971a, p. B–C; grifo no original).

Apesar de extensa, optamos por transcrever esta exposição por identificar nela elementos que ratificam alguns aspectos analisados. A saber: os princípios da teoria do capital humano — o investimento no indivíduo repercutira: “[...] da família à Comunidade, à Nação e à Humanidade”. Há, aqui, uma responsabilização do indivíduo e da educação proporcionada a ele como fatores do desenvolvimento econômico e social. Outro elemento que destacamos é a ênfase na eficácia da educação tecnicista. Para alcançar o desejado desenvolvimento proporcionado pela educação, esta não pode ser qualquer uma: precisa ser tecnicista, cujos princípios permearam o currículo e a pedagogia das escolas Polivalentes. Além disso, os documentos analisados veiculam um discurso em que se impõe consistentemente o tom da democracia.

1.2 Estrutura e forma do projeto Polivalente

Documentos encontrados no acervo das instituições escolares pesquisadas e na biblioteca da UFMG — onde ocorreram os cursos de formação de professores e demais profissionais contratados para atuar nos Polivalentes — mostraram-se norteadores para compreender o projeto das escolas Polivalentes, ou seja, sua implementação. Dão base para afirmar que começaram a ser pensados quase duas décadas antes de sua instalação prática. Segundo o documento “Fundamentação teórica da escola Polivalente”, na década de 1950 iniciaram-se estudos e discussões; nos anos 1960, a ideia de polivalência aplicada à educação

se materializou nos ginásios orientados para o trabalho, que subsidiaram a reformulação da então escola média e a decorrente criação daquelas escolas alinhadas nas necessidades práticas de trabalho. De acordo com o texto “O ginásio pluricurricular e a reformulação do ensino médio no Brasil”,¹¹

O Ginásio Único Pluricurricular, também conhecido como Polivalente ou GOT (Ginásio Orientado para o Trabalho) procura realizar a síntese dos aspectos positivos do ginásio secundário e do ginásio técnico, intergrando-se [sic] naquilo que oferecem de melhor a fim de que se tornem uma escola capaz de suprir os objetivos do ensino em prosseguimento ao primário, a saber: a) Formar a personalidade integral dos adolescentes; b) Acentuar a [sic] aprimorar, na sua formação espiritual, a consciência cívica e a consciência humanística; c) Dar preparação geral, que possa servir de base a estudos elevados; d) Constituir-se em instrumento para a necessária exploração vocacional, dos educandos (SOUZA, s. d., p. 7).

A estruturação do projeto dos ginásios polivalentes parte, então, da experiência dos ginásios orientados e, mais que um desdobramento destes, configura um avanço. Com efeito, segundo Silva (1970, p. 48),

Na primeira formulação curricular do ginásio orientado para o trabalho, previa-se que além das disciplinas gerais do ensino secundário, fôsse incluído na primeira e na segunda séries o estudo das Artes Industriais ou, em se tratando de ginásios situados em comunidades de regiões de economia acentuadamente agropastoril, o estudo das Técnicas Agrícolas. Nas 3^a e 4^a séries, além do prosseguimento do estudo de disciplinas gerais, os alunos optariam entre a continuação da atividade vocacional, anteriormente estudada, e que agora poderia assumir um caráter mais aprofundado de profissionalização, e o estudo das Técnicas Comerciais ou a continuação somente dos estudos gerais. A Educação para o Lar seria oferecida à opção dos alunos ao longo das quatro séries ginásiais.

Ainda: os ginásios polivalentes diferem dessa proposta ao atribuir

[...] às duas primeiras séries a função de sondagem geral das aptidões dos educandos, através do estudo de disciplinas gerais e do rodízio através das quatro categorias [...] de atividades vocacionais, em cada uma das quais terá cada aluno ao menos um semestre de experiência. Na 3^a série o aluno optará por uma das disciplinas vocacionais, e na 4^a entre a continuação do estudo da mesma ou de outra disciplina vocacional, ou ainda fará opção entre o aprofundamento numa disciplina acadêmica ou a realização de atividades artísticas em outras práticas educativas (SILVA, 1970, p. 48).

¹¹ Usado na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau do curso de formação para professores do Polivalente pelo Centro de Treinamento de Professores de Ginásio Orientados para o Trabalho — Betim, o texto “O ginásio pluricurricular e a reformulação do ensino médio no Brasil”, de Paulo N. P. de Souza, foi coletado no acervo da Escola Polivalente de Uberaba.

Hilton Salles (1970, p. 62–3) esclarece que,

De qualquer modo o ginásio polivalente, ginásio orientado para o trabalho, ginásio pluricurricular ou simplesmente ginásio de tronco único, na conceituação brasileira é um ajustamento brasileiro à escola compreensiva que existe em muitos países avançados. Poder-se-ia dizer que o ginásio polivalente é um novo tipo de ensino ginásial, que se distingue dos tipos tradicionais: I – porque é um ginásio não diferenciado em termos de formação geral exclusiva ou de preparação profissional imediata e prematura. Vincula a educação vocacional ou pré-profissional à educação geral; 2) porque oferece margem relativamente ampla à análise das tendências individuais para estudos teóricos ou para atividades concretas. Estas atividades não se limitam aos processos práticos próprios, por exemplo, das ciências experimentais; mas que isso, abrangem as técnicas elementares relacionadas com a produção industrial, agrícola e comercial. *Estas duas características, isto é, (1) o ensino vocacional considerado como parte da educação geral, e (2) a sondagem das aptidões dos alunos, nas séries iniciais, para lhes propiciar variadas possibilidades opcionais, nas duas últimas, definem em suas linhas mais gerais a polivalência nesse nível do ensino* (Grifo nosso).

Ressalto aqui outra passagem do texto de Souza, visto que explicita o conceito de polivalência, tão importante para este estudo:

Além dessas, outras características do ginásio pluricurricular merecem destaque. a) Escola equipada, através de inclusão de Artes Industriais e outras técnicas para promover a exploração vocacional do educando e a sua iniciação nos princípios e nas práticas da tecnologia contemporânea; b) Currículo que não distingue entre a importância das disciplinas de formação intelectual e física e os de iniciação técnicas; c) Planejamento integrado das atividades didáticas de todas as áreas, com vistas à globalização do ensino; d) Orientação educacional e coordenação pedagógica presentes em todas as faces do processo educativo; e) Implantação de métodos democráticos de trabalho escolar e rica variação nas aberturas curriculares, para proporcionar ao educando o efetivo exercício do seu direito de opção (SOUZA, s. d., p. 10).

Assim caracterizado, apresenta-se com as seguintes vantagens em relação ao ginásio tradicional.

a) A oferta de um ensino geral que inclui: a orientação para o trabalho (80% dos ingressos do 1º ciclo vão para o trabalho), na agricultura, na indústria, nas atividades terciárias, ao mesmo tempo que valoriza verdadeira educação humanística, que é integradora do homem na sociedade, e não pode confundir-se com a atual concepção acadêmica-livresca; b) A eliminação da diferença e da distância entre ginásios intelectualistas e ginásios técnicos, com ambos os universos integrados num único estabelecimento a serviço das opções do educando, que se fazem, livremente, por ele, ouvidos complementarmente, a família e a orientação educacional; c) O custo de

manutenção da rête escolar bem mais baixo, que pela eliminação das rêtes concorrentes, algumas delas com submatrícula altamente que, funcionando em têrmos de planejamento didático e autenticidade curricular, reprovarão menos e terão resolvido o problema da evasão de alunos que, hoje é uma das calamidades do sistema; d) O retardamento, conforma [sic] recomendação da psicologia e interesse do próprio preparo profissional, da especialização técnica, era feita [sic] com precocidade nos ginásios industriais, comerciais e agrícolas, sem nenhuma garantia de boa qualificação para a mão de obra nêles treinada. Afinal, a velocidade da mudança tecnológica da indústria contemporânea exige que a escola, em vez de qualificar mão de obra em máquinas absoltentas [sic], dê preparação geral sólida para permitir ao trabalhador rápida capacidade de adaptação face às mudanças; e) A democratização de [sic] escola, não apenas porque realiza melhor o ideal democrático da igualdade de oportunidades educacionais para todos, como ainda, ensejando o trabalho de equipe quer no dos alunos reúne ombro a ombro, os educandos das mais variadas camadas sociais, ensejando-lhes o convívio e a cooperação, sem mais idéia discriminatória de frequentarem alguns a escola, do pobre, e outros, a escola do rico. É a escola que promove a unidade e a solidariedade sociais (SOUZA, s. d., p. 10–1).

Na tentativa de apresentar mais esclarecimentos sobre o termo polivalência, identificamos que esse conceito é originário dos modelos de organização trabalhistas do século XX.

A polivalência inaugura um novo perfil de trabalhador desejado pelas organizações, distinto do perfil do trabalhador-bovino que marcou o modelo taylorista. Se o perfil do trabalhador-bovino se baseava no indivíduo dotado de força física e capacidade cognitiva suficiente para realizar exatamente a tarefa prescrita isoladamente, sem necessidade alguma de exceder o que lhe fora ordenado, o perfil do trabalhador polivalente se baseia na possibilidade — se não na obrigação — de extrapolar as tarefas prescritas, criando novos modos operatórios como forma de melhorar processos e inovar paulatinamente a produção, mas sem transgredir as fronteiras hierárquicas. O trabalhador polivalente deve mobilizar toda a sua capacidade cognitiva e mesmo renovar seus conhecimentos diariamente para melhor servir à produção em constante transformação, levando também à necessidade de integração das capacidades e competências diversas. Entretanto, a polivalência ainda guarda a cisão entre concepção e execução do trabalho, pois a amplitude da ação do operador tem como limite o planejamento da atividade e o delineamento de seus objetivos principais. A polivalência enriquece os conetúdos [sic] do trabalho, mas assimila novas responsabilidades e, não raro, novas cargas de trabalho, contribuindo para a intensificação do trabalho e a incidência do estresse (FALZON; SAUVAGNAC, 2007), característica mesmo do modelo fordista, reforçando, assim, o estranhamento do trabalhador em relação ao seu trabalho (CHIARIELLO; EID, 2011, on-line).

Na área da educação, não são raros os momentos em que a definição de elementos como currículo, recursos e métodos pedagógicos, organização do tempo e do espaço é

embasada em teorias e modelos fabris ou empresariais; sobretudo, quando essa educação escolar objetiva, mesmo que indiretamente, suprir as necessidades do mundo do trabalho.

Pela citação anterior, percebemos que a polivalência não supera a dicotomia entre trabalho intelectual e trabalho manual. Esse tipo de separação e suas correlatas na educação — teoria e prática, ensino acadêmico e ensino profissionalizante — são mencionados como justificativa em vários documentos referentes às escolas Polivalentes que ressaltam o objetivo de superação dessas dicotomias. Se considerarmos o exposto por Chiariello e Eid, pelo menos conceitualmente, a escola Polivalente não o fez.

Outra questão trazida pela citação refere-se ao alargamento das possibilidades de atuação do trabalhador sem ir além dos limites de sua condição de subordinação e aceitação do que lhe é imposto. Nesse aspecto, o currículo dos Polivalentes buscou conciliar esses dois intentos oferecendo, de um lado, as disciplinas de formação geral, científica e de inovação tecnológica; de outro, as de Moral e Cívica e Ensino Religioso. No texto “Fundamentação teórica da escola Polivalente”, item II — “Considerações gerais sobre a escola polivalente” —, esta é assim descrita:

A EP é uma síntese da melhor experiência brasileira na formação geral e na formação vocacional. Seu objetivo é oferecer experiência de iniciação humanística, científica e prática destinadas a constituir a base para estudos posteriores de 2º grau ou para o ingresso imediato em cadeiras ou ocupações para aqueles alunos cuja escolarização tenha terminalidade ao fim dos oito anos de ensino de 1º grau. A síntese entre essas áreas de formação baseia-se na idéia de que “nas condições da vida moderna, em uma sociedade democrática deve-se pensar numa educação humanística que, necessária como processo de humanização do homem, supere a oposição clássica entre o mundo da cultura intelectual e o mundo do trabalho¹² (MEC, s. d., p. 6).

As diretrizes fundamentais dos ginásios/escolas Polivalentes foram definidas pela EPEM, entre os anos de 1966 e 1970, e implementadas pelo PREMEM/PREMEN a partir de 1968. A incumbência dessa instância, como se lê no texto “O PREMEN e as escolas Polivalentes”, era “[...] construir, instalar e equipar Escolas Polivalentes que associam a educação geral à sondagem vocacional, para o que contribuem as Artes Práticas, que não visam à profissionalização do aluno, mas uma iniciação à tecnologia” (MEC, s. d., p. 1). Esse programa apresentou-se com características que se destacaram em alguns aspectos, a saber:

¹² Essa mesma ideia, com redação bastante semelhante, está presente no anexo II, item A — Fundamentação teórica do ginásio Polivalente — da resolução 925/70 e no projeto político pedagógico de algumas escolas pesquisadas.

além da ambiciosa expansão quantitativa da rede escolar, com previsão de construir 276 escolas, pretendeu-se ampliar qualitativamente o ensino e o planejamento educacional; o investimento financeiro contou com recursos da USAID, na forma de empréstimo — a ser pago em 40 anos — de US\$ 32 milhões, com contrapartida financeira igual da União e dos estados participantes; o programa apresentou organicidade ao coordenar subprojetos de construção, equipamento e treinamento de recursos humanos, para garantir tanto a estrutura material quanto a humana para a consecução da proposta e, enfim, a reforma administrativa do MEC, conforme o documento “O PREMEN e as escolas Polivalentes”.

O programa se subdividiu em: subprograma dos estados participantes e subprograma nacional. O primeiro contemplou a construção de ginásios Polivalentes, os equipou e treinou seus recursos humanos em várias cidades de Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo e Rio Grande do Sul. A escolha desses estados foi justificada pelo coronel Confúcio Pamplona, secretário-geral do MEC, em reportagem do jornal *Folha de S. Paulo*, porque então “[...] eram os únicos Estados que tinham um plano de Educação viável [...] os únicos em condições de contribuir na contrapartida nacional” (FOLHA DE S. PAULO, 1973, p. 11). O segundo subprograma referiu-se a esse mesmo processo, porém mudou o destino geográfico dessas ações. Esse subprograma abrangeu o Distrito Federal e a capital dos demais estados não participantes do primeiro. Além da construção, do equipamento e do treinamento de pessoal, os subprogramas — tal qual se lê no documento “O PREMEN e as escolas Polivalente — “[...] previam a concessão de bolsas de estudo para treinamento no exterior de especialistas em educação, tais como supervisores e orientadores educacionais, e para treinamento de professores de ciências e artes práticas” (MEC, s. d., p. 3). Tudo isso acordado por meio de convênios que, dentre outras especificações, definiam as responsabilidades de cada envolvido e as diretrizes para validar os convênios.

Com o objetivo de “[...] promover, entre especialistas no assunto, intercâmbio de experiências e estudos sobre a implantação dos Ginásios Polivalentes no Ensino Fundamental” (SEMINÁRIO..., 1970), foi organizado, em Brasília (DF), entre os dias 16 e 18 de junho de 1970, o primeiro seminário sobre o ginásio Polivalente. A direção geral do evento coube à diretora do ensino secundário, professora Eurides Brito da Silva, e teve como participantes pessoas ligadas ao projeto de Alagoas, Amapá (território), Bahia, Brasília, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe. Por essa representação, pode-se imaginar o alcance do projeto, uma vez

que, dentre os 27 estados e territórios à época, 21 estavam presentes no seminário. O mapa a seguir apresenta a divisão política vigente no período de 1970 a 1975.



MAPA 2. Divisão geográfico-política dos estados brasileiros entre 1970 e 1975

Fonte: GEOGRAFIA PARA TODOS, 2015, on-line

No Norte, estão Acre, Amazonas e Pará; os territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. No Nordeste, Maranhão, Piauí, Ceará, *Rio Grande do Norte*, *Paraíba*, *Pernambuco*, *Alagoas*, *Sergipe*, *Bahia* e o Território de Fernando de Noronha. No Sudeste, *Minas Gerais*, *Espírito Santo*, *Rio de Janeiro*, *estado da Guanabara* e *São Paulo*. No Sul, Paraná, Santa

Catarina e Rio Grande do Sul. No Centro-Oeste, Goiás, Mato Grosso e Distrito Federal (a cidade de Brasília).¹³

Os estados em itálico enviaram representantes para o referido seminário, que, além das contribuições dos grupos de trabalhos constituídos para discussão dos temas e a elaboração das súmulas, expôs estes temas: “O ginásio Polivalente no contexto da educação fundamental” — pronunciamento do secretário-geral do MEC coronel Mauro da Costa Rodrigues, representante do ministro da Educação Jarbas Gonçalves Passarinho; “Objetivos da educação fundamental” — pela professora Nise Pires, técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos; “O ginásio Polivalente no contexto da educação fundamental” — pelo professor Geraldo Bastos Silva, técnico da EPEM; “O valor da orientação educacional nos ginásios Polivalentes” — pela professora Zélia Chagas, inspetora seccional de São Paulo; “Artes práticas nos ginásios Polivalentes” — pelo professor Hilton Salles. O que foi exposto nesse seminário — acreditamos — contém informações importantes à compreensão de todo o projeto Polivalente por ter constituído um momento preparatório para instalar os ginásios, que tiveram sua construção iniciada em dezembro de 1970 e o início do funcionamento no segundo semestre de 1971. Esse período é válido para as escolas criadas na primeira etapa; estas, no recorte da pesquisa aqui descrita, referem-se às escolas de Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia.

Do ponto de vista econômico, o Brasil tinha como foco se equiparar aos países desenvolvidos, saindo da chamada categoria “subdesenvolvido”. Para cumprir o objetivo de se desenvolver economicamente, investia nas três grandes áreas da economia: indústria, comércio e agricultura, inclusive com a formação de mão de obra especializada. De tal modo, a proposição dos ginásios Polivalentes estava bem articulada com esse contexto macro. Técnica do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) e conferencista daquele seminário — “Objetivos da educação fundamental” —, a professora Nise Pires (1970, s. p.) diz que

O desafio que a educação brasileira enfrenta é o de formar adequadamente os recursos humanos de que carece o país para capacitar-se a resolver a sua problemática interna e externa, entrar na faixa do desenvolvimento pleno e melhor afirmar sua personalidade nacional no contexto internacional.

¹³ Desde então, algumas alterações foram impressas a essa configuração, mas, em sua maioria, manteve-se essa divisão política dos estados federativos. As modificações foram as seguintes: em 1975, o estado da Guanabara foi transformado em município do Rio de Janeiro; em 1979, Mato Grosso foi dividido em dois estados — Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; em 1988, por meio da Constituição Federal dividiu-se o estado de Goiás para criar o Tocantins, incluído na região Norte. Os territórios federais Rondônia, Roraima e Amapá tornaram-se estados. Fernando de Noronha foi anexado a Pernambuco.

A educação fundamental passa a englobar os ensinos primário e ginásial. Também se propõe a formar um indivíduo capaz de “[...] realizar-se como pessoa; conhecer, integrar-se e participar da vida social; prosseguir nos estudos ou incorporar-se à força de trabalho, mediante treinamento, se necessário”. Pires (1970) expõe seus objetivos nestes termos:

1º – Comunicar-se com eficiência; 2º – Dominar as estruturas básicas das disciplinas ou áreas estudadas; 3º – Integrar-se ao meio em que vive; 4º – Conhecer os problemas da comunidade a que pertence; 5º – Participar da solução de problemas a seu alcance tem a característica comum e básica de uma socialização positiva; 6º – Agir em decorrência de uma adequada formação moral e cívica; 7º – Aperfeiçoar o caráter, respeitar os semelhantes e com eles solidarizar-se envolvem auto-realização, orientada pelos valores éticos e sociais desejáveis, relacionamento humano adequado e responsabilidade cívica; 8º - Reconhecer os próprios interesses e capacidades prováveis em relação a vários tipos de atividade: tem influência básica na auto-realização pessoal e concorre para que a educação represente investimento de alta rentabilidade; 9º – Ver o mundo em que vive com curiosidade e interesse; 10º – Ser receptivo à mudança; 11º – Usar a imaginação e desenvolver a criatividade dependem em razão direta da vitalidade intrínseca da estrutura do currículo e de seu desenvolvimento funcional; 12º – Estudar e aperfeiçoar-se por si, em função de hábitos e habilidades básicas adquiridos, tendo condições para educar permanentemente o interesse por fazê-lo relacionar-se estreitamente com o problema das estruturas básicas; 13º – Desempenhar com eficiência as atividades ligadas à vida comum e aumentar o rendimento do trabalho que vier a desempenhar quando incorporado à mão-de-obra representa o resultado da adequada formação básica que a educação fundamental se propõe ministrar.

Analizando esses objetivos, com exceção do segundo — que é conceitual —, vemos que os demais são atitudinais. Segundo Zabala (1998, p. 46–8),

O termo conteúdos atitudinais engloba uma série de conteúdos que por sua vez podemos agrupar em valores, atitudes e normas [...]

- Entendemos por *valores* os princípios ou as idéias éticas que permitem às pessoas emitir um juízo sobre as condutas e seu sentido. São valores: a solidariedade, o respeito aos outros, a responsabilidade, a liberdade, etc.
- As *atitudes* são tendências ou predisposições relativamente estáveis das pessoas para atuar de certa maneira. São a forma como cada pessoa realiza sua conduta de acordo com valores determinados. Assim, são exemplos de atitudes: cooperar com o grupo, ajudar os colegas, respeitar o meio ambiente, participar das tarefas escolares, etc.
- As *normas* são padrões ou regras de comportamento que devemos seguir em determinadas situações que obrigam a todos os membros de grupo social. As normas constituem a forma pactuada de realizar certos valores compartilhados por uma coletividade e indicam o que pode se fazer e o que não pode se fazer neste grupo [...]

- [...] a vinculação afetiva necessária para que o que se compreendeu seja interiorizado e apropriado implica a necessidade de estabelecer relações afetivas, que estão condicionadas pelas necessidades pessoais, o ambiente, o contexto e a ascendência das pessoas ou coletividades que promovem a reflexão ou a identificação com os valores que se promovem. Esta vinculação afetiva ainda é maior quando nos fixamos nas atitudes, já que muitas delas são o resultado ou o reflexo das imagens, dos símbolos ou experiências promovidos a partir de modelos surgidos dos grupos ou das pessoas às quais nos sentimos vinculados [...] (Grifo no original).

Essa citação foi apresentada para ressaltar que o projeto Polivalente não objetivava apenas ao provimento de conhecimentos científicos, técnicos ou acadêmicos; mas também à ideia de formar o cidadão com características técnicas, conceituais, morais, éticas e cívicas adequadas à ordem socioeconômica que se pretendia consolidar. Elencados esses objetivos, a professora Nise Pires questiona como tais seriam alcançados neste país, que apresentava “[...] diversidade de padrões culturais, recursos escassos, espaços imensos e de difícil acesso”? Eis sua resposta: o currículo.¹⁴ Este, segundo ela, deveria se estruturar

[...] como um tronco único, integrado, propiciador de um atendimento contínuo e não seletivo ao educando. É preciso haver relacionamento de áreas afins de estudo e de prática em cada ano escolar — estabelecendo-se uma coerência horizontal das atividades, que, por sua vez, devem entrosar-se com problemas reais. É necessário, ainda, realizar o escalonamento e a harmonização de cada área de estudo ou prática pelos diversos anos do curso, verificando-se, desta forma, uma coerência vertical que favorecerá a continuidade do processo educativo (PIRES, 1970, s. p.).

Na segunda conferência, do prof. Geraldo Bastos Silva, o conferencista justifica a necessidade de uma educação fundamental de nove anos, englobando o ensino primário e o ginásial, de modo a possibilitar uma continuidade entre esses níveis de ensino e uma solução para a “seletividade” do ensino primário e a expansão da oferta de escolarização a um maior número de estudantes na faixa etária 7–14 anos. Segundo o professor, “[...] de cada 1000 alunos matriculados na 1^a série primária no primeiro desses anos [1954–7], somente 181 chegaram à 4^a série em 1957” (SILVA, 1970, p. 42).

Em relação ao aspecto de sondagem vocacional proposta para o ginásial, assim afirma o professor:

¹⁴ As grades curriculares dos Polivalentes de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo e Uberlândia são apresentadas no Anexo 1 e podem ser consultadas para uma compreensão mais detalhada do exposto no trecho supracitado. Leitor não familiarizado com a estruturação da educação em seus níveis no período em questão pode consultar o Anexo 2, porque ela difere da organização atual, e seu conhecimento ajuda a um entendimento mais preciso do que está dito nas páginas a seguir.

A educação profissional de grau médio, dadas as constantes mudanças e a crescente complexidade das atividades produtivas, não pode ser eficaz, nem ter real valor para o desenvolvimento econômico, ao nível de primeiro ciclo [ginasial]. A formação técnica deve ser feita em nível do 2º ciclo médio, no mínimo, tendo por base um ensino de 1º ciclo ainda acentuadamente geral, embora não acadêmico. No 1º ciclo, e, em certa medida, no próprio 2º ciclo médio, *o papel da escola, na formação dos recursos humanos para o desenvolvimento econômico, é o de formar pessoas treináveis para as atividades técnicas em processo de contínua mudança*. E isso depende do seu nível anterior de formação geral, tanto quanto ou ainda mais do que de uma formação especializada (SILVA, 1970, p. 44-5; grifo nosso).

Essa proposição pode ser compreendida pelo currículo estruturado para os ginásios Polivalentes, porque foi materializada por ele (vide ANEXO A). Ainda segundo o professor Silva, a proposta do ginásio polivalente foi facultada pela LDBEN (lei 4.024/61), que

[...] embora tenha conservado a estrutura multilinear do ensino médio de 1º ciclo, inclui diversas disposições que conduzem à idéia do ginásio como uma instituição unificada de continuação da obra educativa da escola primária, isto é, uma escola ainda de educação geral e básica, com um currículo flexível e que incluísse variadas atividades exploratórias das aptidões diferenciadas dos alunos. Assim é que estabeleceu a unidade do núcleo de matérias obrigatórias, ou tronco comum, nas duas primeiras séries de todos os cursos médios de 1º ciclo, bem como exigiu a inclusão de matérias do ensino secundário nas duas últimas séries dos cursos técnicos (p. 45).

Tendo em vista o conteúdo de outra publicação importante para o conhecimento das escolas Polivalentes — o texto “Organização da escola Polivalente”, publicado pelo MEC/SG-PREMEN —, temos, na introdução, os seguintes esclarecimentos:

O objetivo básico deste volume é o de oferecer algumas idéias sobre a organização de uma Escola Polivalente. Fique claro que o PREMEN não busca com isso estabelecer um modelo único, aplicável a todas as Escolas Polivalentes, o que seria, no mínimo, utópico. Cada Escola resultará, na composição e estruturação dos seus recursos humanos, de uma série de fatores que não podem e não devem ser aprisionados em um modelo único. [...] essa configuração será válida para um determinado período, vez que a Escola buscando ser inovadora, alterará sua composição docente e técnico-administrativa de molde a responder melhor e mais intelligentemente às funções que tiver de desempenhar como centro de educação formal, mas nunca formalística, rotineira, defasada de estrutura social em que se incorpora (BRASIL, s. d., p. 3-4).

Tais esclarecimentos chamaram a minha atenção, uma vez que se referem a um programa único, proposto para diversas escolas e que tem uma organização e uma estruturação detalhada de todos os aspectos de estrutura, funcionamento e avaliação. Como se pode

comprovar pelos projetos arquitetônicos e pelas notas fiscais encontradas em algumas escolas, a estrutura física e os recursos materiais eram adquiridos em conjunto e destinados para as unidades das escolas daquela etapa de construção. Além disso, os professores e profissionais técnico-administrativos passavam por um curso ou treinamento ofertado pelo PREMEN para que conhecessem a filosofia proposta para os Polivalentes e atuassem em conformidade com ela. O entendimento a que chegamos é que havia, sim, uma política de padronização para todas as escolas em todos os seus aspectos atinentes: estrutura física e curricular, recursos didáticos, biblioteca, laboratórios, metodologia de ensino, formação dos profissionais, atividades extraclasse, relacionamento com os familiares e a comunidade.

Ainda segundo o documento sobre a organização, as escolas Polivalentes podem ser classificadas em dois tipos: “integrada” — para alunos da primeira à oitava série, operando “[...] como unidade integrada em termos de: administração, orientação pedagógica (metodologia e currículo) e instalações” (BRASIL, s. d., p. 5); e “Polivalente de 5^a à 8^a série” com duas funções: “escola aberta” — recebe egressos da quarta série de qualquer escola — ou de “escola de área” — restrita a egressos de escolas determinadas pela secretaria de educação ou delegacia de ensino (p. 5). O que pode ser observado por meio das escolas pesquisadas é que todas se caracterizaram como abertas e que, embora tivessem como perspectiva se transformarem em “escola de área”, isso não ocorreu. A justificativa pode estar presente no próprio documento sobre organização escolar ao expor o seguinte.

É importante acentuar que a Escola Polivalente foi dimensionada, em relação aos recursos humanos, para atender a 800 alunos da 5^a à 8^a série em dois turnos. 3.1 – o simples acréscimo de atribuições a essa Escola sem o correspondente redimensionamento de seus recursos humanos, implicará necessariamente em diluição das atividades que vinha desempenhando ou em sobrecarga para seu pessoal. Uma e outra consequência são perigosas, podendo ocasionar uma queda da eficiência abaixo dos níveis mínimos aceitáveis; isto acabará por tornar artificial e inócuas, na prática, a medida, teoricamente consistente, de uso da Escola Polivalente de 5^a à 8^a série como Escola de Área (BRASIL, s. d., p. 8).

Em prosseguimento à explicação sobre a organização da Escola Polivalente, apresentamos o organograma na figura a seguir.

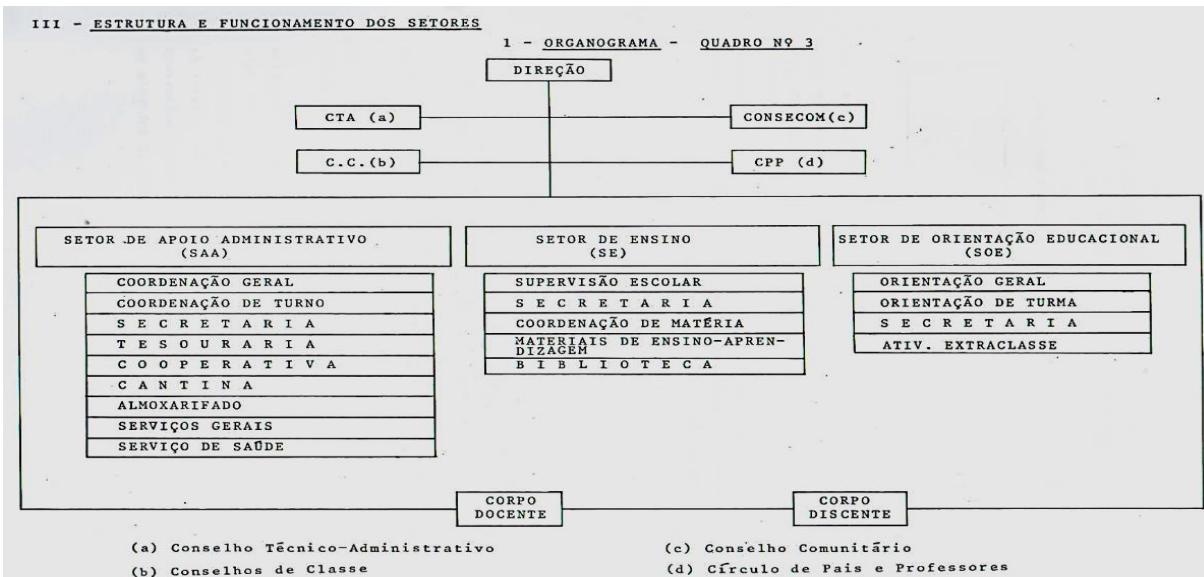


FOTO 8. Organograma da estrutura e funcionamento dos setores das escolas Polivalentes como se lê no texto “Organização da escola Polivalente”

Fonte: BRASIL, s. d., p. 13

Expondo resumidamente a função dos órgãos principais desse organograma, temos:

- direção: composta pelo diretor, vice-diretor e pelo Conselho Técnico e Administrativo (CTA), “responsável por todas as atividades externas e internas, organizadas pela Escola” (MEC, s. d., p. 14);
- setor de apoio administrativo (SAA): composto pelos setores apresentados no organograma, tem os seguintes objetivos: “planejar, coordenar e supervisionar as atividades-meio da Escola; aprimorar o processo administrativo, pelo constante aperfeiçoamento e acompanhamento dos serviços englobados pelo setor” (MEC, s. d., p. 19);
- setor de ensino (SE): constituído pela supervisão escolar, secretaria, coordenação de matéria, recursos didáticos e biblioteca com a função de “planejar, organizar, coordenar e avaliar as atividades de ensino da Escola” (MEC, s. d., p. 27);
- setor de orientação educacional (SOE): integram este setor a orientação geral e a de turma, a secretaria e grupos que desempenham atividades extraclasses, como conselhos de alunos, grêmios, clubes de ciência, música, entre outros. Tem a missão de facilitar “aos alunos um bom ajustamento e uma passagem proveitosa pela Escola e um bom encaminhamento vocacional (MEC, s. d., p. 33);
- corpo docente: além das atividades inerentes à aula, os professores têm as seguintes funções: “Coordenação de matéria, Orientação de Turma, Coordenação de Turno, Coordenação ou Orientação de Atividades Extraclasses” (MEC, s. d., p. 41);

- corpo discente: almejando à formação de classes mais homogêneas e a minimização das distorções idade-série, os alunos deverão ser em número máximo de vinte para as aulas de Artes Práticas e Ciências Físicas e Biológicas, e quarenta para as demais. Deverão, também, ter, respectivamente, a idade limite de 12, 13, 14 e 15 anos para a 5^a, 6^a, 7^a e 8^a séries.

Um aspecto que ressaltamos nesse organograma é a colocação dos corpos docente e discente no mesmo nível hierárquico e em último plano. Essa forma de organização é bastante característica da concepção tecnicista de educação, que prevaleceu no Brasil nas décadas de 1960 e 1970 e que foi uma das marcas das escolas Polivalentes.

Diante do exposto, podemos concluir que as Escolas Polivalentes, em estrutura e forma, integraram o projeto de desenvolvimento do país na primeira metade do governo militar, na medida em que foram idealizadas e funcionaram em consonância com as diretrizes do projeto nacional de educação indicado na reforma educacional n. 5.692/71, nas Metas e Bases para ação do governo – setor educação (1970-1973) e no Plano setorial de educação e cultura (1972-1974), e contribuíram, mesmo que por um curto espaço de tempo, para a preparação inicial dos jovens enquanto força de trabalho requerida ao mercado econômico em expansão. Expansão esta que, conforme citamos, situa a educação “na primeira linha de ataque” na retomada do desenvolvimento e vincula o progresso tecnológico ao desenvolvimento educacional. Assim, ao mesmo tempo em que as escolas Polivalentes são tidas como um elemento inovador e designativo de desenvolvimento elas têm a função de colaborar com as iniciativas inovadoras e desenvolvimentistas projetadas para a sociedade brasileira.

2 MANIFESTAÇÕES E IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA DE COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

O presente capítulo objetiva apresentar e analisar o programa de cooperação técnica e financeira acordado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos (EUA) que, de alguma forma, teve relação com as escolas Polivalentes. Esses acordos aconteceram nos seguintes setores: educação (ensino elementar, secundário e industrial, ensino superior, planejamento do desenvolvimento e diversos), agricultura, saúde pública, recursos naturais e diversos. A coleção temática “Acordos MEC–USAID” será a documentação utilizada, majoritariamente, para tal. Encontra-se disponível no acervo do Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade (PROEDES), da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e consta de acordos, atas, catálogos, convênios, correspondências, decretos, estudos, inventários, leis, manuais, pareceres, projetos, publicações, relatórios e teses. Esses documentos serviram-nos de fonte mediante os seguintes critérios: ter relação com o objeto da presente pesquisa e estar acessível quanto à legibilidade, visto que alguns, por causa de desgastes resultantes do envelhecimento dos suportes, não são passíveis de leitura.

2.1 Processo de assistência técnica e financeira

Os documentos utilizados como base para a escrita deste item intitulam-se “Aliança para o progresso — programas brasileiro=norteamericanos [sic] de assistência técnica (Ponto IV)”, datado de maio de 1965, e Catálogo de Acordos de Assistência Técnica assinados entre Brasil e Estados Unidos. Consoante esses documentos, a assistência técnica internacional origina-se após o término da Segunda Guerra Mundial, quando as discrepâncias econômicas, sociais e ideológicas são exacerbadas, ou seja, constituíam riscos potenciais de outras guerras de proporções ainda maiores. Na tentativa de amenizar esse contexto minimizando o desequilíbrio entre as nações do mundo, dentre outras iniciativas, propõe-se auxílio às nações menos favorecidas por meio de assistência técnica, embasada na experiência anterior de intercâmbio cultural promovido pela Liga das Nações (BRITANNICA ESCOLA ON-LINE, 2015) criada após a Primeira Guerra Mundial e extinta em 1946, por ter se mostrado incapaz de cumprir sua missão de garantir a paz. As Nações Unidas conservaram a política adotada pela Liga das Nações, em que países mais desenvolvidos ofereceram, aos menos desenvolvidos, técnicos para a realização de serviços, por um lado, e, por outro, condições

para que técnicos dos países assistidos se capacitassem e pudessem ser promotores do desenvolvimento econômico de suas pátrias.

Em 20 de janeiro de 1949, o presidente dos EUA Harry S. Truman profere um discurso em que deixa clara a resolução de ampliar o programa de assistência internacional e tornar mais efetivo o auxílio aos países subdesenvolvidos; seu pronunciamento expôs as quatro linhas principais de ação do programa dos EUA para a paz e a liberdade (*“our program for peace and freedom”*); disse ele: “Em quarto lugar, devemos embarcar em um programa novo e ousado para fazer os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial favorecerem a melhoria e o crescimento das regiões subdesenvolvidas” (TRUMAN, 1949, online).¹⁵ Designa-se, assim, como “Ponto IV” o programa de assistência técnica a ser oferecida; também se cria o Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do “Ponto IV”. Tal escritório foi criado através do decreto 45.660, de 30 de março de 1959, em “[...] cumprimento às cláusulas do ‘Acordo sobre serviços técnicos especiais’”; o objetivo era “[...] estudar e coordenar os projetos de assistência técnica” (ESCRITÓRIO DO GOVERNO BRASILEIRO – PONTO IV, 1967, p. 3). Ainda segundo os acordos de assistência técnica, por meio do decreto 50.420, de 7 de abril de 1961, a designação do escritório foi alterada para Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (“ponto IV”). Essa modificação não se refletiu na sua estrutura básica, que se manteve inalterada.

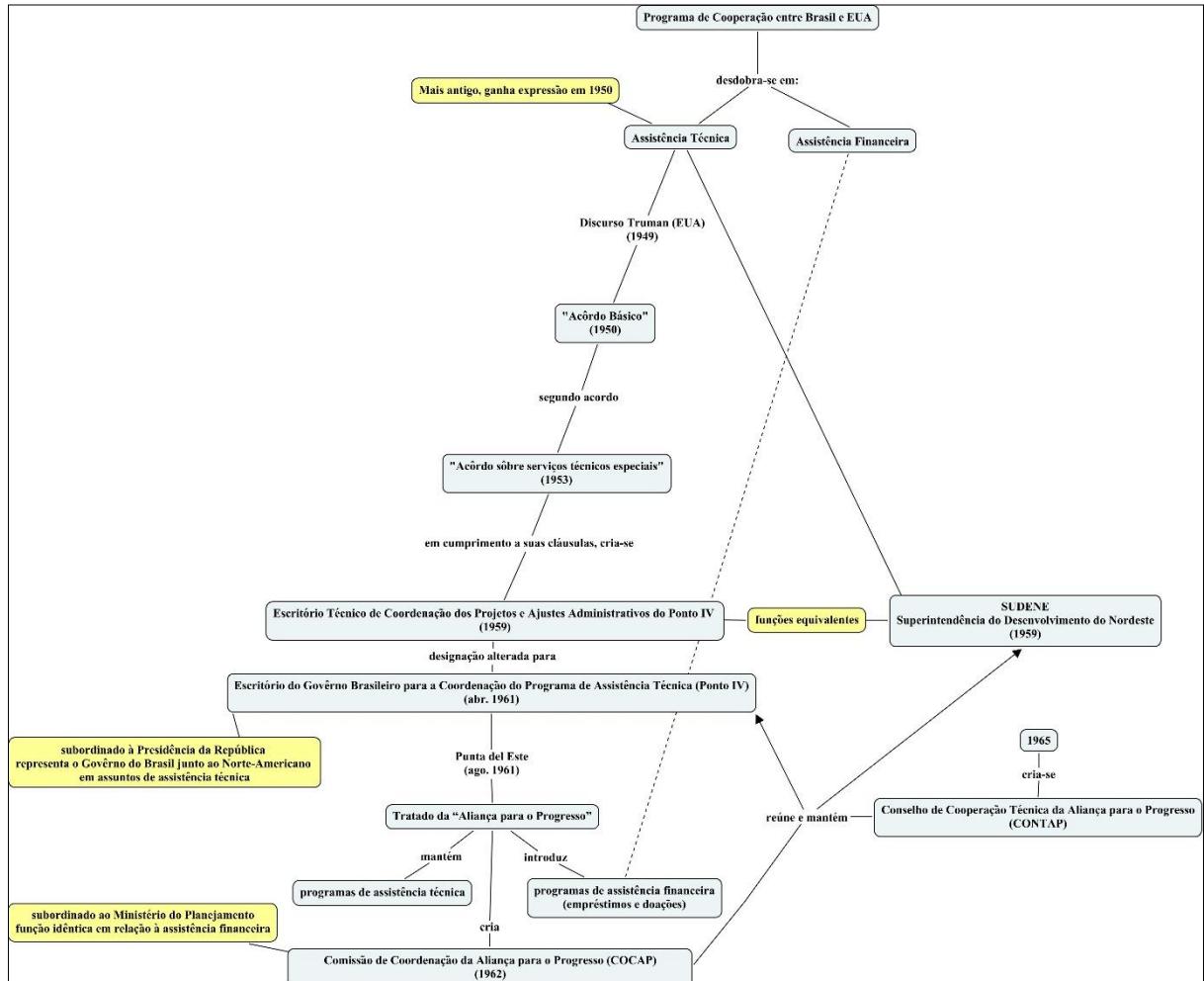
Seguindo a cronologia dos acontecimentos, em agosto de 1961, foi assinado o tratado da “Aliança para o progresso”, em Punta del Este, que “[...] manteve os programas de assistência técnica já existentes e introduziu o da assistência financeira, sob a forma de empréstimos e doações” (ESCRITÓRIO DO..., 1967, p. 3). Em relação ao projeto dos Polivalentes, a assistência financeira aconteceu sob a forma de empréstimo, conforme pode ser comprovado pelo acordo de empréstimo 512-L-078, celebrado entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América, em 13 de novembro de 1969, e a ser destinado ao ensino secundário. Em decorrência daquele tratado, o governo brasileiro, por meio do decreto 1.040, de 23 de maio de 1962, criou a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), diretamente subordinada à presidência do Conselho de Ministros.

¹⁵ No original em inglês se lê: “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas”.

Ainda com base no *Catálogo de acôrdos de assistência técnica*,¹⁶ “Anteriormente, havia sido atribuída à SUDENE a competência de negociar e coordenar a parte da assistência técnica e financeira dos Estados Unidos na área do Nordeste” (ESCRITÓRIO DO..., 1967, p. 3). A partir daqui, temos a coexistência de “[...] três organismos de negociação e coordenação da cooperação com os Estados Unidos: o Escritório do Ponto IV, a COCAP e a SUDENE” (p. 3). Estes, em 1º de outubro de 1965, mediante o decreto 56.979, foram reunidos “[...] num Conselho com o poder de deliberar sobre doação de recursos em cruzeiros para assistência técnica resultante de parte de empréstimo concedido ao Governo do Brasil pelo Governo dos Estados Unidos” (p. 4).

O conselho foi criado pelo mesmo decreto e se denominou Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), cuja presidência coube ao ministro do Planejamento e Coordenação Geral e cuja secretaria-executiva ficou a cargo do diretor-executivo do escritório do “ponto IV” (ESCRITÓRIO DO..., 1967, p. 4). O conselho foi extinto pelo decreto que extinguiu o escritório do “ponto IV”, o decreto 65.476, de 21 de outubro de 1969; no parágrafo 1º do art. 9º, transfere-se à SUBIN parte de suas funções (BRASIL, 1969a, p. 270). Com o intuito de facilitar a compreensão e/ou visualização do percurso histórico de criação desses organismos que compuseram a estrutura dos programas de assistência técnica e financeira, elaboramos e apresentamos o mapa conceitual a seguir.

¹⁶ No *Catálogo de acôrdos de assistência técnica*, publicado em abril de 1967, estão relacionados os acordos assinados entre Brasil e Estados Unidos e coordenados pelo escritório do governo brasileiro voltado ao programa de assistência técnica e os que contam com financiamento, em cruzeiros, pelo CONTAP. Excluem-se os acordos de assistência técnica coordenados pela SUDENE que não tenham recebido doação do CONTAP. Por se tratar de acordos firmados antes da criação das escolas Polivalentes — 1968 —, deixamos aqui a menção a esse material para os interessados em conhecer mais sobre os acordos estabelecidos nas áreas supramencionadas. E para não nos desviarmos do tema proposto para este estudo, nós nos limitamos a analisar apenas os acordos diretamente associados com o projeto dos Polivalentes e cuja exposição no texto segue a ordem cronológica em que foram assinados.



MAPA CONCEITUAL 1. Programa de cooperação entre Brasil e Estados Unidos
Fonte: dados da pesquisa

2.2 Parceria entre MEC e USAID: acordos, convênios e decretos na área educacional

Conforme mencionado no item anterior, em 1961, após a assinatura do tratado da “Aliança para o progresso”, o processo de cooperação técnica e financeira se intensifica e vários convênios começam a ser firmados. O primeiro que nos interessa diretamente foi o de 31 de março de 1965, visto que se configura como o convênio inicial para assistência técnica relativa ao planejamento do ensino médio. Sob a identificação de 512-11-610-042 (“planejamento educacional”), tem a seguinte finalidade:

[...] assistir os conselhos e secretarias estaduais de educação no preparo de seus planos para o ensino de nível secundário e no treinamento de uma equipe de técnicos brasileiros em planejamento de ensino que prestem serviços consultivos em caráter permanente (ESCRITÓRIO DO..., 1967, p. 3).

Esse acordo tem significado especial para o nosso objeto de estudo e foi tomado como marco inicial do recorte temporal da pesquisa aqui descrita, uma vez que dele partem ações que culminaram na materialização das escolas Polivalentes. Por ele estabelece-se que a Agência para o Desenvolvimento Internacional (AID), por meio de contrato com uma instituição dos EUA especializada, prestará serviços de consultoria durante um período de 24 meses. A consultoria caberá a quatro consultores norte-americanos e quatro funcionários designados pelo MEC. O trabalho dessa comissão deve, entre outros pontos, ter como resultado a “[...] formação de uma equipe integrada por funcionários do Ministério [MEC] e do DES devidamente treinados para orientar e assessorar, em caráter permanente, os estados no setor do planejamento do ensino secundário” (MEC; USAID, 1965, p. 3). Esse grupo de oito pessoas foi denominado de Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) (MEC; USAID, 1968, p. 1). Caracterizada como “órgão planejador”¹⁷ do programa, a equipe iniciou seus trabalhos no ano de 1966 e apresenta uma importância crucial para o projeto, visto que foi a responsável, como indicado pela sua própria designação, por todo o planejamento do ensino secundário, nível a que pertencem as escolas Polivalentes.

Ainda na área do planejamento, temos o acordo 512-11-650-042, assinado em 17 de janeiro de 1968 com a finalidade de prorrogar a vigência das atividades de planejamento realizadas pelo projeto anterior e estender a ação para incluir:

[...] a) Novos Estados; b) Levantamento de dados socio-econômicos pertinentes à educação elementar e média nos Estados que estão recebendo assistência técnica para planejamento do ensino médio; c) Melhor coordenação entre os sistemas estaduais de educação elementar e médio (ESCRITÓRIO DO..., 1968, p. 5).

Em 18 de setembro de 1968, o acordo 512-11-610-042, de 1965, recebeu o termo aditivo 512-11-650-042.1, cuja finalidade foi “[...] prestar assistência na implantação de sistemas destinados a *introduzir e estimular o desenvolvimento de ginásios polivalentes*, e adaptar os currículos tradicionais do ensino secundário brasileiro às atuais necessidades sócio-econômicas do país” (MEC; USAID, 1968, p. 3; grifo nosso). O terceiro tópico desse termo — “Responsabilidades” — refere-se a “Proporcionar, através da Equipe de

¹⁷ Cf. MEC (1973b).

Planejamento do Ensino Médio (EPEM), assistência técnica para a instalação e funcionamento de ginásios polivalentes, cujos currículos incluirão artes industriais, técnicas comerciais e agrícolas, e economia doméstica” (p. 4). Decorridos três meses da assinatura desse termo, por meio do decreto 63.914, de 26 de dezembro de 1968, cria-se o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), caracterizado como “órgão executor”. O objetivo desse programa, segundo o art. 1º do referido decreto, era “[...] incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio” (BRASIL, 1968). Em 21 de outubro de 1969, por meio do decreto 65.476, que dispõe sobre as atividades de cooperação técnica internacional, foi extinto o “ponto IV”, cujas atribuições passaram à SUBIN.

Art. 8º Fica extinto o Escritório do Governo Brasileiro para a Coordenação do Programa de Assistência Técnica (Ponto IV), criado pelo Decreto nº 45.660 de 30 de março de 1959, revisto pelo Decreto nº 50.420, de 7 de abril de 1961. Parágrafo único. As atribuições do referido Escritório passam à Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. (BRASIL, 1969a).

Prosseguindo na cronologia dos fatos, em 13 de novembro de 1969, firma-se outro acordo de empréstimo — designado pelo n. 512-L-078; dentre as várias considerações de seu conteúdo, destacamos as seguintes para que o leitor consiga acompanhar o desencadeamento das ações:

Considerando que o Governo Brasileiro solicitou a assistência da Agência para o Desenvolvimento Internacional para a execução do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (“PREMEM”) estabelecido pelo Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968; [...] Considerando que a ajuda ao PREMEM dá cumprimento aos objetivos da Aliança para o Progresso (MEC; USAID, 1969).

A finalidade deste empréstimo é bem específica e assim descrita na seção 1.02.

O Empréstimo é feito com a finalidade de dar assistência a um programa específico (“Programa”) no campo do ensino médio, compatível com os objetivos do PREMEM. As metas do Programa assistido por este Empréstimo são: (1) Criar aperfeiçoamentos qualitativos através de novas e rápidas atividades de treinamento de professores, modernização de currículos, administração educacional, criação de escolas modelo e o suprimento de equipamento escolar e material didático; (2) Criar novas salas de aula pela construção de novos edifícios escolares e adaptação de instalações existentes em Estados selecionados, aptos a planejar, financiar, administrar, prover com pessoal, e dar continuidade a essas atividades; (3) Aumentar o nível de recursos e aperfeiçoar o fluxo desses recursos

destinados à educação e em particular à educação média pelos governos federal e estaduais (MEC; USAID, 1969).

Por esse acordo, a USAID destinaria ao programa US\$ 32.000.000 e o governo brasileiro, NCr\$ 665.000.000,00, além da contrapartida estabelecida na seção 5.01, que é de “[...] valor igual aos dólares desembolsados [...]” (MEC; USAID, 1969); além disso, segundo o documento “O PREMEN e as escolas polivalentes” (11-070-ES-SD) (BRASIL, s. d.), alcançaram-se os seguintes resultados:

Distribuição dos estabelecimentos de ensino (Ginásios Polivalentes) entre os Estados participantes e o Subprograma Nacional, que dotou de um estabelecimento o Distrito Federal e cada um dos demais Estados da Federação.

Bahia	39
Espírito Santo	29
Minas Gerais	61
R. G. do Sul	56
SUBPROGRAMA NACIONAL	18
TOTAL.....	203

População escolar beneficiada (novas vagas para estudantes, em 2 turmas)

Bahia	31.200
Espírito Santo	23.200
Minas Gerais	48.800
R. G. do Sul	44.800
SUBPROGRAMA NACIONAL	14.400
TOTAL.....	162.400

Preparação de Recursos Humanos (distribuição do pessoal docente e Técnico-administrativo)

Bahia.....	1.743
Espírito Santo	1.153
Minas Gerais	2.652
R. G. do Sul	2.210
SUBPROGRAMA NACIONAL	796
TOTAL.....	8.554.

Com base nos dados referentes ao estado de Minas Gerais, temos a construção de 61 escolas, ofertando 48.800 vagas e capacitando 2.652 profissionais para atuação nessas escolas. Esses números nos fornecem uma média de 800 novas vagas e 43 profissionais habilitados por escola. Esses valores estão em consonância com as diretrizes do Programa que veremos no decorrer do trabalho. Como a região abrangida nesta pesquisa engloba oito escolas Polivalentes, o programa ofertou, então, 6.400 novas vagas e a formação de 344 profissionais para atuar nessa área. Em 13 de maio de 1970, firma-se a última renovação do acordo inicial de 31 de março de 1965. Em 16 de março de 1971, celebra-se

o convênio para o planejamento educacional—ensino fundamental/MEC-DEF/SUBIN, com o seguinte objetivo:

[...] assegurar recursos da SUBIN para que o MEC, através do DEF, possa: 1) Ensejar a prestação de assistência aos Estados da União para elaboração de planos de educação, no que diz respeito ao ensino fundamental ou de 1º grau. 2) Incrementar nos Estados uma mentalidade planejamento educacional. 3) Especializar um grupo de técnicos em planejamento no estudo, elaboração, implementação, avaliação e reformulação de planos, programas e projetos educacionais (MEC; USAID, 1970b).

A essa renovação foram acrescidos dois termos aditivos: o n. 1, de 12 de abril de 1972, com vigência até 31 de agosto de 1972, e o n. 2, de 29 de setembro de 1972. O objetivo foi prorrogar a vigência do primeiro até 31 de outubro de 1972 para que o saldo deste pudesse ser utilizado. Em 19 de abril de 1971, via portaria 194-BSB, é extinta a EPEM, como se lê texto:

Art. 1º Declarar extintos, a partir da publicação desta Portaria, os mecanismos abaixo relacionados, transferidos os programas, acervos, responsabilidades, recursos e pessoal para o Departamento de Ensino Fundamental, na forma indicada: I – Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM), que absorvida pela respectiva Assessoria Técnica (MEC, 1971b).

Segundo Arapiraca (1982, p. 114–5),

Por sugestão contida no acordo de 13 de maio de 1970, entre a USAID e o MEC, a partir de 1972 a EPEM se integrou à estrutura de planejamento do MEC. Desde então essa equipe perdeu sua autonomia, incorporando-se administrativamente ao PREMEN. Ressalte-se, no entanto, que este organismo teve um papel teórico e de planejamento fundamental em todo processo de transformação do sistema médio do ensino brasileiro. Foi ele que proporcionou toda a estrutura logística que ensejou o plano de reforma; estruturou o mecanismo de intervenção e planejou o treinamento dos elementos que foram e voltaram dos EUA com a função de multiplicar os conteúdos ali *internalizados*.

Na sequência, temos o segundo acordo de empréstimo para o setor de educação — n. 512-L-081 —, firmado em 17 de junho de 1971, ou seja, quando o primeiro acordo — 512-L-078 — ainda estava em andamento. Conforme o documento 25-167-RL-1978, o acordo 512-L-081 foi “[...] concebido com o caráter de prolongamento, ampliação e

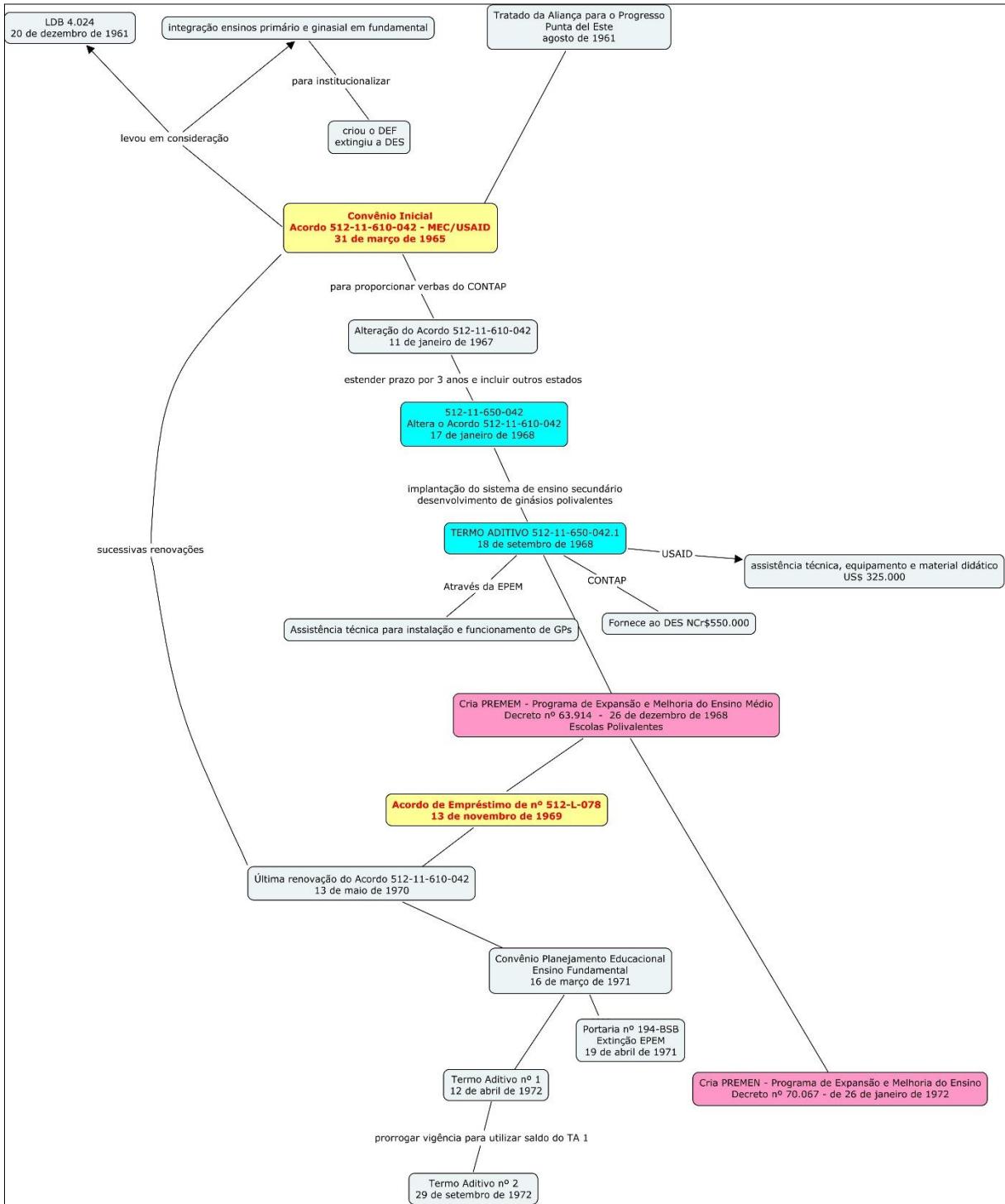
intensificação do anterior, cuja finalidade era contribuir para a expansão quantitativa, transformação estrutural e melhoria de qualidade da educação brasileira” (MEC; USAID, 1978, p. 2).

Diferiu do primeiro por não se restringir ao ciclo ginásial, pois se destinou ao ensino primário e secundário, depois denominado de ensino fundamental e médio. Embora as ações decorrentes deste tenham sido significativas quanto ao número de construção de escolas, população escolar beneficiada e treinamento de recursos humanos, esse acordo foge ao escopo deste estudo, uma vez que Minas Gerais não figura entre os estados participantes.

Nos encaminhamentos de propostas para o estabelecimento desses acordos, além da aprovação do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, havia a interferência direta do Ministério das Relações Exteriores, prevista no decreto 65.476, de 21 de outubro de 1969.

Art. 2º As solicitações de cooperação técnica só serão encaminhadas a qualquer organismo internacional ou agência de governo estrangeiro após prévia aprovação pelos Ministérios do Planejamento e Coordenação Geral e das Relações Exteriores, no campo da competência respectiva de cada um, na forma do Art. 3º dêste Decreto (BRASIL, 1969).

Em 1972, assina-se o acordo 512-11-680-286.1, vigente de 1º de abril de 1972 a 31 de março de 1974; o objetivo era “[...] desenvolver melhores métodos de planejamento e elevar o nível de eficiência administrativa do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação, visando melhores padrões de ensino de 1º e 2º graus [...]” (MEC; USAID, 1972b, p. 1). Esse processo se apresenta no mapa conceitual da figura a seguir.



MAPA CONCEITUAL 2. Principais acordos e convênios relacionados às escolas Polivalentes
Fonte: dados da pesquisa

2.2.1 Convênio setorial n. 3

Em 7 de julho de 1970, foi firmado um acordo geral entre a SUBIN e a USAID, pelo qual Cr\$ 17.753.000,00 foram destinados a diversos projetos atinentes ao setor da educação. Participa do convênio setorial n. 3 — Educação — as seguintes entidades: Ministério do

Planejamento e Coordenação Geral, representado pela SUBIN; Ministério da Educação e Cultura, representado pelo seu secretário-geral e pelos diretores do Departamento do Ensino Fundamental (DEF), do Departamento de Ensino Médio (DEM) e do Instituto Nacional do Livro (INL), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, representado pelo seu presidente; Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED), da Universidade do Estado da Guanabara, representado pelo seu diretor; Fundação Getulio Vargas, representada pelo seu diretor-executivo; e Universidade de São Paulo, representada pelo seu reitor e pelo diretor da Faculdade de Economia e Administração. Em 17 de março de 1972, novo montante foi autorizado para dar continuidade aos projetos iniciados. A seguir, destacamos alguns deles.

Esse projeto tem origem no convênio de cooperação técnica firmado em 31 de março de 1965, entre o MEC, através da ex-DES, e a USAID com a finalidade de constituir um grupo misto de educadores do Brasil e dos EUA para assistir os conselhos de educação e secretarias estaduais de Educação “[...] no desenvolvimento de seus planos de educação de nível médio, e de treinar técnicos brasileiros em planejamento educacional [...]”, que iriam prover os estados com “[...] serviços de consultoria em caráter permanente” (MEC/USAID, 1972a, p. 2). Esse convênio e suas renovações basearam-se nestas considerações: aumento da responsabilidade delegada aos estados quanto à educação primária e média por meio da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN (lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961); integração do ensino primário e do primeiro ciclo médio (ginásio) no denominado ensino de primeiro grau, para o atendimento de alunos de 7 a 14 anos de idade, faixa etária de educação compulsória prevista pela Constituição de 1967; reforma administrativa do MEC, que resultou na extinção da DES¹⁸ e na criação do DEF e do DEM.

Após a reformulação do ensino pela lei 5.692, de 11 de agosto de 1971 — que trata dos ensinos de primeiro e segundo graus —, novo apoio financeiro é requisitado para o atendimento dessa reformulação. Temos, então, a renovação do acordo para solicitar recursos financeiros e fazer adequação às novas diretrizes legais. Para reforçar: extinção da DES, uma vez que o nível do ensino secundário, a partir da reforma 5.692/71, deixou de existir ao desmembrar-se, juntando seu primeiro ciclo (ginasial) ao primário para formar o ensino de

¹⁸ A DES havia sido criada por meio do decreto-lei 8.535, de 2 de janeiro de 1946, que transformou a divisão de ensino secundário do Departamento Nacional de Educação em diretoria diretamente subordinada ao ministro da Educação e Saúde.

primeiro grau, agora vinculado ao DEF, e o segundo ciclo (colegial), agora denominado de segundo grau, vinculado ao DEM.

Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicométricas (CETPP) do Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getulio Vargas (FGV). Esse projeto objetivava, sobretudo, “[...] prover o sistema educacional brasileiro de testes construídos especialmente para a população estudantil brasileira, dentro dos objetivos visados pela política educacional vigente e devidamente padronizados para os diferentes grupos a que eles se destinarem” (MEC; USAID, 1972a, p. 2). Além desse propósito, o projeto teria contribuído “[...] para o treinamento de pessoal nas atividades relacionadas à apuração do rendimento escolar e implementação do [...] CETPP, do ISOP/FGV” (MEC; USAID, 1972a, p. 2). Sua gênese decorre do convênio firmado, em 1966, entre FGV e a USAID/Brasil, “[...] com o objetivo geral de aperfeiçoar os testes de aptidão e criar instituições seletoras, contribuindo, assim, para o desenvolvimento e a utilização dos recursos humanos do país”. (MEC; USAID, 1972a, p. 1). Esse convênio — e suas renovações — possibilitou ao CETPP construir testes de aptidões diferenciadas para o então curso médio com a justificativa de vir a desempenhar função importante na implantação da lei 5.692/71, que preconizava a sondagem vocacional nas séries finais do ensino de primeiro grau e a profissionalização no ensino de segundo grau.

Em virtude da assinatura da lei nº 5.692 que reformulou o ensino de níveis primário e médio no país, foi considerado oportuno, uma vez que esta lei prevê uma sondagem de aptidões, a organização de uma série de seminários para orientadores e diretores de escolas visando à utilização das baterias no processo de orientação educacional dos alunos já submetidos aos testes e numa possível reformulação dos currículos baseados nestes resultados (MEC; USAID, 1972a, p. 2).

No acordo de 1972 (512-11-680-286.1), constando das responsabilidades atribuídas ao MEC, temos: “Prover a USAID, *para fins informativos*, de cópias de documentos, inclusive diretrizes, planos estaduais e material similar produzido como parte deste Projeto” (MEC; USAID, 1972b; grifo nosso). A expressão “para fins informativos” foi destacada para nos alertar que uma informação pode ser utilizada com fins diversos, dentre os quais o de controle, sobretudo.

Segundo Arapiraca, por meio do convênio com a USAID e do treinamento oferecido por ela aos nossos técnicos, estes “não foram buscar nos EUA orientação técnica simplesmente; eles foram submeter-se a processos de *internalização* de valores culturais para ‘serem melhor qualificados para adaptarem suas experiências adquiridas nos EUA ao seu ambiente de trabalho no Brasil’ (destaques do autor)”. Sabendo serem os objetivos dessa agência contrários aos dos intelectuais, professores e alunos brasileiros, os

acordos firmados entre os dois países foram mantidos dentro do maior sigilo possível. Somente as consequências desses eram conhecidas, visto que se manifestaram, por exemplo, nas reformas supracitadas e na criação dos ginásios polivalentes (RESENDE, 2011, p. 48).

Embora tenha sido mencionado o sigilo que cercava as assinaturas dos acordos, os que foram por nós coletados traziam em seus textos a orientação clara de divulgação. Apresentamos, a seguir, alguns exemplos.

As partes acordam que envidarão *todos* os esforços para a divulgação deste Projeto através de jornais, rádio e outros meios de comunicação, tornando claro que este Acordo faz parte da Aliança para o Progresso (MEC; USAID, 1972b, p.21, grifo nosso).

Os governos do Brasil e dos EUA empenhar-se-ão para que seja dada ampla publicidade aos objetivos e à execução do programa de assistência técnica preparado com base no presente Ajuste (ESTADOS UNIDOS; BRASIL, 1950, p. 3).

a) divulgar no país as normas de operação das diversas agências financeiras estrangeiras que se disponham a prestar o auxílio externo previsto na Carta de Punta del Este (BRASIL, 1962, p.1).

2.3 PREMEM e PREMEN

Quando consultamos as publicações relativas ao PREMEM/PREMEN, há denominação do programa dessas duas formas apresentadas. A grafia com M ou N no final depende da data de publicação. Para fins de esclarecimento, a sigla PREMEM refere-se ao Programa de Expansão e *Melhoria do Ensino Médio*, criado pelo decreto 63.914, de 26 de dezembro de 1968. Conforme mencionamos, nesse período a estrutura educacional, ainda sob a vigência da lei 4.024/61, encontrava-se dividida em ensino primário, ensino médio e ensino superior. Quando, em 1971, passa a vigorar a lei 5.692, essa estrutura educacional é modificada, e a denominação ensino médio deixa de existir. Em 26 de janeiro de 1972, entra em vigor o decreto 70.067, que revoga o decreto 63.914/68 e cria o Programa de Expansão e *Melhoria do Ensino* (PREMEN). Este absorve aquele e mantém suas diretrizes básicas.

Nas duas versões do programa, os objetivos eram estes “[...] incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento de ensino médio” (BRASIL, 1968, art. 1º) e “[...] aperfeiçoar o sistema de ensino de primeiro e segundo graus no Brasil (BRASIL, 1972a, art. 1º). A aprovação da primeira versão considerou que o “[...] aprimoramento do ensino médio, no nível ginásial deve ser estimulado com o aumento de escolas polivalentes” e a existência de “[...] diretrizes governamentais fixadas na

preparação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento” (BRASIL, 1968). Atrelado ao Ministério da Educação e Cultura, o programa era administrado por uma comissão composta por seis membros (segundo decreto 63.914, art. 3º) e por sete membros (segundo decreto 70.067, art. 4º) designados pelo ministro e com dotação orçamentária de recursos “[...] federais e estaduais, e extra-orçamentários de fontes internas e externas” (BRASIL, 1968, art. 2º; 1972a, arts. 2º e 5º).

Na função de “[...] promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes dos convênios firmados com os Estados, e administrará os recursos federais, inclusive os provenientes de empréstimos [...]” (BRASIL, 1968, art. 4º), compete à comissão responsabilidades como

I – Promover, juntamente com os Estados, a implementação dos planos elaborados pelos mesmos e referentes à expansão e melhoria de sua rede de ensino médio público, em articulação com uma assistência técnica educacional que assegure a consecução dos objetivos do PREMEM. II – Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, à construção de um ginásio polivalente modelo na Capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional (BRASIL, 1968, art. 6º).

Dessas duas responsabilidades citadas, ressaltamos as atribuições de planejamento, construção, equipamento e treinamento dos profissionais. Para cada uma, foram firmados convênios e elaborados programas para sua consecução — alguns citados no tópico anterior. No art. 9º, § 2º, do decreto 63.914, são apresentados os requisitos básicos que deverão ser levados em conta quanto à escolha do local a receber as escolas Polivalentes, a saber:

[...] a) população da área a ser beneficiada pela escola; b) conclusão de curso primário; c) população em idade escolar, atendida pela escola média; d) investimento municipal em educação primária; e) cooperação da comunidade; f) meios de acesso à escola; g) composição econômica da região; h) disponibilidade de cargo docente (BRASIL, 1968).

Observemos que os critérios de escolha do local para construir as escolas referem-se a aspectos socioeconômico-educacionais, bem como de infraestrutura. A despeito de serem quesitos com relativo grau de objetividade, identificamos que em algumas das cidades pesquisadas o fator político foi o principal para definir o local de criação da escola Polivalente. Veja-se a seguir um trecho da entrevista do ex-prefeito de Monte Carmelo, Eduardo Adalberto

M. Oliveira, a membros da comunidade escolar do Polivalente dessa cidade, presente no Regimento Interno de 1975, que ilustra esse tipo de influência.

PERGUNTA: Por que foi escolhido o local em que foi construído o prédio da Escola Polivalente?

RESPOSTA: Porque aquela área era uma das que mais precisavam ser desenvolvidas.

P. É verdade que a escola não viria para Monte Carmelo?

R. É. Os Planos de construção eram em etapas e Patrocínio e Coromandel estavam em primeiro palno [sic] [plano]. Justamente porque tinham influência política, devido terem deputado para representar suas cidades. E nós não tínhamos.

P. O que foi feito para que ela viesse para Monte Carmelo e não para as cidades citadas?

R. Eu estava muito interessado que ela viesse para Monte Carmelo, então procurei várias pessoas influentes como:

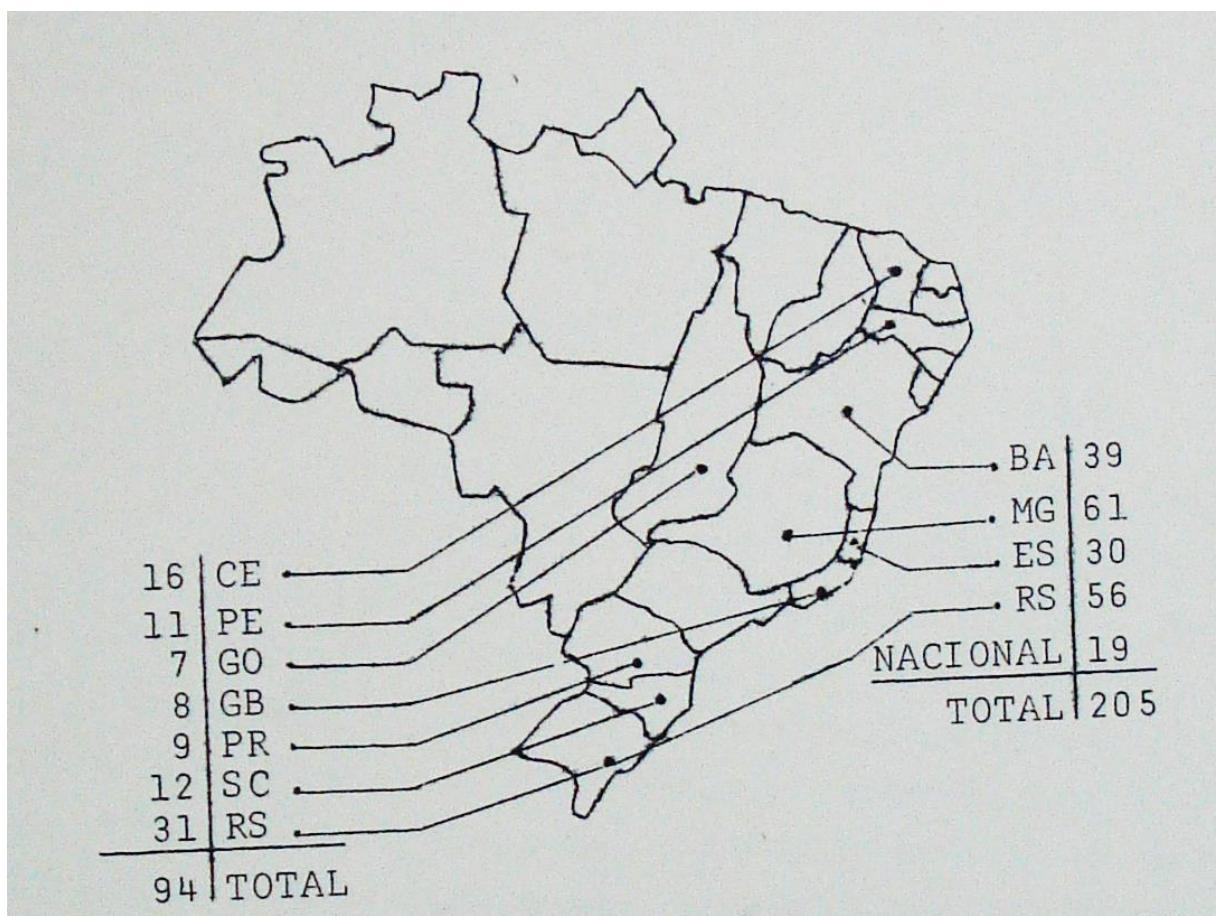
- Cel. Ulisses Panisset (Diretor do PREMEN)
- Dr. Caio Benjamin (Secretário de Estado da Educação)
- Rondon Pacheco, etc.

E usei de tudo que tinha em mãos para que eles mudassem de idéia, e consegui (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO, 1975, s.p.).

De acordo com o parecer 912, aprovado em 3 de dezembro de 1969, em uma primeira etapa de atividades o PREMEM atuaria na construção de ginásios polivalentes na Bahia, no Espírito Santo, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Esses ginásios, consoante a ideia de polivalência, teriam salas de aulas comuns, dois laboratórios, duas oficinas de artes industriais ou uma de artes industriais e outra de técnicas agrícolas, dependendo da característica socioeconômica da região, além de salas-ambiente para técnicas comerciais e educação para o lar. Como se lê no parecer, “O essencial do programa é promover a implantação de novo tipo de ginásio comumente denominado de polivalente ou orientado para o trabalho” (BRASIL, 1969b).

Entretanto, para implantar essa nova modalidade de ginásio, os objetivos do PREMEM não se limitaram à construção de escolas. Estas deveriam ser equipadas com recursos materiais, didáticos e, sobretudo, humanos para o desenvolvimento de sua missão: “[...] dar educação geral a todos e suficientemente flexível para oferecer opções que, sem especializações prematuras, pudesse introduzir o aluno em áreas vocacionais a serem desenvolvidas posteriormente” (BRASIL, 1969b, p.2). Além disso, o problema central enfrentado pelo PREMEM foi a qualificação dos docentes a ser recrutados para atuar nos

ginásios Polivalentes, visto que esses profissionais não se encontravam em número suficiente para suprir a demanda (BRASIL, 1969b).



MAPA 3. Mapeamento de áreas de atuação do PREMEN, conforme dados do MEC e da Comissão Estadual de Minas Gerais relativos a outubro de 1975
Fonte: MEC, 1975a

Segundo documento constante do acervo da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba, podemos citar as realizações do PREMEN a seguir, divididas em primeira, segunda, terceira e quarta etapas e, enfim, em etapa especial.

Em primeira etapa, foram construídas, mobiliadas e equipadas oito escolas Polivalentes — em Belo Horizonte, Divinópolis, Juiz de Fora, Montes Claros, Teófilo Otoni, *Patos de Minas*, *Uberaba*, *Uberlândia*. Além das construções, duas escolas foram transformadas nos municípios de Pirapora e Caeté. Em relação aos recursos humanos da área técnico-administrativa, o PREMEN recrutou e selecionou, via concurso, 10 diretores, 11 coordenadores pedagógicos, 3 orientadores educacionais e 10 bibliotecários. Esses profissionais receberam capacitação por meio de curso intensivo de treinamento oferecido pela Universidade Federal de Minas Gerais

(UFMG). Quanto ao pessoal docente, também via concurso, foram selecionados 287 professores, dos quais 62 participaram de cursos de reciclagem, uma vez que já eram licenciados, e 225 fizeram cursos de curta duração para obter o certificado de graduação. Esses cursos foram promovidos pela Faculdade de Educação da UFMG e pelo Centro de Treinamento de Professores de Artes Práticas (CETAP), em Betim, MG. Por fim, para o pessoal auxiliar das escolas construídas e transformadas nessa primeira etapa, foi realizado concurso em cada localidade, assim como foram selecionados 40 serventes, 10 zeladores, 10 vigias e 20 auxiliares de secretaria. Pelos números de profissionais selecionados, percebemos que a figura do orientador educacional não se fez presente em todas as unidades escolares. A justificativa dessa ausência não foi encontrada em nenhum documento pesquisado; mas nos documentos relacionados com o PREMEM consta que a função de orientação educacional era uma das responsabilidades dos professores. Dessa forma, mesmo sem o cargo de orientador educacional, essa função estava prevista e poderia ser executada.

Das realizações de segunda etapa, o documento atesta a construção de 24 escolas de 1º grau nas seguintes cidades: Alfenas, *Araguari*, Barbacena, Belo Horizonte (Barreiro), Belo Horizonte (Ressaca), Caratinga, Cataguases, Coronel Fabriciano, Conselheiro Lafaiete, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá e Varginha. Seguindo o mesmo processo do citado na primeira etapa, foram capacitados 66 professores em cursos de reciclagem e 696 em cursos de curta duração. Essa grande quantidade de professores formados nessa última modalidade de curso ratifica a mencionada escassez de licenciados para provimento de vagas. Ainda em relação aos recursos humanos, foram selecionados 24 diretores, 29 coordenadores pedagógicos, 20 orientadores educacionais, 7 bibliotecários e 26 vice-diretores. Cabe aqui a observação feita em relação ao quantitativo de orientadores educacionais de primeira etapa, estendendo-se, agora, aos bibliotecários.

Em relação à terceira e quarta etapa, desenvolvidas entre 1972 e 1974, foram instaladas mais 26 escolas nas seguintes cidades: *Araxá*, Itajubá, Itabira, *Ituiutaba*, Oliveira, Poços de Caldas, Sabará, Santos Dumont, Três Corações, Juiz de Fora, São João del Rei, Itaúna, Conselheiro Pena, Muriaé, Curvelo, Nova Lima, Campo Belo, São João Nepomuceno, *Frutal*, Paracatu, Caxambu, Corinto, Guaxupé, *Monte Carmelo*, Mantena e Diamantina. O documento não apresenta o quantitativo de pessoal selecionado e formado para atuar nessas escolas.

Finalizando o elenco de atividades realizadas pelo PREMEM/PREMEN exposto pelo documento de Ituiutaba, em 1975, em etapa especial, foram construídas três escolas de primeiro grau nas cidades de Leopoldina, São Lourenço e Carangola.

2.4 Repercussões manifestas na imprensa nacional e local

Em uma busca em edições do jornal *Folha de S. Paulo*, encontramos 35 reportagens do período 1967–80 que tratam ou mencionam os acordos entre MEC e USAID. Lendo essas reportagens, identificamos que as discussões e críticas giraram em torno dos acordos relativos ao ensino superior e foram fomentadas, sobretudo, pelos universitários. Selecionei duas delas que, mesmo distando temporalmente treze anos, mantêm-se concordantes na denúncia da “intromissão” norte-americana na educação brasileira.

Estas considerações vêm a propósito dos acordos MEC–USAID, há muito criticados por vários grupos de opinião, seja pela interferência daquela entidade do governo norte-americano em questões de política educacional brasileira, seja — e aí talvez esteja o ponto capital — pela maneira por que se celebraram os acordos, tão sigilosa e reticente que permitia todas as dúvidas que foram de fato tomado corpo. (FOLHA DE S. PAULO, 1967a, p. 4).

Paulo de Tarso Santos — O ministro Eduardo Portela, com inusitada franqueza, considerou o atual momento como “o pior” já vivido pela educação brasileira. [...] Restaria dizer que, do ponto de vista cultural, a educação brasileira, a todos os níveis, inclusive universitário, foi alienante e alienada. Alienante, porque se reprimiram todos os diálogos educacionais, mediatisados por qualquer aspecto crítico ou polêmico da realidade brasileira. Impossibilitadas de pesquisar nossa realidade nacional, por absoluta falta de recursos, as universidades limitavam-se a reproduzir o saber já criado, especialmente em outras nações mais desenvolvidas. Esta alienação teve como triste símbolo os 12 acordos MEC–USAID, formulados e implementados de 1964 e 1968. A tal ponto chegou a intromissão desses convênios em nossa educação que o projeto nº 9 falava na colocação de 51 milhões de livros nas escolas, sob controle dos técnicos americanos da Usaid, reservada ao MEC apenas a tarefa de execução. Tais livros didáticos seriam impressos no Brasil, mas mediante compra de direitos autorais de editores não brasileiros, especialmente americanos. E foi tal a intervenção americana em nosso sistema universitário naquela época que um dos técnicos da AID, Rudolph Atcon, chegou a propor, em 1966, “as linhas gerais de reformulação da universidade brasileira”. (FOLHA DE S. PAULO, 1980, p. 3).

Por esses trechos, percebemos que os pontos de desagrado em relação aos acordos eram os seguintes: interferência externa na educação brasileira, não participação dos brasileiros nas diretrizes propostas pelas reformas educacionais, celebração dos convênios sem os devidos esclarecimentos e divulgação e, por fim, imposição da cultura dos EUA

mediante adoção de recursos didáticos descontextualizados da realidade brasileira. Críticas diretas ao ensino médio (ou, depois, ao ensino de primeiro e segundo graus) e às escolas Polivalentes não foram identificadas nessas reportagens.

Se de um lado houve reportagens que atacavam e solicitavam esclarecimentos e até o fim dos acordos, por outro houve as que defenderam esses convênios ou que expuseram os esclarecimentos solicitados:

Coluna Tavares de Miranda — A campanha solerte, ou descarada, antiamericana desenvolve-se a olhos vistos, de acordo com os planos pré-estabelecidos por “invisíveis” centrais internacionais... Primeiramente, foi a campanha que procurava explicar por a + b que a Revolução Libertadora de 31 de março fora ditada pelo Pentágono [sic]... Depois veio a campanha da alienação das indústrias de base, nacionais... Logo em seguida, em compasso binário, dos acordos MEC–USAID e da esterilização em massa de nossas mulheres na Amazônia e no Nordeste... E agora vem aí a campanha do Café Solúvel, que o emedebista deputado Amaral Neto já pôs a boca no mundo para denunciar os EUA como interessados em que o Brasil não produza nem exporte o solúvel... É claro que não vamos falar da malfadada política “externa independente” com o namoro ostensivo com o Terceiro Mundo anti-ocidental. Política que em verdade não é “independente” nem nada, pois é antibrasileira e antiportuguesa, indubitavelmente, e fere até, abala os nossos alicerces de nação livre e cristã que somos desde que somos Brasil. (FOLHA DE S. PAULO, 1967a, p.2).

RIO (Sucursal) — Ao despedir-se do cargo de diretor da USAID, o sr. Van Dyke declarou ontem que os acordos com o MEC não foram impostos, “tratando-se de trabalho conjunto, com o objetivo de ajudar o Brasil no campo da educação”. Disse que “apenas quatro professores norte-americanos, trabalhando com cinco brasileiros, não seriam capazes de controlar e influir no ensino de um país de 80 milhões de habitantes” (FOLHA DE S. PAULO, 1968, p.5).

Esse trecho de reportagem suscita observações. De fato, aos olhos MEC pode até não ter se configurado uma imposição; mas, e ao povo brasileiro, excluído de todo o processo de definição das diretrizes educacionais? Além disso, num processo de dominação, o quantitativo de pessoas, na maioria das vezes, não é fator determinante, mas o poder econômico, cultural ou estratégico do dominador o é. Mesmo após dez anos de publicações na imprensa nacional sobre os acordos MEC–USAID, seu fim foi registrado como um dos mais polêmicos dentre os de assistência técnica assinados entre Brasil e Estados Unidos.

Nos últimos anos, o Brasil desativou um a um todos os mecanismos de assistência que os Estados Unidos prestavam ao Brasil, à exceção da ajuda militar que, mesmo não tendo sido extinta, veio-se reduzindo nos últimos anos. O maior contencioso [sic] dessa ajuda, no momento, ainda é o programa da Usaïd que já foi interrompido quanto a novas iniciativas persistindo

apenas o cumprimento de alguns projetos em fase de conclusão e com verba já consignada. O programa da Usaid no Brasil foi, possivelmente, a modalidade mais polêmica da assistência direta dos Estados Unidos, ao lado do projeto “Peace Corps” (Voluntários da Paz). O convênio firmado pela agência norte-americana com o ministério de Educação e Cultura foi, dentre os muitos assinados com os órgãos do governo brasileiro, o que mais desgastes trouxe à ajuda norte americana [sic]. Os universitários transformaram o acordo Mec-Usaid numa bandeira de luta contra a ingerência estrangeira na educação brasileira. O convênio foi extinto há cerca de dois anos, em meados do Governo Geisel [...] (FOLHA DE S. PAULO, 1977, p. 5).

Pelo exposto até o momento sobre as reportagens veiculadas no jornal *Folha de S. Paulo*, percebemos uma conotação negativa dos acordos entre o MEC e USAID. Entretanto, na imprensa de algumas das cidades pesquisadas, a conotação dada em relação a um dos frutos desses acordos — as escolas Polivalentes — é diferenciada:

Desde o governo passado vem sendo construído em Uberlândia o Ginásio Polivalente, *estabelecimento de ensino de grande importância* para nossa juventude. Um engenheiro do PREMEM está na cidade, em contato com autoridades municipais adotando as providências necessárias para a conclusão das obras, o que se espera, verificar-se-á até agosto, início do segundo semestre letivo. O Polivalente, *estabelecimento de ensino médio pioneiro, proporcionará inúmeros benefícios* aos jovens que serão os futuros técnicos überlandenses (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1971a, p. 1; grifo nosso).

Em Uberaba, a euforia com a chegada do Ginásio Polivalente foi assim noticiada pela imprensa local:

Sómente 8 cidades de Minas Gerais serão dotadas de um Ginásio Polivalente. Uberaba é uma delas. [...] Voltamos hoje a focalizar a *importante iniciativa* para assinalar alguns aspectos da instituição que será aqui inaugurada, em futuro próximo. [...] O Ginásio Polivalente terá curso completo, com orientação dirigida para mão de obra especializada, permitindo assim ao aluno a manifestação de tendências e opções para melhor escolha de uma futura profissão. O corpo docente, formado por 29 professores de reconhecida competência, está perfeitamente identificado com a sua função, apto a dar-lhe o mais cabal desempenho. [...] Para integrar o corpo docente, os educadores submeteram-se, vitoriosamente, a um concurso de alto nível. Só depois de aprovados, é que foi feita a sua nomeação. [...] A construção, que ocupa vasta área, está sendo levantada com observância de todos os requisitos da mais moderna e aperfeiçoada técnica. Trata-se de importante conquista, como se vê, para esta cidade, em futuro bastante próximo (LAVOURA E COMÉRCIO, 1971, p. 5).

Nessas duas últimas passagens de notícia, destacamos palavras e expressões que denotam exaltação da nova escola e o sentimento de satisfação e orgulho porque as cidades foram escolhidas para sediar uma escola Polivalente.

Atinente à ideia de progresso por que passou o país no início da década de 1970, com o denominado “milagre econômico” e excluindo-se o caráter publicitário da administração municipal, o jornal *Correio de Araxá*, veiculou no ano 1973 reportagem apresentando as obras realizadas na cidade — obras que marcam uma administração — e exemplifica o clima de euforia com o desenvolvimento econômico, apontando a construção da Escola Polivalente como parte desse desenvolvimento.

Basta simplesmente ver com os olhos e analisar com a razão para logo em seguida o coração fazer justiça e se expandir em agradecimentos (o pior cego é aquele que não quer ver). 1973 está chegando ao fim. Para o Brasil, este foi o ano do turismo. Para Araxá e sua gente, *1973 foi também o ano do progresso*. A *espetacular infra-estrutura do Polivalente*, com o asfalto espalhado por todos os lados, recebeu, já há alguns dias, o início da construção daquele estabelecimento de ensino. Meios-fios estão sendo colocados em toda a zona de expansão da cidade, em ritmo acelerado, dando um aspecto lindo e higiênico às vias públicas. É importante frisar que, com os melhoramentos e o progresso que têm recebido a zona de expansão e os bairros, o número de construções na cidade bateu todos os recordes anteriores, o que, logicamente, tem carreado maior movimento para o comércio local e mais empregos, além de embelezar ainda mais nossa Araxá. A abertura da Av. Amazonas aconteceu e os serviços estão em pleno andamento. A Comag; dentro de seu esquema, brevemente atingirá a sua meta, e o cruciante problema da falta d’água deixará de existir. O prédio da Prefeitura passou por uma reforma geral, ganhando outra fachada e oferecendo mais condições de trabalho aos funcionários. Embora tenha sido uma arrancada do ano de 1972, torna-se mister lembrar que aqui temos um Colégio Estadual em atividade. Novos grupos escolares estão à espera de nossas crianças para o ano letivo de 1974. O araxaense, hoje, ergue a cabeça, estufa o peito e exclama com orgulho: “ARAXÁ TEM UMA FACULDADE”. Para o setor de estradas e pontes do município foi adquirido um caminhão basculante, zero Km, para melhor atendimento ao serviço. Os operários da Prefeitura, é oportuno que se frise, vivem sempre alegres e bem dispostos, pois recebem em dia os seus salários, fato que não acontecia desde tempos remotos; ganharam dois uniformes de trabalho e uma bem bolada cantina, onde tomam reforçado lanche antes de iniciar a luta do dia. E afora o 13º a que fazem jus, e que é pago em tempo hábil, eles sabem que podem contar todo fim de ano com as lembranças entregues pela atual administração, bem como aos seus filhos, acontecimentos inéditos na Prefeitura de Araxá, e que demonstram claramente alto espírito humanitário. Vale ressaltar em todos estes acontecimentos a presença sempre atuante de Dona Sandra de Oliveira Duarte. E para completar este ano de progresso, ainda há pouco foi aprovado o PROJETO IMPACTO, e, a partir do próximo exercício, teremos obras que deixarão marcas em uma geração (CORREIO DE ARAXÁ, 1973, p. 1; grifo nosso).



FOTO 9. Obra de construção do ginásio Polivalente de Araxá. No texto sobreposto à fotografia se lê: “Aspecto do Ginásio Polivalente em fase final, lateral com Rua Terêncio Pereira, esta já com pavimentação asfáltica, concluída. Convênio: Prefeitura, Estado, Governo Federal”

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araxá

De novo incitando a população de Araxá a acreditar, a reconhecer e a continuar a lutar nas urnas para usufruir dos benefícios e se manter nessa “onda de progresso”, o *Correio de Araxá* publicou uma notícia — a seguir — cujo texto nos permite perceber que, ao lado de elementos relacionados com economia, infraestrutura e questão social, figura-se o Colégio Polivalente como fator de progresso. Por essa e outras manifestações, podemos inferir a importância que tal escola devia representar para o município e seus moradores:

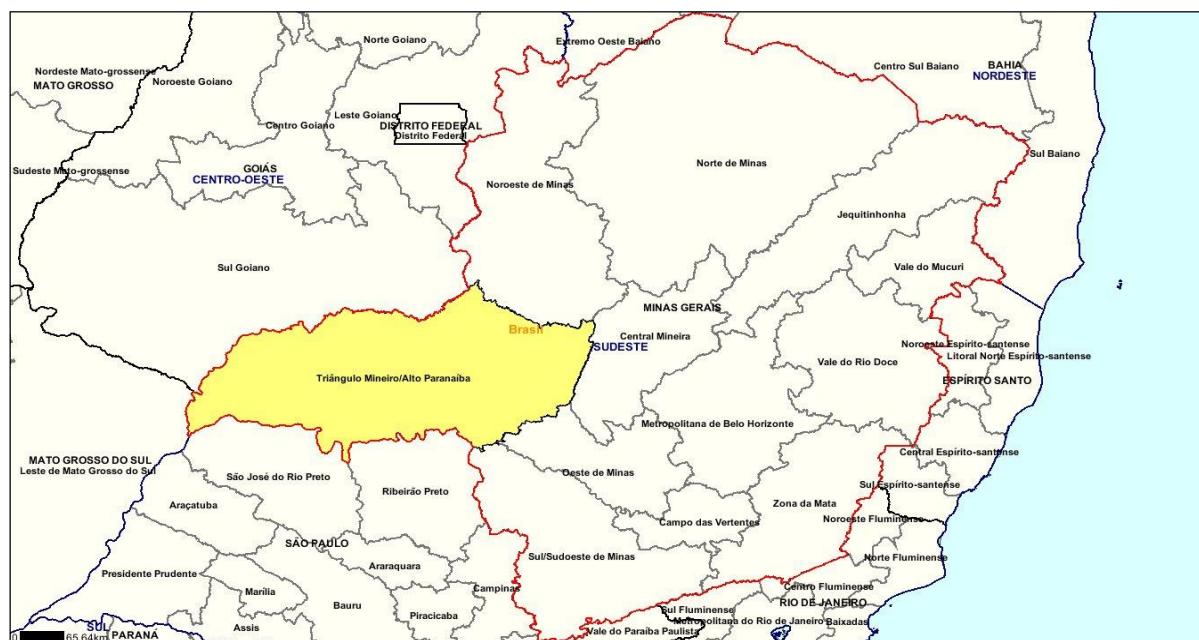
Na quarta-feira da semana atrasada teve início a corrida de ônibus ligando os bairros e o centro da cidade. [...] Isso minha gente! Não vamos deixar fracassar esse *empreendimento de progresso* e conforto para todos. Os passos lentos mas firmes, chegaremos a ser grandes, porque é o povo que faz a sua cidade. Bem localizada, com clima excelente, ligada agora, por todos os lados, às capitais, por ótimas rodovias, faltava à nossa terra um impulso maior para se projetar em direção a um grande futuro. Mas esse passo avante, esse despertar resoluto foi dado com a Fundação Universitária de Araxá, instalando aqui a Faculdade de Filosofia, com o *Colégio Polivalente* que dará condições para todos os que quiserem estudar, com a Comag que irá solucionar de uma vez o problema da água, com a Arafértil que dará a muitos, meios para trabalharem, com as luzes que voltaram a iluminar as nossas ruas. No entanto, ainda faltavam os ônibus circulares, mas o “Empurrão” foi dado com tanta força, que até eles apareceram para transportar tanta gente que vai se movimentar com tanta coisa nova. [...] Colaboraremos positivamente com essa onda de progresso que está chegando para nós, ou iremos contra a corrente de trabalho e otimismo que quer fazer de Araxá uma grande cidade (CORREIO DE ARAXÁ, 1972 p. 5).

Como se pode deduzir, em torno dos acordos entre o MEC e a USAID — assim como do produto que deles resultaria —, foram marcantes a contradição e a opinião polarizada, em especial em veículos difusores de visões distintas de educação e escola, ou seja, de sua estrutura e seu funcionamento pedagógico. Esses acordos tiveram em sua origem o Tratado da Aliança para o Progresso, no qual os Estados Unidos direcionam ações assistenciais aos países da América Latina, dentre eles o Brasil, para que pudessem, por meio de assistência técnica e financeira, atingirem melhores níveis de desenvolvimento econômico, social e educacional. Restringindo-nos à área educacional, iniciou-se, então, uma sequência de acordos que cuidou, inicialmente, do planejamento da educação por meio da EPEM e, posteriormente, da execução das ações planejadas por meio do PREMEM/PREMEN. Esse programa de assistência foi avaliado por um grupo como uma ingerência norte-americana nas questões nacionais e como uma estratégia de subjugar ainda mais o Brasil ao imputar-lhe uma enorme dívida e vincular transações financeiras entre esses dois países. A consciência desse ônus do programa de assistência, pelo que pudemos averiguar, restringiu-se aos círculos de pessoas mais esclarecidas e politizadas dos grandes centros urbanos, não atingindo a massa populacional das localidades onde as escolas foram instaladas. Para esta gama de pessoas, o que se apresentou foi o que se teve de mais concreto, ou seja, os prédios escolares com sua estrutura e proposta inovadoras. Analisado por esses pontos de vista, é compreensível a mencionada polarização nas opiniões coletadas.

3 ASPECTOS ESTRUTURAIS E PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA

Antes de abordarmos as escolas Polivalentes, convém apresentarmos a região escolhida como recorte espacial para a pesquisa aqui descrita, bem como cada uma das cidades-sede dessas escolas, enfatizando a localização geográfica e dados estatísticos atinentes às décadas de 1960 e 1970 que julgamos importantes à discussão do tema. A exposição segue a ordem alfabética dos nomes das cidades, que ocupam a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a oeste do estado, Unidade da Federação da grande região Sudeste, como se vê no mapa a seguir (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE, 2015). A posição de Minas Gerais em relação aos demais estados assim se explicita:

A importância de Minas Gerais, no conjunto do País, se evidencia ao se considerar a sua posição em diferentes aspectos: ocupa o segundo lugar no efetivo demográfico, o primeiro na produção de aço e cimento, e o segundo no potencial elétrico instalado; possui o maior rebanho bovino e ocupa o primeiro lugar na produção de leite, tendo ainda participação importante na produção nacional de arroz, feijão, milho e café. (IBGE, 2015, p. 13).

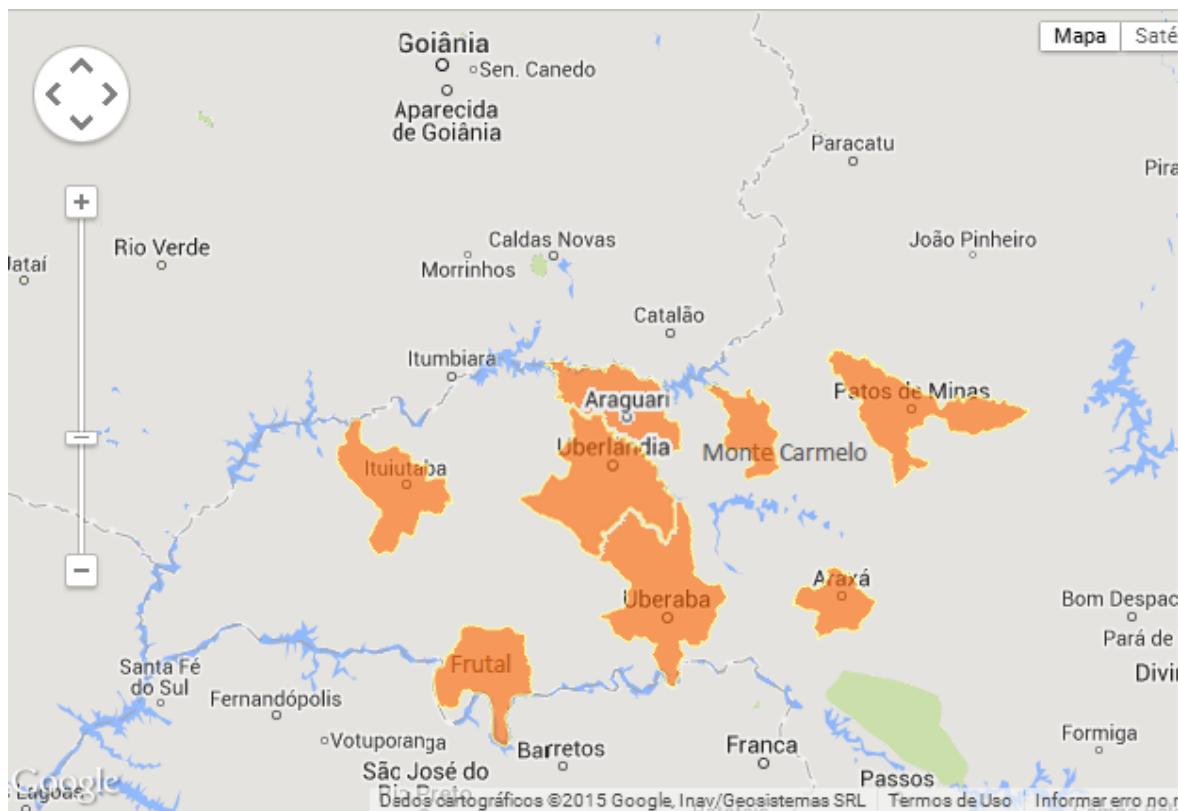


MAPA 4. Em destaque amarelo, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba circundada, ao norte, pelo sul de Goiás e noroeste de Minas; ao sul, com o estado de São Paulo e sudoeste de Minas; a leste, com o centro e o oeste mineiros; a oeste, com o leste de Mato Grosso. Essa composição geográfica situa a região numa área considerada estratégica, ou seja, de estados cuja atividade econômica se projeta no produto interno bruto do país

Fonte: ESTATGEO, 2015, on-line

3.1 Cidades-sede da região

As cidades dessa região que — convém frisar — receberam escolas Polivalentes são as que se tornaram nosso objeto de pesquisa. O mapa a seguir as destaca.



MAPA 5. Região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba destacando as cidades pesquisadas

Fonte: GOOGLE, 2015

Pelo documento “Sinopse preliminar do censo demográfico — VIII recenseamento geral — 1970”, Minas Gerais se divide em dois conjuntos. Pertinente ao primeiro, destacamos:

[...] norte de Minas Gerais, o vale do São Francisco e o oeste aparecem como unidades produtoras de leite, carne e cereais, visando ao abastecimento da área urbano-industrial. Nessas áreas as cidades destacam-se sobretudo por suas funções de coleta, beneficiamento ou transformação de produtos agro-pastoris, e de distribuição de bens e serviços. Montes Claros, Patos de Minas, Sete Lagoas, Curvelo e Barbacena aparecem como *principais cidades dessa área periférica* (IBGE, 1970, p. 16; grifo nosso).

Quanto ao segundo conjunto integrante do território mineiro, salientamos a porção do sul de Minas e o Triângulo Mineiro; este último, com atividade econômica voltada para a pecuária de corte e a lavoura de arroz, inclui “[...] Uberlândia, Uberaba, Ituiutaba e Araguari [...]” como cidades centrais (IBGE, 1970, p. 17). Observemos que essas quatro cidades

permeiam nosso objeto de estudo. Temos, então, destacados no recenseamento geral de 1970, pela importância que representavam para o estado mineiro, os nomes de cinco cidades pesquisadas. Mais: as atividades econômicas dessas localidades se voltam ao setor da agropecuária. Além da classificação nesses dois grandes conjuntos, o documento divide o estado em “[...] 46 Micro-Regiões Homogêneas” (p. 17). O quadro a seguir apresenta microrregiões que contêm as cidades enfocadas neste estudo a fim de não nos alongarmos além do necessário na exposição.

QUADRO 5. Características/atividades produtivas por microrregião

MICRORREGIÃO	CARACTERÍSTICAS/ATIVIDADES PRODUTIVAS	MUNICÍPIOS
Uberlândia (170)	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento dos rebanhos, presença de pastos plantados e especialização na criação de reprodutores de raça. • Fornecimento de carnes e derivados propiciado pela instalação de frigoríficos e pelo desenvolvimento da rede de transporte. • Produção de leite incentivada pelo desenvolvimento dos centros urbanos. • Cultura de cereais (arroz). <p>“Uberlândia é o centro industrial, comercial e cultura da Micro-Região” (p. 27).</p>	Araguari Cachoeira Dourada Canápolis Capinópolis Centralina Gurinhatã Ipiaçu Ituiutaba Monte Alegre de Minas Santa Vitória Tupaciguara Uberlândia
Alto Paranaíba (171)	<ul style="list-style-type: none"> • Pecuária, cultura de cereais (arroz) e garimpagem de diamante. • A pecuária abastece os laticínios da localidade e fornece leite “in natura” para São Paulo. <p>“Patrocínio e Monte Carmelo são os principais núcleos urbanos” (p. 20).</p>	Abadia dos Dourados Cascalho Rico Coromandel Cruzeiro da Fortaleza Douradoquara Estrela do Sul Grupiara Indianópolis Monte Carmelo Patrocínio Romaria Serra do Salitre
Pontal do Triângulo Mineiro (177)	<ul style="list-style-type: none"> • A principal atividade é a pecuária extensiva de corte. • Lavouras de arroz, milho e algodão (p. 27). 	Campina Verde Comendador Gomes Fronteira Frutal Itapagipe Iturama Pirajuba Planura Prata São Francisco de Sales
Uberaba (178)	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do rebanho bovino com a introdução de gado de raças selecionadas. • Importante e tradicional centro de gado zebu. • O arroz é o principal produto agrícola. <p>“Uberaba é o mais importante centro urbano da Micro-Região” (p. 27).</p>	Água Comprida Campo Florido Conceição das Alagoas Conquista Uberaba Veríssimo
Planalto de Araxá (179)	<ul style="list-style-type: none"> • Constitui zona de transição entre o oeste mineiro e a área do Triângulo. • Criação extensiva, com especialização em gado leiteiro. • Importante centro turístico, por suas fontes hidrotermais. <p>“Araxá é o principal núcleo urbano” (p. 20).</p>	Araxá Campos Altos Ibiá Iraí de Minas Nova Ponte Pedrinópolis Perdizes Pratinha Sacramento Santa Juliana Tapira

Fonte: IBGE, 1970¹⁹¹⁹ O Quadro 5 foi elaborado segundo informações do oitavo recenseamento geral, de 1970.

Por esse quadro, podemos reiterar a afirmação de que na região e no período estudados na pesquisa subjacente a esta tese predominaram as atividades econômicas do setor primário; isso justificaria a presença da disciplina de práticas agrícolas no currículo das escolas aqui enfocadas. A tabela a seguir mostra a evolução populacional nas décadas de 1960 a 1980 das cidades pesquisadas. Por meio dela se pode inferir que o critério população não figurou entre os relevantes para a definição da escolha da cidade que sediaria as escolas Polivalentes. A diferença entre o mais e o menos populoso, na década de 1970, é de 104.289 habitantes — que é um valor maior que o quantitativo populacional de seis entre as oito cidades-sede.

TABELA 1. População por município pesquisado nas décadas de 1960 a 1980

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO		
	Em 1960	Em 1970	Em 1980
Araguari	52.191	63.368	83.519
Araxá	28.626	35.676	53.414
Frutal	21.542	30.669	34.271
Ituiutaba	49.861	64.656	74.240
Monte Carmelo	18.139	20.417	26.870
Patos de Minas	72.839	76.211	86.121
Uberaba	87.833	124.490	199.208
Uberlândia	88.282	124.706	240.967

Fonte: IBGE, 1970²⁰

3.2 Categorias de análise

Com base na análise do material presente nos acervos das escolas (vide Quadro 2), elencamos categorias de análise que nos permitiriam alcançar os objetivos da pesquisa aqui descrita, sobretudo no que se refere à compreensão da estrutura e operacionalidade das escolas Polivalentes. Embora as categorias escolhidas se inter-relacionem e concorram para a composição do projeto como um todo, para fins

²⁰ Dados da década de 1960 na Tabela 1 se referem a informações do documento “Sinopse preliminar do censo demográfico – VIII Recenseamento geral – 1970”, p. 70–102. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mg.pdf>. Para as décadas de 1970 e 1980, as informações provêm de fonte on-line, disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=200&u=2642&z=t&o=4&i=P>>.

didáticos optamos por classificá-las em dois grupos e expô-los em capítulos separados. Daí que, neste capítulo, abordamos categorias relacionadas com a estrutura física e pedagógica e, no capítulo 4, as categorias atinentes às questões docentes, discentes e institucionais.

Antes, porém, de adentrarmos a apresentação dessas categorias, esclarecemos que o início do funcionamento das escolas seguiu um calendário escolar peculiar. Isso porque, de acordo com o término da construção, dava-se o início às aulas. Em Patos de Minas, o primeiro semestre letivo desenvolveu-se no período de 20/9/1971 a 5/2/1972; em Uberaba, de 8/9/1971 a 17/1/1972. Tais informações podem ser verificadas nos recortes da documentação apresentados a seguir.

Registro de Matrícula do Curso Ensino de Primeiro Grau				* Duração do reamento letivo:	Semestre				
NOME DOS ALUNOS	SERIE	TURNO	Data do Nascimento	Local e Estado Nascimento	NOME DOS PAIS	Nacionalidade	Profissão	Endereço	Observações
Rio Parauapebas				Antônio Túlio					

FOTO 10. Livro de registro de matrícula da Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas, 1971
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Patos de Minas

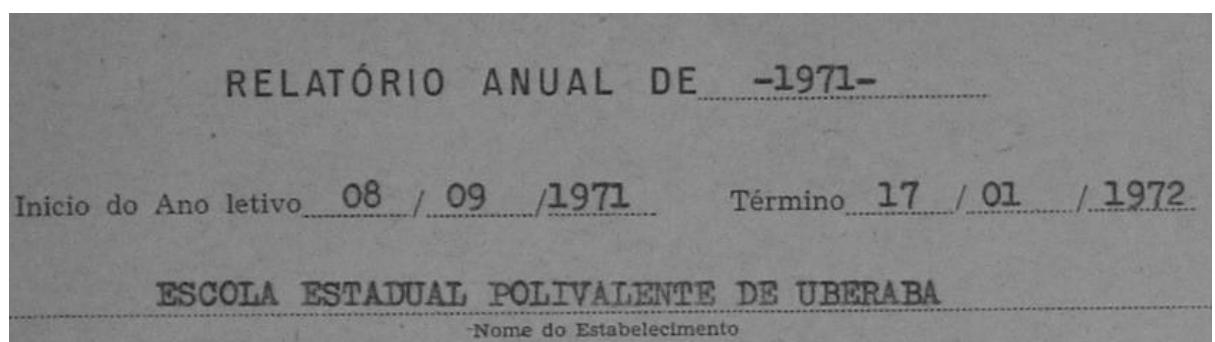


FOTO 11. Relatório Anual de 1971 da Escola Estadual Polivalente de Uberaba
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Acreditamos que esse calendário deva ter trazido alguns transtornos para todo o pessoal envolvido, uma vez que, em geral, parte desse período é destinado a férias. Famílias com estudantes na escola Polivalente e em outras escolas teriam de administrar esse desencontro. O segundo semestre ocorreu no período de 8/3/1972 a 5/8/1972. Mencionada essa questão, passemos às categorias de análise.

3.2.1 Prédio e instalações escolares

Optamos por iniciar nossa apresentação por esta categoria – Prédios e instalações escolares – pelos seguintes motivos: a) o projeto dos Polivalentes se iniciou com a construção de prédios escolares próprios e adequados, visto que o desenvolvimento dessa proposta educacional não poderia acontecer em qualquer estrutura física; b) a estrutura arquitetônica e a organização dos espaços concorrem, juntamente, com a metodologia e os recursos humanos e materiais para a consecução da proposta e dos objetivos da escola. A importância da estrutura arquitetônica é corroborada pela existência do subprojeto de Construção, um entre os três do PREMEM, e pelo investimento financeiro, conforme apresentado no item 1.1.3.

Nas “Especificações educacionais das diretrizes gerais para o ginásio Polivalente, série ‘A escola Polivalente’, volume I, fundamentação teórica da escola polivalente”, essa importância foi assim descrita:

O prédio escolar a ser projetado deverá responder com fidelidade aos objetivos da Lei nº 5692/71 e do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. Modernamente, o prédio escolar é concebido para satisfazer funções bem distintas daquelas da escola tradicional. As tendências pedagógicas atuais, voltadas para um ensino mais ativo com o uso intensivo de recursos de objetivação, de laboratórios, de salas ambiente e, especialmente, da biblioteca, solicitam uma participação cada vez maior do educando, além de implicarem numa relação mais estreita entre professor e aluno, o que exige que o projeto arquitetônico atenda a uma composição dos espaços diferente da convencional, em que a sala de aula era o elemento dominante (BRASIL, 1972b, p. 10).

Vemos, então, que o ambiente físico é mais que um lugar para o desenvolvimento das atividades, pois participa, com os elementos pedagógicos e humanos, da proposta pedagógica.

O prédio escolar deve superar as limitações de áreas construídas, ou mais tradicionalmente de salas de aulas compartimentadas, para ser entendido como conjunto físico de espaços, áreas, volumes e equipamentos que melhor sirvam às atividades a serem desenvolvidas na escola. Ele deve ser capaz de acompanhar a dinâmica do ensino e os objetivos de cada área ou setor pedagógico. Assim sendo, o prédio escolar deve caracterizar-se pela:

- integração e continuidade entre os diversos conjuntos e setores permitindo o seu perfeito funcionamento;
- flexibilidade e convertibilidade de cada espaço específico, permitindo a composição diversificada do mobiliário para o trabalho individual ou de grupo que podem variar no número de participantes

- ou na forma de grupamento, possibilitando sempre a livre movimentação de professores e alunos;
- possibilidade de expansão ou adaptação às necessidades qualitativas e quantitativas, decorrentes da evolução constante do ensino ou do crescimento da demanda, quer pelo aumento populacional e consequente ampliação da escolaridade, quer pela diversificação das formas de participação da comunidade (BRASIL, 1972b, p. 12).

A seguir, apresentamos a planta arquitetônica do projeto polivalente, digitalizada com base na planta que se encontra em um quadro na 40^a Superintendência Regional de Educação, em Uberlândia. Por meio dela, essa estrutura pode ser compreendida com mais detalhes.



PLANTA 1. Planta arquitetônica do projeto Polivalente, 1970

Fonte: RESENDE, 2011, p. 115

O projeto arquitetônico completo foi encontrado no acervo de três escolas – Araguari, Araxá e Ituiutaba. Entretanto, por se tratar de um vasto material e de difícil digitalização, pois as folhas são muito grandes, ele não será detalhado aqui. Apenas para exemplificar, na escola de Ituiutaba, as plantas – planta baixa da parte coberta, das áreas abertas, de instalações de esgoto e hidráulicas, entre outras – estão arquivadas.

No acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, foi encontrado um material que, embora não tenha referências, órgão emissor nem data, apresenta dados úteis como o modelo de projeto utilizado, a área construída, o custo da obra, entre outros. Pincelamos desse material, para a elaboração do quadro a seguir, apenas as informações referentes às escolas pesquisadas. Entretanto, como o material faz menção a 58 escolas mineiras, foi possível identificar a existência de cinco projetos modelos com as respectivas áreas construídas, a saber: GP1 (2.506,79 metros quadrados), GP2 (2.457,23 metros quadrados), EP2-RMG (2.953,54 metros quadrados), EP-13 (2.821,50 metros quadrados), GP3 (sem informação). As áreas construídas foram apresentadas porque, a princípio, levantamos a hipótese de que a diferença entre o modelo GP e EP poderia ser apenas de identificação por causa da mudança de nomenclatura de *ginásio* Polivalente para *escola* Polivalente, após a vigência da lei 5.692/71, visto que as escolas com modelo GP1 e GP2 são de primeira e segunda etapas, com construção iniciada nos anos de 1970 e 1971 e que as de identificação EP são escolas de terceira e quarta etapas, com obras iniciadas em 1973. Entretanto, o valor da área construída desbanca nossa hipótese. Para a construção das escolas pesquisadas, apenas dois desses projetos foram utilizados: o GP2 e o EP2-RMG.

QUADRO 6. Informativo de dados sobre as construções de escolas Polivalentes

ETAPA	ESCOLA	TERRENO (M ²)	PROJETO MÓDULO	CONSTRUÇÃO (M ²)	CUSTOS (CR\$)	INÍCIO	RECEBIMENTO PROVISÓRIO *	CONSTRUTOR	INAUGURAÇÃO
1 ^a	Patos de Minas	25.000	GP2	2.457,23	892.125,75	4/12/70	15/9/71	Constrig	s.d.
	Uberaba	20.726	GP2	2.457,23	785.964,27	4/12/70	17/9/71	Seular	2/5/72
	Uberlândia	30.000	GP2	2.457,23	757.955,99	4/12/70	16/9/71	Seular	31/5/72
2 ^a	Araguari	20.034	GP2	2.457,23	808.818,61	21/6/71	13/4/72	Construtil	28/7/72
3 ^a e	Araxá	25.000	EP2-RMG	2.953,54	2.420.923,37	5/9/73	16/1/75	Construtil	s. d.
4 ^a	Frutal	25.263	EP2-RMG	2.953,54	3.508.303,69	5/9/73	15/11/74	Seular	s. d.
	Ituiutaba	24.990	EP2-RMG	2.953,54	2.884.504,22	5/9/73	19/10/74	Seular	s. d.
	Monte Carmelo	25.904,67	EP2-RMG	2.953,54	2.912.560,04	5/9/73	16/1/75	Construtil	s. d.

* Liberação ao governo do estado para uso das instalações

Fonte: dados da pesquisa²¹

²¹ Os dados do Quadro 6 provêm de documento encontrado nos arquivos da Escola Polivalente de Uberaba.

Um quadro de área do GP-2 estabelece a relação entre espaço, área total e por aluno.

QUADRO 7. Áreas do GP-2

QUADRO DAS RELAÇÕES	PORCENTAGEM DO GP-2		
	Área	Área/área total	Área/800 alunos
1.1 CONJUNTO ADMINISTRATIVO	623,92	26,79	0,780
Sala do diretor	12,06		
Sala do vice-diretor	12,06		
Secretaria	35,47		
Depósito-arquivo secretaria	5,16		
Circulação interna	6,71		
Circulação externa	552,46		
1.2 CONJUNTO PEDAGÓGICO	1.338,15	57,45	1,673
1.2.1 Áreas de apoio	78,81	3,38	0,099
Sala orientação pedagógica	13,69		
Sala reuniões	8,76		
Sala professores	27,84		
Sala orientação educacional e entrevistas	16,47		
Sala recursos didáticos	12,05		
1.2.2 Biblioteca	135,96	5,84	0,170
1.2.3 Disciplinas Acadêmicas	632,56	27,16	0,791
Salas de Aula	409,62		
Educação Artística	101,50		
Ciências (laboratório e preparo)	121,44		
Jardim de Ciências – sem cobertura	(131,25)		
1.2.4 Disciplinas de iniciação profissional	425,10	18,25	0,531
a) Artes Industriais (sala oficina e depósito)	119,57		
b) Técnicas Agrícolas (salas, oficina, depósito e criação de pequenos animais)	119,57		
c) Educação p/ o Lar (sala, enfermagem e sanitário)	98,27		
d) Técnicas Comerciais	87,69		
1.2.5 Educação física e recreação	65,72	2,82	0,082
Sala e depósito	14,31		
Vestiários	51,41		
1.3 SERVIÇOS ANEXOS	96,43	4,14	0,121
Cantina	15,48		
Sanitários administrativos	7,59		
Sanitários serventes-zelador	5,17		
Sanitário alunos	52,17		
Usos múltiplos	8,18		
Depósito material limpeza	7,84		
1.4 PAREDES	164,55	7,06	0,206
1.5 PÁTIO COBERTO	106,22	4,56	0,133
<i>Área fechada coberta</i>	1.670,59	71,72	2,088
<i>Área aberta coberta</i>	658,68	28,28	0,823
<i>Área total</i>	2.329,27	[100,00]	2,912
<i>Área de proteção da cobert.</i>	2.457,23		

Fonte: dados da pesquisa²²

²² Os dados do Quadro 7 provêm de documento encontrado nos arquivos da Escola Polivalente de Uberaba.

Antes de iniciarmos a análise do quadro propriamente, queremos prestar dois esclarecimentos. Primeiramente, que o valor 131,25, colocado entre parênteses e referente ao Jardim de Ciências — sem cobertura, não entrou na somatória do tópico “Disciplinas acadêmicas”. Em segundo lugar, que julgamos interessante a relação entre área e quantidade de alunos apresentada no quadro por acreditarmos que essa relação poderia nos indicar a importância que o item ou setor representa para o projeto. Assim pensando, de novo fomos surpreendidos pelos nossos pré-conceitos ou pelas nossas expectativas. Esperávamos que as disciplinas de iniciação profissional obtivessem maior relação entre área e aluno. Comparando-se os valores da última coluna — “Área/800 alunos” —, verificamos que, dentre os itens do conjunto pedagógico, a ordem crescente ficou a seguinte: educação física e recreação, áreas de apoio, biblioteca, disciplinas de iniciação profissional e disciplinas acadêmicas. Tomando os setores relacionados, temos: serviços anexos, pátio coberto, paredes, conjunto administrativo e conjunto pedagógico. Neste último, sim; a relação foi condizente com o esperado, uma vez que em uma instituição escolar se espera que o aspecto pedagógico prevaleça sobre os demais.

A relação entre a estrutura arquitetônica e a pedagógica foi assim prescrita pela resolução 925:

A expressão ginásio “modular” usado [sic] neste documento, significa uma escola de tamanho mínimo disposta de 8 salas de aulas comuns, espaços e áreas para serviços técnicos e administrativos e recreação, oficinas para artes práticas e outras instalações — ilustrada pela planta arquitetônica sugerida — destinada a acomodar 800 alunos em dois turnos. Este módulo foi estudado tendo em vista a atender às diversas necessidades dos alunos e proporcionar variedade de cursos e dos programas. O ginásio descrito nestas diretrizes gerais foi planejado para ensejar a integração do programa de educação compreensiva através de uma operação eficiente. As instalações para Ciências e para a Biblioteca, a serem colocadas em cada escola são a base para a modernização do currículo e do ensino, tanto no que toca às humanidades, como às Ciências, e servirão de fonte de recursos educacionais necessários a um programa bem equipado (MINAS GERAIS, 1970b).

Em Resende (2011), a descrição da estrutura física da Escola Estadual Polivalente de Uberlândia, feita por um ex-professor, é esclarecedora. Por esse motivo e por causa da semelhança arquitetônica entre os dois projetos das escolas pesquisadas, utilizamos essa descrição e as fotografias das escolas pesquisadas para compor a descrição física das escolas.

A sala de aula

A parte física da escola Polivalente é muito interessante, era, pelo menos. Não tinha grade, os vidros eram abertos na altura da vista dos alunos sentados, na sala de aula. Então, você sentava na sua mesa, no grupo, você olhava pra fora, você via a paisagem. As janelas eram na altura da visão das crianças, dos jovens. Então você sempre estava em contato com a paisagem, com o verde, a escola era muito plantada. [...] Então sempre a criança estava com o olhar pra fora, menos a sala de artes industriais, de técnicas industriais, que o vitrô era mais alto, mais protegida, pra não sair ruído, para não atrapalhar o resto da escola (E6 apud RESENDE, 2011, p. 116).



FOTO 12. Exemplo de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Araxá, 2014

As salas eram colocadas de forma a uma não atrapalhar a outra, nos trabalhos em grupo. Então você podia fechar as janelas de um lado e deixar aberto do outro lado, o ar circulava, a laje não era horizontal, ela era inclinada; o telhado muito alto em relação à laje, então o ar entrava pela janela, circulava pela sala e saía pelo alto da laje, que tinha um respirador, descia pelo telhado. Então a ventilação natural era excelente, você tinha a impressão que tinha ar condicionado na sala, mesmo com temperaturas altas. A iluminação natural, você raramente tinha que usar luz artificial na sala, durante o dia; raríssimo ter que usar, sempre a iluminação era natural. Tudo isso ajuda na aprendizagem e na economia da escola (E6 apud RESENDE, 2011, p. 116).



FOTO 13. Feição arquitetônica externa de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Monte Carmelo, 2015



FOTO 14. Interior de sala de aula da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, 2015

O pátio

Tinha pátio dentro da escola, eram blocos lineares com pátios. Então um pátio era de ciências, outro pátio era de entrada, com flores [...] (E6 apud RESENDE, 2011, p. 116).



FOTO 15. Dimensão da área livre do pátio da Escola Estadual Polivalente de Araxá, 2014



FOTO 16. Dimensão do jardim no pátio da Escola Estadual Polivalente de Araxá, 2014

A cantina

[...] a cantina era bem no centro da escola, porque era área de convivência, os banheiros também bem no centro da escola, de fácil acesso, pra não perder muito tempo, com saída de sala na hora de mudar de salas (E6 apud RESENDE, 2011, p. 116).



FOTO 17. Cantina da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba, 2014



FOTO 18. Cantina da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, 2015

Direção e biblioteca

A sala da direção ficava próxima da entrada da escola, mas a biblioteca era a primeira sala. Você chegando na escola, a primeira sala era a biblioteca. Então, não tinha como entrar na escola sem passar pela biblioteca. Depois era a sala de secretaria e direção, também próxima do centro da escola, de fácil acesso pros alunos, pros professores, pros pais. A direção ficava compartilhando do

movimento da escola, não isolada lá, pra trabalhar só com a burocracia. Então qualquer coisa que fugisse à rotina da escola, uma gritaria, alguma coisa assim, o diretor escutava e já ia ver o que tinha acontecido; ou a coordenadora pedagógica ia ver o que estava acontecendo, se era uma coisa irregular ou se era uma atividade simplesmente. Então se era irregular acertava o que estava errado e se fosse atividade deixava correr. Então isso tudo era bem planejado (E6 apud RESENDE, 2011, p. 116-7).

Veja-se a disposição dos espaços descritos no recorte da planta.



PLANTA 2. Projeção da distribuição da sala de aula, do pátio, da cantina, da direção e da biblioteca

Fonte: RESENDE, 2011, p. 115

Quadra e área externa

Muita área verde, campo de futebol de grama, quadras, duas quadras, só não eram cobertas,... muito espaço, o quarteirão inteiro pra escola. Não era uma escola espremida. Muita área de horta, bosque, área de estacionamento, tudo

isso dentro da escola. Então tudo isso dava uma certa tranquilidade para os professores, trazia paz de espírito, esse ambiente externo acabava contribuindo para o enriquecimento e tranquilidade do ambiente interno também. Não só interno da escola, mas interno das pessoas. (E6 apud RESENDE, 2011, p. 117).

Embora algumas escolas pesquisadas tenham feito ampliações ou alterações, mantiveram a parte original. A diferença de projeto pode ser percebida, mas não é significativa. Uma visita a cada uma das oito estudadas tende a deixar a impressão de que se tratava da mesma escola.

Ainda sobre os espaços físicos e sua consonância com a proposta pedagógica, Silva (1970, p. 50) salienta:

O prédio e as instalações escolares do ginásio polivalente deverão permitir a realização adequada dos planos de curso, incluindo não sómente salas de aula comuns, mas também as oficinas para as artes práticas; laboratórios para um ensino de ciências não expositivo e livresco, mas baseado na realização de projetos a partir dos quais os alunos cheguem indutivamente à compreensão de leis e princípios; equipamento e material de ensino apropriados a cada uma das demais disciplinas, e biblioteca a ser efetivamente usada como base da modernização do ensino das humanidades e de tôdas as atividades do currículo. Aliás a referência ao ensino das ciências deve ser aproveitada para que salientemos que estas e as artes práticas darão em grande parte a tônica do trabalho docente do ginásio polivalente, com vistas a iniciar os educandos na cultura de base acentuadamente científica e tecnológica que tende a ser, cada vez mais, a das modernas sociedades desenvolvidas.

A organização espacial e ambiental nos Polivalentes era carregada de significados. Além dos já expostos até o momento, há de considerar a função da policromia, que ia além da estética, pois visava auxiliar na identificação dos espaços, que foram agrupados em seis áreas: 1) área das disciplinas acadêmicas; 2) área das artes e desenho, laboratório de ciências, educação para o lar e técnicas comerciais; 3) área da biblioteca; 4) área das artes industriais e técnicas agrícolas; 5) área da administração, serviços, vestiários e sanitários; 6) área de recreação. O quadro a seguir especifica o esquema de cores por área.

QUADRO 8. Esquema de cores

ÁREAS	ESQUEMA DE CORES									
	Componentes									
	Paredes	Folhas portas	Batentes portas	Bandeiras	Portas divisórias	Painéis divisórios	Caixilhos	Forros	Quadro giz	Quadro avisos
1	Bege 879	Verde-oficial 450	Oliva 856	—	Bege 879	Bege 879	Oliva 856 (1)	Branco 949 (2)	Verde-oficial 450 (1)	Bege 879 (1)
2	Bege 879	Azul-real 860	Oliva 856	—	Bege 879	Bege 879	Oliva 856 (1)	Branco 949 (2)	Azul real 860 (1)	Bege 879 (1)
3	Bege 879	Cerâmica 871	Oliva 856	—	—	—	Oliva 856 (1)	Branco 949 (2)	Azul real 860 (1)	Bege 879 (1)
4	Bege 879	Mel 952	Oliva 856	—	—	—	Oliva 856 (1)	—	Azul real 860 (1)	Bege 879 (1)
5	Bege 879	Cerâmica 871	Oliva 856	Bege 879	Bege 879	Bege 879	Oliva 856 (1)	Branco 949 (2) (3)	—	—
6	—	—	—	—	—	—	—	--- (3)	—	—

Obs. (1): montantes em oliva 856

(2): mesmo quando de laje de concreto

(3): nos vestiários, sanitários, oficinas e pátio coberto

As terças em oliva 856, os caibros em branco 949 e as ripas em cor da telha.

Fonte: dados da pesquisa²³

²³ Os dados do Quadro 8 vêm de documentos constantes nos arquivos da Escola Polivalente de Uberaba

3.2.2 *Curriculum e artes práticas*

Em nosso entendimento, este tópico é central nesta tese porque recai sobre ele a novidade do projeto das escolas Polivalentes. Grade curricular, quadro curricular ou plano curricular foram denominações encontradas nas escolas para se referirem ao documento onde são elencadas as disciplinas do curso e suas respectivas cargas horárias por série.

Silva (1970, p.49–50) alerta que o documento que elenca as disciplinas é muito mais que uma simples listagem; tem de ser entendido

[...] não apenas como o elenco das disciplinas e práticas oferecidas pela escola, mas [também] como a totalidade de experiências que se proporcionarão ao aluno, dentro e fora das salas de aula, coordenadas com vistas a prepará-lo para assumir o papel de adulto responsável na sociedade atual. Deverão integrar o currículo, dêsse modo, não somente o programa de ensino formal, nas salas de aula, laboratórios e oficinas, mas também os programas de atividades extraclasse, o de atividades extraclasses que serão instrumento valioso de articulação da escola com a comunidade, o programa de orientação educacional de que participará todo o corpo docente, técnico e administrativo da escola, com o objetivo de ser cada aluno objeto de atenção e aconselhamento individuais. É evidente que nesse planejamento global do currículo, as atividades letivas terão o merecido relevo, sob a forma de elaboração minuciosa dos planos de curso das diversas disciplinas e sua contínua revisão e reorganização, considerada igualmente a necessária correlação entre as várias disciplinas de cada área curricular. Os planos de curso indicarão os objetivos de cada disciplina ou prática educativa, em termos de mudanças mensuráveis do comportamento dos alunos que resultem das atividades de aprendizagem, bem como especificarão os métodos de ensino e o material didático necessário.

Esse documento — “Plano curricular” — foi encontrado em quatro escolas (Araxá, Frutal, Ituiutaba e Monte Carmelo). Coincidência ou não, essas escolas foram as criadas pelo mesmo decreto, em 1974. Em relação à escola de Uberlândia, que iniciou suas atividades em 1971, o Plano Curricular mais antigo data do ano de 1975 e foi encontrado na Superintendência Regional de Ensino de Uberlândia. Nas demais escolas pesquisadas, criadas pelo decreto de 1971, este documento não foi localizado.

De acordo com a resolução 925, de 27/5/1970, em seu anexo II, o currículo das escolas Polivalentes deviam apresentar as seguintes características:

[...] b) Diretrizes gerais para o ginásio polivalente: 1 – O currículo e sua programação integrarão as disciplinas de caráter acadêmico e as Artes Práticas, de modo a proporcionar aos estudantes, uma experiência educacional equilibrada. O conteúdo de todo o currículo do Ginásio Polivalente deve estar

atualizado e deve ter real significado para a vida presente e futura do estudante no mundo moderno (MINAS GERAIS, 1970b).

Essa orientação foi observada nos planos analisados ao categorizarem as disciplinas do currículo em “Formação geral” e “Educação específica” ou “Educação especial”. No primeiro bloco, estão as disciplinas Língua Portuguesa e Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física, História, Geografia, OSPB (Organização Social e Política do Brasil), Educação Moral e Cívica, Ciências Físicas e Biológicas e Programa de Saúde e Matemática. O plano de Araxá inclui ainda Orientação Educacional, Ensino Religioso e Biblioteca. Em relação a estas últimas, há divergência na apresentação de acordo com a cidade. Em Ituiutaba, em 1975, são apresentadas como Outras Atividades em um campo à parte da Educação Geral e Formação Especial.

Em relação à carga horária semanal (S) e anual (A), a variação de um plano para outro é pequena. Prevalece o seguinte: Português, Matemática e Artes Práticas, com quatro aulas semanais; Ciências e Programa de Saúde, três aulas semanais; História, Geografia, Educação Física e Língua Estrangeira, duas aulas semanais; Educação Artística, Ensino Religioso, OSPB e Educação Moral e Cívica, uma aula semanal. Essa semelhança deve-se à orientação legal para o currículo dos ginásios Polivalentes, que previa:

3 – *Disciplinas de caráter prático-vocacional* serão obrigatoriamente introduzidas e exigidas como parte do currículo. Nas duas primeiras séries que incluem entre seus objetivos uma sondagem geral das aptidões vocacionais dos alunos, todos eles devem passar, num *mínimo de 4 horas semanais*, por variadas áreas vocacionais, entre as quais as práticas de *Artes Industriais, Técnicas Agrícolas e Técnicas Comerciais e Economia Doméstica ou Administração do Lar* cada uma destas durante pelo menos meio ano letivo. A terceira série prolongará o processo de sondagem, devendo, entretanto, o aluno, na parte referente às 4 práticas acima enumeradas, optar por uma delas. Na quarta série, os alunos terão possibilidade de escolha entre várias opções vocacionais destinando-se um mínimo de 4 horas semanais para a matéria de opção. [...] 4 – Os requisitos para graduação abrangerão artes práticas, as quais, ordinariamente, serão incluídas no currículo pela redução de um número apropriado de horas, reservadas às disciplinas tradicionais; tais alterações serão efetuadas naquelas partes do currículo obrigatório, em que, por lei, a escolha compete à escola e ao Estado. Um dos objetivos desta diretriz é manter uma carga horária razoável para o aluno, mesmo com o acréscimo no currículo das artes práticas (ver diretriz 8 referente à carga horária dos cursos). Conseqüentemente, as disciplinas tradicionais serão objeto de revisão e, quando possível, disciplinas afins serão combinadas ou o número será reduzido no sentido de integrar as novas disciplinas do currículo modificado. As áreas de flexibilidade admitidas da reforma e experimentação do novo currículo são: 1 – as disciplinas optativas; 2 – cursos experimentais permitidos pela LDB; 3 – a flexibilidade de carga horária para as disciplinas obrigatórias

estabelecidas pelo Conselho Federal de Educação. Todavia, as disciplinas devem ser de tal modo dosadas que não haja exclusão total daquelas áreas necessárias para uma educação completa. Assim, *atividades artísticas e educação física deverão constituir parte do currículo do ginásio nas suas quatro séries*. Além disso, atividades extraclasses, tais como recreação e clube para atender interesses especiais, devem ser encorajadas (MINAS GERAIS, 1970b, grifo nosso).

O recurso de disciplina optativa foi utilizado para o Ensino Religioso, Biblioteca e Língua Estrangeira. Quanto a esta, as escolas de Uberlândia, Araguari e Uberaba ofereceram o curso de Francês e Inglês, enquanto as de Frutal, Ituiutaba e Monte Carmelo ofereceram língua inglesa. No plano curricular da escola de Araxá, é mencionado apenas Língua Estrangeira. Em relação a Ensino Religioso e Biblioteca, o plano, em 1976, traz os seguintes esclarecimentos:

[...] o ensino religioso foi incluído na carga horária mínima, mas é facultativo para o aluno; o aluno que não optar pelo ensino religioso será incluído às atividades de Biblioteca na carga horária de 25 aulas semanais; os alunos que optarem pelo ensino religioso, as atividades de Biblioteca estão integrados [sic] a comunicação e expressão Língua Portuguesa (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAXÁ, 1976, s. p.).

Cabe esclarecer que, durante a transcrição do quadro curricular de Araxá, foi detectado o seguinte equívoco: nas colunas das horas anuais das quintas e sextas séries, foi colocado o valor 1:20. No entanto, como a quantidade de aulas anuais foi de 144 e cada aula teve duração de 50 minutos (conforme o quadro), efetuando a multiplicação, obtemos o produto de 7,2 mil minutos, ou seja, 120 horas. Para não gerar confusão, o quadro curricular de Araxá (ANEXO A) está apresentado com a citada correção.

Em relação às disciplinas de artes práticas, que embasaram o princípio da polivalência e caracterizaram o ginásio como vocacional, foram justificadas por Salles (1970, p. 63) da seguinte forma:

O ensino das Artes Práticas põe o aluno em contato com o mundo do trabalho; enseja-lhe um tipo de experiência que envolve a manipulação e a apreciação de instrumentos, de ferramentas, de processos, de produtos; oferece-lhe condições para uma visão mais precisa do valor prático e da significação sócio-econômica da produção; proporciona informações sobre os processos básicos da indústria, da agricultura ou do comércio; contribui para que o aluno aprenda a raciocinar em termos de coisas e fatos concretos, assim como a planejar um trabalho e a encontrar solução para um problema; desenvolver atitudes básicas que concorrem para a educação geral do alunos e para o aperfeiçoamento da cultura que se está formando; além disso, o tipo de organização das classes de Artes Práticas, com os alunos operandoativamente e em conjunto, estabelece entre êles mais estreitas relações de trabalho,

permitindo-lhes sentir que pertencem a um grupo, que seus esforços e contribuições têm um sentido coletivo, o que poderá ter efeito para a realização do objetivo geral de prepará-los para uma futura vida social mais solidária.

O caráter prático do ensino não se restringia às disciplinas de artes práticas, mas devia ser estendido às demais disciplinas e atividades escolares, com vistas a formar o futuro trabalhador.

O currículo deve incluir atividades de aprendizagem de alto valor prático para o estudante, dentro e fora da sala de aula. Além disso, tais atividades devem preparar o estudante de maneira adequada, para assumir o papel de um adulto responsável no mundo atual (BRASIL, 1970b).

Pela necessidade de consonância com o mundo do trabalho e, assim, com as atividades econômicas presentes no contexto do aluno, presumiu-se certa flexibilidade na escolha das atividades por cada escola. No entanto, conforme a resolução 925, deviam ser cumpridos os seguintes critérios:

Instalações e equipamentos especiais nos novos ginásios permitirão uma orientação geral nas artes práticas durante as duas primeiras séries e uma concentração maior das duas últimas. Para atingir esses objetivos cada ginásio “módulo” terá 4 oficinas para artes práticas, de acordo com um dos seguintes padrões: a) centros urbanos em regiões de economia predominantemente agrária: uma oficina de técnicas agrícolas, uma de artes industriais, uma de técnicas comerciais e uma de educação para o lar; b) centros urbanos em regiões de economia predominantemente não agrária: duas oficinas de artes industriais, uma de técnicas comerciais e uma de educação para o lar (MINAS GERAIS, 1970b).

Conforme vimos no item 3.1, as oito cidades pesquisadas da região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba eram “predominantemente agrárias”; ou seja, encaixam-se no item “a”). A importância do ensino escolar de Práticas Agrícolas, Comerciais e Industriais pode ser justificada na análise econômica

As origens das transformações da produção agropecuária no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba remontam às primeiras décadas do século XX, em que se verificou a passagem de uma atividade essencialmente voltada a subsistência, para uma agropecuária comercial, cuja produção destina-se ao mercado nacional. De fato, foi nesse período que a expansão comercial vivenciada a partir de 1889, com a chegada de Estrada de Ferro Mogiana, geraram as bases para a transformação do padrão da atividade agropecuária (ver Brandão, 1989; Martins, 1998). Mas foi a partir da década de 1970, com a “incorporação dos cerrados” aos circuitos agroindustriais mais dinâmicos, é

que se materializaram as transformações nas características dessa atividade, em um contexto mais amplo de modernização agrícola brasileira. Conforme ressalta Brandão (1989, p. 149): “o Triângulo Mineiro foi, sem dúvida, uma das regiões brasileiras onde a expansão e a intensidade das transformações no campo se deram em maior sintonia com as orientações do “novo padrão agrícola” (MARTINS; SILVA; ORTEGA, 2015, on-line).

Por essa citação, percebemos a necessidade de conjugar atividades das três áreas econômicas — primária, secundária e terciária — para o desenvolvimento da região. Tais áreas se fizeram presentes nos currículos das escolas com pequenas diferenças, como se lê no quadro a seguir.

QUADRO 9. Conteúdos curriculares por área econômica

ÁREA ECONÔMICA	FRUTAL	ITUIUTABA	UBERLÂNDIA
<i>Primária</i>	Agricultura Fitotecnia Zootecnia	Agricultura Fitotecnia Indústrias de prod. alim. Zootecnia	Fruticultura Indústrias de prod. alim. Jardinagem Olericultura Zootecnia (cunicultura, avicultura)
<i>Secundária</i>	Cerâmica Couro Eletrociade Gráfica Madeira Metal	Artes gráficas Cerâmica Couro Eletricidade Madeira Metal	Artes Gráficas Cerâmica Eletricidade Madeira Mecânica Metal
<i>Terciária</i>	Comércio e serviço Saúde	Comércio e serviços Educação para o lar Saúde	Atividades bancárias Atividades comerciais Atividades de escritório Datilografia Economia doméstica Habitação e decoração Miniempresa comercial Saúde Vestuário

Fonte: dados da pesquisa²⁴

Sobre o desenvolvimento das disciplinas de artes práticas, a resolução 925 assim estabelece.

Durante os dois anos introdutórios, tanto nas regiões de economia agrícola como nas áreas urbanas, os professores das 4 principais artes práticas devem trabalhar em estreita cooperação (troca de aulas e demonstrações, ensino por equipe, não duplicação de atividades, etc.), de modo a permitir que o ensino nestas áreas tenha a maior unidade possível. Durante os dois últimos anos os alunos terão ensejo de tirar maior proveito dos interesses e habilidades descobertos, nos dois primeiros anos exploratórios. Nas artes práticas, os estudantes terão oportunidades de realizar estudos mais avançados daquela prática que porventura tiver escolhido. Quanto à economia doméstica, seu

²⁴ As informações no Quadro 9 provêm dos planos curriculares presentes nos acervos das escolas Polivalentes de Frutal, Ituiutaba e Uberlândia.

aprendizado não é previsto exclusivamente para os alunos do sexo feminino. Quando destinado a meninos, o programa deve atender à sua condição e às suas funções no futuro lar, abrangendo não só problemas de administração do lar, como, na medida do possível e desejável, atividades de economia doméstica. O currículo do ginásio polivalente e, particularmente, a extensão do ensino vocacional, a proporção das práticas vocacionais em relação às matérias gerais, deverão ser objeto de análise constante de adequação à variedade de tendências dos alunos, para que no fim de um período de quatro anos, chegar-se a uma avaliação dos métodos e, se for o caso, à conclusão da necessidade de mudanças curriculares (MINAS GERAIS, 1970b).

Uma forma de visualizar esses conteúdos curriculares e buscar compreender como eles se materializaram nas aulas é analisando os diários de classe. Dessa forma, passamos à apresentação de alguns encontrados no acervo da escola de Araguari.

3.2.3 Conteúdos trabalhados nas aulas de Artes Práticas

Foram encontrados vários diários de todas as disciplinas e turmas diversas. Em apanhado geral desses diários, enfatizamos o conteúdo trabalhado em sala de aula nas quatro disciplinas de artes práticas. Vamos nos restringir a essas disciplinas porque são diferenciais curriculares das escolas Polivalentes. As demais, que pertencem ao campo da formação geral, não serão apresentadas aqui neste tópico — currículo e artes práticas — por acreditarmos que seu conteúdo conceitual seja semelhante ao das demais escolas públicas estaduais. Também vamos nos limitar aos diários de 1972–3, uma vez que correspondem ao início dos trabalhos na escola e por ser a maioria dos diários encontrados na escola.

Educação para o Lar — 5^a e 6^a séries — Período letivo 14/12/72 a 2/06/1973. O que pode ser verificado pelos diários é que essa disciplina foi estruturada em quatro grandes áreas: alimentação, vestuário, saúde e habitação, trabalhadas intercaladamente e em atividades teóricas e práticas. Ao final dos blocos de conteúdos fazia-se a avaliação da aprendizagem. Aula inaugural: explicação e conhecimento da sala ambiente e de locais onde são guardados os materiais utilizados.

- Manejo de equipamentos (demonstração pelo professor e por alunos)
- Pesquisa sobre família; boas maneiras à mesa (demonstrações)
- Campanha do Dia da Saúde (confecção de cartazes)
- Alimentação
 - Higiene dos alimentos
 - Vitaminas; execução do projeto Sonho Cor-de-rosa

- Apresentação do laboratório de alimentação (leitura e compreensão das apostilas).
- Proteína (discussão e compreensão da apostila)
- Projetos: omelete fofa, pasteurização caseira do leite (leite com chocolate), bife à milanesa (leitura, realização e conclusão dos projetos).
- Subnutrição e estados de carência (discussão e compreensão da apostila)
- Lasanha, macarronada, pudim, pizza, arroz de forno (leitura, realização e conclusão de um dos projetos)
- Os erros mais comuns na alimentação do brasileiro e como corrigi-los (discussão e compreensão do texto)
- Nutrientes: água, gordura e sais minerais (pesquisa)
- Projetos: maionese, torta de banana, espetinho, salada de legumes (leitura e execução de um dos projetos)
- Vestuário
 - Adequação dos tecidos e modelos às atividades do indivíduo
 - Trabalho sobre evolução da moda
 - Execução do projeto: medidor de bainha
 - Reconhecimento das fibras (discussão e compreensão da apostila)
 - Teste da queima da tinta e da acetona (leitura, realização e conclusão do projeto)
 - Porque é vital ter conhecimento sobre tecidos
 - Remoção de manchas (leitura, realização e execução das técnicas)
 - Cuidados com as roupas (leitura e discussão do texto)
 - Pesquisa sobre os tipos de reparos
 - Reparos em roupas, lavagem e passagem de roupas (demonstração pelo professor e por alunos)
- Saúde
 - Enfermidades e doenças: como penetram os micróbios em nosso corpo; como prevenir as doenças
 - Pesquisa sobre higiene corporal, no lar e do ar
 - Assepsia das mãos
 - Execução de um Curativo (demonstração pela professora e pelo aluno)
 - Socorros de urgência (desmaio, ferimento, choque elétrico, afogamento, picada e mordedura de animais) (discussão e compreensão da apostila)

- Enfraldamento do bebê (demonstração pelo professor e por alunos)
- Verminose — elaboração de uma história sobre um dos vermes mencionados
- Cuidados gerais com as crianças — vacinação (leitura e discussão das apostilas)
- Mamadeira do bebê — banho do bebê (demonstração pelo professor e por alunos)
- Habitação
 - Caderno de Educação para o Lar
- Sistema Prang de cores
- Influência da cor na vida humana (discussão e compreensão da apostila)
- Aplicação das técnicas aprendidas na aula expositiva através de desenhos.
- Higiene da habitação, localização de uma construção, abastecimentos de águas, instalação sanitárias (leitura e discussão do texto)
- Harmonia das cores (leitura e discussão da apostila)
- Trabalhos práticos (pinturas)

Técnicas Comerciais — 5^a série — período letivo 14/12/72 a 2/06/1973 [prof. João Dias]

- Comentário sobre as técnicas comerciais, sua finalidade e importância na vida atual
- O Comércio, sua origem e evolução
- Causas e consequências do comércio; sua classificação
- Texto “Empresa” — leitura, estudo dirigido e comentários
- Texto “Moedas” — aula expositiva, estudo dirigido e comentários
- Organograma (aula expositiva referente ao texto com apresentação das divisões na sala ambiente)
- Divisão de vendas: chefia e serviços do chefe (aula expositiva referente ao texto); preenchimento da nota fiscal série D (venda ao consumidor) e do impresso boletim diário de caixa.
- Memorando expedição artes (aula expositiva com preenchimento do impresso memorando)
- Venda e sua técnica (aula expositiva, estudo dirigido e comentários)

- Contribuição sindical, registro de empregados, contrato de trabalho, aviso prévio, descanso semanal remunerado (aula expositiva)
- Preenchimento da carteira de trabalho com os alunos
- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, contribuição sindical, férias, salário mínimo (aula expositiva)
- Previdência Social, preenchimento da folha de imposto
- Exercício de lançamentos a ser feitos no Boletim Diário de Caixa; divisão de compras — conceito (pesquisa, aula expositiva)
- Pesquisa de mercado — preenchimento dos impressos, pedidos de compra, nota fiscal série B (compra)
- Funcionamento integrado da empresa, através de rodízio, movimentando as divisões de pessoal (chefia, relação com pessoal, controle de pessoal), compras (chefia, pesquisa de mercado, controle de estoque ou almoxarifado) e vendas (chefia, controle de estoque da loja, artes — embalagens; loja — balcão, caixa, expedição); obedecendo ao rodízio de uma hora-aula, os alunos trabalharam em todas as seções referidas; intercaladas no rodízio, foram dadas noções de necessidades humanas, utilidade, consumo e circulação de mercadorias.

Técnicas Comerciais — 6^a série — Período letivo 14/12/72 a 2/06/1973 [Prof. Pedro Ferreira Dias Sobrinho]

- O comércio — conceito, histórico, classificação (aula expositiva)
- Feiras e mercados (aula expositiva e estudo dirigido do texto “O comércio e feiras e mercado”)
- Moedas — conceito, histórico, classificação e moedas no Brasil (aula expositiva e estudo dirigido)
- Empresa — conceito, classificação, pessoa e entidade do comércio, pessoas física e jurídica, razão social e denominação, ramo de negócio (aula expositiva e estudo dirigido).
- Organograma — definição, elementos, utilidade, tipos (elaboração no quadro do organograma)
- Apresentação aos alunos dos vários setores da empresa (divisões e seções da sala ambiente)

- Divisão de vendas: seções (controle de estoque, expedição e artes), chefia, loja, caixa, serviços atinentes do vendedor (aula expositiva)
- Nota fiscal série D e boletim diário de caixa (distribuição de impressos e preenchimento com os alunos)
- Impressos: controle de estoque, pedido interno de mercadoria (distribuição do impresso e preenchimento com os alunos)
- Divisão de compras: noções de compras, departamento de compras, processo de compra, recepção de mercadoria, condições de pagamento, almoxarifado (aula expositiva)
- Divisão de compras: seções, chefia, pesquisa de mercado, almoxarifado I e II, impressos atinentes a cada uma: pesquisa de mercado, pedido de compra (distribuição e preenchimento com os alunos)
- Nota fiscal série B
- Cálculo de preço de venda, transferência de mercadorias do almoxarifado para a loja (preenchimento de impressos)
- Divisão de pessoal — conceito, identificação profissional, duração e condições de trabalho, o trabalho da mulher e do menor (aula expositiva)
- Registro de empregado — contrato de trabalho e rescisão —, aviso prévio, 13º salário, descanso semanal remunerado, FGTS, férias, salário mínimo, previdência social (aula expositiva)
- Impressos, carteira profissional, solicitação de emprego (distribuição e preenchimento com os alunos)
- Quadro de horário de trabalho, folha de pagamento (preenchimento com os alunos)
- De 27/3 a 29/5/1973 — funcionamento da Empresa Comercial Didática através de rodízios nas divisões de compras, vendas e pessoal; os alunos passaram duas horas-aula pelas divisões e seções
- Divisão de vendas — seções: chefia, vendedor, caixa, controle de estoque, artes, comprador, expedição
- Divisão de compras — seções: chefia, pesquisa de mercado, almoxarifado I
- Divisão de pessoal — seções: chefia, controle de estoque, relação com o pessoal

Técnicas Agrícolas — 5ª série — Período letivo 14/12/72 a 2/06/1973 [Prof. Maurício Rodrigues Carneiro]

- Aula inaugural com projeção de slides, relacionando a agricultura antiga com a atual
- Noções gerais sobre solo: tipos, formação
- Reconhecimento da área onde desenvolveriam os trabalhos práticos
- Limpeza da área de T. P. (aula prática usando material próprio de T. A.)
- Aula expositiva com projeção de slides sobre horizontes, fatores que concorrem para a formação do solo.
- Explicação sobre marcação de canteiros e medidas técnicas.
- Distribuição de apostilas. Estudo individual e em grupo.
- Instruções gerais sobre plantio (aula expositiva)
- Plantio de: cenoura, acelga, rabanete, cebola, couve, couve chinesa, alface, abóbora, almeirão, alho
- Ph
- Transplantio de acelga e alface
- Limpeza e rega dos canteiros; colheita do que foi plantado
- Erosão — tipos de erosão pluvial laminar, em sulcos e subterrâneo (aula expositiva com projeção de slides e distribuição de apostilas)
- Aeração do solo, umidade, temperatura e fertilidade (aula expositiva aplicando a técnica do autódromo)
- Nutrição das plantas, macronutrientes NPK; funções do NPK e Ca e fontes (aula expositiva)
- Limpeza dos canteiros, corredores, pulverização (aula prática)
- Micronutrientes — deficiências minerais no tomateiro, cenoura, alface, rabanete e repolho (aula expositiva com distribuição de apostila e uso da técnica do autódromo)
- Problemas fitossanitários
- Tipos de combate a pragas e doença (aula expositiva com distribuição de apostila)
- Classificação dos adubos: nitrogenados, fosfatados e potássicos; cálculo de fórmula de adubação (aula expositiva)
- Cálculo de mistura de adubos (aula expositiva com aplicação de problemas)
- Floricultura — jardinocultura: conceitos, tipos de jardins (aula expositiva)

- Zootecnia: definição, ramos, avicultura, tipos de exploração avícola, pontos fundamentais para implantação de uma granja, escolha das linhagens, linhagens para corte (aula expositiva com uso de cartazes)
- Avicultura: exploração extensiva e intensiva — vantagens e desvantagens — melhora linhagem (aula expositiva)
- Construção dos barracões — equipamentos — tipos de rações — peso das aves no abate — ração consumida, comercialização (aula expositiva)
- Avicultura: definição, tipos de exploração avícola (aula expositiva com distribuição de apostila)

Técnicas Agrícolas — 5^a série — Período letivo 14/12/72 a 2/6/1973 [Prof. Valdemar Bernardes]

- Agricultura: conceito, funções; atividades agrícolas e seus produtos
- Indústria extrativista, objetivos da indústria extractiva; exploração da terra; lavoura e pecuária
- Adaptação do terreno a cultura; o terreno da escola: preparo e limpeza
- Pedologia, edafologia, adubos, adubação
- Sementeira, preparo de canteiros, sistema radicular
- Composto fértil: preparo
- Floricultura: fundamentação, práticas
- Plantio de alface, jiló, alho
- Replantio de pimenta
- Colheita de pimenta
- Irrigação
- Emprego de defensivo
- Tratos fitossanitários da batatinha
- Adubação: escarificação
- Tratos culturais das hortaliças
- Práticas olerícolas
- Jardinagem
- Desinfecção de canteiros: combate a pragas
- Reflorestamento
- Avicultura: conceito, técnicas e econômico, frango de corte, abate

- Visita à Icasa

Artes Industriais – 5^a série – Período letivo 14/12/72 a 02/06/1973 [profa. Vera Angela de Mendonça]

- Aula inaugural (sondagem): explicações sobre a matéria, normas de trabalho, ficha de avaliação, segurança no trabalho, limpeza e conservação da oficina
- Apresentação do ferramental e maquinário de cerâmica, madeira e eletricidade (uso e conservação)
- Estudo de texto individual e reconhecimento das máquinas e ferramentas do conteúdo tecnológico básico
- Desenvolvimento e apresentação de pesquisas
- Confecção dos projetos de:
 - madeira: suporte para papel; cesta para pescaria; suporte para toalha
 - eletricidade: quebra-luz, estender rede de circuito simples, paralelo, em série
 - cerâmica: técnica do repuxado, de massa estendida, de rolo, escultura
 - artes gráficas: sacola para passeio e compras (americano pintado com tinta acrilex)
 - lubrificação de máquinas e ferramentas
- Limpeza geral

Em todas as disciplinas de artes práticas, os conteúdos descritos nos diários das quintas e sextas séries são idênticos. Nossa explicação para essa coincidência recai sobre a citação presente na página 117 desta tese, quando prevê, para essas séries, o rodízio de frequência discente pelas quatro disciplinas de artes práticas em cada semestre. Também a explicamos pelo fato de a turma ser dividida em dois grupos para o estudo. Complementando os esclarecimentos sobre esse procedimento feitos na página 56 deste texto, suponhamos uma turma da quinta A com 40 alunos: todos frequentavam juntos as disciplinas de formação geral; mas, nas disciplinas de formação especial — ou seja, as de artes práticas —, eram divididos em dois grupos de 20. Assim, no primeiro semestre, o primeiro grupo da quinta A (A1) fazia aulas de Técnicas Agrícolas e o segundo (A2), aulas de Técnicas Comerciais. No segundo semestre, a situação se invertia. Quando essa turma avançava para a sexta série, de novo o revezamento, agora abrangendo as outras duas práticas: Educação para o Lar e Técnicas Industriais. Dessa forma,

nos dois primeiros anos de estudo na escola Polivalente, os alunos percorriam as quatro práticas. Reveja-se a citação da p. 116, item 3, sobre as disciplinas de caráter prático-vocacional.

Nos poucos diários de classe da sétima série encontrados no acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari, observamos que os semestres foram divididos entre dois tipos de práticas, como se pode deduzir da figura a seguir.

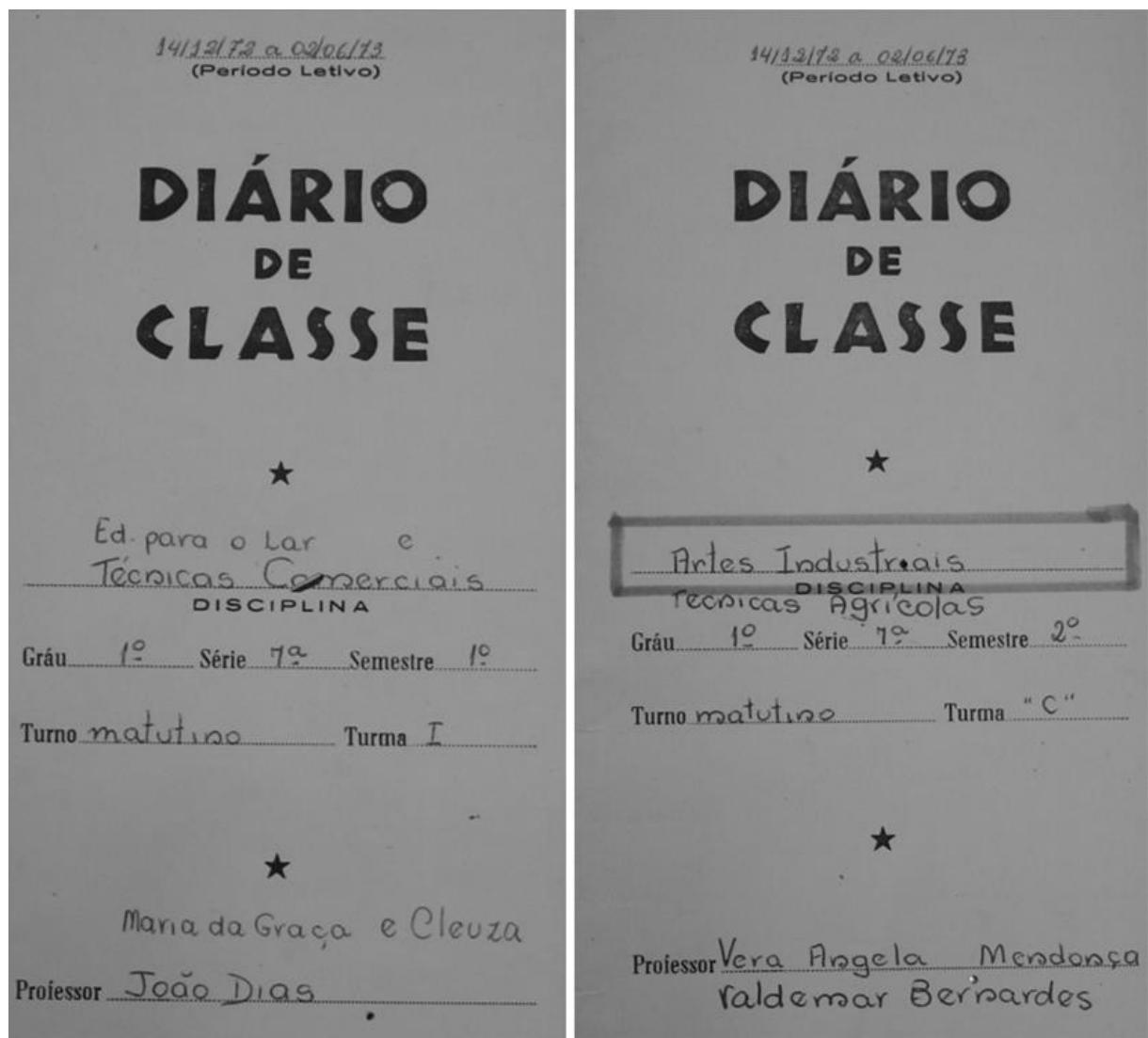


FOTO 19. Capas de diário de classe da sétima série indicando que os semestres foram divididos entre dois tipos de práticas

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari

Durante a redação desta parte do texto, enquanto líamos os diários, veio a imaginação do quanto interessante devem ter sido essas aulas, sobretudo para crianças e adolescentes que estão no auge da energia física e mental, querendo descobrir e abraçar o mundo; mas que, na maioria das vezes, não tinham — nem teriam — contato com esses

conhecimentos, equipamentos e atividades. Como deve ter sido motivador para esses alunos retornar para casa e apresentar aos seus familiares os produtos de suas atividades escolares ou a aplicação do seu aprendizado na resolução de problemas próprios do ambiente doméstico ou comunitário. Nesse momento, foi possível compreender o encantamento das pessoas em relação à Escola Estadual Polivalente de Uberlândia, patente nos relatos usados em nossa dissertação de mestrado.

Pessoas extremamente satisfeitas com as oportunidades de estudo ou de trabalho, que não pouparam elogios à qualidade do ensino ministrado, à metodologia desenvolvida nas salas de aula, ao ambiente escolar harmonioso e propício à aprendizagem e à consistência da formação educacional vivenciada (RESENDE, 2011, p. 129).

De acordo a com ata da 2^a reunião da CPA, ocorrida em 20 de fevereiro de 1976, houve alteração no currículo que foi assim registrada: “Foi apresentado o novo currículo, com a introdução de educação religiosa e a nova denominação das ‘Práticas’, [...]. Nesta escola a alteração foi apenas de nome, pois oferecemos aos alunos todas as práticas exigidas” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ITUIUTABA, 1976, fl. 1, verso).

3.2.4 Materiais de ensino e aprendizagem

De início, o título desta seção era “Materiais didáticos”. Após avançar na leitura da documentação, foi alterado para o atual, sob a justificativa apresentada na “Política nacional de materiais de ensino-aprendizagem”, que é a seguinte:

Utilizar-se-á a expressão “materiais de ensino-aprendizagem”, em vez de “materiais didáticos”, por ser mais abrangente, adequando-se assim ao objetivo de estabelecer uma política em relação aos recursos materiais intervenientes no processo educativo (MEC, 1973c, p. 4).

Estamos, aqui, diante de mais uma importante categoria no que diz respeito ao programa Polivalentes. Tanto que, como mencionamos, refere-se a um dos três subprojetos do PREMEM, que é o de equipamento. Segundo o documento 10-069-ES-SD ([MEC], s. d.), as questões relativas a equipamentos foram objeto de discussão ainda no processo de negociação do acordo de empréstimo, visto que sua aquisição podia ser realizada de duas formas: centralizada — por meio dos órgãos nacionais — ou descentralizada — a cargo de cada estado. Em favor da primeira, existiam a economia de investimentos propiciada pela aquisição em larga escala e a

padronização dos equipamentos. Em contrapartida, essa opção elevaria em complexidade o trabalho da gerência de equipamento: além de suas atribuições, teria de se responsabilizar por todo o processo de compra e distribuição dos equipamentos. Análises feitas, decidiu-se, então, pela aquisição centralizada; e à gerência de equipamento coube elaborar a lista de produtos referentes ao mobiliário e ao equipamento escolar. Esse trabalho foi realizado em consonância com as gerências de recursos humanos e construção em atendimento às seguintes necessidades:

Em estreita ligação com a Gerência de Recursos Humanos, realiza-se o “Levantamento Inicial das Necessidades”, com base na análise dos planos curriculares. Simultaneamente, em íntima ligação com a Gerência de Construção, procura verificar a compatibilidade das necessidades levantadas com as Especificações Educacionais das escolas, de modo a obter a melhor utilização das unidades especiais que deverão compor o projeto arquitetônico (MEC, s. d., p. 13).

Na sequência, procederam-se às ações de especificação, padronização e codificação dos produtos. A citação a seguir esclarece cada uma delas:

[...] especificação dos artigos, que visa a estabelecer as características técnicas do mobiliário e equipamento escolar, tais como: forma, medidas, materiais de construção, índices de desempenho, tolerâncias, cores, acabamento etc; padronização dos artigos, que objetiva dotar as peças do mobiliário e equipamento escolar, sempre que possível, de componentes comuns, de modo a facilitar a sua fabricação e eventual reposição; codificação dos artigos, para dar a cada peça um número de código, que representa sua individualização dentro da listagem adotada e fornece uma indicação sobre a categoria a que está subordinada a peça, o setor a que se destina e informações genéricas sobre tipo, modelo e tamanho (MEC, s. d. p. 13–4).

Após essa etapa de planejamento, inicia-se a execução de fato. Ocorrem licitações, acompanhamento da fabricação, transporte, entrega do material nas escolas, instalação e avaliação do equipamento instalado. Ao receber o mobiliário e equipamento escolar, uma comissão designada pela direção fazia a conferência detalhada do material e preenchia o “Termo provisório de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar” (FIG. 27).

MEC
PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO PREMEN

GINÁSIO POLIVALENTE

.....
(Indicativo do GP)

.....
(Cidade e Estado)

TERMO PROVISÓRIO DE EXAME E RECEBIMENTO
DO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTO ESCOLAR

Aos 15 (quinze) dias do mês de julho do ano de mil novecentos e setenta e dois, presente o Sr. pelo GEQ/CE/.... e a Comissão designada pelo(a) Diretor(a) do Ginásio, Sr(a). Heloisa Helena de Oliveira Aldeia, composta pelos Professores Wilson Alves da Silva, Gao Dias, Pedro Ferreira das Lamas, Antônio Sábrinko e Padre Ferreira de Carvalho, todos reunidos na sede do Ginásio, à Rue Avenida Anhangüera nº 129, passou a proceder ao Exame e Recebimento do Mobiliário e Equipamento Escolar, destinado a este Ginásio e adquirido e distribuído pela Gerência do Projeto de Equipamento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino, seguida a discriminação do Manual de Equipamento, conforme segue:

<u>CATEGORIA A - MOBILIÁRIO</u>		
A 1/01.1.A - <u>MESA DE MANICURE</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> - Preço Unitário: Cr\$ 82,80 - Observação: - Quantidade	1	01
A 1/02.1.A - <u>MESA DE TRABALHO</u> - Marca CIMO - Firma: Móveis Cimo - NF nº <u>000173</u> . Preço Unitário: Cr\$ 69,00 - Observação: - Quantidade	2	
A 1/02.2.A - <u>MESA DE TRABALHO</u> - Marca CIMO - Firma: Móveis Cimo - NF nº <u>000173</u> . Preço Unitário: Cr\$ 103,50 - Observação: - Quantidade	6	
A 1/03.1.A - <u>PENTEADOR</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> . Preço Unitário: Cr\$ 187,45 - Observação: - Quantidade	1	
A 3/01.1.A - <u>ESTANTE PARA BIBLIOTECA</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>138</u> - Preço Unitário: Cr\$ 182,85 - Observação: Quantidade	2	
A 3/01.2.A - <u>ESTANTE PARA BIBLIOTECA</u> - Marca KASTRUP - Firma: Móveis Kastrup - NF nº <u>139</u> - Preço Unitário: Cr\$ 354,20 - Observação: Quantidade	10	

Em .../.../...

A COMISSÃO DE EXAME E RECEBIMENTO:
Heloisa Aldeia

Gerente GEQ/CE	Diretor	Secretário
Professor	Professor

SÉCERARIA EXECUTIVA — GERÊNCIA DO PROJETO DE EQUIPAMENTO

FOTO 20. Página do “Termo provisório de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar”
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari

Observe-se que, para cada material, existiam um código, a descrição, o valor unitário e a quantidade recebida. A letra do código era indicativa da categoria, qual seja:

A – Mobiliário, exemplo CAMA para enfermaria; B – Ferramentas, exemplo Alicate para unhas; C – Instrumentos, exemplo Carretilha de costureira; D – Aparelhos, exemplo Microscópio; E – Aparelhos Elétricos, exemplo Cortador para isopor; F – Máquinas e Motores, exemplo Máquina de Escrever; G – Utilidades Domésticas, exemplo Abridor de garrafas; H – Equipamento Especializado, exemplo Armário-Estante; I – Diversos, exemplo Bobs para cabelo J – Material Aplicado, “Incluído no Projeto de Construção” (MANEQ, 1972, p. 59) L – Meios Auxiliares, “Os itens desta categoria, inclusive livros, serão objeto de um Termo Aditivo a ser solicitado posteriormente, depois de sua completa entrega” (MANEQ, 1972, p. 59) M – Material, exemplo Aço 1045.

O “Formulário do termo provisório de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar”, contendo 94 páginas, e o seu aditivo, com 39, totalizam 133 páginas de materiais relacionados. Esses poucos itens foram citados para exemplificar o grau de detalhamento do material e sua abrangência. Além desses materiais e equipamentos, as escolas contaram com o acervo das bibliotecas. Nas escolas de Araxá e Ituiutaba — cabe frisar —, as atividades de biblioteca compuseram o plano curricular.

Em Araguari, foram encontrados dois diários de classe de biblioteca, sexta série, do período de 14/12/72 a 2/6/73. Nestes, o campo de “Matéria lecionada” foi parcialmente preenchido com os nomes dos livros pegos por cada um dos alunos. Esses livros eram de literatura ou volume de coleções/enciclopédias. No Anexo H, estão relacionados os livros recebidos segundo o aditivo ao “Formulário do termo...” datado de 15 de julho de 1972. Também na biblioteca da escola de Araguari, foi encontrada uma listagem do acervo da biblioteca referente ao ano de 1979. Comparando-se esses dois materiais, temos a intersecção de 281 títulos.

Na biblioteca da escola de Monte Carmelo, foi possível localizar alguns, sobretudo as enciclopédias, cuja visualização é facilitada. O material da listagem encontrada está categorizado e apresenta, aproximadamente, a seguinte quantidade de títulos: língua portuguesa e literatura (didáticos) (78 títulos), dicionários e enciclopédias (13 títulos), literatura infanto-juvenil (245 títulos), literatura adulta (74 títulos), língua inglesa (21 títulos), língua francesa (6 títulos), educação artística (21 títulos), educação física (5 títulos), religião (26 títulos), enciclopédias (19 títulos), ciências físicas e biológicas (105 títulos), matemática (14 títulos), geografia (63 títulos), história (87 títulos), educação moral e cívica (15 títulos), educação em geral (86 títulos), técnicas comerciais (17 títulos), técnicas agrícolas (17 títulos), técnicas industriais (19 títulos), educação para o lar (15 títulos), revistas (21 títulos), jornais (4 títulos).

O advérbio de modo *aproximadamente* foi empregado no parágrafo anterior porque, na relação encontrada no acervo da escola, existem lacunas ou situações que anulam, em parte, a exatidão das informações. Por exemplo, foi registrado o nome do livro, mas não o do autor, e vice-versa; não foi registrada a quantidade de exemplares; o mesmo exemplar consta em mais de uma categoria; e assim por diante. De qualquer forma, observamos que livros de literatura infanto-juvenis predominam e refletem uma diversidade de temas. Alguns são considerados clássicos e permanecem na listagem atual dos recomendados para a faixa etária. Exemplo disso são *O pequeno príncipe*, *Robinson Crusoé*, *A ilha misteriosa*, *Os irmãos Corsos*, *Pollyana*, *Meu pé de laranja lima*, *O guarani*, *A moreninha*, *D. Quixote*, *O homem que calculava*, *Reinações de narizinho* e vários outros. Tal fato atesta a qualidade do acervo quanto a essa categoria. Em relação às línguas estrangeiras, o acervo é pequeno e composto, majoritariamente, por livros didáticos, dicionários e gramáticas. Quanto aos de religião, títulos e autores denotam tendência católica, uma vez que alguns se referem a publicações do papa e de padres, além de mencionarem a missa e Maria Santíssima.

Entretanto, esse era o foco comum da época para tal disciplina. Nas décadas de 1960 e 1970, a população católica superava 90%, como se pode deduzir do gráfico a seguir.

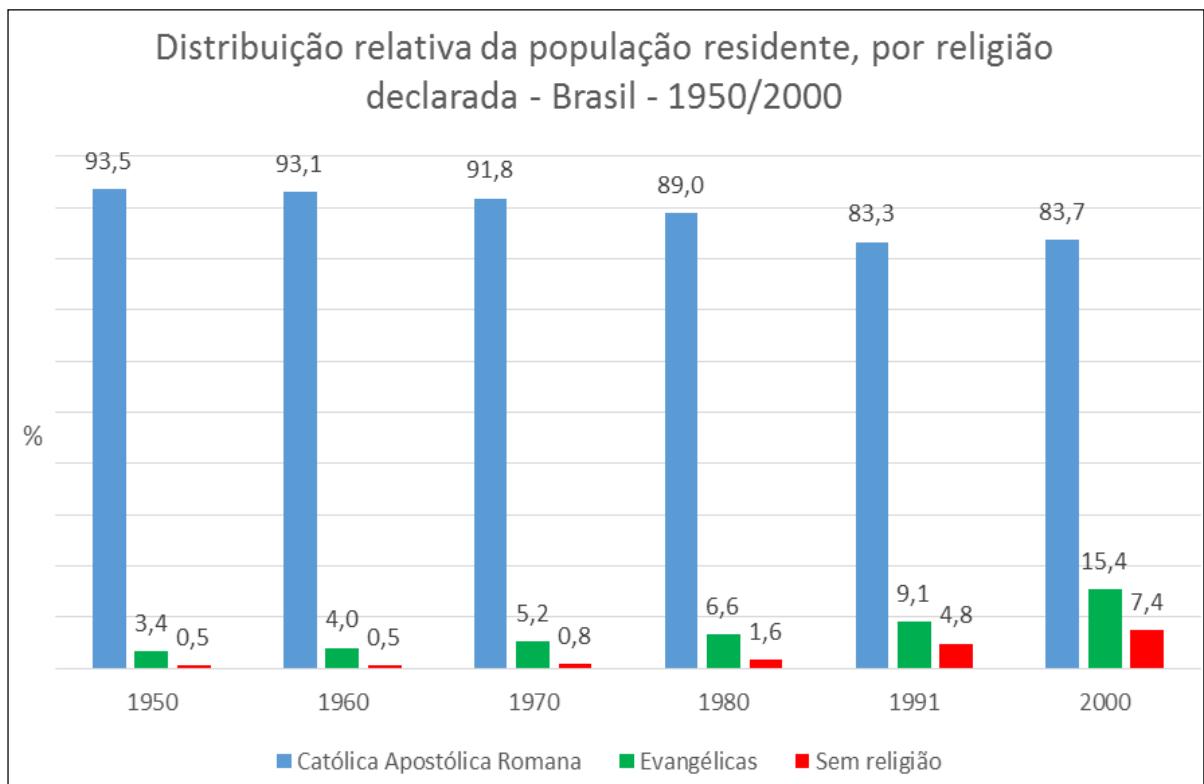


GRÁFICO 1. Distribuição regional da população brasileira do ponto de vista da religião, 1950–2000
Fonte: IBGE, 2015

Parte dos títulos relacionados na listagem do acervo da biblioteca de Araguari foi encontrada na biblioteca de Monte Carmelo. A figura a seguir expõe que alguns eram edições de luxo, com encadernações em capa dura e ilustradas.



FOTO 21. Capas de livros

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Monte Carmelo

Embassando-nos nas notas fiscais encontradas na Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba, percebemos que os livros eram adquiridos por meio do PREMEN, com sede no Rio do Janeiro — então estado da Guanabara — e enviados para as escolas Polivalentes país afora. Algumas notas não se restringiam às escolas de Minas Gerais, pois englobavam Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Pará. As escolas Polivalentes eram identificadas por um código cujo valor só foi possível identificar no caso de Ituiutaba, 188. A aquisição dos livros era feita em livrarias e diretamente das editoras, conforme fosse a especificidade da publicação e da área de conhecimento. Também eram oriundas da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) ou do Instituto Nacional do Livro (INL).



LIBRERIA ALBERJANO TORRES LTDA.		NOTA FISCAL SÉRIE B-1 1.a VIA Nº 15280		
LIVROS JURÍDICOS - DIDÁTICOS LITERATURA E INFANTIS		EM 4 VIAS		
Telefone: 223-5713 RIO - GUANABARA		Rua Visconde de Inhaúma, 109 - Loja e Sobr. - ZC - 05 Rio de Janeiro <input type="text"/> Guanabara <input type="text"/> Insc. C.G.C.(M.F.) 33.077.173/001 - Ins. Estadual 123.100,00 Natureza da Operação: 501 Via de Transporte: Rodoviário Data da emissão da Nota: 17 / 6 / 1974		
Nome da firma PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO - PREMEN - MEC		DESTINATÁRIO DA MERCADORIA		
Endereço	Av. Pasteur, 368			
Município	RJ	Estado	<input type="text"/>	
Inscrição no C.G.C. (M.F.) N.º	ISENTO	Inscrição no Estado N.º	ISENTO	
Local de Entrega: Rua Lobo Junior, 791 - Penha Circular				
Quantidade	Unidade	DESCRICAÇÃO DOS PRODUTOS ESPECIFICAÇÃO (Espécie, Qualidade, Marca, Típo, Modo, Número, etc.)	PREÇOS Cr\$ Unitário	Total
104		OS ARTIGOS ABAIXO DESTINAM-SE AS EPs 184 - 186-187-188-189-190-191-192-193-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-225-226-227 DO ESTADO DE MINAS GERAIS CIÊNCIAS PARA O CURSO PRIMÁRIO-4 volumes e 4 Guias do Professor-Ayrton Gonçalves da Silva-Editora: Edart-4a Ed e 2a Ed. 1972 (4 POR EP)	16,80	1.747,20

FOTO 22. Nota fiscal de compra de material para as escolas Polivalentes

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba

EDITORIA FUNDO DE CULTURA S.A. EDIÇÃO E COMÉRCIO DE LIVROS				NOTA FISCAL RUA DAS LARANJEIRAS, 567 FONES: 225.1480 - 265.2250 RIO DE JANEIRO - EST. GUANABARA INSCR. C.G.C. (M.F.) 33.005.521/0001 INSCR. EST. 261.989.01 NAT. DA OPERAÇÃO: VENDA=5.01 VIA DE TRANSPORTE: 10/04/74. DATA DA EMISSÃO:	
				000211 NÚMERO 004217	
O RIG E T A D O	NOME DA FIRMA ENDERECO MUNICI/ESTADO INSCRI.C.G.CIMPI	PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO PREMEN-MEC AV. PASTEUR, 368 20000-RIO DE JANEIRO-GB. ISENTO			
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO				PEDIDO N°	VENDEDOR
					SEBASTIÃO
LOCAL DE COBRANÇA:					
UNID.	QUANT.	CÓDIGO	PESO Liq.	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS OS ARTIGOS ABAIXO DESTINAM-SE ÀS EPs 184/186 187/188/189/190/191/192/193/209/210/211/212 - 213/214/215/216/217/218/219/220/221/224/225 - 226 e 227 DO ESTADO DE MINAS GERAIS	
				PREÇO UNITÁRIO	TOTAL

FOTO 23. Nota fiscal de compra de material para as escolas Polivalentes
 Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba

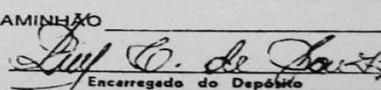
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA				A VISTA - EMPENHO NE 5.865		1.ª VIA	
DEPÓSITO <u>Miguel Ângelo</u>				NOTA DE ENTREGA N° 5865		SÉRIE A	
A FUNDAÇÃO NACIONAL DE MATERIAL ESCOLAR remete à <u>Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN - MEC - Av. Pasteur, 368 - Praia Vermelha - Rio de Janeiro - GB.</u> - EMPENHO N° 118/74 - R\$ 27.200,00							
O material abaixo discriminado: Autorização de Remessa n.º 2.092 , de 15 / 5 / 1974 à VISTA							
QUANTIDADE		ESPECIFICAÇÃO			PREÇO UNITÁRIO Cr\$	TOTAL Cr\$	
		Os Artigos abaixo destinam-se às EPS 194/ 195/196/197/198/199/200/201/202/203/204/205/ 207 da BA; 174/175/176/177/178/179/180/181/ 182/183 do RS; 184/186/187/188/189/190/191/ 192/193/209/210/211/212/213/214/215/216/217/ 218/219/220/221/222/225/226/227 do MG; 153/ 155/159/160/161/162/163/164/165/166/167/168/ 169/170/171/172/173 do RS e 1001/1002 do PA.					
<input checked="" type="checkbox"/> 680 ✓ Atlas Geográfico Escolar-3ed latrg (10 exempl p/EP)		8,00				5.440,00 ✓	
<input checked="" type="checkbox"/> 204 ✓ Atlas Cultural do Brasil-1a ed (3 exempl p/EP)		60,00				12.240,00 ✓	
<input checked="" type="checkbox"/> 680 ✓ Atlas Histórico Escolar-6ed (10 exempl p/EP)		10,00				6.800,00 ✓	
<input checked="" type="checkbox"/> 272 ✗ Peq. Enc. Moral Civismo 2ed (4 exempl p/EP)		10,00				2.720,00 ✓	
Pedido n° 115/74 - GEQ ✓ Empenho n° 118/74							
Rua Lobo Junior, 791 - PENHA CIRCULAR - das 8.00 as 11.00 e das 12.00 as 17.00							
Nº	QUANT	ESPÉCIE	PESO BRUTO				
001	1	CAIXA	35 kg				
(CARACTERÍSTICAS DOS VOLUMES) Pagamento a ser feito na Conta n° 31.201- 66/150.712-5 do Banco do Brasil S/A - Agência Centro - Rio - GB.							
VALOR TOTAL Cr\$ 27.200,00							
TRANSPORTADO POR <u>F. E. NAME</u> <u>Rio, 9 de junho de 1974.</u> <small>Data</small>				CAMINHÃO  <small>Encarregado do Depósito</small>			
<small>casr</small>							

FOTO 24. Notas fiscais de compras de livros
 Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba

Quatro décadas após a aplicação desse projeto de educação escolar, pouco restou dos equipamentos nas escolas. Para que se mantivessem haveria a necessidade de manutenção e atualização, o que, sem destinação de verbas, tornou-se inviável. Com o intuito de fornecer ao leitor, ao menos, uma noção do material utilizado, apresentamos a seguir fotografias de máquinas e equipamentos encontrados na Escola Estadual Polivalente de Uberaba. Para a identificação dos equipamentos, contamos com o auxílio de um profissional da escola atualmente que foi aluno no Polivalente em seus anos iniciais.



FOTO 25. Presa para impressão gráfica presente no depósito da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, 2014



FOTO 26. Projetor



FOTO 27. Bancada para marcenaria — serra

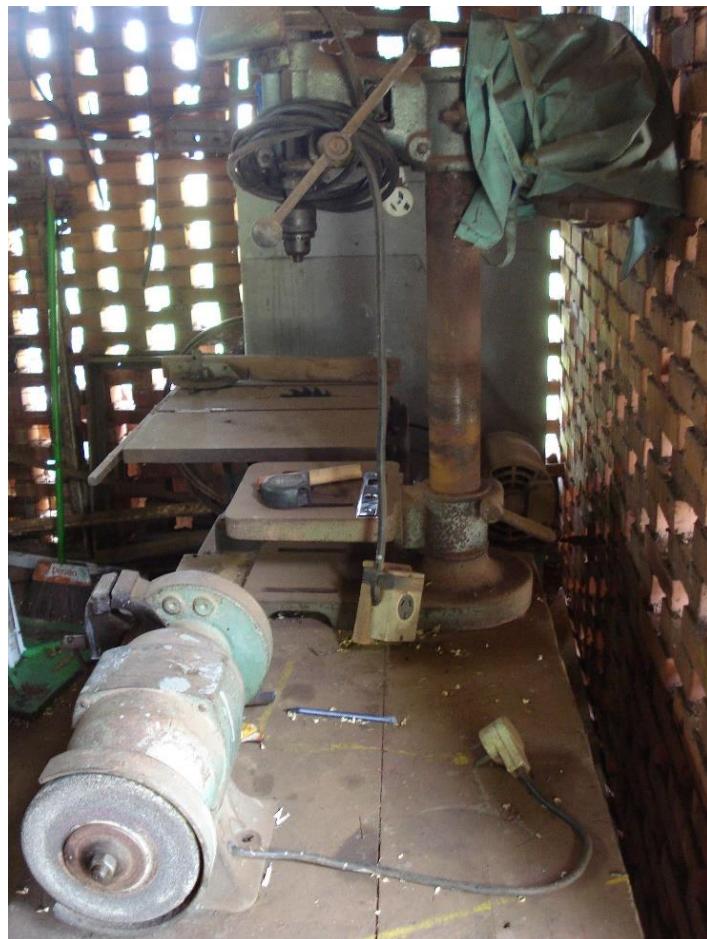


FOTO 28. Furadeira e esmeril

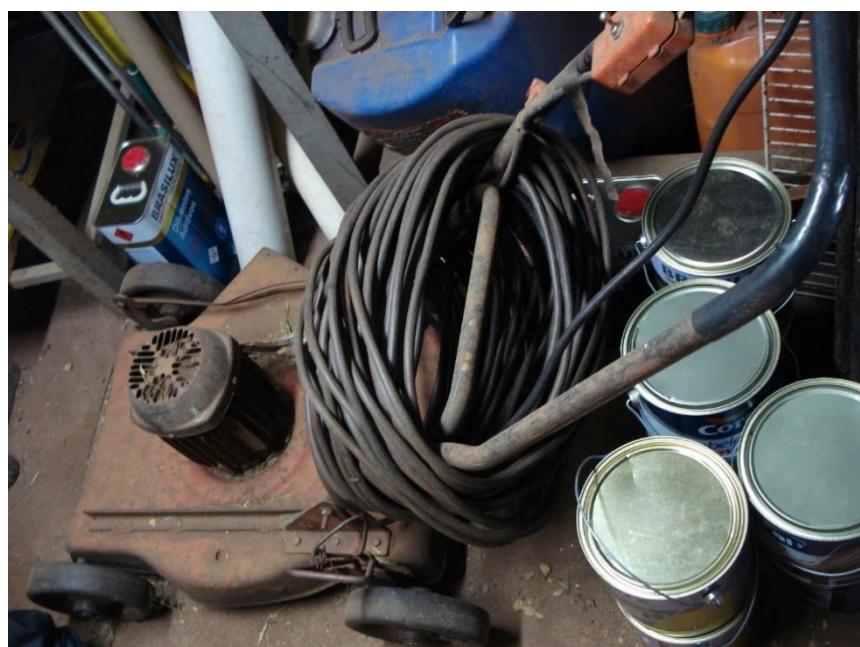


FOTO 29. Cortador de grama



FOTO 30. Máquinas de datilografia e calculadoras



FOTO 31. Estufas



FOTO 32. Materiais do laboratório de ciências

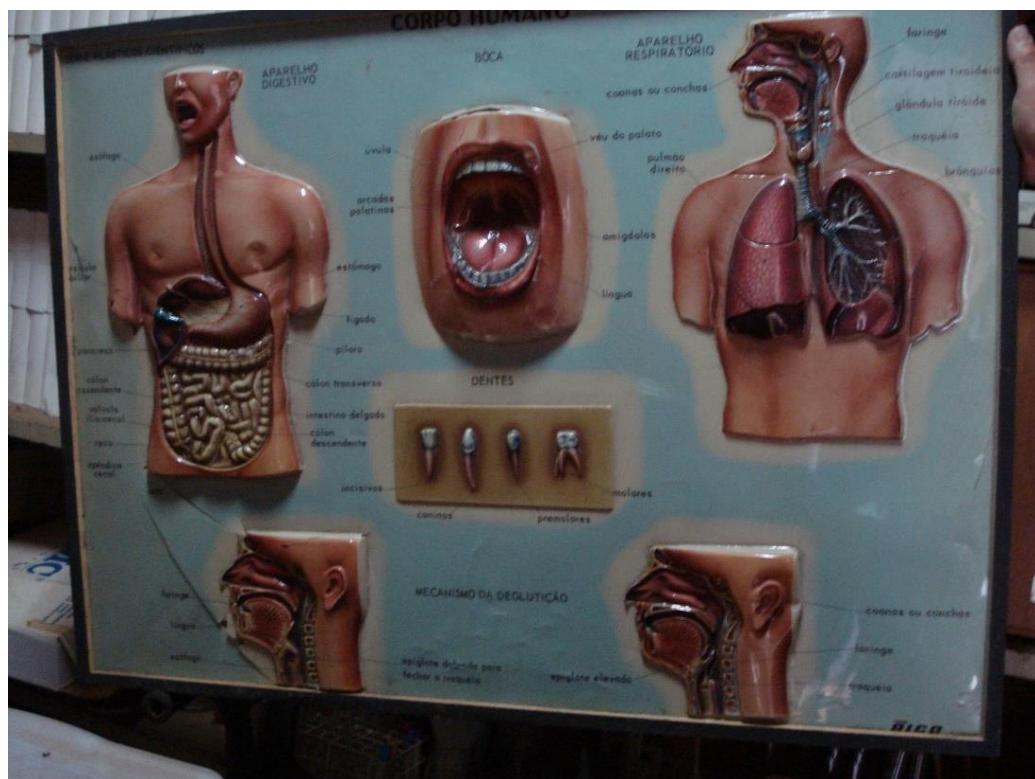


FOTO 33. Quadro para o ensino de Ciências



FOTO 34. Microscópio

Outro fato que atesta a importância dos materiais e equipamentos para a escola é a existência do *Manual de Equipamento* (MANEQ), cuja finalidade é assim expressa:

Proporcionar bases seguras para a identificação, recebimento, instalação, operação, manutenção, recompletamento e reposição de peças, jogos, subconjuntos e conjuntos, bem como oferecer modelo para a elaboração dos termos de exame e recebimento do mobiliário e equipamento escolar (MEC, s. d., s. p.).

Corroborando o que já foi afirmado sobre a interligação entre os componentes do Projeto Polivalente, o MANEQ segue esclarecendo:

As especificações do Mobiliário e Equipamento Escolar foram estabelecidos em estreita coordenação com a Gerência de Recursos Humanos (responsável pela elaboração do Currículo do Ginásio Polivalente) e com a Gerência de Construção (responsável pela determinação dos espaços disponíveis em cada dependência, bem como do esquema de côres da edificação); portanto, equivale dizer que as especificações foram estabelecidas de modo a atenderem às exigências do Currículo e a se enquadrarem dentro das características arquitetônicas dos projetos de engenharia (MEC, s. d, s. p.).

Esse manual trazia uma relação detalhada dos materiais e suas respectivas quantidades recebidas pela escola. A seguir, a capa de um dos volumes desse manual.



FOTO 35. MANEQ – *Manual de equipamento*
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Frutal, 2014

Esses materiais de ensino e aprendizagem eram utilizados por alunos e professores para o atendimento da proposta metodológica da escola de propiciar um ensino ativo e prático. No livro de atas de reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola de Araguari do dia 6/6/72, mesmo antes do início das aulas, foi relatada a existência de quatro aparelhos

estrangados e inexistência de verba para os consertos Para tanto, na reunião, foi sugerida “[...] uma campanha para consertá-los ou mesmo fazer uma vaquinha para ajudar no conserto” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI, 1972a).

3.2.5 Método de ensino

Para alcançar os objetivos de uma educação polivalente com vistas à formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho, junto com as categorias apresentadas até o momento temos a escolha do método de ensino, que é fator decisivo nesse processo. Nas “Especificações educacionais” das “Diretrizes gerais para o ginásio Polivalente”, essa opção metodológica foi assim descrita:

Adotando métodos pedagógicos ativos, em que a participação do educando tem fundamental importância, como integrante de uma equipe de trabalho, da qual o professor participa na qualidade de orientador, a escola propicia a descoberta consciente, pelo aluno, do mundo no qual vive. Pelo uso desses métodos, estabelece-se na escola um clima de liberdade e de confiança recíproca que, pouco a pouco, leva à autodisciplina, verdadeira aprendizagem de liberdade e espírito de solidariedade (BRASIL, 1970b, p. 11).

Pela adoção desse método ativo, as escolas Polivalentes tiveram os seguintes objetivos:

[...] desenvolver o hábito do trabalho em equipe; desenvolver no aluno interesse e atitudes de independência e pesquisa; incentivar a capacidade criadora; propor tarefas inteligentemente planejadas, com a finalidade de ensinar métodos de trabalho; formar atitudes de cooperação, solidariedade, responsabilidade, coerência e autenticidade; desenvolver o espírito crítico e a capacidade de análise e síntese; obter a autodisciplina; despertar vocações para ajustamento profissional futuro (BRASIL, 1970b, p. 11).

Essas citações permitem perceber a importância da ação discente mediada por métodos, técnicas e materiais pedagógicos na aquisição de conhecimentos e atitudes valorizadas nos ambientes de aprendizagem e trabalho. De acordo com os fundamentos didáticos apresentados nas “Diretrizes gerais para os cursos de treinamento de pessoal para o 1º Grau”,

Devem ser previstos *métodos* e *técnicas* de ensino, assim como especificamente indicadas atividades discentes que exijam acentuada participação dos alunos em pesquisas, experimentação ou aplicação, seja em grupo, seja individualmente. O uso desses métodos e técnicas de ensino significa a adoção de formas dinâmicas de comunicação didática, em lugar das aulas tradicionais de caráter meramente expositivo. Durante o curso de

treinamento, o futuro professor deve descobrir ou redescobrir os processos que usará em suas aulas e outras atividades na escola. O curso de treinamento deverá utilizar a mesma variedade de processos e técnicas de ensino, aplicáveis pelo professor nas suas atividades de magistério na Escola Polivalente (MEC, 1973a, p. 7).

Percebemos aqui uma orientação do “aprender fazendo” não somente com os alunos, mas também com os professores. Estes, nos cursos de formação ofertados pelo PREMEM, deveriam vivenciar essa metodologia para que, depois, em sala de aula, estivessem aptos a desenvolvê-la com a turma. Após a análise do material encontrado nas escolas confrontada com os documentos supracitados, podemos pensar que na proposta metodológica dos Polivalentes coexistiram elementos tanto do método ativo quanto do tecnicismo. Exemplificando este, apresentamos a passagem a seguir, extraída do texto “Microensino: estudo teórico das habilidades em treinamento”,²⁵

Tôda a situação de ensino-aprendizagem supõe uma grandação [sic] e sucessão de diferentes momentos, determinados pela estrutura material e formal do conteúdo, pelo nível de desenvolvimento do aluno e pela técnica utilizada. A progressão didática dos passos cognitivos deve corresponder aos níveis psicológicos do processo de aprendizagem e formação. O professor deverá, portanto, planejar a ordenação e estruturação de situações de estímulos que provoquem um desenvolvimento seqüencial de experiências, visando integração das perspectivas psicológicas, lógico-objetivas e didáticas (PINO; MATHOS, 1971, p. 41).

Segundo Libâneo (1994), o tecnicismo educacional, com bases no behaviorismo, ganhou força no Brasil nas décadas de 1960 a 1980, devido à conjuntura econômica e política. Fez-se presente nas escolas de educação básica e nos cursos de formação docente por meio dos manuais didáticos. Dentre seus princípios, destacamos a racionalidade, a eficiência e a produtividade, inspirados no modelo fabril. Kuenzer e Machado (1982, p. 30) assim os apresentam:

A tecnologia educacional, em seus termos mais simples, representa a racionalização do sistema de ensino em todas as suas formas e níveis, tendo em vista sua eficiência, medida por critérios internos de economia de recursos escassos, e sua eficácia, medida pela adequação de seu produto às necessidades do modelo de desenvolvimento vigente. Ou seja, significa a absorção, pela educação, da ideologia empresarial.

²⁵ Texto elaborado pelas professoras Solange Siqueira Pino e Rosa Maria Martini de Mattos, da equipe de Didática e Prática de Ensino de curso do PREMEM na Fac. de Educação da UFRGS.

Esse princípio da racionalização pode ser verificado de várias formas nos Polivalentes, como na organização dos espaços, na distribuição do tempo, no currículo e na elaboração dos manuais.

Dessa concepção tecnicista, destacamos duas características: 1) utilização de técnicas minuciosamente planejadas e estruturadas a fim de possibilitar ao estudante avançar de um estágio de menor para um de maior conhecimento de forma gradativa; 2) professor e estudantes assumem posições secundárias no processo de aprendizagem, uma vez que o êxito desse processo está no seguimento correto da sequência de atividades planejadas e no emprego dos recursos tecnológicos necessários. Sobre isso, Araújo (2011, p. 16) expõe:

[...] não se restringem à utilização mais ou menos maciça de recursos tecnológicos no ensino, mas a expectativa, a crença, a convicção, a esperança, a confiança de que o emprego de recursos técnicos (sejam audiovisuais, óticos, eletrônicos, cibernéticos ou propriamente técnicas de ensino tais como a instrução programada, o microensino, o estudo por meio de fichas, os módulos instrucionais, as máquinas de ensinar, a teleducação, etc.) solucionariam ou teriam papel preponderante na solução das questões relacionadas ao ensino e à aprendizagem.

Decorre dessa crença a importância dada aos subprojetos de construção, equipamento e recursos humanos do PREMEM. No acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, dentre os materiais referentes aos cursos de formação de professores ministrados pela UFMG — neste caso específico, o curso de Ciências/licenciatura de curta duração —, foi localizado o texto “O método de projetos”. Neste, são apresentados aspectos sobre esse “método” que, por julgarmos interessantes, serão apresentados a partir de agora. Preliminarmente, esclarecemos que as aspas em método se justificam pelo próprio texto, p. 5, que diz o seguinte:

“O projeto” — diz o professor americano BAGLEY — “na significação estrita da palavra, não é um método didático. É um novo ponto de vista de que se considera o problema da educação”. E, com efeito, o ensino por projetos une e sintetiza as doutrinas pedagógicas que gozam de maior conceito na época presente. O projeto permite aplicar ao trabalho docente os princípios da atividade espontânea, o interesse, a motivação, a ordem psicológica, o ambiente natural, a liberdade dq [sic] criança, a socialização, a iniciativa infantil, auto-aprendizagem, etc., que forma a base da nova didática (AGUAYO, s. d., s. p.).²⁶

Feito esse esclarecimento, passemos à origem do trabalho com projetos segundo o texto.

²⁶ O texto “O método de projetos” foi usado à época em curso de licenciatura de curta duração em Ciências por professores da Universidade Federal de Minas Gerais.

A idéia de ensinar uma disciplina por meio de projetos aplicados sistematicamente surgiu em Massachusetts (Estados Unidos da América) ali por 1.908. Não obstante, a primeira menção do termo *projeto*, empregado em sentido didático, é encontrada em artigos escritos em 1.900–1.901 por C. R. Richard, diretor do Departamento de Trabalho Manual do Teacher's College da Universidade de Columbia. Em 1.908 o State Board de Massachusetts empregou a palavra projeto para designar trabalho de caráter prático que a criança executava fora da escola, por exemplo, a semeadura, o cultivo e colheita do milho num acre de terreno, a criação de porcos, a construção de um celeiro, etc. Finalmente, a Junta Federal de Educação Vocacional da União Americana consagrou o uso do termo, propondo-lhe uma definição e declarando que fora da escola o projeto tinha estado muito tempo em uso. Desde então, difundiu-se rapidamente o método de projetos, antes limitado ao ensino da agricultura, da economia doméstica e do trabalho manual, contribuindo poderosamente para vulgarizá-los os trabalhos de KILPATRICK, HOSIC, STEVENSON, CHARTERS e outros pedagogistas norte-americanos (AGUAYO, s. d., s. p.).

Por essa citação, percebemos que a utilização dos projetos é bem anterior à fundação das escolas Polivalentes; mas é oriunda do país que norteou o programa dessas escolas. Após uma discussão sobre o significado do termo, que não é consensual entre os seus principais expoentes, o texto apresenta as características da aprendizagem para as quais o trabalho com “Projetos” pode contribuir:

Para os projetistas, a aprendizagem é algo de ativo, em que os desejos, interesses e necessidades infantis colaboram com o meio na formação do educando. O ensino por projetos interessa profundamente a criança na solução das dificuldades do trabalho, porque dá valor e significação (do ponto de vista da criança) às suas atividades e às matérias. Na escola do tipo corrente, a educação se realiza a despeito da criança, isto é, raramente se realiza. O ensino por projetos educa com a anuência e a vontade [sic] da criança, pois a converte em agente da própria educação. O método de projetos aspira a realizar o ideal, tão caro aos partidários da nova educação, de ensinar ao mesmo tempo muitos assuntos, contribuindo, assim, para a globalização dos estudos escolares. Ajuda a resolver, ademais, o problema da disciplina escolar. O interesse é, como disse JOHN DEWEY, uma atividade unificada; a criança habituada a concentrar no trabalho sua atividade mental e física, já adquiriu ou está em vias de adquirir a disciplina a que visa a educação (AGUAYO, s. d., s. p.).

Mesmo com a defesa de todas as vantagens apresentadas acima, o texto alerta para o tempo excessivo consumido nesse tipo de atividade e a necessidade de complementaridade dos conteúdos inerentes, ou preliminares, ao tema do projeto e que não foram abordados durante o seu desenvolvimento. Além disso, o texto traz os seguintes perigos:

O método de projetos degenera frequentemente em ocupação vazia de sentido pedagógico e até mesmo vazia de interesse para as crianças. [...] Outro perigo do ensino por projeto está na facilidade com que eles são substituídos por tarefas que não têm senão relação artificial com a vida da criança [...] (AGUAYO, s. d., s. p.).

Quando, no tópico sobre currículo, relacionamos os conteúdos presentes nos diários de classe, encontramos a denominação de “Projetos”. Por esses diários, percebemos que a utilização de projetos era frequente e fazia parte da proposta metodológica da escola. Com efeito, de acordo com a resolução 925, a metodologia de ensino a ser utilizada devia ser a mais prática possível para evitar, ao máximo, as aulas expositivas. Ainda assim, durante a leitura do diário de classe de Técnicas Comerciais da escola de Araguari, observamos que no período letivo 14/12/72 a 2/6/1973 a aula expositiva era utilizada com muita frequência, contrariando a orientação metodológica para as escolas Polivalentes.

Para além da classificação que poderíamos declarar quanto à metodologia empregada nas Escolas Polivalentes, o que nos parece clara é a conjugação desses elementos – instalações escolares, currículo, conteúdos, materiais de ensino e aprendizagem e métodos de ensino – na composição de uma proposta educacional com a missão de formar um cidadão com um perfil bastante específico para o contexto socioeconômico delineado no período em questão.

4 ESCOLAS POLIVALENTES DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA: QUESTÕES DOCENTES, DISCENTES E INSTITUCIONAIS

Segundo o documento 10-069-ES-SD, a questão relativa aos recursos humanos com perfil compatível à proposta dos Polivalentes começou a ser pensada na EPEM (MEC, s. d). O planejamento desse quesito envolvia, primeiramente, a quantificação de profissionais necessários a fim de que o treinamento para estes pudesse ser programado. Em segundo lugar, o aspecto qualitativo abrangia tanto a formação técnica para os que ainda não a possuíam quanto a formação na ideologia do programa. Todos os profissionais envolvidos no projeto, docentes e técnicos administrativos, precisavam ser treinados para os ideais e a filosofia das escolas Polivalentes. Para tal formação, requeria-se a previsão de cursos e prazos para a conclusão, de modo que, concluída a construção das escolas, o quadro de trabalhadores que atuaria nela estivesse apto a iniciar as atividades com os alunos. Enfim, havia a garantia de que tanto o Estado participante contrataria o pessoal treinado quanto este entraria em exercício na escola para onde fosse designado.

4.1 Categorias de análise

4.1.1 Seleção, formação e remuneração dos docentes e técnicos administrativos

Considerados os aspectos mencionados, o processo de seleção e contratação para as escolas Polivalentes, conforme o documento 10-069-ES-SD, pode ser caracterizado assim:

- 1) O Programa [de criação de ginásios Polivalentes] procura recrutar o pessoal docente, técnico e administrativo na área geoeducacional da Escola Polivalente que vai ser implantada. 2) O recrutamento é feito mediante EDITAL de chamada onde são participadas aos candidatos todas as condições para inscrição, participação nos cursos e contratação. 3) A chamada é feita primeiro para os cursos de “reciclagem”, isto é, visando o pessoal que já possui a licenciatura plena das Universidades. Em seguida são chamados os candidatos para os cursos de “curta duração”, a fim de completar as vagas existentes nas escolas de uma determinada etapa do Programa. 4) O recrutamento é realizado sob a responsabilidade de uma Comissão composta de um representante do PREMEN um da Secretaria de Educação do Estado e um da Agência de Treinamento. 5) A seleção é feita pela Agência de Treinamento, observando determinadas condições pré-estabelecidas, de comum acordo, com o PREMEN e a Secretaria de Educação do Estado. 6) O candidato aprovado escolhe a Escola onde deseja trabalhar, de acordo com sua classificação no Exame de seleção, e se compromete a servir nela no mínimo por dois anos. Em contrapartida, a Secretaria Estadual de Educação assegura a sua contratação para a escola escolhida (MEC, s. d., p. 16).

Este último tópico foi normatizado pelo art. 6º do decreto 12.863, de 30 de julho de 1970, cujo art. 6º diz que

Será garantido aos alunos-mestres, aprovados nos cursos a que se referem os Convênios mencionados neste Decreto, ao término do treinamento, seu aproveitamento no ensino público estadual de grau médio (1º ciclo), com a obrigação de aceitarem sua designação pelo período mínimo de 2 (dois) anos, para qualquer estabelecimento oficial estadual, após terem sido atendidas as necessidades específicas dos Ginásios Polivalentes, nas condições de trabalho e remuneração fixadas pelo Estado (BRASIL, 1970a).

Portanto, tiveram prioridade os professores habilitados nas faculdades de Filosofia ou Educação. De acordo com “Plano setorial de educação e cultura 1972-1974”, de 122.324 professores do ensino ginásial, apenas 29.805 possuíam formação superior; ou seja, 24,36 % do quadro docente atendia à escolarização adequada para o exercício do magistério (BRASIL, 1971, p. 3/1). Nesse cenário, dentre os objetivos do projeto de aperfeiçoamento e treinamento de professores para o ensino fundamental e normal para o triênio 72–4 do referido “Plano setorial...”, estavam: “[...] qualificação e/ou titulação de 70% dos professores das 4 últimas séries do ensino de 1º grau” (p. 3/2). Consideramos esse porcentual de 70% para um triênio uma meta audaciosa. De qualquer forma, mesmo para esses professores com nível superior previu-se uma formação complementar, assim justificada no documento 10-069-ES-SD:

[...] julgou-se que havia necessidade de lhes proporcionar breves cursos de adaptação, com a finalidade principal de permitir-lhes uma perfeita identificação com a filosofia do “Ginásios Polivalentes”, com as diretrizes gerais seguidas no treinamento de recursos humanos e com o programa como um todo (MEC, s. d., p. 17).

Os cursos foram estruturados em cursos de reciclagem e cursos para formação de professores de disciplinas de cultura geral. Estes foram realizados por meio de convênios entre o PREMEN, que os financiou, e as universidades. Os cursos requeriam dedicação em tempo integral dos candidatos e totalizavam 320 horas, incluindo Estágio Orientado e Planejamento Escolar. Já os cursos de reciclagem, conforme o documento 10-069-ES-SD, tinham o seguinte objetivo:

[...] promover uma atualização geral de conhecimentos específicos dos professores já licenciados e procurar estabelecer padrões mínimos comuns de atuação docente destes professores e dos que, para complementar carências quantitativas de licenciados e para suprir áreas não atendidas pelas Faculdades de Filosofia, devessem ser formados através de cursos de outras modalidades (MEC, s. d., p. 17).

Em razão do déficit de professores habilitados em curso superior e da impossibilidade de formar um número suficiente para suprir a demanda, foram autorizados pelo Conselho Federal de Educação, através dos pareceres 912/69 e 255/70, os cursos de “Licenciatura de Curta Duração, em Regime Intensivo, para Disciplinas Acadêmicas” (MEC, s. d.). Tal solução era amparada pela lei 5.540/68, que, no § 1º do art. 23, previa o seguinte:

Os cursos profissionais poderão, segundo a área abrangida, apresentar modalidades diferentes quanto ao número e à duração, a fim de corresponder às condições do mercado de trabalho. § 1º Serão organizados cursos profissionais de curta duração destinados a proporcionar habilitações intermediárias de grau superior.

Esse artigo foi revogado apenas em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394/ 1996). De acordo com o parecer 912/69, o programa de treinamento de pessoal docente para os ginásios Polivalentes previa que, “[...] até 1972 seriam formado [sic] 5.841 professores nas licenciaturas intermediárias”. O projeto geral de tais licenciaturas, ainda em consonância com o citado parecer, foi enunciado pela administração do PREMEM com a seguinte configuração:

- a) Cada licenciatura terá a duração de 1.400 a 1.600 horas, a serem cumpridas em regime intensivo de trabalho diário no período letivo de 180 dias; b) O currículo compreenderá matérias de conteúdo e disciplinas de formação pedagógica distribuídas nas seguintes proporção: conteúdo da matéria — 50%; métodos e prática de ensino — 30%; teoria da educação — 20%. Esta última incluirá fundamentos de psicologia educacional e estrutura e fundamento do ensino médio; c) Em virtude de sua curta duração as licenciaturas não podem ter o caráter de polivalência. Assim, por exemplo, em vez de uma só licenciatura para formar um mesmo professor de matemática e de ciências físicas e biológicas, uma licenciatura preparará o professor de matemática e outra o professor de ciências; d) Serão concedidas bolsas de estudo aos alunos a fim de eu [sic] [que] possam dedicar-se integralmente ao regime de estudos intensivos. Em contrapartida os alunos assumiriam, desde o ingresso, o compromisso de aceitar sua designação para qualquer das escolas criadas pelo programa bem como as condições de trabalho estabelecidas pelo órgão incumbido da supervisão das mesmas, por um prazo a ser fixado na ocasião do recrutamento; e) As licenciaturas serão realizadas mediante convênios firmados entre a Comissão de Administração do “PREMEM” e as Universidades ou Faculdades,

com a interveniência ainda da Secretaria Estadual de Educação e da Comissão Estadual do “PREMEM”; f) Os convênios preveem recursos para remuneração dos professores mobilizados pela Universidade ou Faculdade, encarregada da ministração dos cursos, bem como para outras despesas com eles relacionadas (coordenação, material didático, etc.); g) Os convênios para a realização dos cursos obedecerão a diretrizes gerais, fixadas em documento a ser elaborado pela Administração do “PREMEM”. Para cada licenciatura haverá um documento pormenorizado que servirá de base às negociações entre o “PREMEM” e a Universidade ou Faculdade. Estas poderão sugerir modificações, as quais, no entanto, não poderão contrariar as diretrizes gerais (BRASIL, 1969b).

Houve, também, o parecer 74/70, que tratou de cursos especiais para formar professores das disciplinas de artes práticas, a saber: Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar. A princípio, esses cursos teriam a duração de 1.600 horas, a ser cumpridas em nove meses. Entretanto, se os candidatos tivessem formação específica na área, seja em nível médio técnico ou superior, a carga horária poderia ser reduzida para 800 horas ministradas em cinco meses. O parecer esclarece essa possibilidade de redução da seguinte forma:

É o caso dos técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos, para Técnicas Agrícolas; dos técnicos em Contabilidade e contadores, para Técnicas Comerciais; dos técnicos industriais e engenheiros, para Artes Industriais; e dos “portadores de certificados de 2º ciclo ou de diploma universitários de Economia Doméstica, “quando se tratar de Educação para o Lar” (BRASIL, 1970c).

Os currículos desses cursos incluíam quatro disciplinas de conteúdo, variável de acordo com a arte prática em formação, e oito disciplinas de formação pedagógica, comuns às quatro formações. A parte pedagógica correspondia a 27,5% do curso no caso das Artes Industriais e 55% nas demais artes práticas e compreendia os componentes curriculares a seguir, como se lê no parecer 74:

- a) Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau (especialmente o ginásio polivalente); b) Psicóloga [sic] [Psicologia] da Adolescência Educativa e Vocacional; c) Fundamentos de Orientação Educativa e Vocacional; d) Princípios de Didática e Metodologia; e) Planejamento de Curso; f) Técnicas Audiovisuais; g) Seminários (problemas gerais de Educação e questões didáticas); h) Prática de Ensino (com estágio supervisionado em situação real).

Além disso, a parte de formação específica era composta pelas disciplinas abaixo relacionadas; ressalte-se que, no curso de Artes Industriais, representavam 72,5% das 1.600 horas do curso; nas demais artes, 45%.

- a) Técnicas Comerciais: a. Práticas de Técnicas Comerciais, b. Desenho Aplicado, c. Organização e direção da sala-ambiente de Técnicas Comerciais, d. Noções de Economia (relacionadas com o processo comercial, visitas orientadas a empresas);
- b) Artes Industriais: a. Práticas de Técnicas Industriais, b. Desenho Aplicado, c. Organização e direção da sala-ambiente de Artes Industriais, d. Noções de Economia Industrial;
- c) Técnicas Agrícolas;
- a. Práticas de Técnicas Agropecuárias, b. Desenho Aplicado, c. Organização e direção da oficina e das atividades de campo, d. Noções de Economia Agrícola;
- d) Educação para o Lar: a. Práticas de Educação para o Lar, b. Desenho Aplicado, c. Organização e direção da sala-ambiente de Educação para o Lar, d. Economia Doméstica e atividades profissionais relacionadas com a matéria.

Não encontramos nenhuma justificativa e nenhum tipo de menção que explicasse essa diferença nos porcentuais de carga horária destinados às disciplinas de formação pedagógica e específica. Veja-se, a seguir, a imagem de um histórico do curso de Artes Práticas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA			
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS			
FACULDADE DE EDUCAÇÃO			
CURSO: ARTES PRÁTICAS		HABILITAÇÃO: LICENCIATURA EM ARTES INDUSTRIAL	
D I S C I P L I N A	PONTOS CUMULAT.	EXAME ESPECIAL	CARGA HORÁRIA
ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO :			
- do Ensino de 1º Grau (+)	86		60
- da Escola Polivalente	100		30
PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA E DA APRENDIZAGEM :			
- Psicologia da Educação - Desenvolvimento	97		30
- Psicologia da Educação - Aprendizagem	78		45
FUNDAMENTOS DE ORIENTAÇÃO EDUCATIVA E VOCACIONAL	85		15
PRINCÍPIOS DE DIDÁTICA E METODOLOGIA (PLANEJAMENTO DE CURSO E TÉCNICAS AUDIOVISUAIS)	77		90
SEMINÁRIOS (ANÁLISE DE PROGRAMAS DE ARTES PRÁTICAS)	72		30
PRÁTICA DE ENSINO	90		120
ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS	82		60
COMPLEMENTOS DE PORTUGUÊS	92		60
PRÁTICA DE TÉCNICAS INDUSTRIALIS	89		930
DESENHO APLICADO	95		105
ORGANIZAÇÃO E DIREÇÃO DA OFICINA DE ARTES INDUSTRIALIS.	91		45
NOÇÕES DE ECONOMIA INDUSTRIAL	79		60
TOTAL DA CARGA HORÁRIA E DE CRÉDITOS	1680		
REGISTRO DO DIPLOMA Data da Conclusão do Curso: 25.03.1974 Data da Colação de Grau: 26.03.1974 Registro Nº _____ no Livro: _____ Fis. _____ Processo Nº _____ Data: / / No M.E.C. / / OBSERVAÇÕES: (+) A Matéria "ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO" foi lecionada nos níveis de 1º e 2º Graus.			
 <i>Kellman</i> CHEFE DA SEÇÃO DE ENSINO		<i>Renato J.</i> SECRETÁRIO	
		<i>222</i> DIRETOR	

FOTO 36. Histórico do curso de Artes Práticas oferecido pelo PREMEN
 Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari

Estabelecendo um paralelo entre o parecer 74/70 e o histórico encontrado, verificamos que, em relação às disciplinas da formação específica de Artes Industriais, não houve alterações. Entretanto, em relação às demais, podemos explicitar as seguintes discordâncias:

- 1) disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Grau (especialmente o ginásio Polivalente) foi desmembrada em duas, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau e Estrutura e Funcionamento da Escola Polivalente, com carga horária de, respectivamente, 60 horas e 30 horas;
- 2) a disciplina Psicologia da Adolescência Educativa e Vocacional foi substituída por Psicologia da Adolescência e da Aprendizagem, também subdividida em Psicologia da Educação – Desenvolvimento e Psicologia da Educação – Aprendizagem, com, respectivamente, 30 horas e 45 horas de duração;
- 3) a disciplina Fundamentos de Orientação Educativa e Vocacional foi a que recebeu menor carga horária: 15 horas, dentro do currículo. Isso pareceu-nos bastante contraditório quando pensamos que um dos diferenciais das escolas Polivalentes era a sondagem vocacional e que, para obtenção de êxito, era importante que os responsáveis pela orientação vocacional, que incluíam os professores, estivessem bem preparados para exercê-la;
- 4) aparentemente, os componentes “Planejamento de curso” e “Técnica” audiovisuais” foram ministrados integrados ao componente “Princípios de didática e metodologia”, computando juntos 90 horas de curso;
- 5) a disciplina Seminários parece ter recebido outro enfoque, uma vez que no parecer 74/70 é especificado como “problemas gerais de Educação e questões didáticas” e, no histórico, “Análise de Programas de Artes Práticas”;
- 6) como no histórico constam as disciplinas de Estudo de Problemas Brasileiros e Complementos de Português que não estão relacionadas no parecer, a análise que fizemos é que a junção mencionada no item “4)” deste parágrafo foi uma alternativa para a inclusão dessas disciplinas que não feriu a orientação legal.

Quanto à carga horária, verificamos que a somatória no histórico excede em 80 horas o previsto no parecer 74/70 para a duração mais longa; noutros termos, o curso foi ministrado com 1.680 horas: 540 (32,14%) destinadas à parte pedagógica e 1.140 horas (67,86%), à parte específica; porcentuais com cerca de 5 pontos para mais no primeiro grupo e para menos no segundo se comparados com os prescritos no parecer.

Em relação aos materiais desses cursos disponíveis nos acervos das escolas, um fato chamou nossa atenção: os poucos materiais encontrados referem-se à disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus. Vejam-se os recortes a seguir.

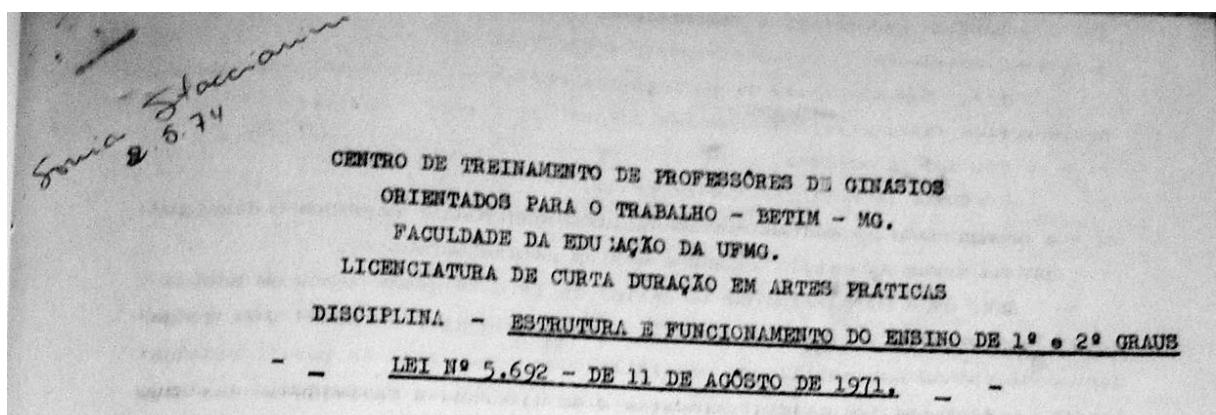
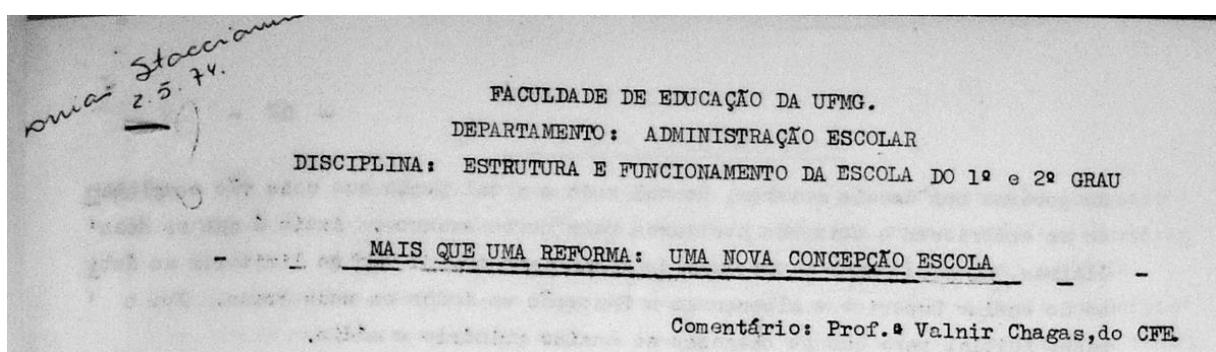
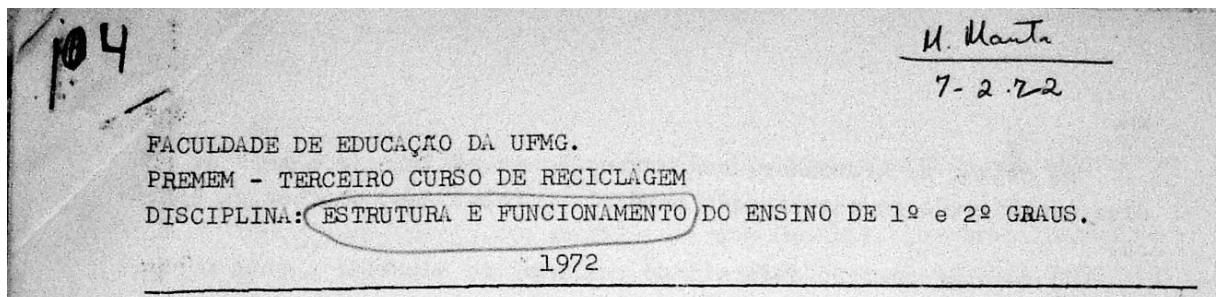


FOTO 37. Recortes de documentos alusivos à disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus encontrados na escola de Araguari (primeiro de cima para baixo) e Uberaba (os demais)
Fonte: acervo das escolas

Na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, estudavam-se, majoritariamente, as leis, sobretudo a 5.692/71, e a fundamentação teórica do ginásio Polivalente.

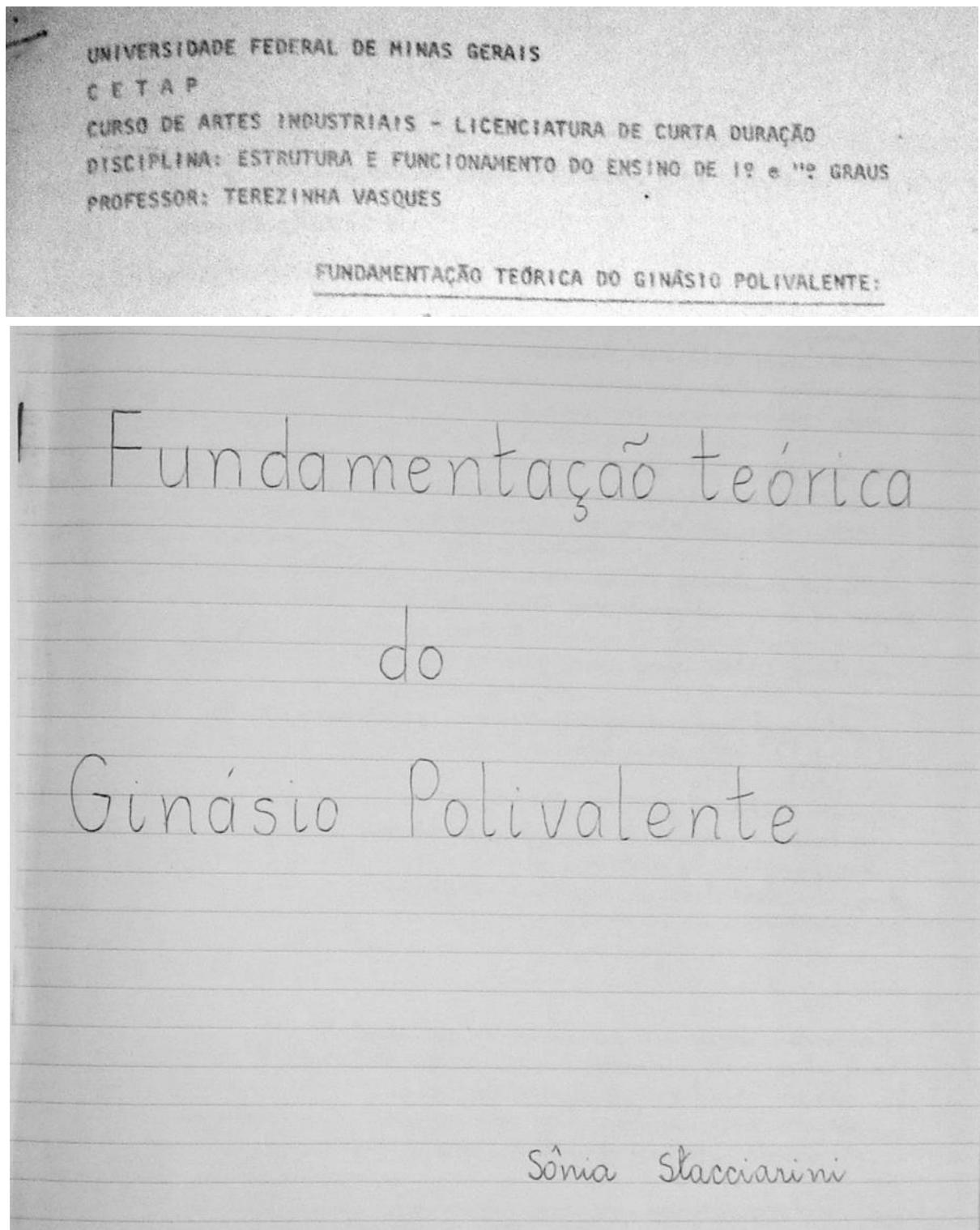


FOTO 38. Recorte de documentos datiloscritos e manuscritos indicativos de conteúdo estudado na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Por esses materiais, podemos deduzir a importância que as temáticas da reforma do ensino e da fundamentação teórica dos Polivalentes tiveram nos cursos de formação de professores, bem como nos noticiários da imprensa local. Veja-se a seguir.

A partir de 1972 a reforma do ensino fundamental, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, será implantada nos principais estados do Brasil que, para isso, já iniciaram estudos preliminares e reformas administrativas em suas respectivas secretarias de Educação. [...] Em Minas Gerais, conforme disse esta semana o secretário do governo para assuntos de educação, prof. Layrton Borges Miranda Vieira, entrevistado pelo CORREIO DE UBERLÂNDIA, já estão adiantados os estudos da reforma, a fim de que a Secretaria de Educação possa estar preparada. Um grupo trabalha incessantemente na elaboração de um relatório que será entregue ao governador Rondon Pacheco que deixará Minas preparada para o impacto das novas diretrizes oriundas da reforma (CORREIO DE UBERLÂNDIA, 1971b, p. 3).

A admissão de pessoal para os ginásios Polivalentes foi normatizada pelo decreto 12 863, de 30 de julho de 1970, de Minas Gerais, respaldado pelo convênio firmado entre o PREMEM, a UFMG e a Secretaria de Educação. Segundo o art. 1º desse decreto, a admissão seguiria a seguinte norma:

Art. 1º - A admissão do Pessoal administrativo, técnico, docente e auxiliar dos Ginásios Polivalentes, a que se refere este Decreto, far-se-á por contrato, obedecidas as normas nele estabelecidas. Parágrafo único – A contratação a que se refere o artigo será regida pela Consolidação das Leis do Trabalho e terá vigência por prazo indeterminado (MINAS GERAIS, 1970a).

Dada a especificidade do programa, o art. 4º assim determina:

São vedadas a transferência, a remoção, e qualquer forma de lotação nos Ginásios Polivalentes, de cargo, ou de função, de professores ou funcionários e servidores de quaisquer estabelecimentos de ensino ou órgãos do serviço público, já existentes no Estado ou que vierem a ser criados ou instalados fora das diretrizes do Convênio União-Estado de que trata este Decreto.

O art. 5º desse decreto estabelece as “[...] normas e condições obrigatórias [...] para efetivação dos contratos e para o regime de trabalho do pessoal dos Ginásios Polivalentes”. Dos 13 itens presentes, destacamos os seguintes:

VIII – a carga horária do trabalho do professor será fixada em não menos de 20 (vinte) e não mais de 24 (vinte e quatro) horas por semana e por turno, das quais 4 (quatro) a 6 (seis) horas serão destinadas à preparação de aulas no próprio estabelecimento, às reuniões, ao aconselhamento de alunos e outras tarefas extra-classe; IX – em situações de necessidade crítica, poderão ser admitidos professores de tempo parcial em número que não exceda de 20% (vinte por cento) do corpo docente de cada unidade escolar; X – os professores de práticas educativas ou de artes aplicadas poderão ter suas horas de trabalho distribuídos em 2 (dois) turnos, da manhã e da tarde; [...] XIII – haverá incentivos salariais especiais e suficientes para atrair a metade ou mais de todos os professores de cada unidade escolar para o regime de tempo integral, em dois turnos sucessivos, na mesma unidade, escolar, caso em que é vedada a regência por professores que lecionem em dois turnos.

Essas condições de trabalho constituíram diferenciais importantes para os profissionais dos Polivalentes. Em primeiro lugar, pela destinação de tempo para a preparação das aulas dentro da carga horária de trabalho. Essa possibilidade eximia o professor de levar para fora da escola atribuições do trabalho, permitia o planejamento conjunto com os demais profissionais e facilitava o agendamento de reuniões e encontros de estudo. Em segundo lugar, no início das atividades da escola, os “incentivos salariais” foram, realmente, atrativos para os professores. Em relação ao item VIII do art. 5º, citado anteriormente, a especificação do horário de trabalho do professor foi tema da primeira reunião do corpo docente e técnico-administrativo da Escola Estadual Polivalente de Araguari, ocorrida em 19 de abril de 1972. Na ata se lê que

Os professores de meio horário trabalhariam quatro horas diariamente durante cinco dias e mais um dia de duas horas. Poderiam também completar as horas semanais trabalhando essas duas horas em dois dias ou seja três dias de quatro horas e dois de cinco horas podendo assim folgar um dia por semana. Os de período integral deveriam trabalhar oito horas, diariamente, durante cinco dias e mais um dia de quatro horas. Não fazer nove horas por dia para folgar no sábado. O número de professores no colégio deverá ser o mesmo de segunda a sábado. [...] Em época de aulas o colégio funcionará dez horas por dia (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI, 1972, p. 1).

Em relação ao item XIII do mesmo artigo, segundo folhas de pagamento presentes no acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, o salário de um professor do Polivalente, em agosto de 1971, em regime de tempo integral, era de Cr\$ 1,6 mil, ante um salário mínimo nacional²⁷ de Cr\$ 225,60. Temos, então, que o salário do professor era de quase sete salários mínimos, para uma carga horária que não se restringia à sala de aula. Para termos uma referência, em 2015, os valores do salário mínimo e do piso salarial do magistério²⁸ são, respectivamente, R\$ 788 e R\$ 1.917,78; noutros termos, o salário de um professor que recebe o piso é de cerca de 2,4 salários mínimos. Conforme mencionado quando apresentamos o decreto 12 863, de 30 de julho de 1970, o pessoal docente para preenchimento das vagas nas escolas Polivalentes, de início, foi contratado em regime de CLT.²⁹

²⁷ Disponível em: <<http://www.oabsp.org.br/subs/saoluisdoparaitinga/noticias/valores-do-salario-minimo-nacional-desde-sua>>. Acesso em 2 set. 2015.

²⁸ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=21042&Itemid=382>. Acesso em: 2 set. 2015.

²⁹ A partir de 1974, com o processo de enquadramento, os professores passam a ser contratados segundo o Estatuto do Magistério do Ensino de 1º e 2º Graus de Minas Gerais.

A remuneração do pessoal admitido foi fixada pela tabela de salários, anexa ao decreto 12.863, de 30 de julho de 1970, que, em seu art.10, garante dotação orçamentária própria do Estado para esse fim. Veja-se os valores no quadro a seguir.

Constam do acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba as folhas de pagamento desde agosto de 1971. Para verificação dos valores mencionados no anexo do decreto 12.863, utilizamos a de novembro de 1972, por estar mais legível e conter o cargo dos funcionários. Por meio dela, comprovamos a correspondência dos salários dos seguintes cargos: diretor, secretário, auxiliar de secretaria e professor — de tempo integral e de tempo parcial. Os demais cargos apresentam uma variação, como: não tem a denominação de vice-diretor ou coordenador de turno, que receberia um salário de Cr\$ 1.200; existe a de diretor adjunto com o salário de Cr\$ 1.600; a bibliotecária recebia Cr\$ 1.300, diga-se, Cr\$ 300 a mais do que o prescrito; a auxiliar de biblioteca recebia Cr\$ 600, quer dizer, Cr\$ 200 a mais do que consta do decreto; enfim, a servente com Cr\$ 268,80, enquanto o previsto seria Cr\$ 150. Confiram-se esses valores na figura a seguir.

QUADRO 10. Tabela de salários do ginásio Polivalente

EMPREGO (CARGO OU FUNÇÃO)	JORNADA SEMANAL DE TRABALHO	SALÁRIO MENSAL
a) Diretor GP	48h	2.000,00
b) Vice-diretor ou coordenador de turno GP	30h	1.200,00
c) Secretário GP	48h	600,00
d) Auxiliar de secretaria GP	48h	300,00
e) Bibliotecário GP	48h	1.000,00
f) Auxiliar de biblioteca GP	48h	400,00
g) Professor GP:		
1. Tempo integral	48h	1.600,00
2. Tempo parcial	24h	800,00
	12h	400,00
h) Servente GP	48h	150,00

Fonte: BRASIL, 1970a

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE UBERABA

FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL — Mês — NOVEMBRO — Ano — 1972-

Nº	NOME	CARGO	Salário
11	Abigail Enília Bracarense Coimbra	Diretora	2.000,00
12	Alexandre José da Costa Neto	Professor	1.600,00
13	Ana Lícia Afonso Silva	Professora	800,00
14	Antônia das Graças da Silva	Aux. Secret.	300,00
15	Antônio Júlio Sobrinho	Professor	1.600,00
16	Antônio Neves da Silva Filho	Professor	1.600,00
17	Assueru Antônio de Melo	Professor	1.600,00
18	Célio Roberto Coutinho Pereira	Professor	1.600,00
19	Cleire Rossi	Professora	800,00
20	Consuelo Prado de Azevedo	Professora	1.600,00
21	Deusidino Arruda Lopes	Vigia	280,00
22	Djanira da Graça Melo	Professora	1.600,00
23	Edilia Teresinha Mendes Machado Borges	Professora	1.600,00
24	Eima de Paula Peres Miguel	Coord. Pedag.	1.800,00
25	Eliani de Fátima Assis de Azevedo	Professora	1.600,00
26	Glória Maria Guimarães	Or. Educacional	1.800,00
27	Heladir Josefina Borges Saraiva	Professora	1.600,00
28	Hélio Borges	Professor	1.600,00
29	Iris Borges da Silva Pinto	Servente	268,80
30	José Jarbas Fagundes da Silva	Professor	1.600,00
31	Lacy Iveni Vieira	Secretária	600,00
32	Leda Elizabeth de Brito	Professora	1.600,00
33	Magda Lícia Vilas Boas	Aux. Bibliot.	600,00
34	Malvina Pessato da Silva	Zeladora	268,80
35	Maria da Glória Marques Gontijo	Professora	1.600,00
36	Maria da Graça Cascardo Costa	Professora	1.600,00
37	Maria Helena Emediato	Professora	1.600,00
38	Maria Helena de Lana Ribeiro	Professora	1.600,00
39	Maria de Medeiros	Professora	1.600,00
40	Maria Rosa Oliva	Professora	1.600,00
41	Marta Lienckvitz	Servente	268,80
42	Máiza Natália	Aux. Secret.	300,00
43	Neusa Maria Ferreira Campos	Bibliotecária	1.300,00
44	Nilson Resende	Professor	1.600,00
45	Raimundo Aires de Meneses	Dir. Adjunto	1.600,00
46	Reynaldo Garcia Santana	Professor	1.600,00
47	Romilda Pontes Roscoe	Professora	1.600,00
48	Ronaldo Augusto Batista	Professor	1.600,00
49	Umbelina Aparecida Silva	Servente	268,80
50	Vanda Maria da Silva	Servente	268,80
51	Vera Lícia Pegorier de Oliveira	Professora	1.600,00
52	Zeny Gonçalves de Oliveira	Professora	1.600,00

FOTO 39. Folhas de pagamento de pessoal de novembro de 1972; o recorte na imagem focaliza nome, cargo e salário bruto dos profissionais; ou seja, exclui outras informações do original como vencimentos referentes a gratificações e salário-família e deduções por falta para então o Instituto Nacional de Previdência Social e para o Imposto de Renda

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Valendo-nos de diversos documentos encontrados nas escolas pesquisadas, elaboramos o quadro presente no Anexo J, que relaciona os nomes dos profissionais em seus respectivos cargos no período inicial de funcionamento de cada escola. Por esse quadro é possível identificar, além dos nomes dos profissionais, os cargos existentes ou inexistentes nessas instituições de ensino.

4.1.2 Ensino profissional ou vocacional?

Por vezes, encontramos algumas confusões quanto ao objetivo das escolas Polivalentes no nível ginásial ou de quinta à oitava série do ensino de primeiro grau, em relação à questão da profissionalização. Salles (1970, p. 63), na citação a seguir, fornece elementos para o esclarecimento desse tema.

O ensino de Artes Práticas não tem por objetivo adestrar o aluno para uma profissão específica. Neste sentido restrito, o ginásio polivalente não é profissional. Mas o é em uma acepção mais ampla de um ensino básico que permita ao aluno familiarizar-se com os elementos culturais e instrumentos operacionais indispensáveis à prática profissional em geral. Além disso o ensino das Artes Prática alarga as oportunidades de uma escolha mais certa e mais objetiva de uma futura ocupação profissional.

Complementando essa explicação, de acordo com a resolução 925/70, temos:

Durante os dois primeiros anos do novo ginásio, o estudo obrigatório das disciplinas gerais e das artes práticas constituirá a base para a exploração das aptidões do aluno relativamente à escola [sic] [escolha] da disciplina ou prática optativa, na terceira e quarta séries. O processo de opção far-se-á gradualmente, na área das práticas vocacionais; na quarta série, no conjunto das matérias opcionais, gerais ou práticas. É recomendável que a escola ofereça um elenco de oportunidades opcionais que possa abranger toda a variedade das aptidões dos alunos, quer para esta ou aquela prática técnico-vocacional quer para um aprendizado mais desenvolvido das ciências experimentais, da matemática, de uma língua estrangeira, das artes plásticas, etc. Se for necessário conciliar a distribuição dos alunos pelas áreas vocacionais com as possibilidades práticas da escola, admite-se que o aluno, com o apoio de uma orientação educacional que assegure o atendimento de tendências realmente definidas, possa indicar, no início do segundo biênio duas ou três opções em ordem decrescente de prioridade, em uma das quais seja localizado, sem prejuízo de uma futura mudança sempre que desejável e possível. No que se refere às artes práticas vocacionais, nas regiões de economia rural predominante, deve ser reservado tempo suficiente (dois ou mais semestres) para a iniciação em técnicas agrícolas.

Pelo exposto acima, podemos concluir que não há um propósito de profissionalização nesse nível de ensino. O que há é uma preparação para uma possível profissionalização no segundo grau. Após a lei 5.692/71, esta se tornou compulsória, mesmo para os estudantes que prosseguiriam sua vida acadêmica. Uma preparação bem feita em nível de primeiro grau evitaria inconvenientes no segundo grau profissionalizante, tais como indecisão na escolha da profissão, mudança de opção durante o curso, evasão, obtenção de uma habilitação que, futuramente, não levaria ao exercício da profissão, entre outros. Isso acarreta ampliação no tempo e custo de formação, bem como privação, no mercado de trabalho, de profissionais que eram requeridos, com urgência, para prover as vagas.

Podemos, então, atribuir à propalada sondagem vocacional uma intenção indireta de profissionalização. Numa analogia metafórica com uma área prática desenvolvida pela escola — a agrícola —, podemos dizer que nenhum agricultor ara sua terra a fim de deixá-la ao crescimento espontâneo do mato e das pragas; ao preparar e tratar a terra, seu intento é dar-lhe condições adequadas para receber as sementes, que se transformarão em frutos e lucros. Nas escolas Polivalentes de primeiro grau, faz-se o “preparo da terra”; nas de segundo, ocorre o plantio das sementes, que darão seus frutos na obtenção do diploma e, seus lucros, no exercício da profissão.

Esse processo de sondagem vocacional, consoante à resolução 925/70, deveria ser contínuo e requeria atividades de orientação educacional e aconselhamento dos alunos — atividades inclusas nas seis horas de trabalho docente extraclasse e enfatizadas como responsabilidade docente e escolar. Sua finalidade foi assim expressa: “A orientação e o aconselhamento constituem um processo contínuo com o fim de ajudar tanto na escolha da mobilidade de currículo que lhe for mais adequada como ajustá-lo a seu ambiente social” (MINAS GERAIS, 1970b).

Ainda sobre esse assunto, o documento “Subsídios para o estudo do ginásio Polivalente” traz:

Para que a escola possa eficazmente atender a essas aptidões, faz-se necessário [sic] a organização de um meio educativo suficientemente diversificado e flexível, que ofereça as oportunidades e estímulos indispensáveis para que se revelem e se desenvolvam as aptidões individuais. Para este fim a escola terá de promover: 1) um sistema de opções que permita a cada aluno cultivar e aprofundar aquelas matérias mais ajustadas à sua inteligência, sua capacidade e seus interesses; 2) orientação educacional capaz de aconselhar os alunos mediante conhecimento adequado de sua personalidade e de suas reais possibilidades; 3) maior contato diário do mestre com seus discípulos, pois os testes psicológicos, por melhores que sejam, não poderiam dispensar o

conhecimento que o mestre adquire do aluno através de sua experiência pessoal (MEC, 1969, p. 49).

Temos, assim, ressaltadas nessas duas citações a importância do serviço de orientação educacional, exercido por professores e administradores para potencializar o desenvolvimento do aluno e o sucesso do projeto. Essa atividade de orientação realizada pelo professor é, também, normatizada pelo item XII do art. 5º do decreto 12.863, de 30 de julho de 1970, que assim prescreve:

XII – as atividades de orientação e aconselhamento de alunos, incluídas nas 4 (quatro) a 6 (seis) horas do trabalho fora da classe, serão de responsabilidade do professor e constituirão parte integrante dos serviços da unidade escolar, devendo cada professor estar preparado para incluir nas suas horas de trabalho extra-classe esse tipo de assistência aos alunos [...] (BRASIL, 1970a).

Conforme foi dito, a estrutura organizacional das escolas Polivalentes presumia a existência do setor de orientação educacional, cuja finalidade geral era “[...] prover um sistema de serviços e programas de atividades para alunos, professores e pais, que facilite aos alunos um bom ajustamento e uma passagem proveitosa pela Escola e um bom encaminhamento vocacional” (MEC, s. d., p. 33). Para tal, dentre seus objetivos específicos, destacamos o seguinte:

[...] procurar conseguir condições para a utilização de recursos especializados, como testes e inventários de aptidões, interesses, preferências, desenvolvimento educacional, para que alunos, professores e pais possam ser melhor informados nestas áreas e assim desenvolver programas e atividades ajustadas às indicações obtidas por estes instrumentos (MEC, s. d., p. 34).

Convém salientar o uso de testes psicológicos para identificar os elementos citados (aptidões, interesses, preferências e desenvolvimento educacional) e, assim, compor o perfil do aluno. Conforme já mencionamos, a proposta metodológica dos Polivalentes, inserida na concepção tecnicista de educação, embasa-se na teoria comportamentalista de Skinner, para quem — diria Gadotti (2003, p. 289) — a função da psicologia é a “[...] predição e o controle do comportamento”; tal função justifica a utilização dos citados testes psicológicos.

Sobre os testes psicológicos mencionados, em 20 de março de 1972 foi assinado o termo aditivo 2 ao convênio setorial 3, relativo ao setor da educação, entre a SUBIN e a FGV, com o objetivo expresso de

[...] prover o sistema educacional brasileiro de testes construídos especialmente para a população estudantil brasileira, dentro dos objetivos

visados pela política educacional vigente e devidamente padronizados para os diferentes grupos a que eles se destinarem. Suplementarmente, vem o projeto contribuindo para o treinamento de pessoal nas atividades relacionadas à apuração do rendimento escolar e implementação do Centro de Estudos de Testes e Pesquisas Psicométricas (CETPP), do ISOP/FGV (MEC, 1972c, p. 2).

A justificativa desse projeto aparece na sequência do termo aditivo e, assim, defende

Em virtude da assinatura da lei nº 5.692 que reformulou o ensino de níveis primário e médio no país, foi considerado oportuno, uma vez que esta lei prevê uma sondagem de aptidões, a organização de uma série de seminários para orientadores e diretores de escolas visando à utilização das baterias no processo de orientação educacional dos alunos já submetidos aos testes e numa possível reformulação dos currículos baseados nestes resultados (p. 2).

Scarparo e outros (2015, p. 23–4) fazem um estudo sobre as práticas psicológicas em 1962 e expõem sobre a psicologia e sua aplicação na educação:

[...] a psicologia brasileira, oficializada em 1962, instituiu-se no cenário global da Guerra Fria e, localmente, na interface da urgência em implementar mudanças econômicas, políticas e sociais com a crença nas amplas possibilidades da profissão recém oficializada em contribuir com o projeto de construção de uma nação próspera e desenvolvida. Nessa perspectiva, são reiterados os anúncios e matérias do jornal atinentes à avaliação psicológica e às descrições das maneiras consideradas adequadas de ser e de viver na sociedade, naquele contexto. Encontramos também materiais coletados acerca da aprendizagem e aplicação de instrumentos que pudessem favorecer as práticas de diagnósticos e a classificação ou categorização do comportamento dos indivíduos. Assim, o uso de instrumentos de avaliação da personalidade [sic] de habilidades para as tarefas do âmbito educacional ou do trabalho denotava a premência de predição de comportamentos. Tal predição abria espaços para a inserção de psicólogos nas tarefas de orientação, recrutamento e seleção profissional. É o caso da matéria acerca de Orientação Vocacional que menciona o uso de recursos psicotécnicos para subsidiar o acompanhamento de jovens no momento de sua escolha profissional.

A pesquisa subjacente a essa citação teve como fonte o jornal *Correio do Povo*, que, segundo as autoras, “[...] tinha expressiva tiragem e circulação” (p. 15), em 1962, no Rio Grande do Sul. (Cabe frisar que esse estado foi participante do PREMEN com Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo.) Por essas citações, verificamos que as ações desenvolvidas nas escolas Polivalentes eram consoantes o cenário científico e educacional do período estudado, bem como ao projeto de educação delineado pela reforma educacional e pelo PREMEN.

Essa relação entre psicologia e educação foi estudada, dentre outros, por Gouvea e Bahiense (2011, p. 70) que, analisando a “[...] apresentação da constituição histórica da

psicologia do desenvolvimento nos manuais de ensino da disciplina dirigidos ao ensino superior [...]”, trazem a seguinte contribuição para o nosso estudo.

Os manuais investigados caracterizam-se por serem, em sua maioria, traduções de obras de origem norte-americana, publicadas entre as décadas de 70 e 90 do século XX. Gatti (1995), no estudo das obras utilizadas nos cursos de psicologia, também comenta que na sua grande maioria constituem tradução mal feita de originais antigos, sem revisão de conteúdos, levando a apreensão de uma psicologia abstrata, modeladora, sem pontos de contato com a realidade escolar. Alguns poucos são de autores brasileiros, observando-se significativa uniformização da estrutura das obras, apreensível não apenas pela apresentação de capítulos com títulos semelhantes, geralmente objetivos e sintéticos, mas no próprio projeto tipográfico, com ausência de recursos visuais, uso empobrecido de cores e de recursos de diagramação. Mesmo as obras brasileiras têm um conteúdo semelhante às estrangeiras, observando-se uma exclusividade na referência a autores e centros de investigação, quer norte-americanos, quer europeus, desconsiderando-se qualquer produção de outros países e regiões.

Esta observação é pertinente quando analisamos o acervo da biblioteca, cuja relação encontra-se no Anexo H. O quadro as seguir apresenta títulos na área.

QUADRO 11. Obras sobre as relações entre psicologia e educação no acervo da biblioteca

<u>AUTOR.</u>	<u>TÍTULO</u>
Noll, Victor H.	<i>Introdução às medidas educacionais</i>
Schmidt, Maria Junqueira	<i>Orientação educacional</i>
Moredock, Bradfied	<i>Medidas e testes em educação</i>
Crosby, Muriel	<i>A moderna supervisão do ensino primário</i>
Garrett, A.	<i>A entrevista e seus princípios e métodos</i>
Hdans, Harodo D.	<i>Princípios básicos de prática de ensino</i>
Scheeffler, Ruth	<i>Aconselhamento psicológico</i>
Garret, Henry E.	<i>Psicologia</i>
Fluegel	<i>A psicologia da roupa</i>
Jersidl, Arthur T.	<i>Psicologia da adolescência</i>
Piaget, Jean	<i>Psicologia da inteligência</i>
Piaget, Jean	<i>Seis estudos de psicologia</i>

Fonte: dados da pesquisa

4.1.3 Avaliação discente nos Polivalentes: seleção, critérios, repetência e evasão

A avaliação dos estudantes nas Escolas Polivalentes iniciava-se, ainda, no processo de seleção, quando se analisava “[...] interesses e aptidões, idade, proximidade da escola e necessidades econômicas” (MINAS GERAIS, 1970b). Segundo a resolução 925,

As exigências de admissão ao novo ginásio devem ser fixadas de modo a identificar aptidões e interesses, capacidade geral para aprender, e potencialidades individuais de aproveitamento das experiências proporcionadas pelo ginásio polivalente (MINAS GERAIS, 1970b).

Para tal verificação, recomendava-se que o processo de avaliação não se restringisse a provas de conteúdos com foco na memorização, mas que resultasse de análise de uma comissão estadual de educadores e especialistas em psicologia para a utilização de “[...] modernas técnicas de avaliação de aprendizagem e depois nas melhores experiências das novas escolas [...]”, como se lê na resolução 925/70. Essa proposta de seleção visava assegurar um corpo discente com as seguintes características:

- 1) pedagogicamente capaz de realizar com razoável êxito os quatro anos do curso ginásial; 2) adequadamente homogêneo do ponto de vista das idades; 3) realmente representativo da comunidade local, dando-se especial atenção, entretanto, à relação de crianças educacionalmente capazes, originárias de famílias das camadas de baixa renda (MINAS GERAIS, 1970b).

Essa passagem da resolução atraiu nossa atenção para o aspecto excludente e seletista da proposta ressaltado nos itens 1 e 2; nota-se uma contradição ao discurso propalado de ser as escolas Polivalentes escolas democráticas para todos. A seleção assim realizada minimizaria outra preocupação, própria de qualquer sistema educacional: a repetência e a evasão; não por acaso abordadas pela resolução 925/70, que enuncia:

Dada a magnitude do problema de reprovação e evasão, do ponto de vista de prejuízo para o estudante e da perda da sua contribuição à comunidade e ao país, vários meios devem ser empregados para atenuar esse problema. [...] tais como os relacionados com a orientação educacional, métodos de ensino, currículo, e a atitude geral dos corpos docentes e administrativos (MINAS GERAIS, 1970b).

Além da preocupação expressa na citação com prejuízo para o aluno e o país ao ser privado de um profissional qualificado, complementamos com o ônus não explicitado da formação educacional quando se elevam os índices de evasão e repetência. Esse tema esteve presente no Seminário sobre o Ginásio Polivalente, em 1970, quando foi assim explanado.

Num sistema contínuo de ensino fundamental, que englobe os atuais ensinos primário e ginásial, a normalização por idade da matrícula nos sucessivos graus escolares, é um postulado indeclinável, como aspecto complementar e como resultado da eliminação dos altos índices de repetência, seletividade e evasão observados atualmente em ambos. O ginásio polivalente antecipa à concepção dêsse postulado, prescrevendo suas diretrizes que a política

educacional da escola como um todo deve ser a de graduar em quatro anos todos os alunos que nela ingressarem. Tal política, evidentemente, para não significar rebaixamento dos padrões de ensino, deverá ter uma realização gradativa e fundamentar-se em diversos aspectos de organização e funcionamento da escola que tendem a reduzir as reprovações e repetências de séries (SILVA, 1970, p. 49).

Quanto ao sistema e critérios de avaliação adotados pelas escolas, por meio da “Ata de resultados finais, Patos de Minas” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE PATOS DE MINAS, 1972–3), podemos destacar os seguintes aspectos: a) a escala de avaliação adotada era: 100 pontos cumulativos, e os conceitos E (Excelente), MB (Muito Bom), B (Bom), F (Fraco), I (Insuficiente) e D (Dispensado); b) língua estrangeira — Francês e Inglês — eram disciplinas optativas para os alunos e avaliadas com conceitos; c) o mínimo exigido para aprovação era 60 créditos e 75% de frequência. As disciplinas de Educação Física, Educação para o Lar, Práticas Comerciais, Práticas Industriais só são avaliadas por meio da frequência; e o desempenho fraco nelas não acarretava reprovação.

Analizando a documentação das outras escolas, percebemos a existência de algumas diferenças. Em Uberaba, nas “Atas de conclusão de série e curso, 1971” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE UBERABA, 1971) os conceitos eram: Ex., Ot. MB, B, R, S; e as disciplinas de Inglês e Francês foram avaliadas com notas e não conceitos, como em Patos de Minas e Araxá. Nesta, os conceitos visualizados no “Livro de ata de resultado final de aproveitamento, 1975” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAXÁ, 1975) foram MB, B, F, I. A denominação dessas iniciais não está explicitada nos referidos livros, mas pela definição encontrada em Patos de Minas deduzimos o seguinte: Ex. (Excelente), Ot. (Ótimo), MB (Muito Bom), B (Bom), R (Regular), S (Suficiente), F (Fraco), I (Insuficiente). Nas demais cidades, não foram encontrados documentos com esse tipo de informação.

Para elaborar o quadro de resultados finais das escolas, foram utilizados documentos escolares variados, de acordo com os tipos que encontramos nos acervos das escolas. Em Uberaba, foram encontrados protocolos da secretaria geral do MEC (serviço de estatística da educação e cultura) contendo informações diversas sobre o quadro de profissionais, discentes, recursos materiais e espaço físico. Com o objetivo de fazer o levantamento da quantidade de alunos aprovados, reprovados, transferidos e desistentes, deparamo-nos com o quadro de movimentação escolar a seguir. De acordo com nosso entendimento, os valores da coluna “Matrícula no fim do ano” deveriam ser iguais à de “Matrícula total em 1972” menos a de “Alunos afastados”; bem como a coluna “Matrícula no fim do ano” deveria ser igual à somatória dos “Alunos aprovados” e “Alunos reprovados”.

SÉRIE E SEXO	MOVIMENTO ESCOLAR														
	MATRÍCULA INICIAL (ATÉ 30/IV/1973)		MATRÍCULA TOTAL EM 1972		ALUNOS AFASTADOS (DO ANO LETIVO DE 1972)				MATRÍCULA NO FIM DO ANO (EM 30/XI/1972)		ALUNOS APROVADOS, (DO ANO LETIVO DE 1972)		ALUNOS REPROVADOS (DO ANO LETIVO DE 1972)		
	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	NOVOS	REPETENTES	
6 ^a 1	MASC.	88	04	75	05	04	01	-	-	75	05	63	01	04	-
	FEM.	66	02	70	06	06	-	-	01	69	05	49	04	01	01
6 ^a 2	MASC.	108	04	96	05	11	-	-	-	94	05	50	01	08	-
	FEM.	84	02	89	01	11	01	-	-	89	01	49	-	01	-
7 ^a 1	MASC.	55	01	61	-	10	-	-	-	61	-	44	-	08	-
	FEM.	54	01	59	-	04	-	-	-	59	-	46	-	01	-
8 ^a 1	MASC.	49	-	07	-	-	-	-	-	07	-	-	-	-	-
	FEM.	48	-	05	-	--	-	-	-	05	-	-	-	-	-
TO. TAL	MASC.	300	09	239	10	25	01	-	-	237	10	160	08	08	-
	FEM.	352	05	223	07	21	01	-	01	222	06	137	04	03	01

FOTO 40. Movimento escolar

Fonte: Acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Em Araxá, foi encontrado um livro de registro de atas de revisão de provas, que, à primeira vista, atraiu nosso interesse nas possibilidades de discordância do aluno e de seus familiares e a avaliação das provas. Entretanto, esse livro tem apenas a sua primeira página preenchida, com uma ocorrência no ano de 1977. Diante disso, fica-nos o pensamento de termos aqui mais um dos casos de descontinuidade dos registros, que criam lacunas, por vezes, irrecuperáveis na nossa história. Esse pensamento advém da improbabilidade de a escola ter vivenciado esse tipo de situação uma única vez durante todo o período de tempo investigado.

4.1.4 Avaliação institucional das escolas Polivalentes

Os materiais encontrados nas escolas atestam um programa detalhadamente organizado com documentos de normatização, regulamentação, registro, acompanhamento e avaliação das atividades dos vários setores escolares. A seguir, algumas considerações sobre a avaliação das escolas Polivalentes a partir do texto “Avaliação global das escolas Polivalentes”, que propõe uma dialeticidade entre teoria e prática ou ideal e real.

[...] a avaliação ocupou-se da comparação entre uma verbalização idealizada ou uma representação simbólica da Escola Polivalente – tal como esta se delineia nas diretrizes que regulamentam o funcionamento da escola – e a realidade sociocultural, em que as discrepâncias ou exigências de uma espécie ou de outra conduzem ao remapeamento e à reorganização contínua das diretrizes iniciais. [...] A planificação de ações de controle contínuo dos meios de intervenção racional no sistema escolar resulta da

necessidade de se aliarem a teoria e a prática, para que sejam validados ou reformulados os modelos teóricos, com base na experiência e, reciprocamente, que a experiência esteja fundada em teorias fortes (MEC, [1972a], p. 8).

Tal trabalho foi caracterizado da forma a seguir.

A avaliação global das Escolas Polivalentes foi feita através da análise e controle do processo de implantação do sistema normativo idealizado pelo PREMEN, com o qual se procurou imprimir às escolas. O caráter inovador e experimental desse sistema normativo exige o controle sobre a compreensão das inovações introduzidas, e possibilita a reformulação das normas em experiências (p.9). Este trabalho não pretende ser um instrumento de imposição do sistema normativo teoricamente idealizado, mas um instrumento de avaliação de sua exequibilidade e sua adequação às expectativas sociais. Dessa forma, propõe avaliar o conhecimento que dele foi obtido pelo grupo, do apoio que lhe é dado, e do modo pelo qual está adaptado à realidade (p. 9).

O documento “Avaliação global das escolas Polivalentes” não está datado, mas analisa dados do ano de 1972 das oito escolas construídas na primeira etapa e de sete, dentre as 24, construídas na segunda. No que tange ao recorte espacial da pesquisa subjacente a esta tese, apenas as escolas de Araguari, Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia foram abrangidas por essa avaliação. Os itens avaliados foram: compreensão do sistema normativo pelos docentes, técnicos e administrativos; participação dos docentes e membros da direção e das coordenações; correlação entre compreensão normativa e participação; produtividade organizacional (por parte da direção, do serviço de apoio administrativo, da secretaria, da biblioteca, dos departamentos, do serviço de orientação educacional, do serviço de orientação pedagógica e de economia e finanças), a produtividade escolar, em geral e por disciplina; a produtividade das oficinas, em geral e por área; a produtividade dos laboratórios de ciências e, por fim, a adequação do prédio e instalações. Para cada item avaliado, utilizou-se um tipo de instrumento, que totalizou pontuações diferenciadas. A partir dos resultados obtidos, calcularam-se a mediana e o desvio quartílico ou quartilar, que são, respectivamente: “a *mediana* de um conjunto de números, ordenados pela grandeza (ou seja, em um rol), é o valor central ou a média aritmética dos dois valores centrais” (SPIEGEL; STEPHENS, 2009, p.84) e a “*amplitude semi-interquartílica* ou *desvio quartílico* de um conjunto de dados é indicada por Q e é definida por $Q = (Q_3 - Q_1)/2$, em que Q_1 e Q_3 são o primeiro e o terceiro quartis referentes aos dados [...]” (SPIEGEL; STEPHENS, 2009, p. 116; grifo nosso). Esses dados fornecem um valor de tendência central e quanto próximos os números estão uns dos outros.

Com base nesses dois dados — mediana (Md) e desvio quartilar (Q) —, estabeleceu-se a relação entre pontuação e conceito na análise dos dados, conforme o quadro abaixo. A título de exemplificação, utilizaremos os valores encontrados na avaliação do item compreensão do sistema normativo para definição dos conceitos.

QUADRO 12. Correlação entre conceitos e pontuações na avaliação das escolas Polivalentes

CONCEITOS	PONTOS	EXEMPLO ($Md = 28,30$ e $Q = 7,59$)
Superior (S)	Acima de $Md + Q$	Acima de 35,89 [= 28,30 + 7,59]
Médio Superior (MS)	Entre a Md e [$Md + Q$] – 0,01	Entre 28,30 e 35,88
Médio Inferior (MI)	Entre [$Md - Q$] e $Md - 0,01$	Entre 20,71 [= 28,30 – 7,59] e 28,29 [= 28,30 – 0,01]
Inferior (I)	Abaixo de [$Md - Q$] – 0,01	Abaixo de 20,70

Fonte: MEC, [1972a], p. 27 [adaptação do autor]

Convém salientar que, embora tal documento não seja datado, suas análises aludem ao ano de 1972, quando um novo acordo entre MEC e USAID foi firmado com o objetivo de “[...] desenvolver melhores métodos de planejamento e elevar o nível de eficiência administrativa do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação, visando melhores padrões de ensino de 1º e 2º graus” (MEC; USAID, 1972b, p. 2).

Compreensão do sistema normativo. A começar por este quesito, o documento traz o seguinte resultado de avaliação:

[...] baixíssima compreensão da filosofia das Escolas Polivalentes, porquanto é de sua compreensão normativa que se percebe a filosofia subjacente ao sistema, fonte natural das motivações grupais. [...] os estratos Direção e Coordenação se equivalem em compreensão normativa e, como era esperado, em comparação com o grupo total, estão na categoria Superior. Já o corpo docente está na categoria de Médio Inferior à exceção dos professores reciclados que se revelaram Médio Superior. O estrato com resultados mais baixos é o de professores de tempo parcial cuja compreensão do sistema é tênue. [...] espera-se que o secretário de uma escola tenha uma larga compreensão do sistema. Entretanto, tal não se deu (MEC, [1972a], p. 26–7; 29).

No quadro a seguir, podemos visualizar os resultados do questionário de compreensão normativa (QA) pelos diferentes estratos em cada cidade. Esclarecendo: o questionário totalizou 104 pontos, com valor mediano de 28,30 e desvio quartilar de 7,59. Assim, estabeleceu-se a seguinte correlação entre conceitos e pontos: Superior (S) — acima de 35,89;

Médio Superior (MS) — de 28,30 a 35,88; Médio Inferior (MI) — de 20,71 a 28,29 e Inferior (I) — até 20,70.

TABELA 2. Resumo dos resultados do QA do pessoal docente, por estratos e cidades

	T. INTEGRAL	T. PARCIAL	RECICLAGEM	C. DURAÇÃO
<i>Araguari</i>	23,85 MI	23,25 MI	21,00 MI	24,00 MI
<i>Patos de Minas</i>	25,00 MI	17,00 I	23,00 MI	23,95 MI
<i>Uberaba</i>	22,00 MI	24,50 MI	22,00 MI	22,00 MI
<i>Uberlândia</i>	25,75 MI	—	23,65 MI	29,50 MS

Fonte: MEC, [1972a], p. 28 [adaptação do autor]

TABELA 3. Resumo dos resultados do QA do pessoal técnico-administrativo, por estratos e cidades

ESTRATOS	PONTUAÇÃO POR CIDADE			
	Araguari	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
Direção				
Diretor	41 – S	45 – S	70 – S	61 – S
Vice-diretor	40 – S	49 – S	46 – S	53 – S
Coordenação				
Coord. pedagógico	43 – S	47 – S	--	43 – S
Orient. educacional	--	--	56 – S	--
Apoio administrativo				
Secretário	25 – MI	23 – MI	31 – MS	18 – I
Bibliotecário	27 – MI	--	--	--
Aux. de biblioteca	18 – I	19 – 7 – I	25 – I	18 – I

Fonte: MEC, [1972a], p. 31; 36; 37; 38 [adaptação do autor]

Decorrem dessa avaliação no quesito supracitado as seguintes interpretações.

A estrutura idealizada, sendo desconhecida, não se apresenta como estímulo à ação. Desse modo, as normas propostas não são discutidas, criticadas ou reformuladas pelo grupo, na medida em que a instituição se organiza para a execução do modelo teórico que lhe foi sugerido. Na falta de compreensão da estrutura e das normas para o funcionamento do grupo, predominam entre os seus componentes os comportamentos de acomodação, através dos quais se procura ostentar alguma conformidade às normas, com o objetivo de manter legalizada a instituição. Nesse caso, a estrutura idealizada permanece incoerente com a estrutura real sendo esta sustentada pelos hábitos e tradições, através dos quais se cristalizaram modelos de cargos, funções e papéis no grupo de escola. A incoerência entre os dois grupos de normas conduz à ambiguidade [sic] no sistema, traduzindo-se na falta de direção da organização para a definição de suas metas essenciais. A estrutura idealizada possui apenas o apoio de um status legal; não sendo conhecida, não é desejada, não tem apoio moral por parte da maioria dos membros do grupo. Nesse caso, sua função é apenas decorativa, sendo por isso parcialmente conhecida, sobretudo pelos

membros do grupo que compõem a administração. Os resultados obtidos sugerem modificações fundamentais nos Cursos de Treinamento patrocinados pelo PREMEN, modificações essas constantes do Projeto B Reformulação do Programa de Treinamento do PREMEN, vol. III desta pesquisa (MEC, [1972a], p. 29–30).

Dessa passagem, podemos inferir que os cursos de treinamento não tiveram a eficácia desejada no que diz respeito ao objetivo de introduzir o professor na filosofia dos Polivalentes. Essa constatação é importante, visto que é nas atividades de aula que grande parte de uma proposta educacional se materializa. Talvez aqui possamos encontrar uma terceira hipótese da inquietação mencionada na introdução deste trabalho quando questionamos a polarização das opiniões acerca do projeto polivalente e uma das hipóteses seria o processo de inculcação vivenciado pelos profissionais da escola. Nesta conclusão da avaliação, temos o oposto do hipotetizado, uma vez que, de forma geral, verificou-se que esses profissionais conheciam superficialmente a filosofia da escola Polivalente e, por isso, não foram fiéis à proposta original.

Participação dos membros do grupo. Outro aspecto apontado pelo documento “Avaliação global das escolas Polivalentes” foi a “participação dos membros do grupo” (QBa). A participação refere-se à “[...] frequência dos membros à biblioteca, ao setor de recursos didáticos, aos órgãos instituídos da escola, bem como atividades de planejamento, assessoria, coordenação e outras” (MEC, [1972a], p. 39). Num total de 42 pontos, a mediana encontrada foi de 14,59 e o desvio quartilar, de 4,67; resultado considerado pelos avaliadores “bastante baixo”. Tal avaliação justifica-se pelos seguintes argumentos:

[...] a condição singular dos membros das Escolas Polivalentes que, em sua maioria, são de tempo integral o que naturalmente implicaria em maior participação. Entretanto, ao examinar o fenômeno por estrato observa-se que o pessoal de tempo integral não difere significativamente do pessoal de tempo parcial. Indo mais além na análise, constata-se que a participação do pessoal com disponibilidade é a mesma do pessoal sem disponibilidade, vale dizer daqueles com uma carga excessiva de horas-aula. Tal fato é indício de sub-aproveitamento das horas-atividades. Outro resultado que salienta é a baixa participação dos professores reciclados (MEC, [1972a], p. 39).

Vejam-se, na tabela e no quadro a seguir, os valores desse item avaliado por estrato e por cidade. A correlação entre conceitos e pontos foi a seguinte: Superior (S) – acima de 19,26; Médio Superior (MS) – de 14,59 a 19,25; Médio Inferior (MI) – de 9,92 a 14,58 e Inferior (I) – até 9,91.

TABELA 4. Resumo dos resultados do QBa do pessoal docente, por estratos e cidades

	T. INTEGRAL	T. PARCIAL	RECICLAGEM	C. DURAÇÃO
Araguari	13,36 MI	15,25 MI	6,00 I	14,11 MI
Patos de Minas	15,70 MS	10,00 MI	13,00 MI	25,60 S
Uberaba	15,25 MS	19,50 S	11,00 MI	16,90 MS
Uberlândia	15,25 MS	18,00 MS	16,00 MS	15,25 MS

Fonte: MEC, [1972a], p. 41 [adaptação do autor]

QUADRO 13. Resumo dos resultados do QBa dos coordenadores e orientadores, por cidade

Estratos	PONTUAÇÃO POR CIDADE			
	Araguari	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
Coord. pedagógico	10 – MI	26 – S	—	30 – S
Orient. Educacional	—	—	10 – MI	—

Fonte: MEC, [1972a], p. 43 [adaptação do autor]

Para os membros da direção, foi aplicado outro questionário que buscou identificar a participação deles em “[...] reuniões, propostas, diretrizes, distribuição de encargos, participação em atividades comunitárias, contatos com órgãos educacionais, promoção de simpósios, conferências e outras” (MEC, [1972a], p. 43). O total de pontos desse questionário foi de 40, com mediana igual a 16 e desvio quartilar de 5,37. Numa correlação, temos: Superior (S) — acima de 21,37; Médio Superior (MS) — de 16,00 a 21,36; Médio Inferior (MI) — de 10,63 a 15,99; Inferior (I) — até 10,62.

QUADRO 14. Resumo de resultados do QBa dos diretores, por cidade

	PONTUAÇÃO POR CIDADE			
	Araguari	Patos de Minas	Uberaba	Uberlândia
Direção	18 – MS	22 – S	26 – S	16 – MS

Fonte: MEC, [1972a], p. 44 [adaptação do autor]

Produtividade organizacional. Neste quesito, foi avaliado o conselho técnico administrativo (CTA), ao nível de conformidade normativa mediante comparação das atividades desenvolvidas com as atribuições fixadas no regimento; ao nível de decisão com o intuito de identificar as decisões que visam a processos recorrentes ou direcionais; por fim, ao nível operacional mediante análise de ordens de serviço, portarias, diretrizes e atividades

executadas. Neste último nível, além do órgão mencionado, a avaliação contemplou a secretaria (SEC), o serviço de apoio administrativo (SEAPA), economia e finanças, setores ou departamentos, serviço de orientação educacional (SOE) e serviço de coordenação pedagógica (SCP). A seguir, o quadro resume a produtividade identificada para o CTA.

QUADRO 15. Resumo das atas e relatórios do conselho técnico administrativo

CIDADES	ATRIBUIÇÕES CUMPRIDAS	DECISÕES		OPERAÇÕES
		Recorrentes	Direcionais	
Araguari	3 – I	3 – MI	—	1 – I
Patos de Minas	3 – I	3 – MI	—	3 – I
Uberaba	22 – S	22 – S	—	22 – S
Uberlândia	3 – I	3 – MI	—	3 – I

Fonte: MEC, [1972a], p. 48 [adaptação do autor]

Em relação ao CTA, avaliou-se que “[...] nem sempre as decisões são convertidas em operações como é desejável”.

Os instrumentos de medida para esta avaliação foram as atas e os relatórios. A análise qualitativa desses documentos revelou pouca objetividade do colegiado, ocorrendo comumente poucas decisões em cada reunião, pautas não esgotadas totalmente e, ainda, decisões de assuntos fora de pauta. Aconteceram, com regularidade nas várias escolas, reuniões para tratarem de um único assunto, de tipo recorrente, de somenos importância que não justificava a convocação do colegiado. Outra observação que se coloca é a qualidade formal das atas que não é a melhor. Dessas observações surgiram sugestões para a Reformulação dos Programas de Treinamento, volume III deste Projeto (MEC, [1972a], p. 49).

Esses resultados indesejados são justificados pelo pouco tempo de funcionamento das escolas, período em que vários processos estão em fase de implantação e que, por isso, demandam muitas ações e resolução de problemas que dificultam a execução das funções de cada órgão de forma mais eficiente. A produtividade organizacional relacionada com a secretaria, a SEAPA, a economia e finanças será tratada em um único quadro, apresentado a seguir. Para a compreensão desse quadro faz-se necessário o esclarecimento dos pontos a seguir. Em relação à secretaria, foi analisada a “[...] documentação administrativa, financeira, de pessoal docente, técnico e administrativo e pessoal discente, incluindo registro escolar” (MEC, [1972a], p. 50).

A documentação examinada para definir a produtividade organizacional do SEAPA consta de planos de organização da “[...] tesouraria, almoxarifado, serviços gerais, coordenação

de turno, cooperativa, caixa escolar, registro de material, de ocorrências, de despesa semanal, de avisos, de calendário, etc.” (MEC, [1972a], p. 51), pela parte administrativa; e de “[...] normas de licitação, licitações realizadas, balancetes, comprovantes de pagamento, etc.” (MEC, [1972a], p. 51), pela área financeira. Quanto às operações de economia e finanças, foram analisados “[...] orçamentos programas e controle da receita e da despesa” (MEC, [1972a], p. 53). Mesmo com a elaboração de instrumento para avaliar a biblioteca, a avaliação não ocorreu, sob a justificativa de que “[...] a maioria das escolas não tem biblioteca em funcionamento, ainda” (MEC, [1972a], p. 53).

QUADRO 16. Índices de produtividade organizacional da secretaria, SEAPA, economia e finanças

		SECRETARIA	SEAPA	ECONOMIA E FINANÇAS
Total – Mediana – Desvio Quartilar		57 - 29,0 – 2,37	32 - 16,82 - 2,37	52 - 20,50 - 8,25
Cidades	Araguari	20 – I	17 – MS	11 – I
	Patos de Minas	30 – MS	24 – S	39 – S
	Uberaba	27 – MI	22 – S	18 – MI
	Uberlândia	35 – S	18 – MS	27 – MS

Fonte: MEC, [1972a], p. 50; 52; 54 [adaptação do autor]

Em relação ao item “Produtividade organizacional” dos setores ou departamentos, a avaliação se estruturou da seguinte forma:

- a) Comunicação e Expressão: Português, Educação Artística, Francês e Inglês;
- b) Ciências: Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, História e Geografia;
- c) Artes Práticas: Educação para o lar, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Artes Industriais; d) Educação Física (MEC, [1972a], p. 55).

Para avaliar esse quesito, foram analisados “[...] planejamento, controle de sua execução, cronograma de desenvolvimento, avaliação, programa de recuperação de alunos, produção de material didático e definição de metas para o período seguinte” (MEC, [1972a], p. 55). O instrumento totalizou 26 pontos. Observem-se na tabela a seguir os resultados da verificação dos planos por disciplina e cidade pesquisada.

TABELA 5. Resultados das análises dos planos por disciplina, por cidade, 1972

	Md - Q	DEPARTAMENTOS												
		Comunicação e expressão			Ciências				Artes práticas			Ed. Fís.		
		Português	Ed. Artística	Francês	Inglês	Matemática	C. Fís. E Biológ.	História	Geografia	Ed. p/ o Lar	Téc. Comerc.	Téc. Agríc.	Artes Industr.	Educ. Física
Araguari	19	— *	13	13	15	12	10	10	14	11	17	13	— *	
Patos de Minas	17	— *	17	16	18	17	17	16	19	17	19	19	16	
Uberaba	20	16	20	17	21	21	19	18	19	16	15	17	14	
Uberlândia	19	19	17	17	22	21	21	20	19	14	12	17	13	

(*) Não existe professor

Fonte: MEC, [1972a], p. 55; 58 [adaptação do autor]

Conforme a análise apresentada na “Avaliação global das escolas Polivalentes”, quanto aos “[...] planos de cursos, por disciplina em cada cidade, observa-se que os melhores resultados são das escolas de Uberaba, Uberlândia, Teófilo Otoni, Ponte Nova e Patos de Minas” (MEC, [1972a], p. 57). Como o destaque dessas cidades não se verificou em outros itens, algumas hipóteses foram apresentadas, dentre as quais, a de que “[...] é provável que haja plano de curso formalmente bom, mas com execução falha e vice-versa, plano inferior do ponto de vista de sua formalização, contudo, acompanhado de uma dinâmica [de] execução em nível de sala de aula” (MEC, [1972a], p. 57). Outro aspecto a ser considerado é a influência da coordenação pedagógica vista como “inegável” (MEC, [1972a], p. 57).

Quanto à verificação da produtividade organizacional do SCP, foram averiguados: “[...] coleção de áudio-visuais, de testes objetivos para sondagem de dificuldades, coletânea de textos úteis às várias disciplinas, registro de planos de curso, modelos de planos, planejamento global de coordenação e relatórios” (MEC, [1972a], p. 59), num total de 32 pontos. Os resultados deste item estão expostos no quadro a seguir.

QUADRO 17. Resultado das análises do serviço de coordenação pedagógica (SCP), 1972

Cidades	Total – mediana – desvio quartilar	SCP
		32 – 18,50 – 5,50
	Araguari	15 – MI
	Patos de Minas	21 – MS
	Uberaba	23 – MS
	Uberlândia	28 – S

Fonte: MEC, [1972a], p. 60 [adaptação do autor]

O serviço de orientação educacional (SOE) foi avaliado; mas, por não estar instalado em nenhuma das escolas pesquisadas, não terá o seu quadro de resultados apresentado aqui. A inexistência desse tipo de profissional pode ser confirmada por meio do quadro de profissionais apresentado no Anexo J. Dados os baixos resultados encontrados nesses dois serviços, foi sugerida uma “[...] assistência técnica imediata às escolas deficientes e, ainda, estudos para a implantação, em regime prioritário, do SOE nas demais escolas” (MEC, [1972a], p. 61).

No quesito “Produtividade escolar”, a avaliação envolveu “[...] a dimensão positiva da produtividade [...]” — mediante taxas de “aprovação”, “utilização das oficinas”, “carga horária cumprida” — e a “dimensão negativa” — pelos índices de “anti-produtividade: evasão e transferência” (MEC, [1972a], p. 62). Os resultados são apresentados na tabela a seguir.

TABELA 6. Resultado da aprovação nas escolas Polivalentes de primeira etapa pesquisadas, 1972

CIDADES	APROVAÇÃO GERAL				1ª APROVAÇÃO				2ª APROVAÇÃO			
	Total	5 ^a	6 ^a	7 ^a	Total	5 ^a	6 ^a	7 ^a	Total	5 ^a	6 ^a	7 ^a
Patos de Minas	87,3	85,7	84,6	98,5	64,2	63,2	71,1	75,0	69,8	68,2	68,1	100
Uberaba	93,7	89,4	90,7	98,9	59,3	59,6	67,9	40,2	97,9	100	97,5	98,8
Uberlândia	90,2	95,6	90,3	93,7	62,4	79,7	44,2	56,2	87,3	100	77,0	83,3
Índice médio	82,7	80,9	84,9	87,7	51,4	54,9	53,9	39,7	71,3	69,5	76,3	83,3

Fonte: MEC, [1972a], p. 63 [adaptação do autor]

Esses dados pedem esclarecimentos:

- 1) os índices de primeira aprovação referem-se aos porcentuais de alunos aprovados sem a necessidade de estudos de recuperação; os de segunda, aos alunos submetidos ao curso de recuperação; e a aprovação geral, ao porcentual de alunos aprovados no fim do período, com e sem recuperação;
- 2) embora o documento não esclareça os valores absolutos de cada categoria nem o desenvolvimento dos cálculos, pelos valores presentes na tabela inferimos que os porcentuais de segunda aprovação foram calculados relativamente à quantidade de alunos reprovados na primeira, e não em relação ao total de alunos;
- 3) os valores de índice médio foram calculados com base nas oito escolas avaliadas, das quais foram extraídas as três que são objeto da pesquisa subjacente a esta tese; por isso, se fizermos os cálculos apenas com os valores aqui apresentados, não serão coincidentes;
- 4) a Escola Estadual Polivalente de Araguari, embora tenha sido contemplada na “Avaliação global das escolas Polivalentes”, não foi avaliada nesse item; por

ter seu funcionamento iniciado em 12 de junho de 1972, ainda não possuía resultados suficientes. O gráfico a seguir representa a produtividade geral das escolas Polivalentes de Minas Gerais (Belo Horizonte, Horto; Divinópolis, Juiz de Fora; Montes Claros; Patos de Minas; Teófilo Otoni; Uberaba e Uberlândia) em 1972.

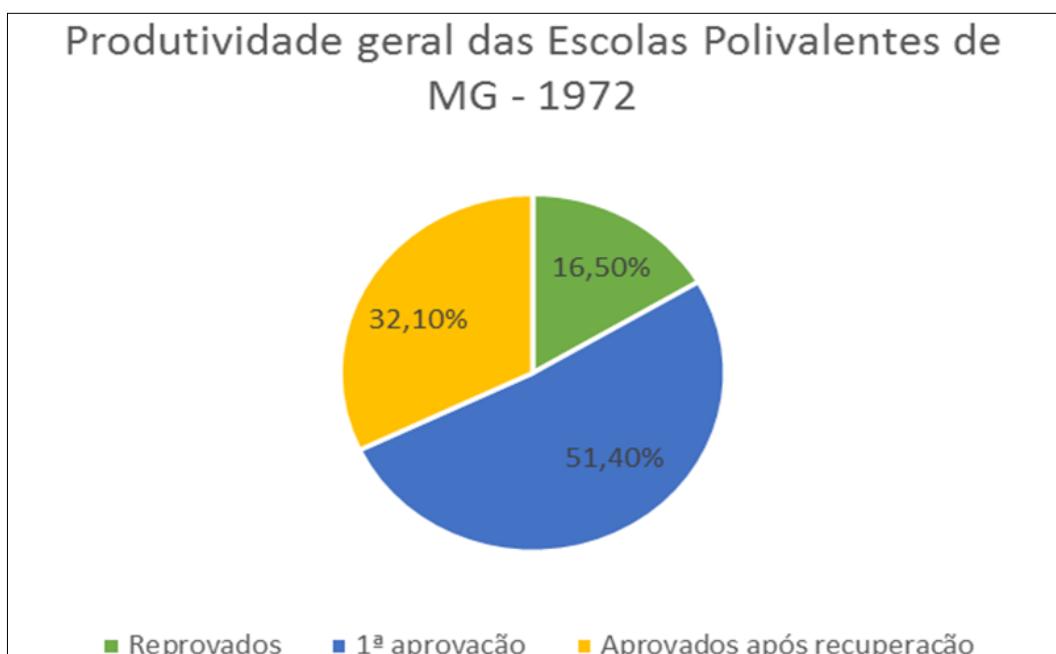


GRÁFICO 2. Representação estatística da produtividade global da Escola Estadual Polivalente em Belo Horizonte, Horto; Divinópolis, Juiz de Fora; Montes Claros; Patos de Minas; Teófilo Otoni; Uberaba e Uberlândia em 1972

Fonte: MEC, [1972a], p. 64 [adaptação do autor]

As análises realizadas pela equipe responsável por essa avaliação foram estas: 1) embora o índice de aprovados na primeira oportunidade tenha tido a média aproximada de metade dos alunos, os porcentuais posteriores à recuperação se elevaram consideravelmente, o que dá uma medida da eficácia da recuperação; 2) o porcentual de aprovação no segundo semestre superou o do semestre anterior; a justificativa foi o tempo de funcionamento das escolas — um ano — e a adaptação à nova realidade escolar que marcou o primeiro semestre; 3) ante os aprovados em primeira e segunda oportunidades, “[...] à medida que se avançam as séries, avançam também os índices de aprovação” (MEC, [1972a], p. 65).

Essa conclusão a que chegou a equipe avaliadora pode ser verificada em situações coletadas nas escolas por nós pesquisadas; mas isso não lhe permite ser tomada como algo que aconteceu sempre, como se pode depreender da tabela e do gráfico a seguir, com a evolução das aprovações. Os porcentuais em destaque referem-se às situações em que tal conclusão não

se verificou. As lacunas de cidade, séries e anos derivam da ausência de documentação no acervo das escolas.

TABELA 7. Evolução dos percentuais de aprovação discente no início do funcionamento das escolas Polivalentes

CIDADE	ANO	PORCENTUAL DE APROVADOS			
		5 ^a	6 ^a	7 ^a	8 ^a
<i>Araxá</i>	1975	69,50	67,11	88,89	100,
	1976	65,48	64,68	92,45	100
<i>Frutal</i>	1975	40,35			
	1976	80,95	90,48		
<i>Ituiutaba</i>	1976	75,00	93,84		
<i>Monte Carmelo</i>	1975-1º	84,58	97,50		
	1975-2º	80,50	80,49		
	1976	65,41	72,37	68,57	
<i>Patos de Minas</i>	1972 (8/3-5/8)	79,67	86,25	98,92	
	1972 (4/9/72-7/2/73)	69,31	80,37	84,27	66,07
<i>Uberaba</i>	1971	100,00	100,00		
<i>Uberlândia</i>	1971 (2º semestre)	86,44	86,96	70,00	
	1972 (1º semestre)	93,06	77,36	92,45	

Fonte: dados da pesquisa

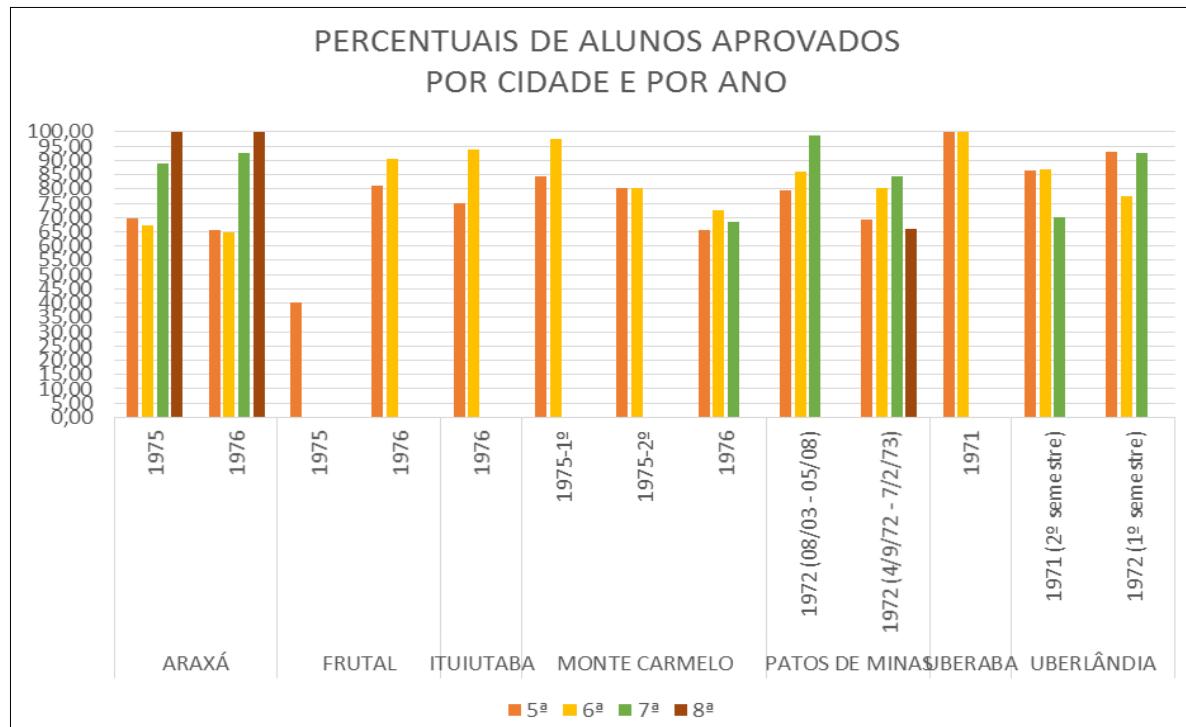


GRÁFICO 3. Evolução da aprovação no início do funcionamento das escolas Polivalentes
Fonte: dados da pesquisa

Para dar outra visualização da evolução das aprovações, a seguir os dados destacados na tabela são apresentados em gráficos. Traços em azul denotam intervalos em que houve crescimento da quantidade de aprovações; em vermelho, decréscimo. Ressaltamos que os valores estão em porcentuais.

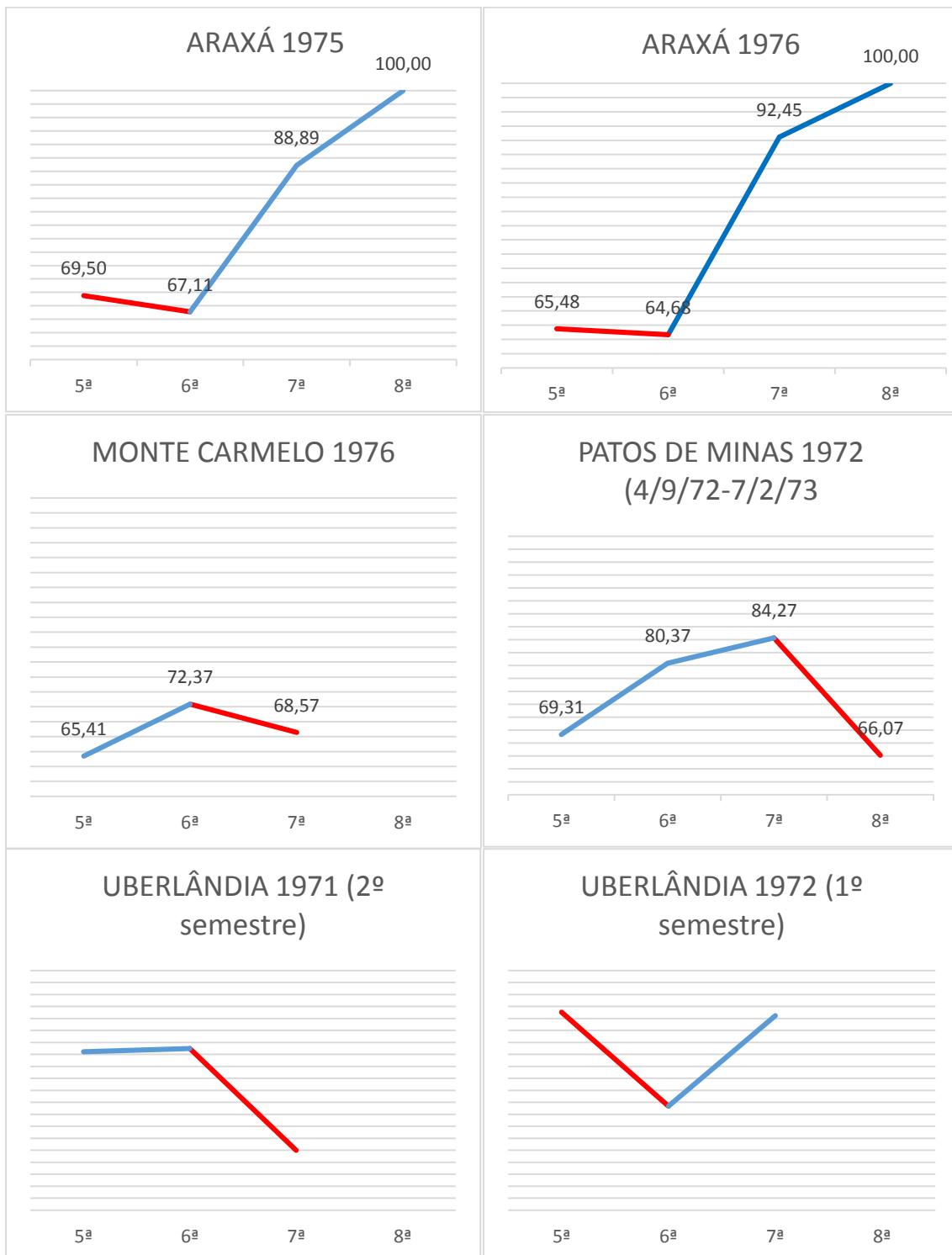


GRÁFICO 4. Gráficos relativos à evolução da aprovação no início do funcionamento das escolas Polivalentes
Fonte: dados da pesquisa

Sobre a utilização das oficinas, o estudo verificou uma “[...] gritante ociosidade das oficinas o que inflaciona o custo operacional das Escolas Polivalentes” (MEC, [1972a], p. 70). Temos aqui um fator de impacto nas escolas Polivalentes. Um dos diferenciais de destaque nessas escolas é, justamente, o trabalho nas oficinas. Se são subutilizadas e representam um grande custo operacional, a relação entre custo e benefício tende a ser desfavorável à sua manutenção; isto é, a manutenção do projeto todo. Para suprir essa necessidade orçamentária, no plano de ações sugerido às escolas está presente o seguinte: “[...] prestação de serviços à comunidade, com receita prevista para a auto-manutenção das oficinas” (MEC, [1972a], p. 84).

No caso da carga horária cumprida, a avaliação concluiu

[...] o sentido da carga horária semestral, fixada para cada disciplina na integralização do currículo, parece não ter sido ainda internalizado. [...] A inovação da carga horária fixa por semestre é desrespeitada ou não é conhecida pelos professores que continuam, à maneira antiga, cumprindo aulas semanais até o último dia do semestre, não importando se completam ou não a carga horária prevista (MEC, [1972a], p. 75).

Houve casos em que a carga horária prevista não foi atingida e casos em que ela foi superada, ratificando a conclusão dos avaliadores.

Enfim, a antiproductividade apresentou os seguintes índices: “índice médio de evasão = 2,7 — considerado bastante baixo; índice médio de transferência = inexpressivo (MEC, [1972a], p. 77).

Feita a exposição dos dados estatísticos e a análise do documento “Avaliação global...”, podemos destacar algumas de nossas observações.

- Apesar das falhas mencionadas em alguns setores ou processos, como foi o caso da compreensão do sistema normativo, da participação dos profissionais em alguns setores da instituição, do serviço de orientação educacional e ociosidade das oficinas, parecem não ter repercutido significativamente nos resultados das escolas no que se refere às aprovações. Acreditamos que isso se justifique porque, mesmo de forma ineficiente, esses aspectos constantes do projeto das escolas Polivalentes representaram acréscimo às demais escolas estaduais, onde tais aspectos inexistiam.
- Para que uma avaliação seja realmente elucidativa e representativa do processo de desenvolvimento da escola, é necessário que seja processual ao longo de um tempo que permita identificar a evolução das variáveis avaliadas; o documento usado como fonte — “Avaliação global...” — foi elaborado quando as escolas de primeira etapa

tinham apenas um ano de funcionamento; ações semelhantes a essa em momentos posteriores não foram localizadas nos acervos das escolas.

- Observando os quadros e as tabelas apresentados neste item do capítulo, percebemos que a mediana obtida na avaliação dos itens, na maioria, não superou 50% da pontuação deles. Vistos por esse lado, poderíamos dizer que os resultados não foram satisfatórios. Entretanto, quando comparamos as quatro escolas avaliadas pertinentes à pesquisa com as demais, verificamos que as de Patos de Minas, Uberaba e Uberlândia tiveram conceitos médio superior e superior em 50%, 59% e 67%, respectivamente, no total de itens avaliados.
- O setor da biblioteca não foi avaliado porque ainda não estava em funcionamento na maioria das escolas. Isso nos chamou a atenção porque, segundo a resolução 925/70, a escola, ao entrar em funcionamento, deveria estar toda construída e equipada. Essas informações são confrontantes e suscitam o questionamento acerca da qualidade e viabilidade do trabalho de pesquisa a que se propunha a metodologia da escola; a menos que biblioteca e acervo não constem entre os “itens essenciais ao ensino e à aprendizagem”. Abaixo, o trecho da resolução sobre o assunto em questão.

Todas as instalações do novo ginásio devem estar totalmente concluídas e equipadas antes que o ginásio comece a funcionar. Por “concluído e equipado” deve ser entendido que todo o equipamento e todo o material necessário estejam de acordo com os padrões especificados e prontos para serem usados; que foram providenciadas e instaladas todas as conexões auxiliares, como força elétrica, água, etc. e que foram fornecidos todos os outros itens essenciais ao ensino e à aprendizagem. O material adequado deve ter sido encomendado, entregue e instalado em quantidade suficiente, antecipadamente, atendendo às necessidades dos administradores, evitando-se, assim, que seja retardado o início do ensino (MINAS GERAIS, 1970b).

- O último aspecto se refere à relação entre custo e benefício das artes práticas, que correspondem ao diferencial em comparação às demais escolas da rede estadual e que foi assim avaliada: “gritante ociosidade das oficinas, o que inflaciona o custo operacional das Escolas Polivalentes” (BRASIL, [1972a], p. 70). Apesar do impacto causado em nós pela ênfase dada, principalmente, pela colocação da expressão ‘gritante’, teríamos dois pontos a considerar. Primeiramente, os usos e finalidades dessas oficinas de forma a justificar seu custo e existência e, em segundo lugar, como o próprio documento alertou, a recenticidade do projeto ao se realizar essa avaliação, ou seja, em um ano de

funcionamento de qualquer instituição é aceitável que nem todos os processos estejam ocorrendo da forma como deveriam estar. Principalmente na área de educação em que se lida, majoritariamente com pessoas, e que estas demandam tempo, esforço, conscientização para a mudança e adequação de percepções e ações.

4.1.5 Aspectos socioeconômicos dos discentes e do projeto dos Polivalentes

Para o desenvolvimento deste item, pretendíamos realizar um levantamento, e posterior comparação, das profissões dos pais dos alunos, mediante consulta aos registros escolares. No entanto, nos deparamos com a falta de padronização desses registros, o que nos impossibilitou concluir sobre o perfil socioeconômico de alunos atendidos pelas Escolas Polivalentes da região pesquisada. Por exemplo, no livro de registro de matrículas das escolas de Frutal, Monte Carmelo e Patos de Minas, existe um campo referente à profissão dos pais. Nas demais escolas, essa informação não está presente no referido livro. Esse seria um dado importante uma vez que, na pesquisa de mestrado tendo como objeto a Escola Estadual Polivalente de Uberlândia, foi identificado que a escola atendeu, entre outros, a uma parcela das classes mais abastadas da cidade.

Segundo depoimentos, a escola não deixou de cumprir o seu papel, ou seja, de atender à população carente do bairro; mas como esta era pequena, em função de o bairro ainda ser pouco habitado, foi possível disponibilizar vagas para estudantes de outras regiões da cidade e com outros perfis socioeconômicos (RESENDE, 2011, p. 99).

A constatação da escolarização de um público proveniente de classes econômicas mais favorecidas é contraditória tanto no objetivo de realizar uma sondagem vocacional com o intuito de profissionalizar uma clientela que daria prosseguimento à vida acadêmica nos meios universitários quanto na orientação do terceiro critério estabelecido pela resolução 925/70, que explicita a formação de um corpo discente, conforme citação da p. 167 deste texto e aqui reapresentada: “[...] realmente representativo da comunidade local, dando-se especial atenção, entretanto, à relação de crianças educacionalmente capazes, originárias de famílias das camadas de baixa renda”. Assim, visávamos com a pesquisa aqui descrita verificar se esse atendimento diversificado no que diz respeito à classe socioeconômica dos alunos se deu apenas em Uberlândia ou se ocorreu nas demais escolas. Em relação às três escolas citadas onde se encontrou a profissão dos pais dos alunos no livro de registro de matrícula, constatamos o

seguinte: em Monte Carmelo, no primeiro semestre de 1975, as profissões dos pais e das mães dos alunos da quinta série eram:

- doméstica – 192; lavrador – 57; comerciante – 28; professora – 23; fazendeiro – 18; ferroviário – 13; motorista – 10; funcionário público – 8; operário – 7; costureira – 6; industriário – 6; pedreiro – 6; mecânico – 5; lavadeira – 4; pintor – 4; carpinteiro – 4; contador – 3; marceneiro – 3; bancário – 3; viajante – 3; auxiliar de escritório – 2; pecuarista – 2; técnico eletrônico – 2; açougueiro – 2; eletricista – 2; hoteleiro(a) – 2; sapateiro – 2;
- padeiro, zelador, maquinista, advogado, agrimensor, tipógrafo, subgerente, laminador, fotógrafo, escriturário, fiscal de vacina, cozinheira, alfaiate, gerente, operador de máquinas, supervisora, radiotécnico, agricultor, borracheiro, lenhador, enfermeira, vigia, agente INSS, tratorista, balconista, ceramista, carroceiro, guarda, militar, carreteiro, mestre de obra, diretora, músico, dentista, funcionário CEMIG, contabilista, corretor de imóveis, além de três que não foram identificadas – 1 de cada.

Pela quantidade de pessoas identificadas com a profissão doméstica, acreditamos se tratar não da profissão de empregada doméstica, mas da mulher que trabalha em sua própria casa, sem atividade remunerada. Em Frutal, em 1975, as profissões dos pais (para as das mães não existe campo no livro de registro de matrícula) dos alunos da 5^a série eram:

- lavrador – 108; comerciante – 43; motorista – 19; falecido – 17; pedreiro – 15; fazendeiro – 11; carpinteiro – 8; sapateiro – 6; mecânico – 5; eletricista – 5; pintor – 3; bancário – 3; balconista – 3; escriturário – 3; inválido – 3; carroceiro – 3; armador – 3; escrivão – 2; contador – 2; negociante – 2; madeireiro – 2; servente de pedreiro – 2; servente – 2; encanador – 2; agropecuarista – 2; folheiro – 2; borracheiro – 2; faxineiro – 2; charreteiro – 2;
- laticinista, auxiliar técnico de laboratório, industrial, médico, afastado pelo INSS, funcionário público municipal, funcionário público aposentado, chapa (carregador), funcionário público federal, ajudante de construção, mercador de gado, lavador de carro, ministro evangélico, armador auxiliar, varredor (PMF), radiotécnico, feitor, fiscal de estrada, operador, barbeiro, militar reformado, vendedor ambulante, agricultor, marceneiro, f. cerâmica, cerealista, montador, guarda-noite.

Em Patos de Minas, no primeiro semestre letivo — de 20/9/1971 a 5/2/1972 —, as profissões dos pais e das mães dos alunos das quintas séries são as seguintes:

- doméstica – 150; lavrador – 29; comerciante – 22; funcionário público – 16; pedreiro – 16; professora – 16; motorista – 15; carpinteiro – 11; lavadeira – 10; falecido – 6; alfaiate – 5; fazendeiro – 5; mecânico – 4; carroceiro – 3; sapateiro – 3; balconista – 3; militar – 3; servente – 3; oleiro – 2; barbeiro – 2; contador – 2; engenheiro – 2; açougueiro – 2;
- bombeiro, advogado, cambista, serralheiro, médico, tipógrafo, contabilista, bombeiro, maquinista, folheiro, marceneiro, borracheiro, leiteiro, ferreiro, pintor, agricultor, economista, farmacêutico, torneiro, ourives, funcionário do DER, eletricista, corretor, industrial, funcionário estadual, viajante, costureira,

Cabe aqui a mesma observação sobre o item doméstica feita em relação à escola de Monte Carmelo. Embora algumas denominações profissionais não permitam identificar o nível socioeconômico — como é o caso de comerciante, funcionário público, fazendeiro e outros — pelas listagens apresentadas podemos inferir que grande parte do público atendido por essas três escolas Polivalentes era de baixa renda e suscetível à adesão ao processo de profissionalização proposto pela legislação educacional. Segundo essa legislação, sobretudo a lei 5.692/71 — que reformou os ensinos de primeiro e segundo graus —, pretendia-se profissionalizar a maioria da população ao término desse nível de ensino. A conjuntura de desenvolvimento econômico no fim da década de 1960 e princípio da de 1970 demandou e, ao mesmo tempo, possibilitou ampliar esse tipo de escola. Tal demanda se refletiu nas metas e bases de ação do governo na área educacional para o quadriênio 1970–73, que destinou verba para a expansão quantitativa dos estabelecimentos escolares.

Esse período de crescimento econômico não se sustentou por muito tempo. Após 1974, a inflação voltou a subir. Os acordos de empréstimo entre Brasil e Estados Unidos não foram mais renovados, e os principais objetivos da lei 5.692/71 — profissionalizar no segundo grau e conter a demanda para o ensino superior — não foram alcançados. Percebemos, então, fatores econômicos, políticos, sociais e culturais que fracassaram e arrastaram consigo a proposta de educação que envolvia as escolas Polivalentes. Malogradas essas condições de base, o projeto dos Polivalentes não teria como se sustentar.

Em 1971, segundo o “Relatório das metas e bases para ação do governo — educação”, foram detectadas as seguintes dificuldades em relação à execução do programa dos Polivalentes.

Falta de cabal cumprimento, pelos Estados e Prefeituras Municipais, de todas as obrigações assumidas nos convênios. Dificuldades em se atingir a quantidade de metas previstas no Programa, em decorrência da disparidade

entre a elevação de preços e a variação da taxa cambial. Dificuldade em compatibilizar os objetivos a serem alcançados pelo Programa, previstos em Acordo Internacional, com alguns aspectos da Administração Pública. A inexistência de um bom sistema de informações educacionais, capaz de fornecer todos os dados essenciais ao planejamento e à execução do Programa (MEC, s. d., p. 16–17).

Percebemos que as dificuldades mencionadas não se restringiam às questões educacionais nem a aspectos pontuais, solucionáveis a curto prazo. Temos — cabe reiterar — questões políticas e econômicas, nacionais e internacionais, como a crise do petróleo deflagrada a partir de 1973 e que afetou a economia mundial, inclusive a dos Estados Unidos, que financiava parte do projeto dos Polivalentes. Além disso, a mencionada “inexistência de um bom sistema de informações educacionais” foi situação relatada naquele relatório da década de 1970 e perdura até hoje. Prova disso é o estado de abandono de grande parte dos acervos educacionais e as lacunas nas informações: ambos os problemas mencionados no decorrer deste estudo. Cremos que a criação de um banco de dados educacionais foi uma intenção das equipes de planejamento educacional, uma vez que alguns formulários foram encontrados em escolas pesquisadas, ainda que em branco. Também foi elaborado o *Manual de instruções*, cujo objetivo se relacionava com essa questão:

O presente MANUAL DE INSTRUÇÕES tem por objetivo dar as explicações necessárias para o preenchimento de cada questionário e de todas as listas que compõem o levantamento de dados educacionais a serem utilizados pelo PROGRAMA NACIONAL DA CARTA ESCOLAR. Os questionários abrangem informações sobre os principais indicadores da realidade educacional: alunos, professores, equipamentos, prédios escolares e estabelecimentos, da rede oficial e particular. Esta pesquisa dará, ao Ministério da Educação e Cultura, às Unidades Federadas e aos Municípios brasileiros, uma visualização global dessa realidade, servindo como meio adequado para a reestruturação do ensino, conforme a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971 (MEC, 1972b, p. 3).

Contudo, parece-nos que as iniciativas de provimento de informações norteadoras das ações educacionais são deficientes. A falta de preocupação com o registro histórico, a inexistência de órgãos de acompanhamento e auxílio para essa função e a descontinuidade dos programas — tão característicos em nosso país — propiciam essa situação.

Voltando às primeiras dificuldades citadas acima, pensamos que, uma vez que as escolas já estavam construídas e equipadas, o primeiro setor a sentir a descontinuidade de investimentos foi a remuneração dos profissionais, sobretudo docentes, em maior quantidade e que representaram uma das “bandeiras” do programa. Rabelo (2010, on-line) fazendo uma análise sobre a remuneração dos professores e valendo-se de diversos estudiosos na área, apresenta que

Tanuri (2000, p. 80) afirma que a deterioração das condições de trabalho e de remuneração acompanharam o processo de expansão do ensino de primeiro grau. Para Vieira (2004, p. 16), essa expansão das matrículas se deu pela contenção e pelo rebaixamento salarial (que atingiu mulheres e homens), o que Cury (2000, p. 574) descreve quando diz que a Constituição Federal de 1967 aumentou o tempo de escolaridade para oito anos, mas retirou a vinculação constitucional de recursos, com a justificativa de maior flexibilidade orçamentária. Assim, havia necessidade de crescimento da rede física escolar, mas existiam parcos recursos para tal. O corpo escolar docente “pagou a conta” da expansão escolar com duplo ônus: o rebaixamento de seus salários e a consequente duplicação ou triplicação da jornada de trabalho. Além disso, a maior demanda fez com que os contratos precários crescessem e os concursos para professores fossem reduzidos.

Foi com esse cenário que os professores dos Polivalentes se depararam quando se viram pressionados a optar pelas condições do enquadramento, tópico apresentado a seguir. Na escola de Uberlândia, o que se verificou nesse processo foi um êxodo dos docentes para outras instituições, contribuindo, sobremaneira, para a descaracterização da proposta original.

Quando pensamos na questão orçamentária e na destinação de verbas para a educação escolar, verificamos com que descaso ela é tratada por nossos governantes. Exemplificando, temos os dados veiculados na imprensa de Araxá que, dentre as entidades contempladas com subvenções por esse município, excetuando a assistência a mendigos, as caixas escolares foram as que menos recursos financeiros receberam. Ficaram atrás até das bandas de música e das bolsas de estudos para estabelecimentos particulares. O quadro a seguir dá uma medida dos dispêndios municipais de Araxá para o ano de 1974.

QUADRO 18. Previsão de subvenções da prefeitura de Araxá para o exercício de 1974

Caixas Escolares	2.500,00
Bolsas de Estudos	15.000,00
Fundação Cultural de Araxá	100.000,00
Tiro de Guerra de Araxá	30.000,00
Banda de Música “Santa Cecília”	3.600,00
Banda de Música “Lira Araxaense”	3.600,00
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	60.000,00
Lactário “Odete Valadares”	6.000,00
Creche “Casa de Nazareth”	6.000,00
Inst. De Estudos e Combate às Doenças Tropicais Araxá	12.000,00
Unidade Sanitária de Araxá	10.000,00
Serviços de Obras Sociais – SOS	24.000,00
Casa de Sopa “Johny Nolli”	3.600,00
Delegacia de Polícia de Araxá	12.000,00
Para aluguel de residências a membros do Poder Judiciário	7.368,00
Albergue Noturno da Casa Transitória “Jesus Cristo”	6.000,00
Clube de Televisão de Araxá	10.000,00
Assistência a mendigos	500,00
TOTAL	312.168,00

Fonte: CORREIO DE ARAXÁ, 1973, p. 5³⁰

Diante da relevância do aspecto econômico não somente para este, mas para qualquer projeto educacional, o leitor deste estudo, já aqui nas páginas finais, poderia estar se perguntando o porquê de não termos abordado, em um tópico específico, a categoria investimento financeiro. De início, essa categoria compunha o conteúdo tratado no capítulo 3; mas, com o decorrer das leituras, das análises e da escrita, julgamos prudente eliminá-lo por recuar a apresentação de um conteúdo incompleto e inconsistente. Esse receio deve-se, como visto no decorrer do trabalho, aos fatos a seguir.

As escolas Polivalentes foram construídas, equipadas e mantidas com recursos oriundos da USAID, da União, dos estados e dos municípios. O montante, a participação de cada parte envolvida e a aplicação eram definidos por cada acordo ou convênio estabelecido, os quais foram numerosos, uma vez que alguns foram renovados e alterados por termos aditivos. Além disso, vimos que o programa contemplou vários estados — várias cidades — e em quatro etapas distintas. Dessa forma, não conseguimos diferenciar quais recursos seriam destinados aos

³⁰ O art. 1º da lei 1.254 diz que “Fica a Prefeitura Municipal de Araxá autorizada a despender, no exercício de 1974, a importância de Cr\$ 321.168,00 (trezentos e doze mil, cento e sessenta e oito cruzeiros)”.

Polivalentes de Minas Gerais, particularmente os pesquisados, visto que foram construídos em 1^a, 2^a e 3^a etapas.

Também pudemos perceber que existiram programas com recursos específicos, como o de planejamento e do livro didático. No primeiro caso, exemplificamos com o convênio catalogado no PROEDES com o código 06-035-CV-1971, assinado em 16 de março de 1971 e que trata de convênio de planejamento educacional — ensino fundamental — com o objetivo de assegurar recursos da SUBIN para que o MEC, através do DEF, pudesse:

- 1) ensejar a prestação de assistência aos Estados da União para elaboração de planos de educação, no que diz respeito ao ensino fundamental ou de 1º grau.
- 2) Incrementar nos Estados uma mentalidade planejamento educacional.
- 3) Especializar um grupo de técnicos em planejamento no estudo, elaboração, implementação, avaliação e reformulação de planos, programas e projetos educacionais (MEC; USAID, 1971).

Acreditamos que uma discussão mais fidedigna sobre o investimento financeiro dessas escolas requereria uma análise mais complexa e com fontes que não possuímos. Daí a nossa justificativa para a exclusão do tópico no presente estudo.

Outra questão pode ter se somado à do cenário econômico para a não continuidade da proposta dos Polivalentes. Conforme mencionamos no item relativo à avaliação institucional foi verificado que a filosofia das escolas Polivalentes não foi bem conhecida, introjetada e, por isso, concretizada nas ações dos profissionais dessas escolas. Não foi possível precisar o peso de tal condição no processo de deterioração do programa; mas, provavelmente, pode ter contribuído para a somatória dos fatores que levaram à incorporação dos Polivalentes à rede estadual já existente, cujo processo é objeto do nosso próximo tópico.

4.1.6 Enquadramento dos professores das escolas Polivalentes

Não foi por acaso que este item ficou como o último a ser abordado. Com ele se inicia o processo de declínio do programa Polivalentes. Isso porque normatiza-se o processo de transferência de contrato de trabalho dos professores e especialistas de educação das escolas Polivalentes do regime de CLT para o da rede estadual de educação. Esse fato representou a eliminação do diferencial na remuneração docente, que — cabe reiterar — era superior ao que o estado oferecia, e o regime de trabalho de tempo integral, que previa horários de planejamento, reuniões e orientações aos estudantes.

Quando comparamos os atos de criação das escolas pesquisadas, veja-se Anexo I, percebemos que nas primeiras, criadas em 1971, a ementa traz: “Cria oito Ginásios Estaduais Polivalentes” e, nas de terceira etapa, em 1974, “Cria Escolas Estaduais de 1º Grau”. Verificamos, também, que as primeiras foram denominadas, inicialmente, de “Escola Estadual Polivalente de [o nome da cidade]”. Nas últimas, tomando como exemplo o de Ituiutaba, a Escola Estadual Antônio de Souza Martins foi criada pelo decreto 16.654, de 15 de outubro de 1974, e, após dois meses, recebeu esta denominação por meio da lei 6.531, de 16 de dezembro de 1974. Temos, assim, um indício do fim do programa das escolas Polivalentes.

No material intitulado “Resumo histórico da E. E. ‘Prof. Vicente Lopes Perez’”, encontrado no acervo da escola de Monte Carmelo, são registrados, nos tópicos “VIII — Toda uma filosofia de educação condenada à morte” e “IX — As adaptações”, os seguintes dizeres:

VIII – TODA UMA FILOSOFIA DE EDUCAÇÃO CONDENADA A MORTE

Mas as Escolas Polivalentes em todo o Estado já estavam condenadas à morte nestas alturas, pois que, um Decreto Estadual de 1974 assinado pelo Governo citado [Rondon Pacheco], incorporou aquelas escolas à rede Estadual comum (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO).

Essa informação é justificada nos desdobramentos que se seguem:

Graves consequências, consequências funestas mesmo aconteceram a partir de 1975: O PREMEN deixou de ter ação sobre as Escolas Polivalentes. Antes deste Decreto o professor de Polivalente só podia ser removido para Polivalente; isto dificultava a saída do pessoal, pois os quadros de Polivalentes estavam praticamente completos. Com o Decreto veio a remoção do professor para qualquer Escola do Estado. As horas diárias que o professor tinha exclusivamente para a preparação de aulas (pois aulas práticas precisam de tempo para preparar) foram cortadas e, em consequência, o professor foi sacrificado em seu auto aperfeiçoamento e no preparo de suas aulas. Os salários do pessoal dos Polivalentes foi [sic] congelado por dois anos, o que provocou uma evasão espantosa destes profissionais, levando-os a procurarem funções mais rendosas fora do magistério. Aquela filosofia magnífica implantada pelo PREMEN referente à integração das Áreas e da profissionalização do jovem, filosofia que realmente funcionava em virtude de os professores terem frequentado um mesmo tipo de curso, também foi-se esvaindo com o tempo, pela substituição dos especializados por professores que, mesmo tendo habilitação, não seriam capazes de dar continuidade a um processo que jamais conheceram sistematicamente, pois as Faculdades em geral, nos seus cursos normais, dão apenas uma preparação teórica, acadêmica ao profissional do ensino. A profissionalização foi morrendo e as oficinas foram ficando vazias em várias escolas, dentre elas, na Escola Polivalente de Monte Carmelo pela falta do professor especializado.

IX – AS ADAPTAÇÕES A partir daí as áreas práticas continuaram a funcionar pela iniciativa e boa-vontade da Direção e dos professores, mas não puderam realizar nem 30% do que poderia ser feito, em vista da falta de mão-

de-obra especializada, pois o Estado permitindo a contratação de profissionais ou práticos, não os paga como habilitados em cursos regulares (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO).

Apesar de esse material não apresentar o rigor exigido pela academia quanto à identificação das fontes e a ausência de julgamentos de valores do escritor, ele foi por nós utilizado, primeiramente, para nos ajudar a compreender o contexto e as consequências do declínio do programa e, em segundo lugar, o sentimento de perda e de pesar que, até hoje, pode ser detectado nas escolas. Dizemos até hoje porque, em quase todas as escolas visitadas, encontramos profissionais atuantes na direção, na administração ou na docência que vivenciaram os primeiros anos de funcionamento dos Polivalentes — a maioria como estudante. Em conversas informais, expressaram satisfação com a estrutura, a metodologia e os recursos materiais e humanos encontrados na escola em seus anos iniciais; e lamentam seu término (FIG. 56).

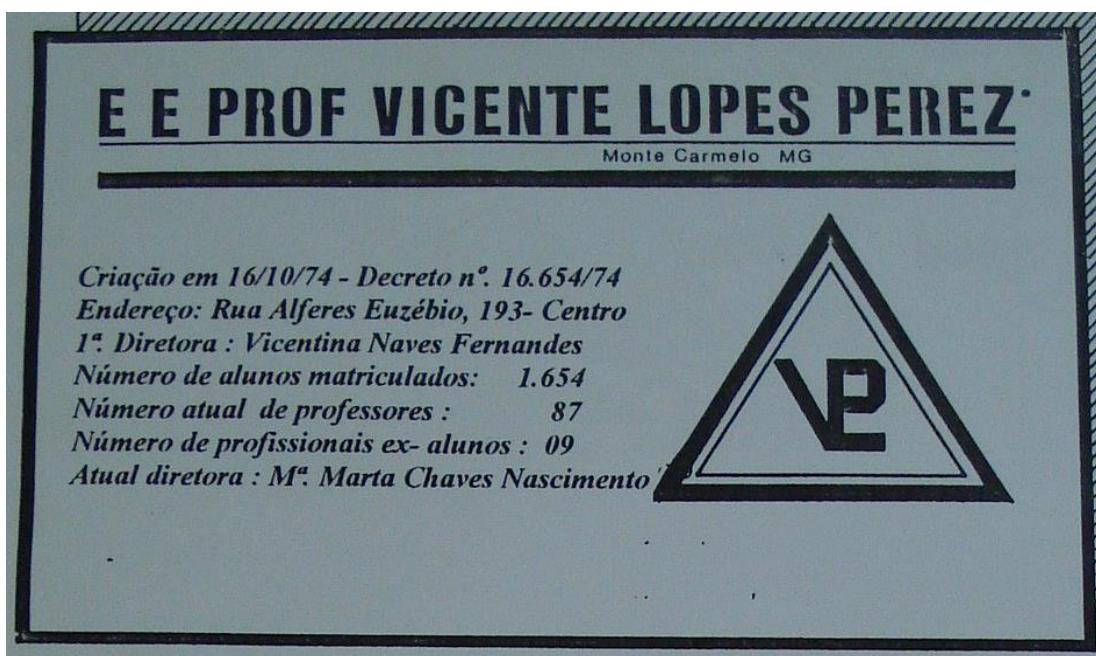


FOTO 41. Recorte de um jornal informativo sobre a escola Vicente Lopes Perez de 12 de novembro de 1998 atesta a existência de profissionais ex-alunos da escola
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Monte Carmelo

O quadro docente foi normatizado pela resolução 464-D, de 20 de agosto de 1974, que dispôs sobre o enquadramento do professor de escolas estaduais Polivalentes e assim resolve:

Art. 1º – O enquadramento dos professores das Escolas Estaduais Polivalentes, concursados e treinados pelo PREMEN, no Quadro do Magistério se fará nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 6.277, de 27 de

dezembro de 1973, combinados com o inciso 4 do art. 2º e art. 12 da Instrução nº 3, de 28 de fevereiro de 1974, da Comissão de Enquadramento. § 1º – O enquadramento de que trata o artigo se dará no cargo de Professor 3, Nível III, Grau A, e se fará para 20 (vinte) horas semanais de trabalho, nas quais se concluirá necessariamente a regência de 20 (vinte) aulas em área de estudo ou disciplina. § 2º – Ao professor enquadrado na forma do artigo, detentor de contrato para 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, será permitida a contratação, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para mais 20 (vinte) horas semanais de trabalho, com salário mensal de Cr\$ 967,00 (novecentos e sessenta e sete cruzeiros) (BRASIL, 1974b).

Observemos que, segundo o § 1º, a carga horária de trabalho do professor será toda ocupada com regência; ou seja, não haveria mais períodos de planejamento, estudo e outras atividades necessárias e decorrentes da docência que, não sendo feitas na escola, teriam de ser feitas, obrigatoriamente, fora dela. Essa é uma forma de expropriar o professor de uma remuneração que lhe é de direito, visto que trabalhará períodos pelos quais não será remunerado. Para chegar ao valor apresentado no § 2º, como podemos averiguar no exemplar de folha de pagamento a seguir, foi concedido um acréscimo de produtividade ao salário do professor de nível 3.

<u>ESCOLA ESTADUAL MADRE MARIA EFLANDINA - 1º GRAU DE ARAGUARI</u>									
<u>FOLHA DE PAGAMENTO REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 1974</u>									
Nº	NOMES	CARGO	SALÁRIO	PRODUT.	TOTAL	FALTAS	TOTAL	I.N.P.S.	LÍQUIDO
01	Alba Campos de Carvalho	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
02	Aluísio Alves Ferreira	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
03	Antonio Bustáquio Silveira	prof.3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
04	Candido Rodrigues Neuber	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
05	Clausa Zeli Ferreira	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
06	Fábio Gomes de Araujo	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
07	Germílio Tadeu de Araujo	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
08	Glein Monteiro de Araujo	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
09	Heleisa Helona Costa Antunes	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
10	José Gomes da Silva	Prof.3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
11	José Gonçalo Marques	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
12	Maria Henrietta Thysen Alves	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
13	Mário Furtado Guimarães	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
14	Mayde Samartano	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
15	Nivaldo Alves Ferreira	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
16	Pedro Buchens	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
17	Pedro Ferreira de Carvalho	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
18	Vicente do Cammo Alves	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
19	Virgínia Límpia Santos Mendonça	Prof. 3	806,00	161,00	967,00			77,36	889,64
T O T A L			15.314,00	3.059,00	18.373,00			1.469,84	16.903,16
<i>IMPORTANTE: PRESENTE FOLHA DE PAGAMENTO NA IMPORTÂNCIA DE DEZESSEIS MIL, NOVENTOS E TRÊS CRUZEIROS E DEZESSEIS CENTAVOS.</i>									
<i>ESTADO DE MINAS GERAIS DEZ/1974</i>									
<i>Araguari, 20 de novembro de 1974</i>									
<i>SATURNINO CARDOSO TQ - 21002 - C.R.C.M.G.</i>									
<i>Escola Estadual Polivalente de Araguari Bacharel VICE - DIRETOR</i>									

FOTO 42. Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Araguari, novembro de 1974
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Araguari

Como em 1974 as escolas de terceira e quartas etapas estavam sendo criadas, construídas e iniciando seu funcionamento, a comissão de enquadramento estabeleceu a seguinte cronologia:

I – Inicialmente serão enquadrados os professores em exercício nas escolas de 1^a e 2^a etapas, observado o disposto no art. 12 da Instrução nº 3, de 28 de fevereiro de 1974, da Comissão Central de Enquadramento. II – Os professores contratados para as escolas de 3^º e 4^º etapas, que entrarão em exercício a partir do dia 23 de setembro de 1974, serão enquadrados após um (1) ano da vigência do contrato, mediante avaliação do desempenho e grau de eficiência do professor (BRASIL, 1974b).

Comparando-se as datas da resolução 464-D, que dispõe sobre o enquadramento do professor de escolas estaduais Polivalente, e do decreto 16.654, que cria 26 escolas Polivalentes, dentre as quais as de Araxá, Frutal, Ituiutaba e Monte Carmelo — ou seja, 20 de agosto de 1974 e 15 de outubro de 1974, respectivamente —, podemos pensar que essas escolas “já nasceram mortas” na condição de pertinentes ao PREMEN, que, dentre os diferenciais em relação às demais escolas estaduais, pretendia valorizar mais o professor com salários e condições de trabalho dignos. Cabe ressaltar que, segundo Arapiraca (1982, p. 135), o último acordo MEC/USAID, decorrente do acordo de 31 de março de 1965, vigorou até 1976, ou seja, dois anos após a construção das escolas de terceira e quarta etapas e um ano após o enquadramento dos professores dessas escolas. Retomamos a folha de pagamento apresentada na página 161 deste trabalho com a de agosto de 1974 para estabelecer comparações.

	NOME	CARGO	Salário
11	Abigail Eufilia Bracarense Coimbra	Diretora	2.000,00
12	Alexandre José da Costa Neto	Professor	1.600,00
13	Ana Lícia Afonso Silva	Professora	800,00
14	Antônia das Graças da Silva	Aux.Secret.	300,00
15	Antônio Júlio Sobrinho	Professor	1.600,00
06	Antônio Neves da Silva Filho	Professor	1.600,00
07	Assueru Antônio de Melo	Professor	1.600,00
08	Cício Roberto Coutinho Pereira	Professor	1.600,00
09	Cleire Rossi	Professora	800,00
10	Consuelo Prado de Azevedo	Professora	1.600,00
11	Deusidino Arruda Lopes	Vigia	280,00
12	Djanira da Graça Melo	Professora	1.600,00
13	Eflilia Teresinha Mendes Machado Borges	Professora	1.600,00
14	Eima de Paula Peres Miguel	Coord.Pedag.	1.800,00
15	Eliani de Fátima Assis de Azevedo	Professora	1.600,00
16	Glória Maria Guimarães	Or.Eduacional	1.800,00
17	Heladir Josefina Borges Saraiwa	Professora	1.600,00
18	Hélio Borges	Professor	1.600,00
19	Iris Borges da Silva Pinto	Servente	268,80
20	José Jarbas Fagundes da Silva	Professor	1.600,00
21	Lecy Iveni Vieira	Secretária	500,00
22	Leda Elizabeth de Brito	Professora	1.600,00
23	Magda Lícia Vilas Boas	Aux.Bibliot.	600,00
24	Málvina Pessato da Silva	Zeladora	268,80
25	Maria da Glória Marques Gontijo	Professora	1.600,00
26	Maria da Graça Cascardo Costa	Professora	1.600,00
27	Maria Helena Emediato	Professora	1.600,00
28	Maria Helena de Lana Ribeiro	Professora	1.600,00
29	Maria de Medeiros	Professora	1.600,00
30	Maria Rosa Oliva	Professora	1.600,00
31	Marta Lienckvitz	Servente	268,80
32	Náida Natália	Aux.Secret.	300,00
33	Neusa Maria Ferreira Campos	Bibliotecária	1.300,00
34	Nilson Resende	Professor	1.600,00
35	Raimundo Aires de Meneses	Dir.Adjunto	1.600,00
36	Reynaldo Garcia Santana	Professor	1.600,00
37	Romilda Pontes Roscoe	Professora	1.600,00
38	Ronaldo Augusto Batista	Professor	1.600,00
39	Umbelina Aparecida Silva	Servente	268,80
40	Vanda Maria da Silva	Servente	268,80
41	Vera Lúcia Pegorier de Oliveira	Professora	1.600,00
42	Zeny Gonçalves de Oliveira	Professora	1.600,00

FOTO 43. Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, novembro de 1972
 Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

ESCOLA ESTADUAL
FOLHA DE PAGAMENTO DO PESSOAL

Nº	NOME	CARGO	Salário
			CR
1	Miguel Edilia Encarenco Coimbra	Directora	2.000,00
2	Alcides Rodrigues dos Santos	Vigia	375,80
3	Almodro José da Costa Neto	Professor	1.600,00
4	Anna Inésia Afonso Silva	Professor	800,00
5	Antônio Júlio da Silva Sobrinho	Professor	1.600,00
6	Assurá Antônio de Melo	"	1.600,00
7	Carlos Augusto Mendes de Oliveira	"	800,00
8	Clair Batista de Andrade	Servente	375,80
9	Cláudio Ronel	Professor	800,00
10	Emmanuel Prado de Anselmo	"	1.600,00
11	Elvira Maria Lendis da Silva	Servente	375,80
12	Eunice da Graça Melo	Professor	1.600,00
13	Eulália Thresinha Mendes Machado Borges	"	1.600,00
14	Flor de Paula Peres Miguel	Coord.Pedag.	1.800,00
15	Flávia de Pátilia Ascís de Anselmo	Professor	1.600,00
16	Feliciana Neto de Araújo	"	1.600,00
17	Gislene Borges da Silva	Servente	375,80
18	Glória Maria Guimarães	Or. Rincão.	1.800,00
19	Heladir Josefina Borges Sarauiva	Professor	1.600,00
20	Hélio Borges	Professor	1.600,00
21	Iris Borges da Silva Pinto	Servente	375,80
22	José Jarbas Fagundes da Silva	Dir. Adjunto	1.600,00
23	José Martins da Rocha	Professor	1.600,00
24	Levy Ivens Vieira	Secretária	600,00
25	Maria Lucia Vilas Boas	Aux. Bibliot.	600,00
26	Malvina Pescatto da Silva	Zeladora	375,80
27	Maria Abigail Chaves	Professor	800,00
28	Maria Célia da Silva	"	1.600,00
29	Maria de Pátilia Encarenco	"	800,00
30	Maria da Glória Marques Contijo	"	1.600,00
31	Maria da Graça Cassardo Costa	"	1.600,00
32	Maria Helena de Lima Ribeiro	"	1.600,00
33	Maria Rebeca Oliva	"	1.600,00
34	Maura Maria Ferreira Campos	Bibliotecária	1.300,00
35	Sebastiana Silveira Nunes	Professor	1.600,00
36	Vera Inésia Pegoror de Oliveira	"	1.600,00
37	Zeny de Oliveira Campos	"	1.600,00

FOTO 44. Folha de pagamento da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, agosto de 1974
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Uma comparação do conteúdo dessas duas imagens mostrará que os salários, com exceção do salário servente e do zelador, permaneceram inalterados. Ou seja, nesse período, o salário do servente e zelador passou de Cr\$ 268,80 para 376,80, enquanto os salários do diretor, do professor, do coordenador pedagógico, do orientador educacional, do auxiliar de biblioteca, do secretário, do bibliotecário e do diretor adjunto não foram reajustados. Esclarecemos, também, que as folhas de pagamento de novembro de 1972 e agosto de 1974 foram escolhidas para ser apresentadas aqui pela legibilidade da reprodução; mas os valores são coincidentes desde a folha de pagamento de agosto de 1971 (primeira do acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba) até a de setembro de 1974. Disso se deduz que, a despeito da exceção mencionada antes, os salários não foram reajustados no período de três anos e dois meses; isto é, foi descumprida uma obrigação do estado prevista em lei.

De acordo com a cláusula terceira – “Obrigações do Estado de Minas Gerais” – da resolução 925, de 27/5/1970, seria dever do estado reajustar os salários dos profissionais dos Polivalentes a fim de, no mínimo, manter o poder de compra dos salários conquistado no período da contratação.

j) O Estado deverá, pelo menos, manter o nível real dos salários dos seus professores de grau médio, bem como do pessoal técnico e administrativo e, com os aumentos de recursos previstos nas alíneas “c” e “d” procurará aumentar esses mesmos níveis a fim de atrair e reter em serviço o pessoal devidamente qualificado. Os aumentos de níveis salariais deverão, tanto quanto possível, ser função direta da qualificação do pessoal e, para atender a esse objetivo, o Estado reestudará e, se necessário, modificará suas tabelas salariais, segundo um adequado sistema de classificação de pessoal. k) O Estado se compromete a manter atualizado o pagamento do pessoal docente técnico e administrativo de seu sistema escolar (MINAS GERAIS, 1970b).

Esse “congelamento” de salários já nos fornece um indício da falta de investimento no setor, dada a perda no poder aquisitivo desses profissionais gerada pela inflação no período. Segundo Baer (1987, p. 54), a inflação, medida pelo Índice Geral de Preços, nos anos 1971–4 foi, respectivamente, 18,7%, 16,8%, 16,2% e 33,2%. Esses índices inflacionários, embora tenham decrescido nos anos de 1972 e 1973, ganharam impulso em 1974.

Consoante as folhas de pagamento presentes nos acervos das escolas de Araguari, Ituiutaba e Uberaba, a remuneração era a mesma para os cargos das escolas Polivalentes. O que diferia era a forma como os dados eram apresentados nelas. Outro fato curioso está no cabeçalho da folha de pagamento, de outubro de 1974, da Escola Estadual Polivalente de Uberaba, onde figura a expressão “Ex-polivalente”, conforme pode sevê na figura a seguir.

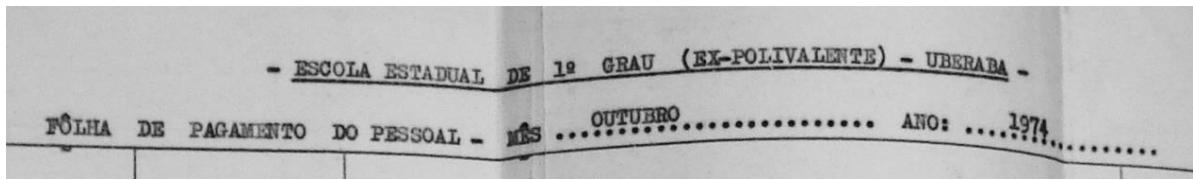


FOTO 45. O registro da expressão “ex-polivalente” no cabeçalho de folha de pagamento de outubro de 1974 ratifica a afirmação de que se trata do fim do projeto Polivalentes

Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba

Além da veiculação das normas de enquadramento pelo jornal oficial *Minas Gerais*, o tema foi objeto de discussão nas reuniões do pessoal docente e técnico-administrativo das escolas, como consta de algumas atas pesquisadas e de correspondências circuladas. Na resolução 464-D, o art. 4º define as opções de enquadramento do professor com 44 horas semanais — situação da maioria, como vimos (vide p. 183) — e expõe as normativas das escolas Polivalentes, tal qual a resolução 925, de 27/5/1970, que diz que, “Em algumas situações de necessidade crítica, professores de tempo parcial poderão ser admitidos nas novas escolas, ressalvando que o pessoal de tempo parcial nunca deverá constituir mais do que 20% do corpo docente de qualquer escola” (MINAS GERAIS, 1970b). No art. 4º se lê que:

O atual professor de escola estadual polivalente, detentor de função contratual para 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho poderá optar por uma das três situações: 1. requerer o enquadramento na forma do § 1º do art. 1º, preenchendo para isso o Anexo 1; 2. permanecer na situação em que se encontra, caso em que o contrato continuará em vigor, nas condições em que foi firmado; ou 3. pedir a redução da jornada de trabalho para 20 (vinte) horas semanais, tendo em vista o seu enquadramento no cargo de Professor,³ Nível III, Grau A, caso não se interessar pela contratação para mais 20 (vinte) horas semanais de trabalho (somente para o requerente na situação do §2º e do art.1º) (BRASIL, 1974b).

A opção pelo enquadramento mencionada na citação foi feita mediante preenchimento de um anexo à Resolução, conforme imagem a seguir.

Acreditamos que esse processo de enquadramento deva ter provocado grande insegurança aos professores das escolas Polivalentes, uma vez que, além das alterações de carga horária de trabalho e de remuneração, não lhes garantia o exercício da função na mesma escola onde se encontrava; isto é, ficavam sujeitos a ser designados para outro estabelecimento de ensino. O profissional que não enviasse esse questionário seria, automaticamente, considerado optante do regime de Consolidação das Leis Trabalhistas (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE ARAGUARI, 1974).

<p style="text-align: center;">GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO DE 1º E 2º GRAUS RESOLUÇÃO Nº 464-D, DE 20 DE AGOSTO DE 1974</p> <p style="text-align: center;">ANEXO 1 (Art. 2º)</p> <p style="text-align: center;">Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação,</p> <p>..... (nome do professor) portador da Carteira Profissional nº, série ..., em exercício na Escola Estadual Polivalente de (município) (endereço) concursado e treinado pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino - PREMEN-MG, conforme classificação publicada no "Minas Gerais" de ... de de 19..., admitido em ... de de 19 ..., sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para ..(vinte-e-dois)(22)·oo·quarenta-e-quatro(44) horas semanais de trabalho no ensino de 1º Grau, da 5ª à 8ª séries, requer de V. Exa. seu enquadramento, em caráter efetivo, no Quadro do Magistério Público de 1º e 2º Graus do Estado de Minas Gerais, nos termos dos arts. 13 e 14 da Lei nº 6.277, de 27 de dezembro de 1973, Decreto nº 16.192, de 4 de abril de 1974, e Resolução nº 464-D, de 20 de agosto de 1974.</p> <p>Neste mesmo ato, o requerente declara que:</p> <p>1. aceita a designação de outra unidade de ensino, para o seu exercício, no caso de não haver necessidade de cargo relacionado com o seu aproveitamento na unidade em que esteja em exercício;</p> <p>2. faz opção pelo regime estatutário, a partir de quando entrar em vigor o seu enquadramento, como Professor 3, Nível III, Grau A, sujeito à jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais;</p> <p>3. concorda em firmar contrato regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para mais vinte (20) horas semanais de trabalho (somente para o requerente na situação do § 2º do art. 1º da Resolução nº 464-D, de 20 de agosto de 1974).</p> <p>..... (localidade), em ... de de 1974. (assinatura)</p> <p>1. O expediente expressa a real situação do servidor. <input type="checkbox"/> Em ... de de 1974.</p> <p>2. Quanto à situação do servidor, deve-se observar o que consta da folha anexa. <input type="checkbox"/> (DIRETOR OU RESPONSÁVEL)</p>	<p style="text-align: right;">Nº _____ DRE _____</p>
--	--

FOTO 46. Anexo 1 da resolução 464-D, de 20 de agosto de 1974, art.2º, publicada no jornal *Minas Gerais* de 7 setembro de 1974
Fonte: acervo da Escola Estadual Polivalente de Frutal

Em Ituiutaba, na segunda ata de reunião do CPA, ocorrida no dia 20 de fevereiro de 1976, na E. E. Polivalente de Ituiutaba, consta que “[...] vigorará o regime C. L. T. até publicação do enquadramento no diário oficial. Os professores, técnicos e auxiliares deverão cumprir as 40 horas no colégio e apresentar horário com atividades das horas disponíveis” (verso fl. 1). No acervo documental da Escola Estadual Polivalente de Uberaba encontra-se uma correspondência emitida pela Escola Estadual Polivalente de Juiz de Fora, datada de 19 de abril de 1974, que, pela sua apresentação (datilografada e copiada, ficando apenas a cidade de destino para o preenchimento manuscrito), indica ter sido enviada a várias escolas Polivalentes. Seu conteúdo conclama os professores das Escolas Polivalentes a se unirem em defesa de seus direitos ameaçados pelo processo de enquadramento: “Achamos que neste momento todos os professores das Escolas Polivalentes devem se unir em defesa dos interesses e direitos comuns, constantemente ignorados pelas autoridades estaduais” (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE JUIZ DE FORA, 1974). A essa correspondência está anexada outra, enviada à comissão de enquadramento no dia 9 de abril de 1974, solicitando esclarecimentos; seu conteúdo manifesta argumentos sobre o enquadramento cuja opção deveria atender à solicitação da comissão no prazo de 30 dias.

1 – porque tendo trabalhado em regime de 48 horas semanais de 08 de julho de 1971 a 30 de dezembro do mesmo ano, e a partir desta data em regime de 44 horas, foram enquadrados à priori pelo Estatuto do Magistério – lei 6277, como professor 3 nível III no grau A, equiparados aos demais professores da rede estadual oficial que trabalharam aproximadamente 15 horas, correspondendo a 16 aulas semanais; 2 – porque a regulamentação de 54/74 determina que o enquadramento do pessoal das Escolas Polivalentes entrará em vigor somente em 01 de agosto de 1974, enquanto que o enquadramento dos demais professores da rede estadual entrou em vigor na data de publicação daquela regulamentação, ou seja, 5/4/74; 3 – porque a regulamentação de 5/4/74 que concede vantagens pessoais aos demais professores da rede oficial que tiveram seus salários reduzidos por força da lei 6277 não prevê as mesmas vantagens para os professores das Escolas Polivalentes, em iguais condições? (ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE UBERABA, 1974).

Por esse trecho percebemos a insatisfação dos docentes com o processo de enquadramento e como ele atinge um dos pilares do programa, que é a valorização desses profissionais. Em alguns casos, essa insatisfação chegou à instância judicial. No livro de recortes de jornais da Escola Estadual Polivalente de Araxá encontra-se uma reportagem do *Minas Gerais* de 22 de maio de 1975 — “Na Justiça os professores das escolas polivalentes” — sobre

[...] condenar o Estado a pagar aos professores as diferenças que foram apuradas em execução, havidas, a partir de 1º de janeiro de 1974, entre o vencimento do cargo em que foram enquadrados, a que correspondem 20 horas de trabalhos semanais e a remuneração de Cr\$ 1.600,00, que era o que recebiam anteriormente (MINAS GERAIS, 1975).

Conforme a publicação do *Minas Gerais* de 15/10/74, foram enquadrados nos termos da legislação (instrução 4, de 27 de maior de 1974; lei 6.277, de 27 de dezembro de 1973; instrução 3, de 28 de fevereiro de 1974, aprovada pelo decreto 16.192, de 4 de abril de 1974) os professores destacados no quadro do Anexo J. Dos 28 professores contratados em 1972 para lecionar na Escola Estadual Polivalente de Araguari, 15 foram enquadrados no quadro de magistério de 1º e 2º graus, segundo publicação do *Minas Gerais* de 15/10/74.

Na sequência, ocorreram outros enquadramentos e a migração de profissionais do Polivalente para outras instituições. No caso de Uberlândia, alguns docentes foram para as universidades de Uberlândia, Cuiabá, Juiz de Fora, Montes Claros e Belo Horizonte. Outros, ainda, mudaram de atuação profissional. Esse fato atesta tanto o fim do projeto dos Polivalentes quanto o nível de capacidade técnica desses profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao caminhar para o fechamento deste estudo — que há anos temos desenvolvido —, cabe-nos a tarefa de fornecer ao leitor — e a nós também — uma síntese de tudo que foi vivenciado, coletado e apresentado neste texto. A título de curiosidade, durante a fase de coleta de dados nos acervos do PROEDES e das oito escolas pesquisadas, foram tiradas 19.382 fotografias. Referem-se a acordos, atas, convênios, correspondências, decretos, estudos, inventários, leis, manuais, pareceres, projetos, publicações, relatórios, teses, livros de registro de matrículas, atas, inspeção e ocorrências, regimentos, fotos antigas, estrutura física atual, equipamentos, livros, documentos contábeis, folhas de ponto, calendários, materiais de datas comemorativas, entre outros.

Como já seria de imaginar, não nos foi possível trabalhar efetivamente todo esse material neste único estudo. O procedimento utilizado foi uma busca por temas e categorias e, a partir daí, um trabalho mais pormenorizado com o que foi considerado relevante e pertinente à discussão. Assim, não consideramos que a pesquisa sobre as escolas Polivalentes do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba esteja concluída. Ela está, apenas, sendo encerrada por motivos de ordem prática, visto que, no percurso acadêmico e profissional, temos prazos e normas a cumprir.

Entretanto, se, por um lado, essa incompletude nos incomoda, por outro temos ciência de que ela é própria do conhecimento histórico, que se apresenta não como a verdade dos fatos, mas como uma possível versão dentro do recorte e do contexto em que o objeto foi abordado. Cremos que várias janelas de desenvolvimento e interpretação desse objeto de pesquisa e das fontes coletadas permanecem abertas e com perspectivas de continuidade. Até mesmo a organização do texto e o elenco das categorias de análise, feitos de forma diferenciada, poderiam nos conduzir a outros resultados.

A opção pelas categorias que compuseram a caracterização das escolas Polivalentes realizada nos capítulos 3 e 4 foi uma tentativa de explanar, didaticamente, questões sobre a estrutura física, pedagógica e organizacional desses estabelecimentos educacionais que se encontram imbricadas em seus diversos documentos. Esse entrelaçamento e o consequente pinçar dos elementos categoriais dificultaram o trabalho de categorização e possibilitaram compreender que currículo, métodos de ensino, materiais de ensino e aprendizagem/equipamentos, formação de professores, estrutura arquitetônica, legislação educacional, situação econômica, orientação política estão imbricados no projeto das escolas Polivalentes. Dessa forma, várias vezes, ao se tocar em um desses itens, outros foram

abordados. Por essa característica e por nossa opção em manter a estrutura de categorização apresentada, desculpamo-nos por algumas redundâncias na redação do texto. Tal redundância, que para alguns pode se tornar cansativa e enfadonha, para nós teve a intenção de demonstrar, justamente, a interligação e a importância dos referidos conteúdos para a fidelização do projeto Polivalente.

A despeito dos desafios que apresentamos na sequência, a pesquisa aqui descrita configurou uma experiência enriquecedora; ou seja, de enriquecimento conceitual — quando pensamos no conteúdo propriamente estudado; procedural — visto que, metodologicamente, demandou conhecimentos e procedimentos diversos; profissional — porquanto cada vez mais se acredita no professor como pesquisador e no reflexo desta característica na qualidade docente; enfim, pessoal — em razão das habilidades mobilizadas e das limitações superadas.

Os desafios com os quais nos deparamos acreditamos não serem específicos da nossa pesquisa, mas próprios de grande parte das atividades investigativas na área da história da educação. Para começar, podemos citar a dificuldade em relação à documentação presente nas escolas visitadas, uma vez que, em algumas, era bastante escassa. Outra dificuldade refere-se ao fato de que o projeto presumia uma organização de registros, planejamento, inspeção e avaliação bastante intensos; mas a documentação nas escolas se mostrou muito lacunar, e os documentos encontrados, às vezes, traziam informações divergentes — alguns tratavam de previsões e outros, de relatórios de ações executadas. Houve divergência de dados apresentados em documentos presentes numa mesma escola e até em publicações oficiais como *Diário Oficial da União* e acervo do PROEDES. Em algumas situações, como no caso dos acordos identificados por número, ficou difícil definir se se tratava de descuido de digitação ou se de outro acordo. A ilegibilidade de vários documentos nos impediu, em alguns momentos, de trabalhar o documento ou a informação.

Retomando o material intitulado “Resumo histórico da E. E. ‘Prof. Vicente Lopes Perez’”, destacamos outro trecho que julgamos interessante por elencar elementos que expressam a contribuição e a repercussão trazidas pela escola:

Finalmente, o que trouxe e o que nos apresenta esta escola que todos ainda chamam de Polivalente? Polivalentes vieram para inovar a educação, para implantar a Lei 5692/71 hoje superada pela Lei 9394/96. Veio trazendo novidades que somente nesta década de 90 estão se tornando comuns a todas as escolas públicas como: Banco do Livro, Colegiado Escolar (na época CONSECOM – Conselho Comunitário ou Conselho Pedagógico-Administrativo), Conselhos de Classe, reuniões de Área e Planejamento Pedagógico, Biblioteca Escolar de livre acesso ao aluno, Feira de Ciências,

maior proximidade família-escola, maior proximidade entre direção e professores e entre estes e os alunos. Esta clara manifestação à vivência democrática e participativa aliada ao grande zelo pela qualidade da ação educativa, são dois ingredientes que não só marcaram a criação desta escola; como permearam a atuação das várias administrações nestes 24 anos de atuação da “Escola Polivalente” de Monte Carmelo. E são também os responsáveis pelo crescimento do grupo de profissionais e seu envolvimento com a vida escolar, pela sua capacidade de responder de forma criativa e responsável aos desafios das mudanças necessárias para o acompanhar as transformações sociais (NASCIMENTO, 1993, s. p).

Complementando as contribuições proporcionadas pelas escolas Polivalentes à inovação do sistema educacional brasileiro, segundo o documento “Avaliação global das escolas Polivalentes”, as principais inovações do sistema normativo das escolas Polivalentes foram as seguintes:

A dimensão social, que define as ações e papéis dos membros do grupo, processa-se no novo sistema normativo a partir de uma maior dinâmica de interações, com a distribuição de responsabilidades ao nível de decisão entre todos os componentes do grupo. Isso se infere de suas normas descentralizadoras, que preconizam colegiados e outros serviços com poderes de decisão. A valorização do professor se concretiza através do incentivo salarial, da implantação do tempo integral na escola, do fornecimento de melhores condições materiais de trabalho, de apoio à participação de cada um. A dimensão cultural foi afetada, não só pela elaboração de um novo currículo, onde a educação profissionalizante se integrou à educação geral, transformando-se em um único processo, como pela implantação de novos serviços na escola com a função de assessorarem os trabalhos do magistério, e tendo em vista o melhor rendimento do aluno. Cuidou-se, também, da formação de professores, segundo os princípios e a filosofia da nova educação (MEC, [1972a], p. 10).

Esses trechos nos ajudam a dimensionar a repercussão que as escolas Polivalentes tiveram para a comunidade escolar e a comunidade do local onde foram instaladas. Além disso, uma busca na internet resultou na identificação da presença de algumas escolas pesquisadas no website Facebook, demonstrando a utilização, ainda hoje, do termo polivalente em sua identificação. Observe-se, também, que as escolas de Uberlândia e Araguari mantêm a logomarca indicativa de Escola Polivalente (EP).



FIGURA 1. Página da Escola Estadual Polivalente de Uberlândia no website Facebook
Fonte: FACEBOOK, 2015



FIGURA 2. Página da Escola Estadual Polivalente de Araguari no website Facebook
Fonte: FACEBOOK, 2015



FIGURA 3: Página da Escola Estadual Polivalente de Araxá no website Facebook
Fonte: FACEBOOK, 2015



FIGURA 4. Página da Escola Estadual Polivalente de Ituiutaba no website Facebook
Fonte: FACEBOOK, 2015

Ainda nessa direção de identificar em que medida a escola se tornou referência para a cidade-sede, no dia 21 de janeiro de 2015 quando cheguei à cidade de Frutal, para uma visita à escola, procurei um local para realizar as refeições e, solicitando um cartão para contatos posteriores, recebi o seguinte:



FOTO 47. Cartão de propaganda do restaurante
Fonte: dados da pesquisa

Acreditamos que, se a escola não tivesse sido significativa para a comunidade, não seria ainda conhecida em todas as cidades pesquisadas como Polivalente; tampouco seria utilizada como referência em estabelecimentos comerciais atuais. Esse seria o legado positivo das escolas Polivalentes e que está visível a quem quer que se atente ao tema.

Entretanto, existe outro legado que não é favorável nem tão presente no cotidiano da cidade. De acordo com o orçamento da União, exercício financeiro 2008, projeto de lei orçamentária, a dívida contraída pelos empréstimos entre MEC e USAID se faz presente quase 30 anos após findar o projeto.

0419	Dívida Externa da União Decorrente de Empréstimos e Financiamentos (PAFIB e A.BR/FR)	0031	USAID512L076	500006
		0042	USAID512L81	000165
		0045	USAID512L078	000196

FIGURA 5. Dados da dívida externa acumulada pelo Brasil por ocasião do programa de cooperação com os EUA

Fonte: BRASIL, 2007

Cremos que descontinuidades como essa nos projetos brasileiros prejudicam não só o segmento educacional, mas também o social e econômico. No campo educacional, mesmo que o projeto tenha tido falhas, em alguns aspectos houve avanço; nesse caso, perde-se a oportunidade de potencializar os avanços e corrigir as falhas, voltando-se ao ponto inicial nos projetos seguintes. Entramos num processo de avanços e retrocessos que nos dão a sensação de “caminhar sem sair do lugar”. No campo social, prejudica por razões análogas, uma vez que um projeto educacional é constituído com base numa sociedade real, presente e atual e visando à formação de um perfil de uma sociedade desejada; mudando-se com frequência a direção dos encaminhamentos não chegamos a consolidar nenhum perfil social, profissional ou educacional, muito menos desfrutar dos seus resultados. Enfim, no campo econômico, há desperdício de investimento em estrutura física, material, humana que se perde ao longo do tempo, neste caso, curtíssimo tempo, sem, também, produzir os frutos esperados. Decorridos esses 40 anos, restaram-nos, materialmente, os prédios e as dívidas; imaterialmente, restaram a memória do que foram os Polivalentes e as especulações do que poderiam ainda ser na atualidade.

Os problemas em relação ao programa como um todo não se encontram apenas na operacionalização dos responsáveis brasileiros. Há menções de aspectos a serem reavaliados quanto à forma como foi conduzida a assistência prestada pelos Estados Unidos e os órgãos específicos de execução. Embora não esteja explícito na correspondência abaixo citada, pelo material que compõe a pasta pesquisada nos arquivos do PROEDES, concluímos que nos meses de maio e junho de 1972 foram trocados memorandos entre a SUBIN, representada por sua secretária-executiva, Beatriz Marques de Souza Wahrlich, e o Instituto de Planejamento Econômico e Social, representado pelo secretário-executivo do Centro Nacional de Recursos

Humanos (CNRH), Edson Machado de Souza. O conteúdo desses memorandos refere-se à minuta do convênio MEC/SUBIN/USAID sobre a administração e planejamento educacional que recebe as seguintes críticas do CNRH, sobretudo quanto à incompatibilidade entre tarefas e prazos para sua execução e a unicidade da instituição ofertante de assistência técnica.

Tal como já sucedeu em Convenios [sic] anteriores, o que agora é proposto estabelece e/ou impõe tarefas que nos parecem inexequíveis nos prazos previstos. Evidentemente um Convenio dessa natureza deve estar vinculado a uma programação objetiva dos trabalhos a serem desenvolvidos. Não vemos razão, entretanto, para que o texto do compromisso seja impositivo quanto aos *prazos e projetos específicos*. Por exemplo, no Plano de Ação, letra A, item 1 o Acordo *estabelece* “*a priori*” as alternativas disponíveis para os Estados mencionados; no item 2, diz-se que “tais planos *têm que* estar prontos até 30 de junho de 1973” (será deficiencia [sic] de tradução?). Parece supérfluo dizer que “os planos deverão estar de acordo com as diretrizes previamente estabelecidas pela extinta Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) ou com as diretrizes julgadas equivalentes. Quais os critérios para julgar da equivalência ou não? Enfim, a minuta está eivada de proposições desse tipo que, salvo melhor juízo, apenas dificultam um entendimento claro dos objetivos e finalidades do convenio e sua posterior avaliação. [...] Um aspecto importante e discutível do Convênio proposto diz respeito aos serviços a que obriga a USAID/Brasil, os quais serão executados “através de *uma* universidade contratada” (letra B, do título IV – Responsabilidades). A experiência de programas anteriores de cooperação técnica tem indicado a inconveniência da “universidade cativa” como agencia executora, em determinados projetos notadamente aqueles envolvendo aspectos multidisciplinares como é o caso aqui. Não será fácil, como não tem sido até aqui, encontrar uma Universidade americana que detenha todo a “expertise” necessária e adequada para a execução do convenio proposto (MEC; USAID, 1970a).

Por fim, um último aspecto nos chamou a atenção durante a leitura dos documentos: o recorrente discurso de uma proposta democrática e participativa. Para exemplificar essa afirmação, citamos um trecho da fundamentação teórica da escola Polivalente, que traz a essência dessa escola.

Em suma, ela constitui um núcleo de vitalização da sociedade democrática. Pelos seus objetivos, pela variedade de suas funções e atividades, por sua maior articulação com os interesses e problemas da coletividade, atenderá ao papel que se deve esperar do ensino de 1º grau no Brasil (MEC, s.d., p. 7).

Suscitou-nos o questionamento de como seria possível falar tanto em democracia nos anos mais duros do regime ditatorial. Fazendo uma busca nas citações de documentos apresentadas nesse estudo, identificamos as seguintes ocorrências de expressões denotativas de aspectos democráticos: democratização (três ocorrências); sociedade democrática (cinco ocorrências); escola democrática, métodos democráticos, ideal democrática e vivência

democrática (uma ocorrência cada). Pelo que foi possível analisar, a resposta a esse questionamento estaria na adoção da acepção desses termos como um alargamento das possibilidades de acesso a essa instituição educacional, abrangendo uma parcela da população que se encontrava excluída dos processos educativos e das oportunidades de capacitação para o mercado de trabalho. A democratização viria ao se estender a obrigatoriedade escolar até a oitava série do ensino de primeiro grau, ao se ampliar a quantidade de vagas por meio das escolas Polivalentes e ao se possibilitar a profissionalização no segundo grau.

Essa nova configuração da estrutura educacional democratizaria, ou seja, ampliaria o acesso à educação, ao trabalho e, consequentemente, de acordo com as aptidões individuais, ao desenvolvimento pessoal, econômico e social dos cidadãos, dando a eles condições mais igualitárias de convivência social. Tal possibilidade de interpretação liberal da função educacional, onde o Estado, diante de algumas ações, se julga cumpridor da sua responsabilidade no que diz respeito ao desenvolvimento do cidadão e do país e coloca na conta do aluno e do professor, a responsabilidade pelo êxito ou não da proposta.

Destacamos, agora, frases de dois profissionais egressos do Polivalente de Uberlândia que sintetizam parte da percepção legada pelo programa:

Só que eu senti muita pena quando eu fui à escola, recentemente, e vi que não existe mais nada do que existia lá [...] (E7, 2011).

Era uma filosofia, uma metodologia muito boa. Ao longo desses anos todos, [...], o estado tentou tirar esse nome Polivalente, eles fazem questão de ser Polivalente (E3, 2011).³¹

Finalizando, a Escola Polivalente enquanto elemento do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino tinha uma proposta muito bem articulada em termos de espaços físicos, currículo, métodos, recursos didáticos, perfil de egresso e formação de professores e técnicos administrativos. Ressaltamos a formação para os profissionais da área administrativa que, diferentemente do que se vivenciava ou se vivencia ainda hoje em alguns estabelecimentos escolares, é considerado como um elemento a parte do pedagógico. Na concepção do PREMEN, esse profissional era creditado como um educador que, na especificidade da sua função, também participava do processo formativo dos alunos. Acreditamos ter sido um projeto ambicioso que vislumbrou atingir toda a cadeia educacional, visto que abarcou, em detalhes, o planejamento

³¹ Esses trechos provêm de entrevistas realizadas durante nossa pesquisa de mestrado que não foram aproveitadas na dissertação. São passagens não publicadas, embora os entrevistados tenham autorizado por escrito sua publicação.

educacional, a construção de escolas (expansão quantitativa), o equipamento dessas com recursos ditos adequados à proposta de ensino e a formação de professores (expansão qualitativa). A conjugação desses elementos é o que, muitas vezes, nos falta nas reformas educacionais brasileiras, ou seja, não é suficiente construir escolas, aumentar a quantidade de alunos atendidos se os elementos pedagógicos e humanos não são adequados ou não estão preparados para o exercício da profissão. Portanto, pensamos que se as Escolas Polivalentes tivessem funcionado como tais por um período de tempo maior seus resultados teriam sido mais significativos e perceptíveis na qualificação e atuação dos profissionais no mercado de trabalho. Não que a proposta fosse perfeita e não carecesse de ajustes, mas o tempo, a comunidade escolar, as avaliações e o retorno das instituições empregadoras de seus egressos apontariam as alterações necessárias e próprias da evolução do sistema como um todo.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, A. M. O método de projetos. In: _____. *Didática da escola nova*. Rio do Janeiro: Nacional, s. d.
- ALVES, Márcio Moreira. *Beabá dos MEC–USAID*. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a educação brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.
- ARAÚJO, José Carlos Souza. Para uma análise das representações sobre as técnicas de ensino. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Técnicas de ensino: por que não?* 21. ed. Campinas: Papirus, 2011.
- ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Tradução Andréa Dore. Bauru: EDUSC, 2006.
- BAER, Werner. A retomada da inflação no Brasil: 1974–1986. *Revista de Economia Política*, v. 7, n. 1, jan./mar. 1987, p. 29–72. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/25-3.PDF>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- BONATO, Nailda Marinho da Costa. *Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa*. Disponível em:
https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=os+arquivos+das+escolas25reuniao.anped.org.br/excedentes,25/naildamarinhocostabonatot02.rtf. Acesso em: 20 fev. 2015.
- BRITANNICA ESCOLA ON-LINE. *Encyclopédia escolar Britannica*. Liga das Nações. Disponível em: <<http://escola.britannica.com.br/article/481713/Liga-das-Nacoes>>. Acesso em: 23 mar. 2015.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano — Artes do fazer*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003, v.1.
- CHIARIELLO, Caio Luis; EID, Farid. Revisando conceitos: polivalência, politecnia e cooperação no debate sobre a organização do trabalho. *Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v. 4, n. 1, jul./dez. 2011. Disponível em:
<http://seer.fclar.unesp.br/redd/article/view/5046/4184>. Acesso em: 12 maio 2015.
- E6. Entrevista. In: RESENDE, Luciana Araujo Valle de. *Ensino profissionalizante e estado militar: (re)articulação por meio dos Polivalentes (Uberlândia, MG, 1971–1980)*. 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2011.
- ESCRITÓRIO DO GOVERNO BRASILEIRO — PONTO IV-CONTAP/USAID. Tratado da Aliança para o Progresso. Documento 04-020-CA-1967. In: _____. *Catálogo de acôrdos de assistência técnica*. Rio do Janeiro, abril de 1967.
- ESTADOS UNIDOS; BRASIL. *Acordo básico de cooperação técnica*. Rio do Janeiro, 9 de dezembro de 1950.

ESTATGEO. [Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e seus limites]. Disponível em: <<http://www.estatgeo.ibge.gov.br/mapa/mapa.html?nm2=1&nm3=1&nm8=1&nz=3&uz=31&ni=8&ui=3105>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

GADOTTI, Moacir. História das idéias pedagógicas. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003. Disponível em: <<http://docs.google.com/a/iftm.edu.br/file/d/0B8jeXMvFHiD-eXUyZjNPUVUxSGM/edit>>. Acesso em: 9 set. 2015.

GEOGRAFIA PARA TODOS, 2015. [Mapa] Brasil – político. Disponível em: <<http://www.geografiaparatodos.com.br/img/mapas/BRASIL%20-%20DIVISAO%20POLITICA%20E%20REGIONAL%20-%20IBGE.gif>>. Acesso em: 20 maio 2015.

GOUVEA, M. C. S; BAHIENSE, P. N. A narração da história da psicologia do desenvolvimento e da produção sobre a infância nos livros didáticos. *Memorandum*, n. 20, p. 70–82, 2011. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a20/gouveabahiense01/>>. Acesso em: 16 jun. 2105.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. Nível territorial: mesorregião geográfica. Unidade territorial: 3105 — Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, MG. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/territorio/tabunitsub.asp?codunit=267&nsub=6&z=t&o=4&i=P>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. VII Recenseamento geral 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mg.pdf>. Acesso em: 6 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. *Sinopse preliminar do censo demográfico*. VIII recenseamento geral — 1970. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd_1970_sinopse_preliminar_mg.pdf>. Acesso em: 6 maio 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. *Tendências demográficas*: uma análise dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2000. Censo Demográfico 1950/2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/contarios.pdf>. Acesso em: 8 jun. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida; MACHADO, Lucilia Regina de Souza. A pedagogia tecnicista. In: MELLO, Guiomar Namo de (Org.). *Escola nova, tecnicismo e educação compensatória*. São Paulo: Loyola, 1982, p. 29–52.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINS, Humberto Eduardo de Paula; SILVA, Guilherme Jonas Costa da; ORTEGA, Antonio César. *Transformações da produção agropecuária no cerrado: distribuição espacial e especialização em nível municipal na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba*. Disponível em:

<http://www.sep.org.br/artigos/download?id=2040&title=Transforma%C3%A7%C3%B5es%20da%20Produ%C3%A7%C3%A3o%20Agropecu%C3%A1ria%20no%20Cerrado:%20Distri%20bui%C3%A7%C3%A3o%20espacial%20e%20especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20n%C3%A3o%20municipal%20na%20regi%C3%A3o%20do%20Tri%C3%A7%C3%A2ngulo%20Mineiro%20e%20Alto%20Paran%C3%A1ba>. Acesso em: 26 maio 2015.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Programa estratégico de desenvolvimento 1968–1970* — área estratégica IX — infra-estrutura social — Vol. 1 — educação e recursos humanos. Brasília, 1969.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA O PLANEJAMENTO E A COORDENAÇÃO ECONÔMICA. Escritório de pesquisa econômica aplicada. Documento 10-068-ES-S [Identificação interna: ES 0068]. In: _____. *Assistência técnica internacional* [DSCN0220-0254]. Datiloscrito. Folhas avulsas grampeadas. S. l., s. d.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ZAIA, Iomar Barbosa; VENDRAMETO, Maria Cristina. Arquivos escolares e pesquisa histórica: fontes para o estudo da educação brasileira. *Pró-positões*, v. 16, n. 1(46), jan./abr. 2005. Disponível em:

<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/46-dossie-moraescsv_et.al.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PINO, Solange Siqueira; MATHOS, Rosa Maria Martini de. Microensino: estudo teórico das habilidades em treinamento. *Boletim PREMEM*, Porto Alegre: Fac. de Educação/UFRGS, v. 1, n. 2, p. 39–48, fev. [1970] 1971.

PIRES, Nise. Objetivos da educação fundamental. In: SEMINÁRIO SOBRE “O GINÁSIO POLIVALENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL”, 1., 1970. Brasília, 16–8 de junho de 1970.

RABELO, Amanda O. Rabelo. A remuneração do professor é baixa ou alta? Uma contraposição de diferentes referenciais. *Educação em Revista*, Print version ISSN 0102-4698, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, abr. 2010. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982010000100004. Acesso em: 23 jun. 2015.

RESENDE, Luciana Araujo Valle de. *Ensino profissionalizante e estado militar: (re)articulação por meio dos Polivalentes* (Uberlândia, MG, 1971–1980). 2011. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia.

SALLES, Hilton. Artes práticas nos ginásios Polivalentes — conferência. In: SEMINÁRIO SOBRE “O GINÁSIO POLIVALENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL”, 1., 1970. Brasília, 16–8 de junho de 1970.

SAVIANI, Dermeval. Prefácio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SAVIANI, Dermeval. *Política e educação no Brasil*: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino. Campinas: Autores Associados, 2002.

SCARPARO, Helena Beatriz Kochenborger et al. Extra! Psicologia brasileira é notícia em 1962: breve tempo, sentidos duradouros. *Memorandum*, n. 24, p. 11–28, 2011. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/memorandum/a24/scarparosottiliabertjesus01/>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

SCHULTZ, Theodore W. *O valor econômico da educação*. Tradução de P. S. Werneck. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SEMINÁRIO SOBRE “O GINÁSIO POLIVALENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL”, 1., 1970. Brasília, 16–8 de junho de 1970.

SILVA, Geraldo Bastos. O ginásio Polivalente no contexto da educação fundamental. In: SEMINÁRIO SOBRE “O GINÁSIO POLIVALENTE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL”, 1., 1970. Brasília, 16–8 de junho de 1970.

SOUZA, Paulo Natlanael Pereira de. O Ginásio Pluricurricular e a Reformulação do Ensino Médio no Brasil. Texto utilizado na disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau do curso de formação para professores do Polivalente pelo Centro de Treinamento de Professores de Ginásio Orientados para o Trabalho. Acervo da Escola Estadual Polivalente de Uberaba.

SPIEGEL, Murray R.; STEPHENS, Larry J. *Estatística*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

TRUMAN, Harry S. *Inaugural address*, January 20, 1949. Delivered in person at the Capitol. Disponível em: <http://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inaugural20jan1949.htm>. Acesso em 24 mar. 2015.

ZABALA, Antoni. *A prática educativa: como ensinar*. Tradução de Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

■ FONTES DOCUMENTAIS

— *Relativas aos acordos MEC–USAID e ao projeto Polivalente*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Subsídios para o estudo do ginásio polivalente*. Rio de Janeiro, 1969.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Secretaria geral. *Plano setorial de educação e cultura*, 1972/74. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971a. 250 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA/MEC. *Portaria 194-BSB*, de 19 de abril de 1971b. Extingue a EPEM.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino/MG; Universidade Federal de Minas Gerais; Secretaria Estadual de Educação. *Avaliação global das escolas Polivalentes*. Belo Horizonte, [1972a].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino/MG; Secretaria Geral, PROCARTA. *Manual de instruções*. Imprensa Oficial, 1972b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Termo aditivo 2 ao convênio setorial 3*, relativo ao setor da educação, entre a SUBIN e a FGV. 20 de março de 1972c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Diretrizes gerais para os cursos de treinamento de pessoal*. Documento 13-0800-MA-A. 1973. S. l., janeiro de 1973a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Estudo para um colégio Polivalente — 1ª parte: fundamentação, estrutura e dimensionamento*. S. l., 1973b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Política nacional de materiais de ensino-aprendizagem — documento 1*, n. 10-063-ES-1973. Rio do Janeiro, RJ, 1973c.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *C. R. of. PREMEN*. Dados e informes referentes ao PREMEN, 10 de novembro de 1975a. Daliloscritto. Folhas avulsas grampeadas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Relação de documentos — 26 escolas Polivalentes de 3ª a 4ª etapas* [mapa de áreas de atuação do PREMEN, conforme dados do MEC e da Comissão Estadual de Minas Gerais]. Daliloscritto. Folhas avulsas. Belo Horizonte, 23 de outubro de 1975b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Convênio celebrado entre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino — PREMEM com a prefeitura municipal de Monte Carmelo*. Datiloscritto. Folhas avulsas grampeadas. S. l., s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Fundamentação teórica da escola Polivalente*. Datiloscritto, folhas avulsas grampeadas. S. l., s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Manual de Equipamento (MANEQ)*. Datiloscritto, brochura. Rio do Janeiro, s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *O PREMEN e as escolas polivalentes, item b: as escolas polivalentes e a reestruturação dos sistemas estaduais de ensino*. Documento 11-070-ES-SD. S. l., s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Programa de criação dos ginásios Polivalentes*. Documento 10-069-ES-SD. Rio do Janeiro, S. l., s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Organização da escola polivalente* — documento 13-081-MA-SD. Rio do Janeiro, s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Relatório das metas e bases para a ação de governo – educação*. S. d. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=28586>. Acesso em: 14 jul. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Um estudo para o relacionamento da escola Polivalente com a sua comunidade*. S. l., s. d.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Acordo de cooperação nº 512-11-610-042*. Rio do Janeiro, 31 de março de 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional do Ministério do Planejamento. *Acordo 512-FC-680-617*. [1966]

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Termo aditivo 512-11-650-042.1 ao acordo 512-11-610-042*, de 1965. S. l., 18 de setembro de 1968.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. Acordo de empréstimo 512-L-078, de 13 de novembro de 1969. *Diário Oficial* da União, Rio do Janeiro, RJ, dezembro de 1969, “Seção I — parte 1”, p. 10.760–10.765.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Convênio de planejamento educacional — ensino fundamental*; documento 06-035-CV-1971, assinado em 16 de março de 1970a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Acordo geral SUBIN–USAID — documento 06-037-CV-1972*. Destinação de Cr\$ 17.753.000,00 a projetos da educação. Rio do Janeiro, 7 de julho de 1970b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Acordo 512-11-680-286*, vigente de 1º de abril de 1972 a 31 de março de 1974. Rio do Janeiro, RJ, 1972a.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Acordo 512-11-680-286.1* — letra B das disposições gerais do acordo de 1972b. Rio do Janeiro, 1972b.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA; AGÊNCIA NORTE-AMERICANA PARA O DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL. *Acordo 512-L-081* — documento 25-167-RL-1978. Rio do Janeiro, RJ, 1978.

■ FONTES DOCUMENTAIS

— *Acervos escolares*

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. *Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari*. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Ata da reunião de 6/6/72a. In: _____. *Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari*. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. Ata da reunião de 20/7/72b. In: _____. *Livro de atas das reuniões do corpo docente e técnico-administrativo da escola estadual polivalente de Araguari*. 1972.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAGUARI. *Ata da reunião do pessoal docente e técnico-administrativo*, 24 de abril de 1974.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAXÁ. *Livro de ata de resultado final de aproveitamento*, Araxá, 1975.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAXÁ/EPA. *Plano curricular*, 1976. Acervo da escola.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ARAXÁ. *Regimento escolar*. 1980. Acervo da escola. Araxá, MG.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ITUIUTABA. *Ata de reunião do CPA*, 20 de fevereiro de 1976.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ITUIUTABA. *Ata da 1ª reunião da CPA*, 19 de fevereiro de 1976a. Acervo da escola.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE ITUIUTABA. *Ata da 2ª reunião da CPA*, 20 de fevereiro de 1976b. Acervo da escola.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE JUIZ DE FORA. [Correspondência datada de 19 de abril de 1974.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO. *Regimento Interno*, 1975. Acervo da escola. Monte Carmelo, MG.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO. *Jornal Informativo*, de 12 de novembro de 1998. Acervo da escola. Monte Carmelo, MG.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE MONTE CARMELO. *Resumo histórico da E. E. "Prof. Vicente Lopes Perez"*. Acervo da escola. Monte Carmelo, MG.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE PATOS DE MINAS. *Ata de resultados finais*. Patos de Minas, 1972–3.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE UBERABA. *Atas de conclusão de série e curso*. Uberaba, 1971.

ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE DE UBERABA. [Correspondência], 1974. NASCIMENTO, Maria Marta Chaves. [Finalmente...]. In: ESCOLA ESTADUAL

POLIVALENTE DE MONTE CARMELO. *Jornal Informativo*, de 12 de novembro de 1998. Acervo da escola. Monte Carmelo, MG.

■ FONTES LEGAIS

ARAXÁ. Câmara Municipal. *Lei 1.208*, de 26 de outubro de 1972. *Correio de Araxá*. Araxá, n. 805, 4 de novembro de 1972.

ARAXÁ. Câmara Municipal. *Lei municipal 1.254*. *Correio de Araxá*. Araxá, n. 805, 24 de novembro de 1973, ano XVII, n. 860.

BRASIL. *Lei 4.024*, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>.

BRASIL. Decreto do Conselho de Ministros nº 1.040, de 23 de Maio de 1962. Cria a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decmin/1960-1969/decretodoconselhodeminstros-1040-23-maio-1962-353051-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 set.

BRASIL. *Decreto 63.914*, de 26 de dezembro de 1968. Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências. 1968). Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63914-26-dezembro-1968-405261-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BRASIL. *Decreto 65.476*, de 21 de outubro de 1969a. Dispõe sobre as atividades de cooperação técnica internacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65476-21-outubro-1969-407095-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Câmara de Ensino Superior. *Parecer 912/69*. Dispõe sobre o projeto de licenciatura de curta duração em regime intensivo, destinada à formação de professores do ciclo ginásial. 1969b.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Decreto 12.863/70*, de 30 de julho de 1970a. Fixa normas para admissão de pessoal dos Ginásios Polivalentes, de que trata o Convênio celebrado em 19 de fevereiro de 1970 entre a União e o Estado.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Diretrizes gerais para o ginásio Polivalente*. 1970b.

BRASIL. *Parecer 74/70*. Dispõe sobre cursos especiais para formar professores das disciplinas de artes práticas. 1970c.

BRASIL. Câmara de Ensino Superior. *Parecer 74*. “Justificativa da implantação da Escola Polivalente experimental”, 1970d.

BRASIL. *Lei 5.692*, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15692.htm>. Acesso em: 7 dez. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 70.067*, de 26 de janeiro de 1972a. Dispõe sobre o programa de Expansão e Melhoria do Ensino e dá outras providências. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-70067-26-janeiro-1972-418584-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 fev. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Especificações educacionais das diretrizes gerais para o ginásio Polivalente* — série “A escola Polivalente”, volume I, “fundamentação teórica da escola polivalente”. 1972b.

BRASIL. *Aviso 11*, de 6 de setembro de 1974a.

BRASIL. *Resolução nº 464-D*, de 20 de agosto de 1974b.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Secretaria de Orçamento Federal. Orçamentos da união exercício financeiro 2008. Brasília, DF 2007. Disponível em:
<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamientos-anuais/orcamento-2008/projeto-de-lei-orcamentaria-anual/informacoes-complementares-ao-ploa-2008/Volume_4.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

BRASIL. *O planejamento educacional no Brasil* — Fórum Nacional de Educação, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Programa de Expansão e Melhoria do Ensino. *Diretrizes gerais para os cursos de treinamento de pessoal para o 1º Grau*. S. d.

MINAS GERAIS. *Decreto nº 12 863*, de 30 de julho de 1970a.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. *Resolução 925 1970*, de 27 de maio de 1970b (texto original). Aprova o Convênio celebrado entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura, através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Primário [Médio] – PREMEM – e o Estado de Minas Gerais. Disponível em:
http://hera.almg.gov.br/cgi-bin/nph-brs?co1=e&d=NJMG&p=1&u=http://www.almg.gov.br/njmg/chama_pesquisa.asp&SECT1=IMAGE&SECT2=THESOFF&SECT3=PLUROFF&SECT6=HITIMG&SECT7=LINKON&l=20&r=1&f=G&s1=RAL.TIPO.+e+925.NUME.+e+1970.ANO.&SECT8=SOTEXTO. Acesso em: 1º set. 2010.

CORREIO DE ARAXÁ. *E os ônibus começaram a correr.* Araxá, MG, ano XVI, n. 805, 4 de novembro de 1972.

CORREIO DE ARAXÁ. *Obras que marcam uma administração,* Araxá, MG, 1973.

CORREIO DE ARAXÁ. *Polivalente — Dia 9 o início das aulas.* Araxá, MG, n. 898, 24 de agosto de 1974.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Polivalente vai funcionar no mês que vem,* Uberlândia, MG, n. 11.284, 8 de julho de 1971a.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *A reforma do ensino.* Uberlândia, MG, n. 11.301, 8 de agosto de 1971b.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Ana Lúcia visita escolas para reforma do ensino.* Uberlândia, MG, n. 11.308, 20 de agosto de 1971c.

CORREIO DE UBERLÂNDIA. *Três cidades escolhidas para a implantação da reforma do ensino.* Uberlândia, MG, nº 11.430, 21 de março de 1972.

FOLHA DE S. PAULO. *As campanhas contra os EUA... estão na cara...,* São Paulo, SP, 2 de junho de 1967a.

FOLHA DE S. PAULO. *MEC-USAID,* São Paulo, SP, 30 de abril de 1967b.

FOLHA DE S. PAULO. *Ex-diretor da USAID diz que não foram impostos acordos com o MEC,* São Paulo, SP, 3 de julho de 1968, “Primeiro caderno”.

FOLHA DE S. PAULO. *MEC diz como aplica empréstimos.* São Paulo, SP, 18 de agosto de 1973, “Primeiro caderno”.

FOLHA DE S. PAULO. *O fim dos programas,* São Paulo, SP, 9 de março de 1977, “Primeiro caderno”.

FOLHA DE S. PAULO. *A educação e seu “pior momento”.* São Paulo, SP, 18 de outubro de 1980, “Primeiro caderno”.

LAVOURA E COMÉRCIO. *Uma grande conquista para Uberaba,* Uberaba, MG, 1º de março de 1971.

MINAS GERAIS. Na Justiça os professores das escolas polivalentes. Belo Horizonte, MG, de 22 de maio de 1975.

■ FONTES ON-LINE

FACEBOOK. Página da Escola Polivalente de Uberlândia. Disponível em: <<https://www.facebook.com/pages/Escola-Estadual-Guiomar-de-Freitas-Costa-Polivalente/317449504958308>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

FACEBOOK. Página da Escola Polivalente de Araguari. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/PolivalenteAraguari>](https://www.facebook.com/PolivalenteAraguari). Acesso em: 6 fev. 2015.

FACEBOOK. Página da Escola Polivalente de Araxá. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/polivalente.araxa.1>](https://www.facebook.com/polivalente.araxa.1). Acesso em: 6 fev. 2015.

FACEBOOK. Página da Escola Polivalente de Ituiutaba. Disponível em:
[<https://www.facebook.com/pages/Escola-Polivalente-Ituiutaba/348149911871786](https://www.facebook.com/pages/Escola-Polivalente-Ituiutaba/348149911871786). Acesso em: 6 fev. 2015.

ANEXO A

Planos curriculares das escolas Polivalentes de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Monte Carmelo e Uberlândia, MG

PLANO CURRICULAR DA ESCOLA POLIVALENTE DE ARAXÁ — 1975

CONTEÚDO GERAL	MATÉRIAS	ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDO DISCIPLINAS	5ª SÉRIE		6ª SÉRIE		7ª SÉRIE		8ª SÉRIE		AULAS	HORAS								
			AULAS		HORAS		AULAS		HORAS											
			S	A	S	A	S	A	S	A										
Comunicação e expressão		Com. Língua Portug.	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	504	420
		Educ. Artística	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	144	120
		Educ. Física	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	288	240
		Língua Estrangeira	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	360	300
Ciências		Ciências e Programa de Saúde	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	432	360
		Matemática	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	3	108	2:30	90	3	108	2:30	90	504	420
Estudos sociais		Geografia	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	288	240
		História	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	2	72	1:40	60	288	240
		O.S.P.B. e Educ. Moral e Cívica	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	144	120
		Orient. Educacion.	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	144	120
Outras atividades		Ensino Religioso	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	1	36	50'	30	144	120
		Biblioteca	1	36	50'	30												36	30	
FORMAÇÃO ESPECIAL		Tec. Agrícolas	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	6	216	5:00	180	6	216	5:00	180	720	600
		Ed. p/ o Lar	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	6	216	5:00	180	6	216	5:00	180	720	600
		Técnicas Comercia.	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	6	216	5:00	180	6	216	5:00	180	720	600
		Tec. Industriais	4	144	3:20	120	4	144	3:20	120	6	216	5:00	180	6	216	5:00	180	720	600
Total			40	1440	33:20:00	1200	39	1404	32:30:00	1170	46	1656	38:20:00	1380	46	1656	38:20:00	1380	6156	5130

Nota: a última linha dos totais difere da encontrada no plano curricular original da escola. Obs.: 1) As Artes Práticas serão ministradas em regime semestral. No período sondagem (5ª e 6ª Séries) o aluno fará 2 matérias práticas por ano. 2) Duração/módulo: 5ª a 8ª séries: 50 minutos. 3) Número de dias letivos anuais: 180 . 4) Número de dias letivos semanais: 5. 5) Número de semanas letivas anuais: 36. 6) Carga horária semanal: 5ª a 8ª séries: 20 horas. 7) Carga horária anual: 720 horas.

QUADRO CURRICULAR - 1.976 — ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU "POLIVALENTE" DE FRUTAL/MG

5ª A 8ª SÉRIE DO 1º GRAU - 1.976 -		5ª Série		6ª Série		7ª Série		8ª Série	
		AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA	AS	CHA
Matérias	Conteúdos específicos								
Português	Português	4	120	4	120	4	120	4	120
Matemática	Matemática	4	120	4	120	4	120	4	120
	Geografia	2	60	2	60	2	60	2	60
Estudos Sociais	História	3	90	3	90	2	60	2	60
	E. M. C.	1	30	1	30	1	30	1	30
Ciências	Ciênc.fís. E biol. + prog. De saúde	3	90	3	90	2	60	2	60
Ed. Física	Educação Física	2	60	2	60	2	60	2	60
Ed. Art.	Educação Artística	1	30	1	30	1	30	1	30
Ens. Relig.	Ensino Religioso	1	30	1	30	1	30	1	30
Total de aulas semanais e horas		21	630	21	630	19	570	19	570
Língua Estrang. Moderna — Inglês						2	60	2	60
Culturas Regionais		2	60	2	60				
Economia Doméstica		2	60	2	60				
Atividades Comerciais						2	60	2	60
Artes gráficas e Manugráficas						2	60	2	60
Total geral		25	750	25	750	25	750	25	750

Carga horária anual = 750

Dias letivos anuais = 180

PLANO CURRICULAR — ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU "ANTÔNIO DE SOUZA MARTINS" (ex. Polivalente)

			MATERIAS		CARGA HORÁRIA SEMANAL E ANUAL EM MÓDULOS								TOTAL		
			5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		S	A	S	A	
			S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	
EDUCAÇÃO GERAL	Comunicação e Expressão	Comunicação e Expressão Língua Portuguesa	4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
		Educação Artística	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144			
		Educação Física	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288			
		Francês ou Inglês	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288			
CIÊNCIAS	Ciências	Ciências Fís. Biol. Prog. de Saúde	3	108	3	108	3	108	3	108	12	432			
		Matemática	4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
FORMAÇÃO ESPECIAL	Estudos Sociais	Geografia	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288			
		História	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288			
		O.S.P.B. e Moral e Cívica	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144			
FORMAÇÃO ESPECIAL	Práticas Agrícolas		4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
	Práticas Comerciais		4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
	Práticas Industriais		4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
	Educação p/ o Lar		4	144	4	144	4	144	4	144	16	576			
	Outras Atividades	Orientação Educacional	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144			
		Biblioteca*	1	36							1	36			
		Ensino Religioso*	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144			
Total		Aulas	24	864	24	864	24	864	24	864	96	3456			
Total		Horas			720		720		720		720				

Obs.:o plano curricular original não tem nenhum esclarecimento sobre os indicadores. Como a somatória não corresponde aos valores apresentados, acreditamos que alguns deles não tenham entrado no cômputo da carga horária.

PLANO CURRICULAR - ESCOLA ESTADUAL POLIVALENTE “ANTÔNIO DE SOUZA MARTINS” — Ituiutaba, MG, 1976

FORMAÇÃO ESPECIAL	EDUCAÇÃO GERAL	MATÉRIAS	ATIVIDADES — ÁREA DE ESTUDO — DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL E ANUAL EM MÓDULOS								TOTAL	
				5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		S	A
				S	A	S	A	S	A	S	A		
Comunicação e Expressão			Língua Portuguesa	5	180	5	180	5	180	5	180	20	720
			Educação Artística	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144
			Educação Física	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288
			Inglês*			2	72	2	72	2	72	6	216
Ciências			Ciências Fís. Biol. Prog. de Saúde	2	72	3	108	2	72	2	72	9	324
			Matemática	4	144	3	108	4	144	4	144	15	540
Estudos Sociais			Geografia	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288
			História	2	72	2	72	2	72	2	72	8	288
			Educação Moral e Cívica - O.S.P.B.	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144
			Ensino Religioso	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144
Área Econômica Primária			Agricultura e Fitotecnia Zootecnia Industrias de Produtos Alimentícios	4	144	4	144	4	144	4	144	16	576
Área Econômica Secundária			Artes Gráficas - Cerâmica - Metal - Couro - Madeira - Eletricidade	4	144	4	144	4	144	4	144	16	576
Área Econômica Terciária			Comércio e Serviços Educação para o Lar e Saúde	4	144	4	144	4	144	4	144	16	576
Outras atividades			Orientação Educacional	1	36	1	36	1	36	1	36	4	144
Total			Aulas	25	900	25	900	25	900	25	900	100	3600
Total			Horas		750		750		750		750		

PLANO CURRICULAR - ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU (EX-POLIVALENTE)
MONTE CARMELO
1975

	MATÉRIA	ATIVIDADES ÁREAS DE ESTUDO DISCIPLINA	5ª SÉRIE		6ª SÉRIE		7ª SÉRIE		8ª SÉRIE		TOTAL
			S	A	S	A	S	A	S	A	
EDUCAÇÃO GERAL	Comunicação e Expressão	C. E EXPRESSÃO - Língua Portuguesa	4	144	4	144	4	144	4	144	1296 a
		Educação Artística	1	36	1	36	1	36	1	36	
		Educação Física	2	72	2	72	2	72	2	72	
		Língua Estrangeira (Inglês)	2	72	2	72	2	72	2	72	
Estudos Sociais	Geografia	Geografia	2	72	2	72	2	72	2	72	720 a
		História	2	72	2	72	2	72	2	72	
		OSPB - Educação Moral e Cívica	1	36	1	36	1	36	1	36	
Ciências	Ciências F. Biológicas e Programa de Saúde	Ciências F. Biológicas e Programa de Saúde	3	108	3	108	3	108	3	108	864 a
		Matemática	3	108	3	108	3	108	3	108	
Ensino Religioso (*)											
F. ESPECIAL	P. Agrícolas										57632 a
	P. Comerciais e Serviços										
	P. Industriais	—									
	Ed. p/ o Lar										
TO-TAL	AULAS		24	864	24	864	24	864	24	864	3456
	HORAS		720		720		720		720		2880

³² No quadro original o valor está 575; os demais valores estão iguais.

PLANO CURRICULAR DA ESCOLA ESTADUAL DE 1º GRAU MONTE CARMELO (EX-POLIVALENTE) — 1976

MATÉRIAS	ATIVIDADES/ÁREAS DE ESTUDO/ DISCIPLINA	5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		TOTAL
		S	A	S	A	S	A	S	A	
Comunicação e Expressão	Comunicação L. Portuguesa	4	144	4	144	4	144	4	144	1296 a
	Ed. Artística	1	36	1	36	1	36	1	36	
	Ed. Física	2	72	2	72	2	72	2	72	1080 h
	Língua Estrangeira (inglês)	2	72	2	72	2	72	2	72	
Estudos sociais	Geografia	2	72	2	72	2	72	2	72	720 a
	História	2	72	2	72	2	72	2	72	
	OSPB e Ed. M. Cívica	1	36	1	36	1	36	1	36	600 h
Ciências	Ciências e P. de Saúde	3	108	3	108	3	108	3	108	864 a
	Matemática	3	108	3	108	3	108	3	108	720 h
	Ensino Religioso	1	36	1	36	1	36	1	36	144 a 120 h
Setor Primário		4	144	4	144	4	144	4	144	576 a
Setor Secundário										480 h
Setor Terciário										
Aulas		25	900	25	900	25	900	25	900	3600
Horas			750		750		750		750	3000

QUADRO CURRICULAR ESCOLA POLIVALENTE UBERLÂNDIA – NOTURNO – 1975

MATERIAS (ÁREAS DE ESTUDO)	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL E ANUAL EM MÓDULOS								TOTAL EM HORAS
		5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		
		S	A	S	A	S	A	S	A	
Comunicação e Expressão	Ling. Portuguesa	4	120	4	120	4	120	4	120	900 h
	Educação Artística	2	60	2	60	1	30	1	30	
	Educação Física	2	60	2	60	2	60	2	60	
Estudos Sociais	História	2	60	2	60	2	60	2	60	720 h
	Moral e Cívica	1	30	1	30	1	30	-	-	
	OSPB	-	-	-	-	-	-	1	30	
	Geografia	3	90	3	90	3	90	3	90	
Ciências e Matemática	Ciências e prog de saúde	3	90	3	90	3	90	3	90	840 h
	Matemática	4	120	4	120	4	120	4	120	
Ensino Religioso		1	30	1	30	1	30	1	30	120 h
Recreio*		5	150	5	150	5	150	5	150	180 h
FORMAÇÃO ESPECÍFICA										
Práticas comerciais e de serviço	Processo de compra, venda e crédito, serviço de pessoal, serviço de contabilidade e escritório - datilografia	2	60	2	60	3	90	3	90	300 h
Educação para o lar	A família / Habitação / Nutrição e saúde / Vestuário e estética pessoal									
TOTAL	Módulos	24	864	24	864	24	864	24	864	
TOTAL	Horas	720		720		720		720		2880 h

Escola Estadual "Guimaraes de Freitas Costa" de 1º Grau (Ex- Polivalente) – Uberlândia – MG

Plano Curricular (Noturno) 1975

Indicadores: N° de Dias Letivos: Semanais – 05; Semestrais – 90; Anuais – 180; N° de Semanas Letivas: Semestrais – 18; Anuais – 36

Duração do Módulo: 50 min./Carga Horária Semestral: 360; Carga Horária Anual: 720

Observações: recreio: (15 min.) não computado na carga mínima obrigatória

O.S.P.B. e ED. M. C.: Incluídas no cômputo da carga horária de História (Programação integrada)

Diretora: Vilma Silveira Mariano; Secretária: Creusa Marlene Batista

QUADRO CURRICULAR ESCOLA POLIVALENTE UBERLÂNDIA– DIURNO - 1976

MATÉRIAS (ÁREAS DE ESTUDO)	CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	CARGA HORÁRIA SEMANAL E ANUAL EM MÓDULOS								TOTAL EM HORAS
		5 ^a		6 ^a		7 ^a		8 ^a		
S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	
Comunicação e Expressão	Líng. Portuguesa	4	144	4	144	4	144	5	180	1110 h
	Educação Artística	1	36	1	36	1	36	1	36	
	Líng. estrangeira (Inglês/Francês)	3	108	3	108	2	72	-	-	
	Educação Física	2	72	2	72	2	72	2	72	
Estudos Sociais	História	1	36	1	36	1	36	2	72	510 h
	Moral e Cívica	1	36	1	36	1	36	-	-	
	OSPB	-	-	-	-	-	-	1	36	
	Geografia	2	72	2	72	2	72	2	72	
Ciências e Matemática	Ciênc.fís. e bio. e prog de saúde	3	108	3	108	3	108	3	108	840 h
	Matemática	4	144	4	144	4	144	4	144	
Ensino Religioso		1	36	1	36	1	36	1	36	120 h
Biblioteca		1	36							36
Recreio*		5	180	5	180	5	180	5	180	240 h
FORMAÇÃO ESPECÍFICA										
Área econômica primária	Olericultura; Jardinagem; Fruticultura Indústrias de Prod. Alim.; Zootecnia (Cunicultura, Avicultura)									
Área econômica secundária	Artes gráficas; Cerâmica; Eletricidade Madeira; Metal; Mecânica	3	108	3	108	4	144	4	144	420 h
Área econômica terciária	Mini empresa comercial; Atividades comerciais; Atividades bancárias; Atividades de escritório; Datilografia; Habitação e decoração; Saúde; Vestuário; Economia doméstica									
TOTAL	Módulos	25	900	25	900	25	900	25	900	
TOTAL	Horas		750		750		750		750	3000 h

Elza de Andrade Parziale – Supervisora; Vilma Silveira Mariano – Diretora

Uberlândia, 16 de março de 1976 — Escola Estadual “Guiomar de Freitas Costa” de 1º Grau (Ex- Polivalente) – Uberlândia – MG

Plano Curricular (Diurno) 1976

Indicadores: N° de Dias Letivos: Semanais – 05; Semestrais – 90; Anuais – 180; N° de Semanas Letivas: Semestrais – 18; Anuais – 36

Duração do Módulo: 50 min. — Carga Horária Semestral: 375 h — Carga Horária Anual: 750 h

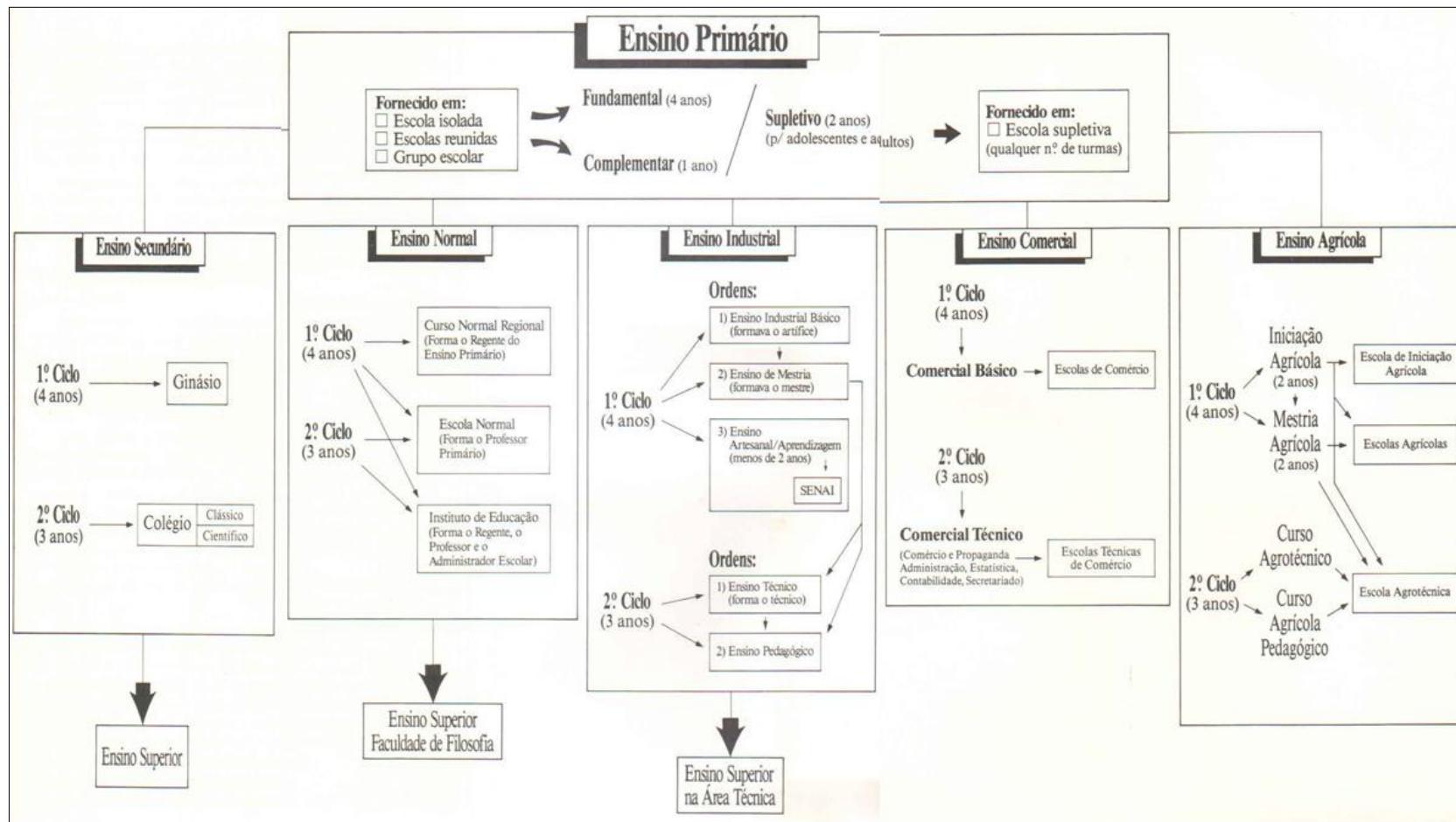
Observações:

1. Recreio: (20 min.) não computado na carga mínima obrigatória

2. O.S.P.B. e ED.M.C.: Programação integrada a História; Disciplina com conteúdo específico na 8^a série

3. Biblioteca: Aulas de Biblioteca para a 5^a série fora da carga horária mínima.

ANEXO B
Estrutura educacional instituída pelas Leis Orgânicas (1942-1946)



Estrutura educacional instituída pelas Leis Orgânicas (1942-1946)

Fonte: GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

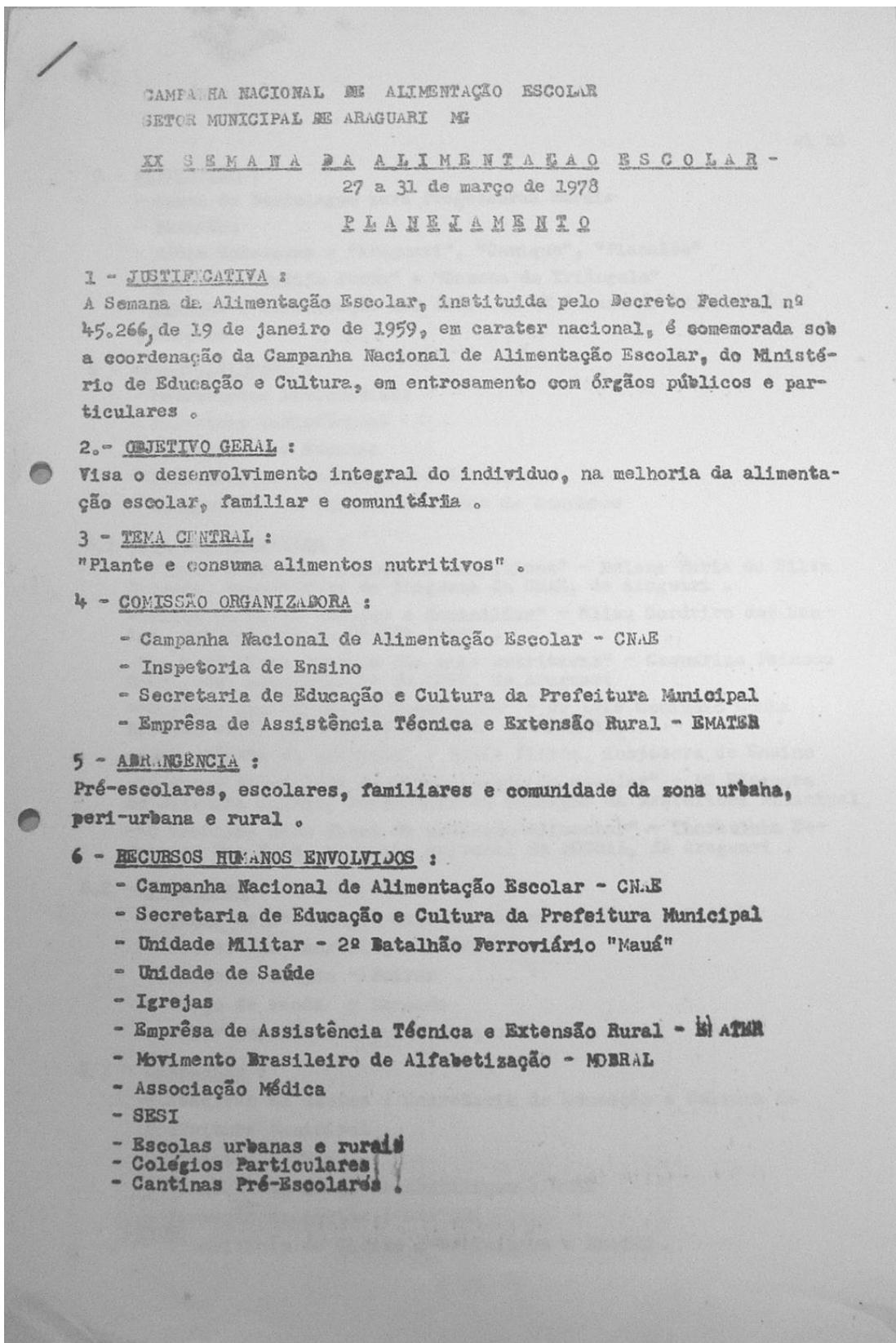
ANEXO C
Planejamento da Educação Fundamental

EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL		
Objetivos	Atividades curriculares	Disciplinas/práticas educativas
Deve-se proporcionar ao educando uma formação básica que o capacite para Comunicar-se com eficiência	Essas atividades devem assegurar ao educando: Capacidade de comunicação eficiente, dando-se especial relevo ao ensino de Português	(e outras atividades desenvolvidas na escola) – Português – Línguas estrangeiras – - Quaisquer atividades relacionadas com a expressão pessoal e a comunicação
Dominar as estruturas básicas das disciplinas ou áreas estudadas Integrar-se ao meio em que vive Conhecer os problemas da comunidade a que pertence e a problemática brasileira Participar da solução de problemas a seu alcance	Domínio dos elementos básicos do pensamento quantitativo Iniciação ao método científico Conhecimento do mundo físico, social e cultural, com a consequente integração ao meio	– Matemática – Problemas Brasileiros – Estudos Sociais – Ciências Naturais – Iniciação à Tecnologia – Defesa da Saúde e Conservação da Vida – Educação para o Lar
Agir em decorrência de uma adequada formação moral e cívica Aperfeiçoar o caráter, respeitar os semelhantes e com eles solidarizar-se	Aproveitamento do sentido formativo das atividades físicas, intelectuais, artísticas, cívicas e dos princípios éticos	– Educação Moral e Cívica – Educação Física – Recreação – Prática de Esportes – Todas as atividades desenvolvidas na escola focalizadas em seus aspectos formativos
Reconhecer os próprios interesses e capacidades prováveis em relação a vários tipos de atividade	Reconhecimento dos próprios interesses e capacidades prováveis na relação a vários tipos de atividades	– Todas as atividades intelectuais e artísticas desenvolvidas na escola – Técnicas Comerciais – Técnicas Agrícolas – Artes Industriais – Conhecimento do mundo do trabalho
Ver o mundo em que vive com curiosidade e interesse Ser receptivo à mudança Usar a imaginação e desenvolver a criatividade	Desenvolvimento de novos interesses e da expressão pessoal	
Estudar e aperfeiçoar-se por si, em função de hábitos e habilidades básicas adquiridos, tendo condições para educar permanentemente o interesse por fazê-lo Desempenhar com eficiência as atividades ligadas à vida comum e aumentar o rendimento do trabalho que vier a desempenhar quando incorporado à mão-de-obra	Capacidade de estudar e aperfeiçoar-se por si, tendo condições para educar-se permanentemente	Aprendizagem das estruturas básicas das matérias, ou áreas de estudo Aquisição de hábitos e habilidades básicas de trabalho e estudo

Fonte: PIRES, 1970, p. 33–4.

ANEXO D

Planejamento da XX Semana da Alimentação Escolar – 1978



Fonte: Escola Estadual Polivalente de Araguari

Fl 02

7 - DIVULGAÇÃO :

- Curso de Reciclagem para Professoras Rurais
- Reuniões
- Rádio Emâsseras : "Araguari", "Cacique", "Planalto"
- Jornal : "Botija Parda" e "Gazeta do Triângulo"
- Igrejas : comunicação aos fiéis da XX Semana da Alimentação
- Slogans

8 - DESENVOLVIMENTO :

- Entrevistas radiofônicas
- Palestras radiofônicas
- Palestras nas Escolas
- Palestras nas Cantinas Pré-Escolares
- Inauguração da Unidade de Saúde de Amanhece

8.1 Tema das Palestras :

- "Plante e consuma alimentos nutritivos" - Helena Maria da Silva Resende, supervisora de Programa da CNAE, de Araguari .
- "Valor da horta escolar e domiciliar" - Elisa Cordeiro dos Santos, supervisora da EMATER local .
- "As hortaliças frescas são mais nutritivas" - Cesmarina Peixoto Rodrigues, coordenadora do SESI, de Araguari
- "Higiene dos Alimentos Consumidos" - Dr Luis Gonçalves Cunha Bastos, chefe da Unidade de Saúde de Araguari .
- "Importância da nutrição" - Lybia Vieira, inspetora de Ensino
- "O valor da merenda na aprendizagem do escolar" - Mm Eleonora de Oliveira Scalia, secretaria de Educação da Prefeitura Municipal
- "O trabalho como fator de produção alimentar" - Therezinha Rodrigues dos Reis, elemento cultural do MOBRAL, de Araguari .

8.2 - Pesquisas :

- Quais as hortaliças mais usadas na região ? - EMATER
- Fontes das hortaliças - EMATER
- Preço de compra - Feiras
- Preço de venda - Mercado
- Valor nutritivo das hortaliças - CNAE

8.3 - Campanhas :

- Escovas de dentes : Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal .
- Sementes : CNAE
- Formação de mudas de hortaliças : CNAE
- Formação de hortas : EMATER
- Arborização da Cidade : Prefeitura e EMATER .

Fl 03

8.4 Estórias alusivas ao tema :

- escrita
- desenhada
- colada .

8.5 Concurso :

- = estória muda em quadrinhos alusiva ao tema da tema .
- Patrocinadores dos prêmios do concurso :
 - Batalhão Ferroviário "Mauá"
 - Lyons Club
 - Rotary Club
- Comissão encarregada de classificar as estórias do concurso :
 - Inspetoras : Amélia Biogo de Sousa
 - Anna Vera Britto da Cruz
 - Lybia Vieira
 - Maria Aparecida Peixoto Criz
 - Maria Inês dos Santos
 - Sônia Facury Braga

8.6 Auditórios :

- na sala de aula
- coletivo na escola
- coletivo fora da escola

8.7 Teatro de fantoches :

- escrita e montagem - CNAE
- máscaras : merendeiras e recreadoras pré-escolares .

8.8 Canto :

- Composição da letra : CNAE de Araguari

8.9 Visitas :

- Escolas urbanas e rurais : Secretaria de Educação e Cultura da P. Municipal e CNAE - apresentação do teatro de fantoches - palestras ;
- Em 10 bairros da cidade : CNAE - assistir o auditório pfe- escolar .

8.9 Merendas Festivas : (Cardápio unificado)

- 2ª feira : Arroz com galinha
- 3ª feira : Doce de abóbora com côco
- 4ª feira : Macarronada e suco de frutas
- 5ª feira : canjicada
- 6ª feira : Biscoitos com suco de frutas .

Fl 0+

9 - ABERTURA DA SEMANA :

Dia : 27 de março de 1978 - Horário : 9 horas

Local : Escola Estadual Polivalente "Madre Blandina"

Programa de Abertura :

- Histórico da CNAE - pela supervisora de Programa da CNAE ;
- Número sobre a Páscoa : Pré-escolares da Vila Amorim ;
- Número da Escola ;
- Merenda Festiva .

10 - ENCERRAMENTO DA SEMANA :

Dia : 31 de março de 1978 - Horário : 18 horas .

Local : Rádio "Planalto"

Programa de Encerramento :

- Palavra da Supervisora de Programa da CNAE e música : "A Sema na está aí" .
- Entrega de prêmios aos vencedores do concurso de estória em quadrinhos .
- Evolução da Alimentação com alunos caracterizados .
- Palestra sobre a Revolução de 31 de março - 2º Batalhão Ferroviário "Mauá" .
- Número de Canto .
- Jogral sobre o tema da Semana .
- Palavra Livre .

Planejamento e Coordenação
alunos matriculados

Araguari, 06 de março de 1978 .

HM Rezende

Helena Maria da Silva Rezende

Supervisora de Programa da CNAE de Araguari

ST/SM/arag/egm .

ANEXO E

Decreto 63.914/68

Provê sobre o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM) e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 83, item II da Constituição.

Considerando que o aprimoramento do ensino médio, no nível ginásial, deve ser estimulado com o aumento do número de escolas polivalentes; e

Considerando as diretrizes governamentais fixadas na preparação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento, decreta:

Art. 1º - Fica aprovado o “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio” – PREMEM – com o objetivo especial de incentivar o desenvolvimento quantitativo, a transformação estrutural e o aperfeiçoamento do ensino médio.

Art. 2º - O PREMEM contará com recursos orçamentários federais e estaduais, e extra orçamentários de fontes internas e externas.

Art. 3º - O PREMEM será administrado por uma Comissão de Administração, que funcionará junto ao Ministério da Educação e Cultura, constituída de seis membros, sendo um deles coordenador, designado pelo Ministro do Estado.

Parágrafo único – O Ministério da Educação e Cultura poderá solicitar de outros setores governamentais titulares ou servidores postos à sua disposição para integrar o PREMEM.

Art. 4º - A Comissão de Administração terá a atribuição de promover a aplicação de recursos financeiros decorrentes dos convênios firmados com os Estados, e administrará os recursos federais, inclusive os provenientes de empréstimos, observado o disposto no artigo 14.

Parágrafo único – Os recursos do PREMEM serão depositados em conta especial, aberta à sua ordem, no Banco do Brasil S.A.

Art. 5º - A Comissão de Administração prestará contas, semestralmente, à Inspetoria-Geral de Finanças do Ministério da Educação e Cultura, quanto à aplicação dos recursos colocados à sua disposição.

& 1º - A prestação de contas será feita até 90 (noventa) dias após o encerramento do semestre a que se referir.

& 2º - A Comissão de Administração contará com auditoria interna.

Art. 6º - Compete à Comissão de Administração ao aplicar os recursos provenientes de empréstimos externos e recursos nacionais de contrapartida:

I – Promover, juntamente com os Estados, a implementação dos planos elaborados pelos mesmos e referentes à expansão e melhoria da sua rede de ensino médio público, em

articulação com uma assistência técnica educacional que assegure a consecução dos objetivos do PREMEM.

II – Administrar os projetos de âmbito nacional que visem ao treinamento e aperfeiçoamento de professores de ensino médio geral, a construção de um ginásio polivalente modelo na capital de cada Estado, ao equipamento e manutenção dos centros de treinamento de professores de ciências, à seleção de bolsistas para aperfeiçoamento no estrangeiro e à organização de serviços de assistência técnica educacional.

III – Encaminhar e acompanhar a liberação dos recursos para os vários subprogramas do PREMEM.

IV – Elaborar as minutas de acordos e convênio a serem celebrados com os Estados e órgãos incumbidos da execução do Programa.

& 1º - A execução dos projetos aprovados será feita, e sempre que possível, através dos órgãos especializados do Ministério da Educação e Cultura.

& 2º - Das decisões da Comissão de Administração serão extraídas datas para encaminhamento, por cópia autêntica, ao Ministério da Educação e Cultura.

Art. 7º - Os órgãos do Ministério da Educação e Cultura, em cujo orçamento figurem recursos destinados ao PREMEM, providenciarão o repasse desses recursos à conta mencionada no parágrafo único do artigo 4º desde Decreto.

Art. 8º - A Comissão de Administração disporá de Secretaria-Executiva e de assessoria contábil, além de pessoal auxiliar.

& 1º - Ministro do Estado da Educação e Cultura, por proposta da Comissão de Administração, solicitará sejam postos à disposição do PREMEM servidores da Administração Federal, direta ou indireta, e, ainda, servidores estaduais e municipais.

& 2º - A Secretaria-Executiva será dirigida por um servidor designado pelo Ministro de Estado, mediante indicação da Comissão de Administração.

& 3º - A Equipe de Planejamento do Ensino Médio (EPEM) do Ministério da Educação e Cultura prestará assessoria técnica à Comissão de Administração.

Art. 9º - Nos convênios para implantação do PREMEM nos Estados será prevista a constituição de uma Comissão incumbida dessa tarefa, integrada de dois representantes do Ministério da Educação e Cultura, um da Secretaria de Educação e Cultura e um do Conselho Estadual de Educação sob a presidência de representantes do PREMEM.

& 1º - Os representantes federais serão designados pelo Presidente da República.

& 2º - A localização dos estabelecimentos de ensino será estudada pela Comissão de que trata o artigo levando em conta, entre outros, os seguintes fatores para definição das prioridades:

- a) População da área a ser beneficiada pela escola;
- b) Conclusão de curso primário;
- c) População em idade escolar, atendida pela escola média;
- d) Investimento municipal em educação primária;

- e) Cooperação da comunidade;
- f) Meios de acesso à escola;
- g) Composição econômica da região;
- h) Disponibilidade de cargo docente.

Art. 10 – Em casos excepcionais, devidamente justificados, poderão ser contratados especialistas, sob o regime da legislação trabalhista, ou admitidos colabores eventuais, sem vínculo empregatício, observadas as normas legais.

Art. 11 – A Comissão de Administração não poderá despender, a título de despesa de custeio, importâncias superiores a 3% (três por cento) do total dos recursos provenientes de empréstimos externos e da contrapartida nacional, excluídas as despesas decorrentes dos encargos de consultoria.

Parágrafo único – Os recursos de que trata este artigo serão utilizados diretamente pela comissão de Administração e por ela repassados às várias entidades executoras do PREMEM, mediante plano de aplicação previamente aprovado.

Art. 12 – O Regimento da Comissão de Administração será expedido por ato do Ministério da Educação e Cultura.

Art. 13 – As minutas de convênios e o resultado dos estudos previstos no & 2º do artigo 9º deverão ser aprovados pelo Ministro da Educação e Cultura e pelo Governador do Estado.

Art. 14 – O Regulamento do INDEP de que trata o artigo 2º, & 1º da Lei nº 5 537, de 21 de novembro de 1968, deverá harmonizar o PREMEM com o mecanismo de financiamento de programas e projetos de ensino, estabelecido na referida Lei.

Art. 15 – O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Fonte: Escola Estadual Polivalente de Araguari

ANEXO F

Projeto para construir, transformar, equipar e treinar pessoal para os ginásios polivalentes

PROJETO 2

CONSTRUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO, EQUIPAMENTO TREINAMENTO DE PESSOAL PARA OS GINÁSIOS POLIVALENTES

1. JUSTIFICATIVA

O projeto surgiu da necessidade de propor soluções ao problema de estrangulamento da oportunidade de matrículas ao nível do ginásio, de dar um caráter mais realista e prático a currículos e programas dêste nível de ensino e de promover a maior sensibilização das agências de treinamento às necessidades de recursos humanos do sistema estadual de educação. Paralelamente, responder à necessidade estimular o aumento de eficiência administrativa dos órgãos envolvidos com o Programa, oferecendo novos modelos de organização e novas formas de atuação.

Destina-se a proporcionar os meios para consecução dos objetivos estabelecidos pelo Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968 [Anexo E da presente Tese], que criou o “Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio” – PREMEM.

Constitui o Projeto um estímulo ao aprimoramento do ensino fundamental e médio, com a implantação de escolas polivalentes, e o preparo e aperfeiçoamento de recursos humanos necessários ao desenvolvimento da Nação.

2. DESCRIÇÃO DO PROJETO

Os meios previstos para execução do Projeto são oriundos de três fontes: USAID, União e Estados Participantes.

O Acôrdo prevê as seguintes dimensões quantitativas para o Projeto:

- construção de 276 ginásios e 8 colégios;
- transformação de 30 ginásios;
- aumento de 240.000 matrículas (Aprox.);
- treinamento de 23.400 professores (Aprox.); e
- equipamento para todas aquelas Escolas e Centros de Ciências e Artes Práticas.

O Projeto estrutura-se, funcionalmente, e para fins de distribuição de encargos, em dois sub-programas. O principal, designado “Estados Participantes”, destina-se à construção de ginásios polivalentes em quatro estados – Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O outro sub-programa, designado “Nacional”, abrange a construção de um Ginásio Modélo, nas capitais de 18 Estados e no Distrito Federal. Em ambos há previsão de Treinamento

de Pessoal e aquisição de equipamento para os estabelecimentos escolares, sendo que no “Nacional” são previstas ainda bolsas de estudo no interior [exterior?] e aperfeiçoamento de professores.

A área de influência do Projeto abrange todo o território nacional, particularmente os Estados: Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

3. OBJETIVOS

3.1 – Dentro do triênio 1972/1974

Desenvolvimento quantitativo, transformação estrutural e aperfeiçoamento do ensino médio, por meio de:

- cursos intensivos de treinamento de professores, modernização de currículos, administração educacional, criação e escolas modelos e suprimento de equipamento escolar e material didático;
- construção de novos prédios escolares e adaptações de instalações existentes nos estados selecionados;
- aumento do volume de recursos destinados à educação particularmente à educação fundamental, pelos governos federal e estaduais;
- integração entre os órgãos estaduais responsáveis pelo setor educacional.

3.2 – Além do triênio

O Projeto tem sua execução previsto dentro do triênio.

4. FINALIDADES

O Projeto tem como finalidade a expansão e melhoria do ensino no nível fundamental e médio.

5. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

5.1 – Fases de execução:

A execução se desenvolve por meio da gerência de três grandes setores: Construção, Recursos Humanos (treinamento de pessoal) e Equipamento, conforme as atividades fins para atingir as metas previstas.

O planejamento global do Projeto visa quatro fases de 80 semanas cada uma, a saber: 1970/1971, 1971/1972, 1972/1973, 1973/1974. Elas se superpõem em determinados períodos.

No período considerado pelo OPI, o Programa se desenvolverá conforme as etapas do cronograma nº 1 anexo.

5.2 – Recursos Materiais

Para sua execução o Projeto conta com:

- terrenos de propriedade dos Estados, onde serão construídos os ginásios;
- prédios e instalações dos ginásios que serão transformados, no âmbito estadual;
- instalações das agências de treinamento de pessoal, tais como: Universidades, Faculdades e Centro de Treinamento;

- outros recursos materiais estabelecidos em convênios com os Estados e outros órgãos.

5.3 – Recursos Humanos

- Comissão de Administração (CA) do PREMEM;
- Secretaria Executiva do [sic] [da] CA, incluindo Consultorias, Assessorias e órgãos de apoio, tais como as gerências de Projeto de Construção, de Recursos Humanos e de Equipamento.
- Comissões Estaduais (CE) e respectivas Secretarias Executivas.
- Pessoal das Universidades, Faculdades e Centros de Treinamento, empenhado no treinamento de pessoal;
- Assessoria Técnica do Departamento de Ensino Fundamental do MEC;
- Secretaria de Educação e Cultura dos Estados, para fins de planejamento, fornecimento e dados, estatística e estabelecimento de convênios;
- Consultoria de Engenharia e Arquitetura, selecionada por concorrência pública para assistir todo o projeto.

5.4 – Recursos Financeiros

São previstos no Acôrdo MEC/USAID. O cronograma N° 2 apresenta a alocação de recursos por todos os Exercícios Financeiros até a conclusão do Projeto.

6. FORMAS DE CONSECUÇÃO

6.1 – Coordenação

O Projeto é executado pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (PREMEM), que é administrado por uma Comissão de Administração.

A Comissão de Administração é constituída de seis membros, sendo três do Ministério da Educação e Cultura, dois do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e um do Ministério da Fazenda. Um dos membros da CA é o Coordenador do Programa, sendo designado pelo Ministério da Educação e Cultura. O [sic] [A] CA conta com uma Secretaria Executiva, dispondo de assessorias, consultorias e auditorias.

Nos quatro Estados Participantes existem Comissões Estaduais (CE), coordenadas pela CA e constituídas de dois representantes do Ministério da Educação e Cultura, de um da Secretaria de Educação e Cultura e de um do Conselho Estadual de Educação, sob a presidência de um representante do PREMEM. Contam elas com uma Secretaria Executiva, estruturada à semelhança da Secretaria-Executiva da CA.

6.2 – Órgãos envolvidos no Projeto

Ministério da Educação e Cultura, da Fazenda e do Planejamento e Coordenação Geral.

- Departamento de Ensino Fundamental do MEC.
- Governos de todas as Unidades da Federação, em particular as suas respectivas Secretarias de Educação e de Finanças.
- Prefeituras dos Municípios onde serão construídos os estabelecimentos de ensino.

- Agências de Treinamento de Pessoal.
- Universidades: UFBA, UFES, UFMG, UFRGS.
- Centros de Ciências: CECIGUA, CECIMIG, DECIRS e TROTAP.
- Centros de Artes Práticas: CETEBA (BA), CTPGOT (MG), CETERCS (RS) e CETEB (BSB).
- É prevista, também, a participação do Projeto de outras Universidades e Centros para o atendimento de necessidades do sub-programa Nacional.
- Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

6.3 – Interligação

- Projeto de Aperfeiçoamento e Treinamento de Professores para o Ensino fundamental e Normal.
- Projeto de Ampliação e Melhoramento a Rêde de Ginásios Polivalentes.
- Projeto de Expansão dos Centros de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores (Ciências e Artes Práticas).

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA GLOBAL DO PREMEM ANEXO N° 1 AO PROJETO N ° 2

FASES E/OU ITENS	UNIDAD.	EXERC.	EXERC.	OPI			TOTAL
		1970	1971	1972	1973	1974	
1. Ginásios Polivalentes – 4 Estados	1	49	69	78	61	–	257
2. Ginásios-Modêlo – 19 Estados	1	–	16	3	–	–	19
3. Transformação de Ginásios	1	–	–	–	30	–	30
4. Colégios Compreensivos	1	–	–	4	4	–	8
5. Cursos de Licenciatura	Aluno	629	1.084	2.349	2.441	–	6.503
6. Cursos de Artes Práticas	Aluno	521	730	1.287	1.296	–	3.834
7. Cursos de Reciclagem	Aluno	601	746	294	150	–	1.791
8. Cursos Pessoal Técnico-Administrativo	Aluno	366	293	252	249	–	1.160
9. Cursos de Aperfeiçoamento	Aluno	–	–	3.362	3.362	3.363	10.087
10. Bôlsas de Estudo	Aluno	–	14	19	27	–	60
11. Equipamento para Ginásios e Colégios	1	49	88	82	95	–	314
12. Equipamento para Centros de Ciências	1	2	2	1	1	–	6
13. Equipamento p/ Centros de Art. Práticas	1	4	1	0	1	–	6

CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS
ANEXO N° 442 AO PROJETO N° 2

FONTES DE RECURSOS	EXECUTADO ATÉ 1969	EXECUTADO EM 1970	A EXECUTAR EM 1971 (1)	OPI (2)			TOTAL POR FONTE
				1972	1973	1974	
1. Orçamento da união - dotações orçamentárias (3)	15.438,00	19.620.916,88	25.851.600,00	31.200.000,00	24.600.000,00	7.280.000,00	108.567.954,88
2. Operações de crédito externas – (USAID)	-	8.404.203,20	65.135.954,00	58.639.309,00	45.464.491,00	-	177.643.957,20
3. Convênios (estados BA, ES, MG e RS)	-	6.902.400,00	25.145.400,00	23.109.180,00	18.839.630,00	-	73.996.610,00
4. Outras (4)	-	5.188.064,27	4.811.309,50	11.468.111,00	29.473.479,00	-	50.941.963,77

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria Geral. *Plano setorial de educação e cultura, 1972/74*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1971, p. 2/1–2/8.

Observações:

- (1) – Inclui recursos necessários ao completamento da programação de 1970;
- (2) – Valores atualizados à taxa cambial de US\$ 1 = Cr\$ 5,85;
- (3) – Exclusiva previsão para o 2º Acordo de Empréstimo, em estudo, no valor de Cr\$ 800.000,00 para 1972, Cr\$ 9.000.000,00 para 1973 e Cr\$ 28.000.000,00 para 1974;
- (4) – Em 1970 são provenientes dos projetos 09.05.1.237 e 55.02.09.1.010 e em 1971 dos de números 55.02.09.04.1.007, 55.02.09.04.1.010 e 15.22.09.03.2.168;
- (5) – No OPI [Orçamento Plurianual de Investimentos] – 1972/1974 estão empregados Cr\$ 50.250.546,00 em Despesas Correntes (inclusive pessoal) e Cr\$ 199.823.654,00 em Despesas de Capital.

ANEXO G
Empréstimo nº 512-L-078

DIÁRIO OFICIAL (Seção I – Parte I) – 10760 – 10767 – Térça-feira 16 – Dezembro de 1969

Diretoria do Ensino Secundário

PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DO ENSINO MÉDIO

Acôrdo de Emprestimo

Eu, Adhemar Rocha, advogado, tradutor público da língua inglesa desta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nomeado por decreto do Sr. Presidente da Republica, certifico que me foi apresentado um documento exarado em idioma inglês, a fim de o traduzir para o vernáculo, o que cumpri em razão do meu ofício e cuja tradução é a seguinte: -

Tradução

AI. Empréstimo nº 512-L-078

Acôrdo de Empréstimo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América destinado ao Ensino Secundário.

Data: 13 de novembro de 1969.

Acôrdo de Empréstimo em cumprimento ao programa da Aliança para o Progresso, datado aos 13 dias do mês de novembro, entre a República Federativa do Brasil (“Mutuário”) e os Estados Unidos da América, representado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional “A.I.D.”)

Considerando que o Governo Brasileiro elaborou um Programa Estratégico de Desenvolvimento (Plano Nacional de Educação) para 1968-1970, no qual são estabelecidos os objetivos, diretrizes e planos nacionais de ação no setor da educação;

Considerando que o Governo Brasileiro decidiu dar ênfase a execução da educação pública no nível médio;

Considerando que vários Estados preparam, ou têm em processo de elaboração, planos plurianuais para o desenvolvimento da educação média pública;

Considerando que o Governo Brasileiro elaborou planos plurianuais para o treinamento e aperfeiçoamento de professores de grau médio, nos vários Estados;

Considerando que o Governo Brasileiro e os Governos de vários Estados pretendem aumentar substancialmente sua contribuição financeira para educação em geral e educação média em particular;

Considerando que o Governo Brasileiro solicitou a assistência da Agência para o Desenvolvimento Internacional para a execução do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio: “PREMEM”) estabelecido pelo Decreto nº 63.914, de 26 de dezembro de 1968;

Considerando que o Ministro da Educação e Cultura (“MEC”) designou, pela Portaria nº 220, de 14 de maio de 1969, a Comissão de Administração prevista pela mencionado Decreto, a fim de supervisionar e administrar o PREMEM;

Considerando que a ajuda ao PREMEM dá cumprimento aos objetivos da Aliança para o Progresso;

Concordam o Mutuário e a A.I.D.:

Artigo 1

– O Empréstimo –

Seção 1.01.

O Empréstimo.

A A.I.D. concorda em emprestar ao Mutuário, em cumprimento ao Programa da Aliança para o Progresso e em conformidade com a Lei de Auxílio Externo de 1961, e respectivas alterações, um montante não superior a trinta e dois milhões de dólares em moeda norte-americana (UR\$ 32.000.000) – (“Empréstimo”), destinado a assistir o Mutuário na execução do Programa a que se refere a Seção 1.02 (“Programa”). O Empréstimo será utilizado exclusivamente no financiamento de custos em dólares norte-americanos de serviços necessários ao Programa (“Custos em dólares”) e custos em moeda local de bens e serviços necessários ?? [ao] Programa (“Custos em moeda local”). O montante global dos desembolsos decorrentes do Empréstimo será doravante referido como o “Principal”.

Seção 1.02

O Programa.

O Empréstimo é feito com a finalidade de dar assistência a um programa específico (“Programa”) no campo do ensino médio, compatível com os objetivos do PREMEM. As metas do Programa assistido por este Empréstimo são:

- (1) Criar aperfeiçoamentos qualitativos através de novas e rápidas atividades de treinamento de professores, modernização de currículos, administração educacional, criação de escolas modelo e o suprimento de equipamento escolar e material didático;
- (2) Criar novas salas de aula pela construção de novos edifícios escolares e adaptação de instalações existentes em Estados selecionados, aptos a planejar, financiar, administrar, prover com pessoal, e dar continuidade a essas atividades;
- (3) Aumentar o nível de recursos e aperfeiçoar o fluxo desses recursos destinados à educação e em particular à educação média pelos governos federal e estaduais.

O Programa será executado tanto em base nacional (“Programa Nacional”) como em base intensiva em Estados selecionados (“Programa de Estados Participantes”).

O Programa está descrito no Anexo I, apenso, anexo esse que poderá ser alterado por escrito de comum acordo. Os bens e serviços a serem financiados pelos recursos do Empréstimo serão estabelecidos nos Acôrdos de Liberação de Parcelas a que se refere a Seção 3.01 (“Acôrdos de Liberação de Parcelas”).

Seção 1.03

Órgão Executivo.

O Mutuário designa a Comissão de Administração (“Comissão”) como Órgão Executivo para a implementação do Programa.

Artigo II

Térmos do Empréstimo

Seção 2.01

Juros.

O Mutuário pagará à A.I.D. juros que serão calculados [sic] [calculados] à base de dois por cento (2%) ao ano durante dez anos, a contar da data do primeiro desembolso previsto no presente instrumento, e à taxa de dois e meio por cento (2 ½%) ao ano, subsequentemente, sobre o saldo devedor do Principal e sobre quaisquer juros devidos e não liquidados. Os juros sobre o saldo desembolsado serão calculados a partir da data de cada desembolso respectivo (na forma pela qual essa data é definida na Seção 7.04) e serão computados com base no ano de 365 dias. Os juros deverão ser pagos semestralmente. O primeiro pagamento de juros vencer-se-á e deverá ser efetuado o mais tardar seis (6) meses a contar do primeiro desembolso, nos termos do presente instrumento, em data a ser determinada pela A.I.D.

Seção 2.02

Resgate.

O Mutuário pagará à A.I.D. o Principal dentro de quarenta (40) anos a contar da data do primeiro desembolso, nos termos do presente instrumento, em sessenta e uma (61) prestações semestrais de valor aproximadamente igual, correspondentes [sic] [correspondentes] ao Principal e aos juros. A primeira prestação do Principal deverão ser paga decorridos nove anos e meio (9 ½) após a data em que se vencer o primeiro pagamento de juros, de acordo com a Seção 2.01.

A A.I.D. fornecerá ao Mutuário uma tabela de amortização, em conformidade com as disposições desta Seção, após o último desembolso à conta deste Empréstimo.

Seção 2.03

Aplicação Moeda e Local de Pagamento.

Todos os pagamentos de juros e do Principal aqui previstos deverão ser efetuados em moeda norte-americana, e serão aplicados, primeiramente, no pagamento de juros vencidos e, após, na amortização do Principal. Salvo determinação em contrário, por escrito, por parte da A.I.D., todos êsses pagamentos deverão ser efetuados ao “Controller”, - Agency for International Development, Washington, D.C., Estados Unidos da América, e serão considerados como efetuados quando recebidos pelo Escritório do “Controller”.

Seção 2.04

Pagamento Antecipado

Após o pagamento de todos os juros e prestações então vencidos, poderá o Mutuário antecipar o pagamento total ou parcial do Principal, sem incorrer em sanções. Qualquer pagamento

antecipado será aplicado na amortização das prestações do Principal, na ordem inversa do seu vencimento.

Seção 2.05

Renegociação dos Térmos do Acôrdo

Considerando os empreendimentos dos Estados Unidos da América e dos outros signatários da Ata de Bogotá e da Carta de Punta del Este para estabelecerem uma Aliança para o Progresso, o Mutuário concorda em negociar com a A.I.D., em qualquer ocasião ou ocasiões em que a A.I.D. assim o solicite, resgate mais rápido do Empréstimo na hipótese de que haja significativa melhoria na situação e perspectivas econômicas e financeiras, internas e externas, do país do Mutuário, considerando as necessidades relativas de capital da República Federativa do Brasil e dos outros signatários da Ata de Bogotá e da Carta de Punta del Este.

Artigo III

Condições Precedentes ao Desembôlso

Seção 3.01

Acôrdos de Liberação de Parcelas

A menos que a A.I.D concorde por escrita em contrário – após cumprimento das respectivas condições precedentes, a A.I.D. fornecerá recursos, periodicamente nos térmos do presente Acôrdo, em parcelas distintas e separadas, cada uma das quais cobrirá os custos totais de uma parte específica do Programa. Antes de qualquer desembôlso referente a cada parcela, a Comissão e a A.I.D. entrarão em um Acôrdo de Liberação de Parcelas, estabelecendo detalhadamente os objetivos para os quais os recursos conjuntos dos signatários serão utilizados.

As disposições que satisfaçam a A.I.D. serão negociadas com referência à época e responsabilidade pelas partes do Programa financiadas pelo Mutuário, para as quais a A.I.D. não forneça recursos.

Seção 3.02

Condições Precedentes aos Desembolsos Iniciais

Antes de se efetuar o primeiro desembôlso ou de emitir a primeira Carta de Compromisso nos térmos do presente Acôrdo, para qualquer fim, o Mutuário e a Comissão fornecerão à A.I.D., em forma e conteúdo aceitáveis à A.I.D., salvo determinação em contrário, por escrito, por parte da A.I.D.:

- (a) Um parecer da mais alta autoridade jurídica do Ministério da Fazenda, ou de outro jurisconsulto aprovado pela A.I.D., de que
 - (i) o presente Acôrdo foi devidamente autorizado e ou ratificado pelo Mutuário e celebrado em nome dêste, constituindo uma obrigação juridicamente válida incorrida pelo Mutuário, na forma estabelecidos em todos os seus térmos
 - (ii) o aludido Programa foi incluído no Orçamento Plurianual de Investimentos e que o dito Orçamento Plurianual de Investimentos foi sancionado.

- (b) Uma relação das pessoas exercendo cargo público ou agindo em nome do Mutuário, na forma do estabelecido na Seção 9.02 e um espécimen da assinatura de cada pessoa relacionadla [sic] naquele documento;
- (c) Prova de providências satisfatórias, junto às autoridades monetárias competentes, para a remessa de moeda norte-americana à A.I.D., a fim de satisfazer as obrigações do Mutuário nos térmos do presente Acôrdo;
- (d) Prova de providências para a contratação de serviços de consultoria de engenharia e outros para o Programa, de acordo com a Seção 5.06;
- (e) Prova do estabelecimento de uma Comissão de Administração para coordenar e administrar o Programa, conforme estipulado na Seção 5.03 do presente Acôrdo;
- (f) Prova de disponibilidade de recursos, pela Comissão, para cobertura dos custos dos serviços de consultoria, a que se refere a Seção 3.02 (d) supra, para os primeiros doze [sic] meses do prazo do empréstimo;
- (g) Plano detalhado de implementação, estabelecendo o cronograma proposto e os custos dos vários elementos do Programa, em base anual.

Seção 3.03

Condições Precedentes para Desembolsos nos Térmos do Acôrdo de Liberação Inicial de Parcelas para o treinamento de Professôres e bolsistas, e Assistência Técnica

Antes do primeiro desembolso ou da emissão da primeira Carta de Compromisso nos térmos do Empréstimo, para os programas de treinamento de professôres e bolsistas para assistência técnica, conforme estipulado no Acôrdo de Liberação Inicial de Parcelas, o Mutuário, através da Comissão, salvo concordância por escrito, em contrário, da A.I.D., fornecerá à A.I.D., em forma e conteúdo satisfatórios à A.I.D.:

- (a) Com referência ao Programa de treinamento de professôres, planos completos incluindo informações sobre quantidade e tipos de posições a serem preenchidas, tipos de cursos de treinamento a serem oferecidos, possíveis fontes de candidatos, identificação das instituições para treinamento de professôres e atestado de competência das mesmas para treinamento, conforme exigido;
- (b) Com relação ao Programa de treinamento de bolsistas, planos completos indicando categorias de habilidades a serem adquiridas, programa de treinamento proposto e critérios para seleção de candidatos;
- (c) Com relação à assistência técnica, prova de providências julgadas satisfatórias pela A.I.D. para a contratação de serviços de pessoal educacional e técnico qualificado, nos térmos da Seção 5.06;
- (d) Prova de que a contribuição do Mutuário, nos térmos do Acôrdo de Liberação de Parcelas aplicável, está disponível à conta da Comissão.

Seção 3.04

Condições Precedentes para Desembolsos nos Térmos de Sebsequentes Acôrdos de Liberação de Parcelas para treinamento de professôres e bolsistas, e Assistência Técnica.

Antes de qualquer desembolso ou da emissão de qualquer Carta de Compromisso nos térmos do Empréstimo, para treinamento de professores e bolsistas e para assistência técnica, diverso do previsto na Seção 3.03, o Mutuário, através da Comissão, salvo concordância por escrito, em contrário, da A.I.D., fornecerá à A.I.D., em forma e conteúdo satisfatórios à A.I.D.

(a) Prova, baseada em inspeção da avaliação realizada pela Comissão, de que foi feito progresso satisfatório na execução do Programa;

(b) Prova de desempenho satisfatório das obrigações assumidas pelo Mutuário e pela Comissão, nos térmos do Empréstimo [sic]

(c) Prova de que a contribuição do Mutuário, nos térmos do Acôrdo de Liberação de Parcelas aplicável, está disponível à conta da Comissão:

(d) Com relação ao Treinamento de Professores e ao Treinamento de Bolsistas, planos completos para êsses treinamentos, no período a ser abrangido pelo Acôrdo de Liberação de Verbas.

Seção 3.05

Condições Precedentes aos Desembolsos nos Térmos do Acôrdo de Liberação Inicial e Parcelas para Construção nos Estados Participantes.

Antes de qualquer desembolso ou da emissão de qualquer Carta de Compromisso ao amparo do Empréstimo, para construções em qualquer Estado Participante e, nos térmos do Acôrdo de Liberação Inicial de Parcelas, para construção naquele Estado, o Mutuário, através da Comissão, salvo concordância escrita em contrário da A.I.D., fornecerá à A.I.D., em forma e conteúdo satisfatórios à A.I.D.

(a) Cópia do Convênio firmado entre a Comissão e o Estado Participante e prova de que os competentes térmos e condições de tal Convênio foram satisfeitos;

(b) Prova do estabelecimento de uma Comissão Estadual no Estado Participante, para a coordenação e administração do Programa e para o assistir na avaliação do progresso feito, em nível estadual;

(c) Prova de aquisição de locais e de conclusão de documentos de concorrência para a construção e compra de equipamento escolar, a serem iniciadas durante o período abrangido pela Liberação de Verbas, conforme aprovado pelos consultores da Comissão;

(d) Prova da disponibilidade de recursos do Estado Participante e do Mutuário, à conta da Comissão, nos térmos do Acôrdo de Liberação de Parcelas aplicável;

(e) Prova de desempenho satisfatório das obrigações assumidas nos térmos do presente Acôrdo, bem como da preparação dos respectivos programas de Treinamento de Professores, conforme especificado na Seção 3.03 (a);

(f) Prova de que os planos de Educação Secundária do Estado satisfazem os critérios estabelecidos no Anexo I e de que a seleção do Estado Participante foi feita de comum acordo entre o Mutuário e a A.I.D.

Seção 3.06

Condições Precedentes aos Desembolsos nos têrmos de Subseqüentes Acôrdos de Liberação de Parcelas para Obras de Construção nos Estados Participantes.

Antes de qualquer desembolso ou da emissão de qualquer Carta de Compromisso nos têrmos do Empréstimo, para construção em qualquer Estado Participante, além do previsto na Seção 3.05, o Mutuário, através da Comissão, salvo concordância escrita em contrário da A.I.D., fornecerá à A.I.D., em forma e conteúdo satisfatórios à A.I.D.:

- (a) Prova (baseada e inspeção realizada pela Comissão) de que foi feito progresso satisfatório no e pelo Estado Participante na execução do Programa e na satisfação de suas obrigações nos têrmos do seu Convênio com o Mutuário e de que êsse Convênio com o Mutuário e de que êsse Convênio está plenamente em vigor produzindo seus efeitos;
- (b) Prova de desempenho satisfatório das obrigações assumidas nos têrmos do presente Acôrdo de Empréstimo, incluindo a direção eficiente dos programas de treinamento de professores a que se refere a Seção 3.03 (a);
- (c) Prova de aquisição de locais e conclusão de documentação de concorrência para obras de construção e compra de equipamento escolar, a serem iniciadas durante o período abrangido pelo Acôrdo de Liberação de Verbas, conforme aprovado pelos consultores da Comissão;
- (d) Prova da disponibilidade de recursos do Estado Participante e do Mutuário, à conta da Comissão, nos têrmos do Acôrdo de Liberação de Parcelas aplicável.

Seção 3.07

Datas-Limites para Satisfação das Condições Precedentes ao Desembolso

- (a) Se tôdas as condições especificadas na Seção 3.02 não houverem sido satisfeitas dentro do cento e vinte (120) dias a contar da data do presente Acôrdo, ou outra data posterior com a qual a A.I.D. possa concordar por escrito, a A.I.D., à sua opção, poderá rescindir o presente Acôrdo, mediante aviso por escrito ao Mutuário. Após a entrega do ? aviso, cessarão o presente Acôrdo e tôdas as obrigações das partes contratantes;
- (b) Se tôdas as condições estabelecidas na Seção 3.03 não houverem sido satisfeitas dentro de duzentos e dez (210) dias a contar da data do presente Acôrdo, ou outra data posterior à qual a A.I.D. possa anuir por escrito, a A.I.D., a seu critério, poderá cancelar, total ou parcialmente, o saldo do valor do Empréstimo até então não desembolsado e/ou poderá, a qualquer tempo posteriormente, rescindir êste Acôrdo, mediante aviso por escrito ao Mutuário. No caso de rescisão, o Mutuário pagará o Principal então devido e quaisquer juros acumulados, após o que cessarão o presente Acôrdo e tôdas as obrigações das partes contratantes;
- (c) Se tôdas as condições especificadas na Seção 3.05 não houverem sido satisfeitas em relação a pelo menos um Estado Participante dentro de trezentos (300) dias a contar da data do presente Acôrdo, ou outra data posterior com a qual a A.I.D. possa anuir por escrito, a A.I.D., a seu critério, poderá cancelar, total ou parcialmente, o saldo do valor do Empréstimo até então não desembolsado, e/ou rescindir êste Acôrdo mediante aviso escrito ao Mutuário. No caso de rescisão, o Mutuário pagará o Principal então devido e quaisquer juros

acumulados, após o que cessarão o presente Acôrdo e tôdas as obrigações das partes contratantes;

(d) Salvo concordância escrita em contrário pela A.I.D., se dentro de um ano a contar da data do presente Acôrdo, os planos de construção de todos os Estados Participantes não houverem sido apresentados à Comissão e por ela aprovados, a A.I.D., a seu critério, poderá cancelar no todo ou em parte as verbas do Empréstimo para as quais não hajam sido submetidos e aprovados os planos.

Seção 3.08

Notificação da Satisfação das Condições Precedentes ao Desembôlso

Após verificação, a A.I.D. notificará o Mutuário, através da Comissão, que as várias condições precedentes ao desembôlso ao desembôlso foram preenchidas.

Artigo IV

Convenções Gerais e Garantia

Seção 4.01

Execução do Programa:

- (a) O Mutuário, através da Comissão, executará o Programa com o devido zêlo e eficiência e de conformidade com as boas práticas educacionais, de engenharia, de construção, financeiras e administrativas;
- (b) O Mutuário, através da Comissão, fará com que o Programa seja executado de conformidade com todos os planos, especificação, contratos, cronogramas, diretrizes e outras normas, assim como as modificações respectivas, aprovadas pela A.I.D. nos têrmos do presente Acôrdo.

Seção 4.02

Fundos e Outros Recursos a serem Fornecidos pelo Mutuário.

O Mutuário fornecerá à Comissão, prontamente quando necessário, todos os fundos, além dos previstos no Empréstimo, assim como todo os outros recursos exigidos para a efetiva e pontual execução do Programa, e garantirá as contribuições a serem feitas, prontamente quando necessário, pelos Estados Participantes.

Seção 4.03

Consultas Contínuas.

Conforme está estipulado detalhadamente no Artigo V do presente Acôrdo, o Mutuário, a Comissão e a A.I.D. cooperarão plenamente no sentido de assegurar a consecução das finalidades do presente Empréstimo. Para êste fim, o Mutuário, a Comissão e a A.I.D. trocarão idéias, periódicamente, a pedido de qualquer das partes, por intermédio dos seus representantes, relativamente ao andamento do Programa, ao cumprimento das obrigações por parte do Mutuário ou da Comissão, nos têrmos do presente Acôrdo, ao desempenho dos consultores, contratantes e fornecedores participantes do Programa e a outros assuntos relacionados com o Programa.

Seção 4.04

Tributação

O presente Acôrdo, o Empréstimo e qualquer prova de dívida emitida em relação a êste, inclusive o pagamento do Principal e juros, estarão isentos de desconto ou dedução pra pagamento de impostos ou taxas lançados pelas leis vigentes no país do Mutuário. Até o limite que: a) qualquer contratante norte-americano, inclusive qualquer firma consultora, qualquer pessoal de tais contratantes cujo pagamento fôr financiado nos têrmos dêste Acôrdo e quaisquer propriedades ou transações relativas a êsses contratos e b) qualquer transação de compra de mercadorias financiadas nos têrmos dêste Acôrdo, não sejam isentos de impostos, tarifas, direitos reconhecidos e demais tributos impostos pelas leis vigentes no país do Mutuário, o Mutuário pagará ou reembolsará, nos limites e na forma estabelecida nas Cartas de Implementação, os montantes respectivos, conforme estipulado na Seção 4.02 do presente Acôrdo, utilizando fundos outros que não os fornecidos nos têrmos do Empréstimo.

Seção 4.05

Utilização de Bens e Serviços

(a) Bens e serviços financiados pelo presente Empréstimo serão utilizados exclusivamente no Programa, salvo anuênciia em contrário, por escrito, da A.I.D. Após a conclusão do Programa ou qualquer outra época em que os bens financiados pelo presente Empréstimo não possam mais ser utilmente empregados no Programa, a Comissão poderá utilizá-los ou dele dispor da maneira com a qual a A.I.D. venha a concordar por escrito, antes dessa utilização ou destinação.

(b) Salvo concordância escrita da A.I.D. em contrário, nenhum dos bens ou serviços financiados pelo presente Empréstimo será utilizado na promoção ou assistência a qualquer projeto de ajuda externa ou atividade associada ou financiada por qualquer país não incluído no Código 935 de Códigos Geográficos da A.I.D. vigente à época da referida utilização.

Seção 4.06

Declaração de Fatos e Circunstâncias Importantes.

As partes do presente Acôrdo declaram que todos os fatos e circunstâncias relevantes que poderiam afetar o cumprimento de suas obrigações foram por elas expostas e que tais fatos e circunstâncias expostas durante o curso das negociações do Empréstimo, são fidedignas e completas tanto quanto é do seu conhecimento. As partes concordam em comunicar reciprocamente [sic] quaisquer fatos e circunstâncias que venham a ocorrer doravante e que possam essencialmente afetar ou que seja razoável acreditar possam essencialmente afetar, o Programa ou o cumprimento das obrigações assumidas nos têrmos do presente Acôrdo.

Seção 4.07

Comissões, Honorários e Outros Pagamentos

(a) O Mutuário declarar e garante que, em relação à obtenção do Empréstimo ou a qualquer providênciia tomada nos têrmos do presente Acôrdo ou que diga respeito ao mesmo, não pagou, nem pagará ou concordará em pagar – nem tem conhecimento de que qualquer outra pessoa ou entidade tenha pago, pagará ou concordará em pagar – comissões, honorários ou

efetuar outros pagamentos de qualquer espécie, exceto a título de remuneração normal dos executivos e funcionários do Mutuário que trabalham em regime de tempo integral, por serviços profissionais, técnicos ou equivalentes, legitimamente prestados. O Mutuário comunicará prontamente à A.I.D. qualquer pagamento ou acôrdo de pagamento relativamente a tais serviços profissionais, técnicos ou equivalentes, legitimamente prestados, dos quais seja parte ou tenha conhecimento (indicando se o referido pagamento foi ou será efetuado em base aleatória) e se o montante de qualquer dêsses pagamentos fôr considerado excessivo pela A.I.D., após consulta ao Ministério da Fazenda, será o mesmo reajustado de forma satisfatória à A.I.D.

(b) O Mutuário concorda solenemente e garante que nenhum pagamento foi ou será recebido por êle, ou por qualquer dos seus funcionários, relativamente à aquisição de bens e serviços financiados pelo presente Acôrdo, com exceção dos impostos, taxas ou pagamentos semelhantes estabelecidos pela [sic] leis do país do Mutuário.

Seção 4.08

Manutenção e Auditoria de Registros.

O Mutuário manterá ou providenciará para que sejam mantidos, em conformidade com os bons princípios e práticas de contabilidade uniformemente aplicados, livros e registros relacionados com o Programa [sic] e com o presente Acôrdo, na forma em que a A.I.D. o solicitar em cartas de implementação, incluindo, mas não restrito a:

- (a) o recebimento e a utilização dos bens e serviços adquiridos com os recursos desembolsados em conformidade com o presente Acôrdo;
- (b) a natureza e o montante dos editais de concorrência, tomadas de preços e convites a possíveis fornecedores dos bens e serviços adquiridos;
- (c) a base para adjudicação de contratos e edidos [sic] aos vencedores de concorrências; e
- (d) o progresso do Programa

Esses livros e registros serão normalmente examinados por auditores de um órgão competente do Mutuário de acordo com as boas práticas usuais de auditoria, e serão mantidos pelo MEC pelo prazo de cinco anos a contar da data do último desembôlso feito pela A.I.D. ou até que tôdas as importâncias devidas à A.I.D. nos têrmos do presente Acôrdo hajam sido pagas, prevalecendo a data que ocorrer primeiro.

Seção 4.09

Relatórios

O Mutuário ou a Comissão fornecerá à A.I.D. as informações e relatórios relacionados com o Empréstimo e com o Programa, que a A.I.D. venha a solicitar.

Seção 4.10

Inspeções

Mediante aviso prévio à Comissão, dando oportunidade para que esta designe representantes para acompanhá-los, os representantes autorizados da A.I.D. terão o direito de inspecionar, em tôda oportunidade razoável, as atividades do Programa, a utilização de todos os bens e

serviços financiados nos têrmos do presente Empréstimo assim como os livros, registros e outros documentos do Mutuário, relacionados com o Programa e com o presente Empréstimo. O Mutuário cooperação com a A.I.D. facilitando-lhe essas inspeções e permitirá que os representantes da A.I.D. visitem qualquer parte do país do Mutuário para quaisquer fins relacionados com o Empréstimo.

Seção 4.11

Serviços de Assessoria

O Mutuário garante que não há no Brasil lei ou decreto que possa impedir ou obstar a contratação por êste dos serviços dos assessores norte-americanos de educação, mencionados no Anexo I, apenso.

Artigo V

Disposições Especiais

Seção 5.01

Compromissos Financeiros

O Mutuário fornecerá, ou fará com que sejam fornecidas pelos Estados Participantes, contribuições em cruzeiros para execução do Programa, de acordo com o cronograma e na forma a ser combinada com a A.I.D., em importância global de valor igual aos dólares desembolsados ou de outra forma utilizados pela A.I.D. em consonância com o Artigo VII do presente Acôrdo, para financiar o Programa. O valor equivalente em dólares dessas contribuições em cruzeiros feitas pelo Mutuário e/ou pelos Estados Participantes, será determinado pela taxa de câmbio oficial vigente na época em que forem prestadas as contribuições.

Seção 5.02

Verbas Orçamentárias

- (a) O Mutuário terá feito transferu [sic] ao MEC, por conta do exercício financeiro federal de 1968, em moeda corrente, quantia não inferior a seiscentos e sessenta e cinco milhões de cruzeiros novos (NCr\$ 665.000.000,00), além da contribuição de contrapartida prevista para o Programa na Seção 5.01 acima.
- (b) Além da contribuição de contrapartida prevista na Seção 5.01 acima, o Mutuário, durante os exercícios financeiros federais de 1969, 1970 e 1971, aumentará progressivamente, em têrmos reais, a sua transferência em moeda corrente ao MEC, usando o ano de 1968 como ano-base, de acordo com o Índice geral de Preços.
- (c) O Mutuário transferirá os fundos destinados ao MEC com regularidade e no devido tempo.
- (d) O MEC transferirá os fundos destinados aos vários Estados e outros beneficiários com regularidade e no devido tempo, desde que existem planos apropriados para garantir uma aplicação adequada dos fundos.
- (e) O Mutuário ou a Comissão fornecerá à A.I.D. relatórios periódicos relativamente às subseções (a)', (b), (c) e (d) acima, da maneira e na época que a A.I.D. os solicitar.

Seção 5.03

Comissão de Administração

O Mutuário manterá a Comissão de que trata a Seção 1.03. e os seus respectivos órgãos de assessoria e execução, para coordenar e administrar o Programa, e tomará as providências necessárias ou desejáveis no sentido de permitir que tal Comissão venha a desempenhar suas responsabilidades. O Mutuário não alterará significativamente os poderes, tarefas e responsabilidades da Comissão sem a prévia concordância da A.I.D.

(b) Nos Convênios entre os Estados Participantes e a Comissão será prevista a constituição de Comissões Estaduais [EPEMs?] com a atribuição de coordenar e administrar os Programas Estaduais, segundo as diretrizes traçadas pela Comissão.

Seção 5.04

Revisões de Avaliação

Anualmente, a começar em ou cerca de 1º de janeiro de 1970 ou quando a A.I.D. o solicitar, a Comissão, em consulta, ser fôr o caso, com as várias Comissões Estaduais e os vários assessores técnicos, preparará e encaminhará à A.I.D. uma revisão do Programa e do progresso feito na sua execução e dos Acôrdos de Liberação de Parcelas e na consecução das metas estabelecidas no Anexo I.

Seção 5.05

Assistência no Planejamento Educacional

A Comissão prestará, ou providenciará para que seja prestada, a devida assistência ao planejamento educacional dos vários Estados, de modo a auxiliar êsses Estados na execução e na qualificação para o Programa.

Seção 5.06

Assessores Técnicos

Até que o Programa tenha sido completado, a Comissão utilizará, quando necessário, consultores qualificados de engenharia, arquitetura, administração e educação para assisti-la na execução do Programa. A Comissão fornecerá os fundos necessários a tais serviços, em base anual, na forma a ser determinada conjuntamente com a A.I.D.

Seção 5.07

Treinamento de Professores

A Comissão promoverá a execução do programa de treinamento de professores nos termos dos planos submetidos à A.I.D., de acordo com as Seções 3.03 e 3.04.

Seção 5.08

Compras de Equipamento

A Comissão obterá, em tempo hábil, o equipamento necessário à execução do Programa, e assegurará a entrega, oportunamente, de tal equipamento. Esse equipamento será adquirido de acordo com as boas normas usuais de compra.

Seção 5.09

Plano de Implementação

A Comissão fornecerá à A.I.D. um plano detalhado de implementação conforme previsto na Seção 3.02 (g) em base anual e que fôr satisfatório à A.I.D.

Seção 5.10

Compromisso de Recursos Adicionais

No caso de a A.I.D. suspender ou cancelar os desembolsos sob um Acôrdo de Liberação de Parcelas, ou a A.I.D. tomar qualquer medida baseada no Artigo VIII dêste Acôrdo, o Mutuário concorda em obter os fundos adicionais necessários para completar no devido tempo o trabalho já iniciado pelo Programa.

Artigo VI

Aquisições

Seção 6.01

Aquisições nos Estados Unidos da América

Salvo se de outra forma concordar A.I.D., por escrito, os desembolsos feitos nos têrmos da Seção 7.01 serão usados exclusivamente para financias as contratações de serviços para o Programa tendo sua origem e procedência dos Estados Unidos da América.

Seção 6.02

Aquisições no Brasil

Os desembolsos em moeda local feitos nos têrmos da Seção 7.02 serão usados exclusivamente para financiar as aquisições de bens e serviços para o Programa, tendo ambos origem e precedência da República Federativa do Brasil.

Seção 6.03

Data permitida

Salvo se de outra forma concordar a A.I.D por escrito, nenhum bem ou serviço poderá ser financiado por êste Empréstimo se adquirido através de pedidos firmes colocados ou contratos celebrados anteriormente à data dêste Acôrdo.

Seção 6.04

Bens e Serviços não Financiados pelo Empréstimo

Salvo se de outra forma concordar a A.I.D., por escrito, os bens e serviços adquiridos para o Programa, mas não financiados pelo Empréstimo, deverão ser de origem e procedência dos países incluídos no Código 935 do Livro de Códigos Geográficos da A.I.D. em vigor na data em que os pedidos para êsses bens ou serviços forem colocados.

Seção 6.05

Implementação das Normas de Aquisição

As definições aplicáveis às condições de qualificação constantes das Seções 6.01, 6.02 e 6.04, serão estabelecidas detalhadamente nas Cartas de Implementação.

Seção 6.06

Planos, Especificações e Contratos

(a) Salvo se de outra forma concordar a A.I.D., por escrito, a Comissão fornecerá à A.I.D., após solicitados, e logo que possíveis, todos os planos, especificações, esquemas de

construção, documentos de concorrência e contratos relacionados com o Programa, bem como quaisquer de suas modificações que a A.I.D. possa solicitar, tenham ou não os bens e serviços a que se refiram sido financiados pelo Empréstimo.

(b) os seguintes contratos serão aprovados pela A.I.D., por escrito, anteriormente à sua celebração.

(i) Contratos de engenharia e outros serviços profissionais;

(ii) Contratos-padrão e documentos de concorrência para serviços de construção, e aquisição de materiais equipamentos;

(iii) Contratos para outros bens e serviços que diferem dos contratos-padrão aprovados.

Seção 6.07

Preços Razoáveis

Não serão pagos mais do que preços razoáveis pelos bens e serviços financiados, no todo ou em parte, pelo Empréstimo, conforme mais detalhadamente descrito nas Cartas de Implementação. Esses bens e serviços serão adquiridos em bases justas e, salvo no caso de serviços profissionais por meio de concorrência, em conformidade com as normas estabelecidas nas Cartas de Implementação.

Seção 6.08

Informação e Marcação

O Mutuário dará [sic] publicidade ao Empréstimo e ao Programa como sendo um programa de cooperação dos Estados Unidos dentro da Aliança para o Progresso, identificará os vários locais de atividade do Programa e marcará os bens financiados pelo Empréstimo, conforme prescrito nas Cartas de Implementação.

Artigo VII

Desembolsos

Seção 7.01

Desembolso para Custeio de Despesas em Dólares Norte-Americanos

Cartas de Compromisso para com os Bancos Norte-Americanos

Uma vez satisfeitas as condições precedentes, o Mutuário poderá, periodicamente, solicitar à A.I.D. a emissão de Cartas de Compromisso de valôres específicos, dirigidas a um ou mais bancos norte-americanos, satisfatórios à A.I.D., comprometendo-se a A.I.D. a reembolsar esse banco, ou bancos, pelos pagamentos por eles efetuados aos contraentes ou fornecedores, através de Cartas de Crédito ou outros meios, pelas despesas em dólares feitas com serviços contratados para o Programa, nos termos e condições deste Acordo. O pagamento por um banco a um contratante ou fornecedor será efetuado pelo banco contra a apresentação da documentação comprovante que a A.I.D. venha a exigir nas Cartas de Compromisso e nas Cartas de Implementação. As despesas bancárias decorrentes das Cartas de Compromisso e Cartas de Crédito correrão por conta do Mutuário e poderão ser financiadas pelo Empréstimo.

Seção 7.02

Desembolsos para Custeio das Despesas em Moeda Local

Uma vez satisfeitas as condições precedentes, o Mutuário, através da Comissão, poderá, periódicamente, solicitar que a A.I.D. ponha à sua disposição uma quantia em moeda local, para os custos em moeda local de bens e serviços adquiridos para o Programa, de acordo com os termos e condições deste Convênio. Cada uma dessas solicitações será acompanhada da documentação especificada nas Cartas de Implementação. As disposições do Instrumento Aditivo ao Acordo de Implementação de Cartas de Crédito Especiais, datado de 16 de fevereiro de 1968, entre a A.I.D. e o Banco Central do Brasil, conforme alterado periodicamente, aplicar-se-ão às Cartas de Crédito Especiais emitidas ou emendadas com o propósito de gerar cruzeiros para as finalidades deste Empréstimo: ficando entendido, porém, que no máximo 90 por cento do custo do frete marítimo de outro modo passível de financiamento total por força do mencionado Acordo Aditivo, poderá ser custeado através de Cartas de Crédito Especiais. Os referidos cruzeiros disponíveis serão depositados à conta da A.I.D. ou seu preposto, no momento em que a Carta de Crédito Especial fôr emitida ou aumentada. Os desembolsos em cruzeiros feitos pela A.I.D. nos termos do presente serão debitados ao Empréstimo em dólares à mesma taxa de câmbio em vigor na época em que a Carta de Crédito Especial fôr emitida ou aumentada.

Seção 7.03

Outras Formas de Desembolso

Os desembolsos do Empréstimo também poderão ser efetuados através de outros meios, com os quais o Mutuário e a A.I.D. venham a concordar por escrito.

Seção 7.04

Data de Desembolso

Os desembolsos pela A.I.D. serão considerados como ocorrendo:

- a) no caso de desembolsos segundo a Seção 7.01, na data em que a A.I.D. fizer um desembolso ao Mutuário, ao seu preposto ou a uma instituição bancária em conformidade com a Carta de Compromisso, e (b) no caso de desembolso segundo a Seção 7.02, na data em que a A.I.D. efetuar pagamento em moeda local ao Mutuário ou seu preposto.

7.05

Data-Limite de Desembolso

Salvo se a A.I.D. concordar, por escrito, em contrário, nenhuma Carta de Compromisso ou outros documentos de compromisso que venham a ser necessários para outra forma de desembolso, nos termos da Seção 7.03 ou respectiva alteração, serão emitidos para atender a pedidos recebidos pela A.I.D. após 30 de junho de 1973 e nenhum desembolso será feito contra documentação recebida pela A.I.D. ou por qualquer banco descrito nas Seções 7.01 e 7.02 após 30 de junho de 1974. A seu critério, a A.I.D. poderá, em qualquer época ou épocas após 30 de junho de 1974, reduzir o Empréstimo em toda e qualquer parte para a qual a respectiva documentação não tenha sido recebida até aquela data.

Artigo VIII
Rescisão e Suspensão
Seção 8.01

Rescisão por Parte do Mutuário

Com o prévio consentimento por escrito da A.I.D., mediante aviso por escrito à A.I.D., o Mutuário poderá cancelar qualquer parte do Empréstimo para a qual, (i) antes dêsse aviso, a A.I.D. não tenha desembolsado uo [sic] [ou] assumido o compromisso de desembolsar, ou (ii) que não tenha sido utilizada através da emissão de Cartas de Crédito irrevogáveis ou de pagamentos bancários efetuados por outros meios que não Cartas de Crédito irrevogáveis.

Seção 8.024 [sic] [8.02]

Casos de Inadimplemento; Antecipação

Se um ou mais de qualquer dos casos (“Casos de Inadimplemento”) abaixo ocorrerem:

- (a) O Mutuário deixar de pagar no seu vencimento quaisquer juros ou prestações do Principal exigidos por força do presente Acôrdo;
 - (b) O Mutuário deixar de cumprir qualquer outra disposição do presente Acôrdo;
 - (c) O Mutuário deixar de pagar, quando vencidos, quaisquer juros ou qualquer prestação do Principal, ou de efetuar qualquer outro pagamento previsto em qualquer outro acôrdo de empréstimo, qualquer acôrdo de garantia, ou qualquer outro acôrdo entre o Mutuário ou quaisquer de suas entidades e a A.I.D. ou quaisquer de suas entidades antecessoras;
- Então a A.I.D., a seu critério, poderá notificar o Mutuário de que toda ou qualquer parte do Principal não pago se tornará devida e pagável sessenta (60) dias após a notificação e, salvo se o inadimplemento fôr sanado dentro dêsses sessenta (60) dias:
- (i) o Principal e quaisquer juros acumulados e não pagos se tornarão vencidos e exigíveis imediatamente; e (ii) o montante de quaisquer desembolsos adicionais efetuados por conta das Cartas de Crédito irrevogáveis então existentes, ou de outra forma, se tornará devido e exigível assim que fôr efetuado o desembôlso.

Seção 8.03

Suspensão de Desembolsos

Se a qualquer tempo:

- (a) Ocorrer um Caso de Inadimplemento;
- (b) Ocorrer um caso em que a A.I.D. verifique a existência de uma situação extraordinária que torne improvável que o objetivo o Empréstimo seja atingido ou que o Mutuário seja incapaz de cumprir as suas obrigações nos têrmos do presente Acôrdo; ou
- (c) Qualquer desembôlso pela A.I.D. venha infringir as leis que regulamentam a A.I.D.;
- (d) O Mutuário deixar de pagar, quando vencidos, quaisquer juros ou qualquer prestação de Principal ou de efetuar qualquer outro pagamento exigido por força de qualquer outro acôrdo em empréstimo entre o Mutuário ou quaisquer de suas entidades e o Governo dos Estados Unidos ou quaisquer de suas entidades;

(e) Não havendo progresso satisfatório na execução total ou parcial do Programa nos térmos do presente Acôrdo.

Então, a A.I.D., a seu critério, poderá:

- (i) suspender ou cancelar documentos de compromisso emitidos, na medida em que não tenham sido utilizados através da emissão de Cartas de Crédito irrevogáveis, ou através de outros pagamentos bancários que não sob Cartas de Crédito Irrevogáveis, caso em que a A.I.D., em seguida, informará prontamente o Mutuário;
- (ii) recusar-se a efetuar desembolsos que não aqueles previstos nos documentos de compromissos pendentes;
- (iii) recusar-se a emitir documentos adicionais de compromisso

Seção 8.04

Rescisão por Parte da A.I.D.

Após qualquer suspensão de desembolsos em conformidade com a Seção 8.03, se a causa ou causas de tal suspensão de desembolsos não forem eliminadas ou corrigidas dentro de sessenta (60) dias da data dessa suspensão, a A.I.D. poderá, a seu critério, em qualquer época ou épocas subsequentes, cancelar todo o Empréstimo, ou qualquer parte dêle que ainda não tenha sido desembolsada ou sujeita a Cartas de Créditos irrevogáveis.

Seção 8.05

Continuação da Vigência do Acôrdo.

Não obstante qualquer cancelamento, suspensão de desembolso, ou antecipação de reembolso, as disposições dêste Acôrdo permanecerão em pleno vigor e feito legal até o pagamento total do saldo devedor do Principal e de quaisquer juros acumulados em conformidade com o presente Acôrdo.

Seção 8.06

Restituições

Em caso de qualquer desembolso não aprovado por documentação válida, consoante os térmos dêste Acôrdo, ou de qualquer desembolso que não tenha sido efetuado ou utilizado em conformidade com os Termos do presente Acôrdo, a A.I.D., poderá independentemente da disponibilidade ou do exercício de qualquer dos outros cursos legais previstos no presente Acôrdo, exigir que o Mutuário restitua à A.I.D., dentro de trinta dias após recebimento do pedido para êsse fim, o montante de tal desembolso em dólares norte-americanos. Esse montante deverá ser utilizado primeiramente para o custeio de bens e serviços adquiridos para o Programa, objeto dêste, na medida justificada; o restante se houver, será aplicado nas prestações do Principal, na ordem dos seus vencimentos, e o montante do Empréstimo será reduzido pela quantia restante. Não obstante quaisquer outras disposições do presente Acôrdo, o direito da A.I.D., de exigir uma estituição [sic] relativa a qualquer desembolso feito ao amparo dêste Empréstimo continuará em vigor pelo prazo de cinco anos, contados da data de tal desembolso.

Seção 8.07

Despesas de Cobrança

Tôdas as despesas razoáveis feias pela A.I.D., com exceção dos salários de seus funcionários, relacionadas com a cobrança de qualquer restituição ou com quantias devidas à A.I.D., em razão da ocorrência de qualquer dos casos especificados na Seção 8.02 [?], poderão ser debitadas ao Mutuário e reembolsadas à A.I.D., na forma em que a A.I.D. venha a determinar.

Seção 8.08

Não desistência de Recursos Legais.

Nenhuma demora ou omissão no exercício de qualquer direito, poder ou recurso legal que caiba à A.I.D. nos têrmos do presente Acôrdo, deverá ser interpretada como sendo renúncia a qualquer dêsses direitos, poderes, recursos legais.

Seção 8.09

Rescisão ou Suspensão de Desembolsos Referentes aos Estados Participantes.

No caso de o Estado Participante ou qualquer instituição, autarquia ou outra entidade oficial dêsse Estado, deixar de pagar no vencimento quaisquer juros ou qualquer prestação do Principal ou de efetuar outro pagamento devido nos têrmos de qualquer acôrdo de garantia ou qualquer outro acôrdo entre o Estado Participante ou qualquer de suas instituições, autarquias ou outras entidades oficiais e a A.I.D. (ou qualquer de suas entidades antecessoras); ou esteja, de outro modo, em inadimplemento com tal acôrdo; ou tenha deixado de executar qualquer projeto ou programa abrangido por qualquer acôrdo dessa natureza, dentro dos padrões de diligência geralmente aceitos, a A.I.D., poderá, a seu critério, rescindir ou cancelar os desembolsos de qualquer Acôrdo de Liberação de Parcelas pendente e ralativo [sic] ao Estado Participante e recusar-se a efetuar posteriores desembolsos para tal Estado.

Artigo IX

Disposições Gerais

Seção 9.01

Comunicações

Qualquer aviso pedido, documento ou outra correspondência, feito ou enviado pelo Mutuário, Comissão ou A.I.D., nos têrmos do presente Acôrdo, deverá sê-lo por escrito através de carta ou telegrama, cabograma ou [ilegível], e será considerado como entregue, feito ou enviado à parte [ilegível] qual é endereçado quando entregue a esta em mão ou pelo correio, por telegrama, cabograma ou radiograma, nos seguintes endereços: Ao Mutuário: Enderêço Postal: Ministério da Educação e Cultura, Rua da Imprensa, 16, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Telegráfico: MEC, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Postal: Ministério da Fazenda Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Telegráfico: MINIFAZ, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Postal: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Avenida Presidente Antônio Carlos, 375, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Telegráfico: MINIPLAN, Rio de Janeiro, Guanabara.
À Comissão: Enderêço Postal: Travessa Guimarães Natal, 12, Rio de Janeiro, Guanabara. Enderêço Telegráfico: SANDEPEM, Rio de Janeiro, Guanabara.

A A.I.D.: Enderêço Postal: Office of Capital Development and Industry, Agency for International Development, Rua Melvin Jones, 5, 25 andar, Rio de Janeiro, Guanabara.
Enderêço Telegráfico: USAID-ADCD, Amembassy, Rio de Janeiro.

Mediante notificação, outros endereços poderão substituir os endereços acima. Todos os avisos, pedidos, comunicações e documentos apresentados à A.I.D. nos termos do presente instrumento deverão ser redigidos em idioma inglês, salvo se, por escrito, a A.I.D. concordar de outra forma.

Seção 9.02 Representantes

Para todos os fins relacionados com o presente Acordo, o Mutuário será representado pelos titulares efetivos [e?] interinos dos cargos de Ministros da Educação e Cultura, Fazenda, Planejamento e Coordenação Geral, nas suas respectivas áreas de jurisdição; a Comissão será representada pelo titular efetivo ou interino do Coordenador; e a A.I.D. será representada pelo titular efetivo ou interino do cargo de Ministro [ilegível] ou Diretor Assistente para o Desenvolvimento do Capital e Indústria. Essas pessoas terão autoridade para designar, por escrito, outros representantes. Na hipótese de substituição ou de designação de outro representante nos termos deste instrumento, o Mutuário e o MEC deverão enviar uma declaração com o nome do representante e um espécimen de sua assinatura, em forma e conteúdo aceitáveis à A.I.D. Enquanto [ilegível] a A.I.D. não fôr notificada por escrito sobre a revogação da autoridade de qualquer um dos representantes do Mutuário, devidamente autorizados e designados em conformidade com esta Seção, a A.I.D. poderá aceitar a assinatura desse representante ou representantes em qualquer instrumento como sendo prova conclusiva de que qualquer ação efetivada por tal instrumento está devidamente [ilegível] autorizada.

Seção 9.03 Cartas [?] de Implementação

Periódicamente, a A.I.D. emitirá Cartas de Implementação, as quais estabelecerão as normas aplicáveis por força do presente instrumento e com relação à implementação deste Acordo. A A.I.D. consultará préviamente a Comissão antes de estabelecer norma [ilegível] cativamente diferentes dos processos padrão da A.I.D..

Seção 9.04 Notas Promissórias.

Em qualquer época ou épocas em que a A.I.D. o solicite, o Mutuário emitirá notas promissórias ou outras provas [ilegível] dívida relativa ao Empréstimo, na forma e conteúdo e apoiadas em pareceres jurídicos, que a A.I.D. possa razoavelmente solicitar.

Seção 9.05 Cessação do Acordo pelo Pagamento Integral

Mediante o pagamento integral do Principal e de quaisquer juros acumulados, cessarão êste Acôrdo e tôdas as obrigações do Mutuário e da A.I.D. nos têrmos do presente Acôrdo de Empréstimo

Seção 9.06

Normas para Aquisições

Através de mútuo acôrdo, por escrito, entre Mutuário e a A.I.D., os têrmos do presente Acôrdo serão revistos a fim de corresponder às normas para aquisições enunciadas pelo Presidente dos Estados Unidos da América em 31 de outubro de 1969.

E por [ilegível] assim justos e contratados, o Mutuário e os Estados Unidos da América, cada um agindo através de seus respectivos representantes devidamente autorizados, providenciaram para que o presente Acôrdo fosse assinado em seus nomes entregue na data indicada no preâmbulo. – Seguem-se as assinaturas dos representantes: República Federativa do Brasil – Ministério da Fazendo – Por: A. Delfim Netto – Título: Ministro da Fazenda. – Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. – Por: João Paulo R. Velloso. Título: Ministro. Ministério da Educação e Cultura – Por: J. Passarinho – Título: Ministro. Comissão de Administração do Premem – Por: Pery Pôrto. Título: Coordenador. – Banco Central do Brasil – Por: Ernane Galvêas – Título Presidente. – Estados Unidos da América – Por: William W. Ellis. Título: Ministro-Diretor. – De acôrdo – Por: C. Burke Elbrick. – Título: Embaixador dos Estados Unidos da América. Acôrdo de Empréstimo compreendendo trinta e oito fôlhas.

Em apenso está o anexo I sob o título de Descrição do Programa compreendendo doze fôlhas (v. tradução em separado). Por tradução conforme – Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1969.
 – Tradutor Público. – Eu, Adhemar Rocha, advogado, tradutor público da língua inglesa desta cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, nomeado por decreto do Sr. Presidente da República, certifico que me foi apresentado um documento exarado em idioma inglês, a fim de traduzir par ao [sic] vernáculo o Anexo I, o que cumpri em razão do meu ofício e cuja tradução é a seguinte. Tradução:

Anexo I ao Acôrdo de Empréstimo entre a República Federativa do Brasil e os Estados Unidos da América destinado ao Ensino Secundário. Data: 13.11-1969.

Descrição do Programa

I. Objetivos.

O Programa custeado por êste Empréstimo é destinado ao estabelecimento de uma rête integrada de ginásio e colégios polivalentes (com várias finalidades ou comprehensivo) em Estados selecionados, para estabelecer ginásios-modêlo polivalentes nas capitais de outros Estados no Brasil. O Programa dá ênfase a uma variedade de melhorias qualitativas no setor do ensino médio brasileiro. Estas melhorias incluem a construção de escolas especificamente destinadas à promoção do currículo polivalente; o equipamento dos ginásios com o material

educacional e aparelhamento necessários para tornar as instalações e edificações totalmente funcionais; o treinamento de professores e administradores escolares na filosofia e na prática dos ginásios polivalentes e a modernização dos métodos de ensino, incluindo o uso de material e equipamento de ensino e técnicas eficazes para avaliar os rendimentos educacionais. O Empréstimo da AID financiará 50% dos custos do Programa, até o máximo de US\$ 32 milhões. – As escolas a serem desenvolvidas integrarão uma variedade de experiências pré-vocacionais nas artes aplicadas à indústria, ao comércio, economia doméstica e agricultura, com o estudo tradicional de idiomas, estudos sociais, matemática, ciências, artes e educação física. Oferecerão ao estudante um maior número de matérias dentro das múltiplas linhas curriculares planejadas de acordo com as necessidades virtuais da comunidade. O Programa oferecerá igualmente ensino médio para um maior número de jovens brasileiro [sic] através da construção de instalações adicionais e melhoramentos em administração escolar planejados para aumentar o fluxo de estudantes dentro das escolas. As dimensões quantitativas do Programa são aproximadamente as seguintes: Projeto e construção de aproximadamente 276 novos ginásios e 8 novos colégios. Renovação e mudança de orientação de aproximadamente 30 ginásios existentes para cumprir os objetivos e programas polivalentes. Aumento da capacidade estudantil das instalações recém-construídas e renovadas, de aproximadamente 120 mil vagas em turnos simples ou 240 mil em dois turnos. Treinamento e aperfeiçoamento de aproximadamente 23.300 profissionais.

II. Requisitos para os Estados Participantes.

Os Estados poderão habilitar-se para participar do Programa mediante: (a) o estabelecimento, junto às Secretarias de Educação de uma equipe de Planejamento, cuja organização, filosofia e operação sejam satisfatórias ao Mutuário e (b) a preparação de um plano, satisfatório ao Mutuário e à USAID, para a manutenção e desenvolvimento do sistema de ensino médio do Estado correspondendo ao critério de reforma institucional estipulado nas Diretrizes para Escolas Polivalentes da Comissão de Administração do PREMEM. O Plano estadual deve incluir, mas não limitar-se ao seguinte: 1. Declaração de metas. – 2. Projeção de número de matrículas por séries. – 3. Descrição das quantidades e tipos de instalações e edificações necessárias. – 4. Plano para construção de ginásios e colégios polivalentes. – 5. Estudo da reorganização administrativa que fôr necessária para alcançar as metas do Programa. – 6. Análise minuciosa das necessidades de pessoal. – 7. Análise das estimativas dos custos de operação e de investimento de capital. – 8. Estudo da necessidade de alteração de currículos aumentos de salários, aperfeiçoamento de pessoal e fornecimento de livros didáticos. Em aditamento, a fim de habilitar-se para participar do Programa, cada Estado deverá despeser no mínimo 20% da receita total do Estado em 1969, para a educação, e deverá aumentar anualmente suas despesas com a educação (excluindo recursos do Programa) em pelo menos 2% das despesas totais do Estado até que as despesas estaduais com a educação alcancem 30% das despesas totais do Estado. Em reconhecimento da alta prioridade da educação

secundária, o Estado deverá destinar anualmente ao ensino médio pelo menos 40% do aumento dos fundos para educação. Além desses compromissos orçamentários, o Estado deverá ainda fornecer lecais [sic] adequados à construção de instalações escolares a serem financiados pelo Programa.

III. Operação do Programa.

A. Programas Intensivos nos Estados. De acordo com os critérios acima mencionados, quatro Estados foram selecionados pelo Mutuário a fim de participarem do Programa: Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Nesses Estados, o equivalente em cruzeiros de aproximadamente US\$ 54,6 milhões serão utilizados a fim de ampliar a capacidade das escolas secundárias (em dois turnos) em aproximadamente 225.000 estudantes através da construção e o respectivo equipamento de cerca de 257 novos ginásios, 8 colégios e a conversão de 30 instalações existentes da educação secundária para escolas polivalentes. A fim de prover estas escolas com pessoal qualificado, aproximadamente 13.300 professores e administradores receberão um treinamento de nível universitário devidamente aprovado, ou em cursos acadêmicos regulares ou através de programas especiais de treinamento em serviço. As principais faculdades de educação e filosofia ou centros nacionais de preparação de professores em ciências e artes práticas encarregar-se-ão deste treinamento. – Cada Estado efetuará estudos de novos métodos a fim de vitalizar e melhorar o conceito, sequência e conteúdo de todas as matérias ministradas nas suas escolas. A política de admissão avaliação e promoção será revisada a fim de melhorar seus níveis e ao mesmo tempo reduzir as perdas dispendiosas em evasão, reprovação e repetência. Serão também desenvolvidas, de acordo com a filosofia polivalente, atividades extracurriculares e programas comunais de ampliação escolar. 1. O Currículo. O currículo acadêmico tradicional dos ginásios será modernizado em cada Estado a fim de incluir treinamento em uma variedade de artes plásticas, de acordo com as Diretrizes fornecidas pelo Comissão do PREMEM. Mesmo que o total de horas de instrução semanais varie entre 24 e 30 horas de acordo com as legislações e planos estaduais individuais, todos os alunos dos ginásios polivalentes estudarão artes práticas durante um mínimo de quatro horas semanais. Os dois primeiros anos de artes práticas serão programados em bases de revezamento permitindo aos estudantes o conhecimento das diversas áreas de atividades oferecidas pela escola. Durante o terceiro ano, somente uma área de artes práticas será escolhida, e no quarto (último) ano ginásial o estudante continuará nesta mesma concentração ou estudará matérias acadêmicas adicionais. O currículo colegial oferecerá um grande número de horas de estudos acadêmicos ou de especialização em artes práticas de acordo com os planos a serem desenvolvidos pelos Estados uma vez que seus primeiros novos ginásios estiverem estabelecidos e avaliados. 2. Instalações para Ginásios. As instalações de novo ginásio (e colégio) terão uma relação direta com as experiências educacionais do estudante. A maioria das instalações será baseada num projeto modular flexível adaptado às condições locais. O ginásio-modélo acomodará aproximadamente 400 estudantes num só

turno ou 800 no decorrer do dia escolar. Cada escola incluirá salas de aulas acadêmicas, uma sala de trabalho para professores, instalações para o pessoal estudantil e os escritórios administrativos. Além disso, haverá um centro de material curricular bem equipado, laboratórios de ciências, estúdios para artes práticas e/ou educação agrícola, uma unidade de economia doméstica e uma área de artes aplicadas ao comércio, assim como instalações para educação física, atividades estudantis e comuniais [sic]. Tudo será provido de equipamentos e materiais correlatos adequados. – B. Programa Nacional. O programa nacional engloba um conjunto de atividades que são necessárias como base dos programas dos Estados Participantes, mas que estão geralmente além do âmbito ou controle destes. Estas atividades são: Programas de treinamento de curta duração para professores em matérias pertinentes e medologia moderna, assim como uma orientação do conceito e operação do ginásio polivalente. Um programa de demonstração de âmbito nacional dos ginásios-modélo. A aquisição de equipamento de ensino para seis centros de ciências e quatro centros de artes práticas. Treinamento de bolsistas nos Estados Unidos da América a fim de formar especialistas brasileiros treinados e experimentados nos campos relacionados com as metas do Programa. – 1. Treinamento de Professores. Cursos com duração de seis e dez meses serão ministrados a professores de ginásio em outros Estados não participantes. Aproximadamente 8.600 [?] professores que não houverem completado uma educação colegial receberão treinamento em matérias acadêmicas. O término deste treinamento com sucesso, “registrará”, o professor, o nível mínimo de atestação (para licença de ensino). Os diplomados em curso colegião [sic] receberão treinamento em matérias acadêmicas ou em artes práticas. Aproximadamente 2.350 desses professores serão treinados em cursos de dez meses de duração em faculdades de educação ou filosofia aprovadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Todo treinamento de professores dará decidida ênfase no ensino prático, ao uso de bibliotecas, livros didáticos, materiais modernos de ensino e meios modernos de comunicação, assim como a teoria e prática do ginásio polivalente. 2. Ginásios-Modélo nos Estados sem Programas Intensivos. Além do maior ímpeto que o Programa dará ao ginásio polivalente nos Estados selecionados, este tipo de ginásio será construído em cada capital dos outros Estados do Brasil para servir de escola-modélo de demonstração. Espera-se que o estabelecimento de um ginásio polivalente inteiramente integrado em cada Capital contribuirá para o esclarecimento das metas e vantagens do Programa e acelerará a difusão do conceito de polivalência em educação. 3. Equipamento de Ensino de Ciências e Artes Práticas. Seis centros de ensino de ciências patrocinados pelo MEC e quatro centros de treinamento [sic] de professores em artes práticas receberão equipamento para ampliar as atividades de treinamento de professores ajustadas às necessidades dos ginásios polivalentes, tais como equipamento de demonstração científica, kit (coleção de impressos dando informações ou [ilegível] em matérias) para estudantes, diafilmes e livros didáticos. 4. Treinamento de Bolsistas. O treinamento de pós-graduação nos Estados Unidos da América será oferecido até o limite [?] de sessenta brasileiros ocupando posições de liderança educacional relacionadas

ao Programa. Esse treinamento será elaborado em base individual ou de grupo e dará ênfase a técnicas de administração profissional, incluindo educação e demonstração professoral, administração de escolas secundárias, finanças educacionais, pesquisa, provas e medidas, meios de comunicação, orientação e consultas, elaboração do currículo, análises sócio-econômicas da educação e previsão de recursos humanos. Os bolsistas serão selecionados nas entidades educacionais federais e de Estados Participantes, relacionados com o Programa, assim como nas faculdades de filosofia e educação, centros de treinamento de professores e outras instituições importantes ao desenvolvimento educacional do Brasil.

IV. Administração do Programa

A. Generalidades. A Comissão de Administração do PREMEM terá a responsabilidade da supervisão e execução global do [sic] Programação de acordo com o disposto no Decreto número 63.914. Os programas a serem efetuados nos Estado[sic] Participantes serão estabelecidos em Convênios entre êles e o Mutuário, através da Comissão do PREMEM. Tal Convênio estipulará as obrigações e compromissos do Estado; as normas de revisão e avaliação do desempenho do Estado no cumprimento de suas obrigações; diretrizes descrevendo o sistema polivalente a ser estabelecido; e as normas e padrões relacionados com a implementação do programa de construção. O Convênio proverá também sobre a criação de uma Comissão estadual responsável pela coordenação e administração do programa estadual em conformidade com as diretrizes da Comissão do PREMEM. – A Comissão do PREMEM será responsável pela preparação de um Plano de Implementação do Programa. Esse Plano dividirá os programas estaduais es [sic] segmentos específicos que serão financiados por Acordos de Liberação de Parcelas na forma prevista pelo Artigo III do Acôrdo de Empréstimo. Os recursos poderão estar disponíveis dentro do Acôrdo de Liberação de Parcelas após o cumprimento das respectivas condições precedentes ao desembôlso. – A Comissão do PREMEM avaliará o desempenho e o progresso do Estado na execução de suas obrigações, e os obitjevos [sic] [objetivos] estipulados no Acôrdo de Liberação de Parcelas. Tal avaliação será efetuada semestralmente ou conforme a Comissão o determinar, mas em qualquer ripótese [sic] antecedendo o desembôlso por um subsequente Acôrdo de Liberação de Parcelas para um determinado Estado. A Comissão informará à A.I.D. se os compromissos e obrigações do Estado foram adequadamente cumpridos e se os desembolsos por subsequente Acôrdo de Liberação de Parcelas deverão ser efetuados. – B. Quadros de Pessoal de Implementação. Para assegurar o pronto desempenho das metas do Programa, a Comissão do PREMEM será provida de um quadro de pessoal profissional em regime de tempo integral, composto de sete especialistas liderados por um secretário executivo. Esse pessoal deverá possuir habilidades técnicas e administrativas nos setores de educação de professores, currículos e supervisão, administração educacional, análise econômica e engenharia arquitetônica, podendo incluir um advogado e um contador. Suas funções essenciais serão as de prestar assistência à Comissão do PREMEM e aos Estados Participantes na implementação

de planos estaduais e do programa nacional. – C. Assistência Técnica e Serviços de Assessoria. O Quadro do pessoal da Comissão do PREMEM será assistido por assessores educacionais norte-americanos, a serem fornecidos por força de contrato de prestação de serviços de assessoria a ser firmado diretamente entre o MEC e uma instituição educacional norte-americana adequada. Os custos relacionados aos primeiros 24 meses-homem de serviços força deste contrato serão pagos pela de assessoria a serem prestados por A.I.D. mediante doações de fundos. Os custos de serviços a serem prestados além do ano inicial serão passíveis de financiamento pelo Empréstimo da A.I.D. – De acordo com os têrmos do Decreto número 63.914, no máximo 3% do total dos recursos compostos pelo empréstimo da A.I.D. e pela contribuição federal e estadual, poderão ser utilizados pela Comissão para financiar as despesas administrativas da execução do Programa, incluindo as despesas administrativas do PREMEM e das Comissões estaduais. As Comissões contarão com esta percentagem de distribuição dos recursos do Programa para a remuneração de seus membros, funcionários e assessores educacionais, e não com qualquer entidade pública brasileira. – A Comissão do PREMEM contratará uma firma brasileira de engenharia a fim de preparar planos e especificações para as escolas-móvel e aprovar todos os aspectos técnicos do local e trabalhos de construção de cada escola construída pelo Programa.

V. Custo do Programa.

As atividades a serem efetuadas dentro do Programa serão baseadas em um orçamento de US\$ 64 milhões para o desenvolvimento do ensino médio. Os recursos serão fornecidos nas quantias e para os fins indicados, exceto se o Mutuário e a A.I.D. concordarem em contrário. Abaixo encontra-se uma apresentação tabular dos custos estimativos do Programa em milhões de dólares norte-americanos. A. Programas de Estados Selecionados.

	A.I.D.	Estados Participantes e Guanabara		Total
A. Programas de Estados Selecionados			(2)	
1. Construção e remodelação de escolas	23,54	—	11,76	55,30
2. Equipamento para as escolas	—	11,54	—	11,54
3. Treinamento de Professores	7,27	—	—	7,27
4. Treinamento de bolsistas	0,28	—	—	0,28
5. Grupos estaduais de estudos educacionais	—	—	0,24	0,24
Total	31,09	11,54	12,00	54,63
B. Programa Nacional				
Em milhões de dólares (US\$)				
1. Construção de ginásios-modêlo	0,57	1,72	—	2,29
2. Equipamento para ginásios-modêlo	—	0,69	—	0,69
3. Treinamento de Professores	—	2,41	—	2,41
4. Treinamento de bolsistas	0,14	—	—	0,14
5. Equipamento para os Centros de Ciências e Artes Práticas	—	0,47	—	0,47
Total	0,71	5,29	—	6,00
C. Custos Administrativos				
1. Serviços de Assessoria Educacional	0,20	—	—	0,20
2. Serviços de Engenharia (3,33% dos custos estimativos de construção)	—	1,25	—	1,25
3. Assistência Administrativo do PREMEM (3% de US\$ 64 milhões)	—	1,92	—	1,92
Total	0,20	3,17	—	3,87
TOTAL GERAL	32,00	20,00	12,00	64,00

Observações referentes ao quadro apresentado acima: (1) As metas quantitativas do Programa são baseadas em estimativas de custo em cruzeiros (revisadas em setembro de 1968) convertidas em dólares à taxa de câmbio de NCr\$ 4,15 – US\$ 1,00. Enquanto que as estimativas de custo de construção incluem uma margem de 20% para cobrir uma baixa estimada no poder aquisitivo do dólar para construção no decorrer [ilegível] programada de quatro anos, o número efetivo de escolas que podem ser construídas dependerá do curso dos preços em cruzeiro e da compensação da desvalorização do cruzeiro em relação ao dólar

norte-americano. (2) Com exclusão de serviços detalhados de engenharia e serem fornecidos pelos Estados através de recursos próprios ou de outras fontes. (Anexo I compreendendo doze fôlhas.

Por tradução conforme.

Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1969. – Adhemar Rocha Tradutor PÚblico.

ANEXO H
Acervo da biblioteca

01	Soares Lúcio de Castro	<i>A Amazônia</i>
03	Braga, Rubem	<i>A Borboleta Amarela</i>
01	Moisés, Massaud	<i>A Criação Literária</i>
02	Azevedo, Fernando de	<i>A Cultura Brasileira</i>
03	Filho, Hermílio Borba	<i>A Donzela Joana</i>
01	Garrett, A. [Anette]	<i>A Entrevista e seus Princípios e Métodos</i>
03	Veiga, José J.	<i>A Hora dos Ruminantes</i>
06	Perroy E'Doward [Edward Perret]	<i>A Idade Média [3 vols.]</i>
03	Stevenson, Robert Louis	<i>A Ilha do Tesouro</i>
01	Crosby, Muriel [Mauricel Croslen]	<i>A moderna Supervisão do Ensino Primário</i>
02	Andrade, Jorge	<i>A Moratória</i>
06	Macedo, Joaquim Manuel de	<i>A Moreninha</i>
03	Lobato, José Bento Monteiro	<i>A Negrinha</i>
01	Fluegel [J. C. Flugel]	<i>A psicologia da[s] Roupa[s]</i>
02	Moore, Ruth	<i>A Terra em que Vivemos</i>
01	Scheeffler [Scheefer], Ruth	<i>Aconselhamento Psicológico</i>
02	Pagano, Mário [Maria]	<i>Administração de P. e Média Empresa [Adm. De Pequena Empresa]</i>
01	Douglas Harl [Hearl] R.	<i>Administração Moderna de Escolas Secundárias</i>
01	Gomes Pimentel	<i>Adubos e Adubações</i>
03	Braga, Rubem	<i>Ai de Ti, Copacabana</i>
03	Ramos, Graciliano	<i>Alexandre e outros Heróis</i>
02	Ornelas, Alfredo [Ornelas & Liselotte]	<i>Alimentação da Criança</i>
01	Tôrees, A. Di Paravicini [Alcides di Paracicini Torres]	<i>Alimentação das Aves</i>
02	Mc Dowell Grawforde [Crawford], Aleta	<i>Alimentos, Seleção e Preparo</i>
02	Araújo, Jorge Sequeira	<i>Almoxarifes e Almoxarifados</i>
03	Bandeira, Manuel	<i>Andorinha, Andorinha</i>
03	Neto, João Cabral de Melo	<i>Antologia [Poética]</i>
03	Sales, Heriberto	<i>Antologia Escolar de Contos Brasileiros</i>
03	Bandeira, Manuel	<i>Antologia Poética</i>
01	A. Sarnoff Mednick	<i>Aprendizagem</i>
02	Groneman, Chris H. [John Broneman, Chris & Freire]	<i>Artes Industriais</i>
02	Wilber, Gordon O.	<i>Artes Industriais na Educação Geral</i>
02	[s.a.]	<i>Artes nos Séculos [8 vols.]</i>
03	Twain, Mark	<i>As Aventuras de Huck</i>
04	Veríssimo, Érico Lopes	<i>As Aventuras de Tibicuera</i>
01	Nérici, Imídeo G. [Imideo Giuseppe Nericí]	<i>Atividades Extra Classe na Escola Média [Atividade extra-classe na escola]</i>
02	Bernardes & Gouloo	<i>Atlas Contemporâneo</i>
01	[s.a.]	<i>Atlas Cultural do Brasil</i>

	Pawls, P. Geraldo José	<i>Atlas Geográfico</i>
01		<i>Atlas Nacional do Brasil</i>
03	Almeida, Lúcia Machado de	<i>Aventuras de Xisto</i>
02	BSCS	<i>Biologia – (Versão Verde) – Vol.I</i>
02	BSCS	<i>Biologia – Das Moléculas ao homem (2 vols.)</i>
01	[s.a]	<i>Bom Apetite (6 Vols.)</i>
02	Ferri, Mário Guimarães	<i>Botânica I</i>
02	Ferri, Mário Guimarães	<i>Botânica II</i>
02	Dias, Manuel Nunes	<i>Brasil em Perspectiva</i>
02	Bastide, Roger	<i>Brasil Terra dos Contrastes</i>
03	Lima, Jorge de	<i>Calunga</i>
03	Correia, Viriato	<i>Cazuza</i>
03	Palmério, Mário	<i>Chapadão do Bugre</i>
01	Orieux & Leite	<i>Ciências (8 vols.)</i>
02	S. Lago & W. Ens.	<i>Ciências – Vol. II – Zoologia e Botânica</i>
02	Potsch & Ayrton	<i>Ciências Físicas e Biológicas (2 vols.)</i>
02	Oliveira, Dougival Moraes de	<i>Ciências Físicas e Biológicas – I – II</i>
02	Silva, Ayrton Gonçalves da	<i>Ciências para o curso Primário (4 vols.)</i>
02	Frota, Rachel, Ayrton	<i>Ciências para um mundo melhor</i>
03	Veríssimo, Érico Lopes	<i>Clarissa</i>
01	Gagné	<i>Como Aprendemos</i>
01	Couto, Marina	<i>Como elaborar um Currículo</i>
02	Frota, Rachel, Ayrton	<i>Como ensinar Ciências</i>
02	Huggett, Blough Schwartz e outros	<i>Como ensinar Ciências (3 vols.)</i>
01	Morgan, Clifford T. & Deese	<i>Como Estudar</i>
01	López, Emílio Mira Y.	<i>Como Estudar e Como Aprender</i>
02	W. Mônica	<i>Como Fazer Objetos de Cerâmica</i>
01	Meia, J. L.	<i>Como se projecta uma vivienda</i>
02	Tapajós, Vicente	<i>Compêndio de História do Brasil</i>
01	J. B. Herton	<i>Composition Trough Pictures (Vol. Técnico)</i>
01	Garcia, Othon Moacyr	<i>Comunicação em Prosa Moderna</i>
01	Oliveira Lima, Lauro de	<i>Conflitos no Lar e na Escola</i>
07	Barbosa, Osmar	<i>Conheça seu Idioma (7 vols.)</i>
02	Quoist, Michel	<i>Construir o Homem e o Mundo</i>
02	Francis Aloe, Armando & Walle	<i>Contabilidade Comercial</i>
02	Franco, Hilário	<i>Contabilidade Geral</i>
03	Neto, J. Simões Lopes	<i>Contos Gaúchos e Lendas do Sul</i>
03	Filho, Adonias	<i>Corpo Vivo</i>
01	Costa, Benjamin Loureiro da	<i>Criação de Pintos</i>
01	Regan, William B.	<i>Currículo Primário Moderno</i>
02	Penteado, José de Arruda	<i>Curso de Desenho</i>
02	Schmidt, Maria Junqueira	<i>Curso de Educação Moral e Cívica (3 vols.)</i>
01	IBGE	<i>Curso de férias para aperfeiçoamento do professor de geografia do ensino secundário</i>
07	Martignoni, Alfonso	<i>Curso Rápido de Eletricidade</i>
01	Resende, Maria Angela de Faria	<i>De la Langue Aux Idées</i>
02	Carvalho, Benjamin de A.	<i>Desenho Geométrico</i>
02	French, Thomas E.	<i>Desenho Técnico</i>
02	Corali, C.W.	<i>Deuses, Túmulos e Sábios</i>

05	Aulete, Caldas	<i>Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa - Vols. I a V EP MC 2511-2514</i>
01	Porta, Frederico	<i>Dicionário de Artes Gráficas</i>
01	Schultz, Alarich R.	<i>Dicionário de Botânica</i>
01	Joaquim Câmara Jr.	<i>Dicionário de Filologia e Gramática</i>
01	Almeida, Antônio da Rocha	<i>Dicionário de História do Brasil</i>
01	John Cooke, Nelson & Maskus	<i>Dicionário de Rádio, Televisão e Eletrônica</i>
01	Fernandes, Francisco	<i>Dicionário de Regimes e Substantivos</i>
01	Fernandes, Francisco	<i>Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa</i>
01	[s.a.]	<i>Dicionário de Sociologia</i>
01	Fürstenau, Eugênio	<i>Dicionário de Termos Técnicos Inglês-Português</i>
01	Fernandes, Francisco	<i>Dicionário de Verbos e Regimes</i>
01	Suzane Burtin Vinhoses	<i>Dicionário Francês-Português/Português-Francês</i>
01	Amyr Borges Fortes	<i>Dicionário Geográfico Brasileiro</i>
01	Luft, Celso Pedro	<i>Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa</i>
01	Leonel Vallandro	<i>Dicionário Inglês-Português/Português-Inglês</i>
01	Hamilcar Garcia	<i>Dicionário Português-Espanhol</i>
01	Jean Dubois	<i>Dictionnaire du Français Contemporain</i>
01	Aebli, Hans.	<i>Didática Psicológica</i>
01	Weill, Pierre	<i>Dinâmica de grupo</i>
01	Lauro de Oliveira Lima	<i>Dinâmica de grupo</i>
01	Zander & Cartwrite	<i>Dinâmica de grupo</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>Diva</i>
01	Vieira, Márcio Infante	<i>Doenças dos Coelhos</i>
01	Terezinha Passos	<i>É fácil costurar</i>
01	Dixson, Robert J.	<i>Easy Reading Selection in English</i>
01	Teixeira, Anísio	<i>Educação e Mundo Moderno</i>
01	Furter, Pierre	<i>Educação e Reflexão</i>
01	Furter, Pierre	<i>Educação e Vida</i>
01	Kilpatrick, William	<i>Educação para uma civilização em mudança</i>
02	Silva, Adelphino Teixeira da	<i>Elementos de Economia</i>
01	Barondi, Ricardo	<i>Elementos de Zoologia</i>
01	Otávio Domingues	<i>Elementos de Zootecnia</i>
02	Valkenburger, Van, Nooger & Neville	<i>Eletricidade Básica</i>
01	Valkenburger, Van, Nooger & Neville	<i>Eletricidade Industrial Básica (2 vols.)</i>
01	Nóbrega, Vandick L, da	<i>Encyclopédia da Legislação do Ensino (3 vols.)</i>
01	[s.a]	<i>Encyclopédia Delta de História Geral e do Brasil (8 vols.)</i>
01	[s.a]	<i>Encyclopédia Georama (9 vols.)</i>
01	[s.a]	<i>Encyclopédia Tecnirama (10 vols.) EP MC 2497-2501</i>
01	Marques, Juracy C.	<i>Ensinar não é transmitir</i>
02	Catunda, Omar	<i>Ensino Atualizado da Matemática (4 vols.)</i>
01	Carrera, Messias	<i>Entomologia para você</i>
01	Câmara Jr., Joaquim Mattoso	<i>Estrutura da Língua Portuguesa</i>
03	Herculano, Alexandre	<i>Eurico, O Presbítero</i>
01	Casillas, A.L.	<i>Ferramentas de Corte</i>
01	Leo P. Mc Dowell	<i>Ferramentas manuais para madeira</i>
02	[s.a.]	<i>Física – PSSC – (4 vols.)</i>
02	Blackwood, Oswald H. e outros	<i>Física na escola Secundária</i>
02	Máximo, Antônio e Alvarenga	<i>Física v. 1, 2 e 3</i>
01	Cândido, Antônio	<i>Formação da Literatura Brasileira</i>

02	Júnior, Caio Prado	<i>Formação do Brasil Contemporâneo</i>
02	Celso Furtado	<i>Formação Econômica do Brasil</i>
01	Calógeras, J. Pandiá	<i>Formação Histórica do Brasil</i>
03	Pena, Cornélio	<i>Fronteira</i>
01	Springer, Kabil B.	<i>Funilaria Industrial</i>
01	Otávio Domingues	<i>Gado Leiteiro no Brasil</i>
03	Santos, João Felício dos	<i>Ganga Zumba</i>
02	Bolsanello & Van der Brooke	<i>Genética</i>
02	Lacoste, Ives	<i>Geografia do Subdesenvolvimento</i>
01	Nilo, Bernardes	<i>Geografia (3 vols.)</i>
02	Pierre George	<i>Geografia Ativa</i>
02	Dottori, Cloves de Bittencourt	<i>Geografia Dinâmica</i>
02	Antunes, Celso	<i>Geografia do Brasil (2 vols.)</i>
02	Lobo, Haddock	<i>Geografia Humano do Brasil</i>
01	[s.a.]	<i>Geografia e Atlas Ilustrado (6 vols.)</i>
02	[s.a.]	<i>Geografia Ilustrada (2 vols.) EP MC 2638-2641</i>
02	Pierre George	<i>Geografia Industrial do Mundo</i>
02	Castro, Julierme de Abreu e	<i>Geografia para Escola Moderna</i>
02	Leinz & Amaral	<i>Geologia Geral</i>
01	Chevalier, Jean-Claude	<i>Gramaire Larousse du Français Contemporain</i>
01	Cunha, Celso	<i>Gramática do Português Contemporâneo</i>
01	Luft, Celso Pedro	<i>Gramática Resumida</i>
02	Gamov, George	<i>Gravidade</i>
02	Carvalho, Marcelino de	<i>Guia de Boas Maneiras</i>
01	Oliveira, Valdemar de	<i>Higiene e Puericultura</i>
02	Petit, Paul	<i>História Antiga</i>
02	Edward Mac Nall Burns	<i>História da Civilização Ocidental</i>
02	Bello, José Maria	<i>História da República</i>
02	Calmon, Pedro	<i>História do Brasil (7 vols.)</i>
02	Hélio Vianna	<i>História do Brasil (2 vols.) EP MC 2660-2664</i>
01	Pirene, Henri	<i>História Econômica e Social da Idade Média</i>
06	Lage & Moraes	<i>História Fundamental do Brasil (2 vols.)</i>
02	Maior, Souto a.	<i>História Geral</i>
02	Hautecoeur, Louis	<i>História Geral da Arte (6 vols.)</i>
02	Sérgio Buarque de Hollanda	<i>História Geral da Civilização Brasileira (6 vols.) EP MC 2653-2659</i>
02	Filho, Arthur Ferreira	<i>História Geral do Rio Grande do Sul</i>
03	Ramos, Graciliano	<i>Infância</i>
02	Potsch & Ayrton	<i>Iniciação à Ciência</i>
02	Frota, Pessoa, Osvaldo	<i>Iniciação à Ciência</i>
02	[s.a.]	<i>Iniciação à Ciência (2 vols.)</i>
02	Graig, Gerald S.	<i>Iniciação à Ciência</i>
02	Marques, João Queiroz & Sartori	<i>Iniciação Científica</i>
03	Taunay, Visconde de	<i>Inocência</i>
01	Marconi, Francisco A.M.	<i>Insetos Daninhos às Plantas Cultivadas</i>
01	Nerici, Imideo Giuseppe	<i>Introdução à Didática Geral</i>
02	[s.a.]	<i>Introdução à Física</i>
01	Taylor, Charles J.	<i>Introdução à Silvicultura Tropical</i>
02	Battmoore, T.B.	<i>Introdução à Sociologia</i>
02	Besseler, José Van Den	<i>Introdução aos Estudos Históricos</i>

01	Noll, Victor H.	<i>Introdução às Medidas Educacionais</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>Iracema</i>
01	Santos, João Felício dos	<i>João Abade</i>
01	Behmer, Arruda MC.	<i>Lacticínios</i>
03	Tahan, Malba	<i>Lendas do Céu e da Terra</i>
01	Neil, Alexander S.	<i>Liberdade sem excesso</i>
01	Neil, Alexander S.	<i>Liberdade sem medo</i>
01	Kury, Adriana da Gama	<i>Lições de Análise Sintática</i>
01	Richard Musman	<i>Life from the land</i>
01	Cunha, Celso	<i>Língua Portuguesa e Realidade Brasileira</i>
01	Jakobson, Roman	<i>Linguística e Comunicação</i>
01	Allen, W. Stannard	<i>Living English Structure</i>
01	[s.a.]	<i>Longman Structural Readers General (4 estágios: 37 exemplares no conjunto)</i>
03	Andrade, Mário de	<i>Macunaíma</i>
01	Norman Wymer	<i>Man and modern Science – Stage 5</i>
01	Câmara Jr., Joaquim Mattoso	<i>Manual de Expressão Oral e Escrita</i>
01	M. Coutinho dos Santos	<i>Manual de Jardinagem</i>
02	Mello, Nilton Corrêa de	<i>Manual de Técnicas Comerciais</i>
03	Amado, Jorge	<i>Mar Morto</i>
02	Oswaldo Sangiorgi	<i>Matemática Curso Moderno (4 vols.)</i>
02	Bóscolo, Alcides & Castrucci	<i>Matemática Curso Moderno (4 vols.)</i>
01	Papy	<i>Mathematique moderne (v. 1.3.2.5)</i>
01	Moredock & Bradfield	<i>Medidas e Testes em Educação</i>
03	Sabino, Fernando	<i>Cidade Vazia</i>
03	Rêgo, José Lins do	<i>Menino de Engenho</i>
01	Spock, Dr. Benjamin	<i>Meu filho, meu tesouro</i>
01	[s.a.]	<i>Moderna Encyclopédia Pongetti Júnior</i>
02	Thompson, Victor A.	<i>Moderna Organização</i>
03	Veríssimo, Érico Lopes	<i>Música ao Longe</i>
01	Henry P. Buckmann	<i>Natureza e Propriedades dos solos</i>
03	Loewenthal, Hans	<i>Nossa Horta</i>
01	Oliveira, Alaíde Lisboa de	<i>Nova Didática</i>
01	IBGE	<i>Novas Paisagens do Brasil</i>
01	Jakobson Chomsky	<i>Novas Perspectivas Linguísticas</i>
03	A. Alcântara Machado	<i>Novelas Paulistanas</i>
01	Adalberto Prado e Silva	<i>Novo Dicionário Brasileiro</i>
03	Machado de Assis	<i>O Alienista</i>
03	Pompéia, Raul	<i>O Ateneu</i>
03	Cardoso, Joaquim	<i>O Coronel de Macambira</i>
02	Paniel, Jo.	<i>O corpo Humano</i>
01	Mussen, Paul H.	<i>O desenvolvimento Psicológico da Criança</i>
02	Zoe Taralls	<i>O Ensino da Geografia</i>
01	Leite, Mirian Moreira	<i>O ensino da História no primário e no ginásio</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>O Guarani</i>
03	Tahan, Malba	<i>O Homem que Calculava</i>
01	Lauro de Oliveira Lima	<i>O impasse na Educação</i>
03	Queiroz, Rachel	<i>O Menino Mágico</i>
03	Vasconcelos, José Mauro	<i>Meu Pé de Laranja Lima</i>
01	Lessa, Luiz Castro da Silva	<i>O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa</i>

02	David Márcio Rodrigues	<i>O Mundo Atual</i>
02	Aymard, A. e Aubeyer, J.	<i>O Oriente e a Grécia Antiga (2 vols.)</i>
03	Gomes, Dias	<i>O Pagador de Promessas</i>
03	Saint-Exupéry, Antoine du	<i>O Pequeno Príncipe</i>
01	Bord, David K.	<i>O Processo de Comunicação</i>
01	Bruner, Jerome S.	<i>O Processo da Educação</i>
03	Queiroz, Rachel	<i>O Quinze</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>O Sertanejo</i>
01	A. L. Casillas	<i>O Torno</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>O Tronco do Ipê</i>
02	Dourado, Autran	<i>Ópera dos Mortos</i>
02	Pinheiro, Hésio Fernandes	<i>Organização e Reorganização de Serviços</i>
02	Adelphino Teixeira Silva	<i>Organização e Técnica comercial</i>
01	Filho, Lourenço	<i>Organização e Administração escolar</i>
01	H. J. Schmidt & Pereira	<i>Orientação Educacional</i>
03	Sales, Heriberto	<i>Os Belos Contos da Eterna Infância</i>
02	Azevedo, Aroldo de	<i>Os Continentes</i>
02	Lambert, Jacques	<i>Os dois Brasis</i>
03	Camões, Luíz Vaz de	<i>Os Lusíadas</i>
03	Molnar, Ferenc	<i>Os Meninos da Rua Paula</i>
01	Vianna, A. Teixeira	<i>Os Suínos</i>
02	Pierre George	<i>Panorama do Mundo Atual</i>
01	IBGE	<i>Panorama Regional do Brasil</i>
01	Celso Antunes	<i>Pedagogia da Dinâmica de Grupo</i>
03	Jorge Andrade	<i>Pedreira das almas</i>
01	Carpeaux, Otto Maria	<i>Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira</i>
02	Becker, Idel	<i>Pequena História da Civilização Ocidental</i>
01	Holanda, Aurélio Buarque de	<i>Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa</i>
02	Lange, Kurt	<i>Pirâmides, Esfinges e Faraós</i>
01	Otelmo Cláudio Mottin	<i>Prática Agrícola</i>
02	Albaneza & Barreti	<i>Práticas de Comércio</i>
02	Armando Aloe	<i>Prática de escritório e Escrituração mercantil</i>
01	French Adms, Harold & Dickey	<i>Princípios Básicos de Prática de Ensino</i>
01	Câmara Jr., Joaquim Mattoso	<i>Princípios de Linguística Geral</i>
01	Garret, Henry E.	<i>Psicologia</i>
01	[s.a.]	<i>Psicologia Aplicada à Orientação</i>
01	Jersild, Arthur T.	<i>Psicologia da Adolescência</i>
01	Piaget, Jean	<i>Psicologia da Inteligência</i>
02	Sienko & Plane	<i>Química</i>
01	Cinelli, Moacyr	<i>Química Orgânica (2 vols.)</i>
03	Machado de Assis, Joaquim Maria	<i>Quincas Borba</i>
01	Walter Wittich	<i>Recursos Audiovisuais na Escola</i>
03	Ramos, Graciliano	<i>São Bernardo</i>
01	Piaget, Jean	<i>Seis Estudos de Psicologia</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>Senhora</i>
02	Júlio Domingos Pereira e outros	<i>Série Fundamental Polivalente (6 vols.)</i>
01	Shipley, C.M.	<i>Síntese de Métodos Didáticos</i>
03	Gilberto Freyre	<i>Sobrados e Mucambos (2 vols.)</i>
02	George, Pierre	<i>Sociologia e Geografia</i>
01	Griffin, Ivan e outro	<i>Soldagem a Arco</i>

01	Griffin, Ivan e outro	<i>Soldagem Oxiacetilênica</i>
01	Mattos, Luiz Alves	<i>Sumário de Didática Geral</i>
01	Schmidt, Maria Junqueira	<i>Também os pais vão à escola</i>
03	Machado, Maria Clara	<i>Teatro Infantil e Teatro (2 vols.)</i>
02	Ornellas & Lieselotte H.	<i>Técnica Dietética</i>
02	Klein, Tolstoy Claderciano	<i>Técnica e Organização comercial e industrial</i>
02	Pierson, Donald	<i>Teoria e Pesquisa em Sociologia</i>
01	Hilgard, E.R.	<i>Teorias de Aprendizagem</i>
03	Saint-Exupéry, Antoine du	<i>Terra dos Homens</i>
01	IBGE	<i>Tipos e aspectos do Brasil</i>
01	L. M. Bezerra	<i>Trabalhando com grupos na escola primária</i>
01	[s.a.]	<i>Trabalhos Maravilhosos (6 vols.)</i>
03	Alencar, José Martiniano de	<i>Ubirajara</i>
01	Francisca A. Teixeira	<i>Unidade de Trabalho</i>
03	Cândido, Antônio	<i>Vários Escritos</i>
01	John Dewey	<i>Vida e Educação</i>
03	Dourado, Autran	<i>Uma Vida em Segredo</i>
03	Ramos, Graciliano	<i>Vidas Secas</i>
03	Pe. Antônio Vieira	<i>Sermões</i>
01	Antônio da Rocha Almeida	<i>Vultos da Pátria</i>
03	Almeida, Lúcia Machado de	<i>Xisto no Espaço</i>
01	Morandini, Clezio	<i>Zoologia (2 vols.)</i>
02	Lauro, Fritz de	<i>Zoologia em transformação</i>
01	Biblioteca José Olympio EP MC 2666-2671	<i>Biblioteca Científica Life (12 vols.)</i> <i>Biblioteca História Universal Life (12 vols.)</i> <i>Biblioteca Natureza Life (12 vols.)</i> <i>Trevo de Quatro Folhas (5 vols.)</i> <i>O Mundo da Arte (10 vols.) EP MC 2546-2551</i> <i>Ciência Ilustrada (13 vols.) EP MC 2647-2652</i> <i>Conhecer (15 vols.)</i> <i>Medicina e Saúde (12 vols.) EP MC 2629-2637</i> <i>Grandes Personagens da nossa história (4 vols.)</i> <i>Grandes Personagens da História Universal (5 vols.)</i> <i>Encyclopédia Barsa (16 vols.) acrescida de:</i> <i>Novo Dicionário Barsa das Línguas Inglesa e Portuguesa (2vols.)</i> <i>Encyclopédia Familiar de Medicina e Saúde (2 vols.) EP MC 2540-2544</i> <i>Bíblia Sagrada Ilustrada</i> <i>Livro do Ano “Edição 1972”</i>
01	Centro de Leitura Abril	
01	Encyclopédia Britânica	

LEGENDA

Linhas em branco: Estão na relação do Aditivo ao Formulário do Termo Provisório de Exame e Recebimento do Mobiliário e Equipamento Escolar, datado de 15 de julho de 1972 e na listagem da escola de Araguari

Linhas em cinza: Estão apenas no Aditivo ao Formulário do Termo Provisório de Exame e Recebimento do Mobiliário e Equipamento Escolar, datado de 15 de julho de 1972

Obs. em negrito, ex. **EP MC 2540-2544** (que expressa Escola Polivalente Monte Carmelo e a identificação das fotos): constam do acervo da Escola Estadual Professor Vicente Lopes Perez, Monte Carmelo, 2015.

ANEXO I

Leis de criação das Escolas Polivalentes

LEI 5.760 de 14/09/1971. Cria oito Ginásios Estaduais Polivalentes e dá outras providências.

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam criados 8 (oito) Ginásios Estaduais Polivalentes nas cidades de Belo Horizonte, Juiz de Fora, **Uberaba, Uberlândia**, Montes Claros, Teófilo Otoni, Divinópolis e **Patos de Minas**, nos termos do Convênio aprovado pela Resolução nº 925, de 27 de maio de 1970, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Ficam transformados em ginásio da mesma modalidade o Ginásio Estadual Orientado para o Trabalho de Caeté, criado pela Lei nº 5.660, de 26 de abril de 1971, e o Ginásio Estadual Industrial de Pirapora, criado pela Lei nº 3.708, de 7 de dezembro de 1965, em cumprimento do disposto na alínea a da Cláusula Primeira, do Convênio a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único - Em virtude da transformação de que trata o artigo, extinguem-se os cargos criados respectivamente pelos artigos 2º e 3º da leis mencionadas [sic].

Art. 3º - O Poder Executivo fica autorizado a criar ou transformar, outros ginásios e colégios polivalentes, obedecidos os critérios do Anexo I do Convênio de que trata o art. 1º da presente lei, observados os recursos orçamentários próprios e as condições locais para o seu funcionamento, nos municípios para isto indicados.

Art. 4º - A admissão do pessoal administrativo, técnico, docente e auxiliar dos ginásios criados ou transformados por esta lei, bem como dos estabelecimentos que se organizarem nos termos do artigo anterior, far-se-á por contrato, mediante concurso público, obedecidas as normas do Decreto nº 12.863, de 30 de julho de 1970, ressalvada a situação do pessoal efetivo ou estabilizado.

Parágrafo único - O Estado manterá o nível real dos salários dos professores e do pessoal técnico e administrativo dos Ginásios e Colégios Polivalentes, observado o disposto na letra "i" da Cláusula Terceira do Convênio referido no art. 1º.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 14 de setembro de 1961.

RONDON PACHECO

Abílio Machado Filho

Caio Benjamim Dias

Fonte:

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=5760&comp=&ano=1971>. Acesso em 10/07/2015.

DECRETO N° 16.653, DE 15 DE OUTUBRO DE 1974

Cria Escolas Estaduais de 1º Grau.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso X, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 5.760, de 14 de setembro de 1971, decreta:

Art. 1º – Ficam criadas 24 (vinte e quatro) Escolas Estaduais de 1º Grau – 5^a a 8^a série – construídas, na **segunda etapa**, em decorrência do convênio celebrado, aos 19 de fevereiro de 1970, entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC – através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN – e o Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução nº 925, de 27 de maio de 1970, da Assembléia Legislativa, nas cidades de Alfenas, Araguari, Barbacena, Belo Horizonte (Barreiro e Ressaca), Caratinga, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Coronel Fabriciano, Formiga, Governador Valadares, Ipatinga, João Monlevade, Lavras, Manhuaçu, Nanuque, Ouro Preto, Passos, Ponte Nova, Pouso Alegre, Sete Lagoas, Timóteo, Ubá e Varginha.

Art. 2º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. [Grifo nosso]

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 15 de outubro de 1974.

RONDON PACHECO

Abílio Machado Filho

Agnelo Corrêa Vianna

DECRETO 16.654, DE 15/10/1974

Cria Escolas Estaduais de 1º Grau.

O Governador do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 76, inciso X, da Constituição do Estado, e tendo em vista o que dispõe o artigo 3º da Lei nº 5.760, de 14 de setembro de 1971, decreta:

Art. 1º – Ficam criadas 26 (vinte e seis) Escolas Estaduais de 1º Grau – 5ª a 8ª série – construídas, na **terceira etapa**, em decorrência do convênio celebrado, aos 19 de fevereiro de 1970, entre a União, representada pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC – através do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino – PREMEN – e o Estado de Minas Gerais, aprovado pela Resolução nº 925, de 27 de maio de 1970, da Assembléia Legislativa nas cidades de **Araxá**, Campo Belo, Caxambu, Corinto, Conselheiro Pena, Curvelo, Diamantina, **Frutal**, Guaxupé, Juiz de Fora, Itabira, Itajubá, Itaúna, **Ituiutaba**, Mantena, **Monte Carmelo**, Nova Lima, Muriaé, Oliveira, Paracatu, Poços de Caldas, Sabará, Santos Dumont, S. João Del-Rei, S. João Nepomuceno e Três Corações.[Grifo nosso]

Art. 2º – As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 15 de outubro de 1974.

RONDON PACHECO

Abílio Machado Filho

Agnelo Corrêa Vianna

ANEXO J

Corpo de funcionários das Escolas Polivalentes

QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – Polivalentes 2^a e 3^a etapas

	ARAGUARI	ARAXÁ	FRUTAL	ITUIUTABA	MONTE CARMELO
<i>Direção</i>	Heloísa Helena de O. Lobo	José Henrique Nunes	Vera Helena Costa	Sílvio Neves da Silva	Vicentina Naves Fernandes
<i>Vice-direção</i>		Maria Elza de Oliveira		Vera Helena Costa	Marli de Moura Souza
<i>Secretaria</i>		Margarida Pereira Prado		José Luiz Vieira Peixoto	Vânia Maria B. Brugger
<i>Auxiliar de secretaria</i>		Ida Abadia Gumerato Ivanise A. Moura	Urbana Gomes de Oliveira Vivaldo F. Menezes	Etelvina Pereira de Jesus Marta Cury Hanna	Vanderlúcia F. de Oliveira
<i>Auxiliar de biblioteca</i>	Helenita Felicidade Pereira	Elza de Moura Barreto	Aparecida G. Queiroz Zulmira M. D. Azevedo	Aguinair do Carmo Vieira	Teresinha Davi Mendes
<i>Supervisão</i>					Maria Helena F. Cardoso
<i>Orientação educacional</i>		Ariana C. Almeida	Ivone Taglialegna Prado	Geralda M. S. Almeida	
<i>Coordenação pedagógica</i>		Yara Maria Pereira		Terezinha de Fátima Vieira	Maria Helena F. Cardoso

QUADRO DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – Polivalentes 1^a etapa

	PATOS DE MINAS	UBERABA	UBERLÂNDIA
<i>Direção</i>	Jacinto Guerra	Abigail Emília Bracarense Coimbra	Vilma Silveira Mariano
<i>Vice-direção</i>	Joaquim Júlio da Fonseca Filho		Mauro Resende Coelho (dir. adjunto)
<i>Secretaria</i>	Itamar Batista de Castro	Leci Iveni Vieira	José Evaldo Albino
<i>Auxiliar de secretaria</i>			
<i>Auxiliar de biblioteca</i>			
<i>Supervisão</i>			
<i>Orientação educacional</i>			
<i>Coordenação pedagógica</i>	Maria Ângela Mantuano de Souza		Elza de Andrade Ribeiro

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE – Polivalentes 2^a e 3^a etapas

	ARAGUARI	ARAXÁ	FRUTAL	ITUIUTABA	MONTE CARMELO
Língua Portuguesa	Geraldo Tadeu de Araujo	Obs.: em Araxá, não foi possível identificar a disciplina ministrada por cada professor. Ana Maria da Cruz Graça Ribeiro Prado Habib Abud Cabariti José Geraldo Rodrigues	Geny Araújo Pereira (Comunicação e Expressão)		Isaura Gonçalves de Oliveira (Comunicação e Expressão)
	Eliane Franco Moreira Penna				
	Alba Campos de Carvalho				
	Fábio Gomes de Araujo				
Educação Artística					
Educação Física	João Dias Aluízio F. Alves Candido Rodrigues Neuber Heloiza Helena Costa Pinto	Lísio Maurílio de Oliveira Leila Maria Barroso Prado Manoel Marques da Silva Maria Angélica Martins de Oliveira Maria Rosário Ramalho Domingos, Maria de Fátima Ramos de Almeida Neli Terra Múcio Rodrigues Silva Rita Felicione Regina Célia Lanne Reginaldo Guimarães Paulo Afonso Guimarães Ildeu Rodrigues Valdina Maria de Jesus	Ruy Pereira Rosa Zuleica Auxiliadora Guedes	Marialice Resende Giovanni Paulo Sérgio da Cruz	Maria do Carmo Sousa José de L.C. Toledo
Língua Estrangeira	Antonio Eustáquio Silveira (Francês) Nivaldo Alves Ferreira Aluizio Ferreira Alves (Inglês)			José Afonso Guerra Baião (Francês) Anny Conceição de Meira (Francês) Arlete do Carmo Amabile (Inglês) Terezinha Maria de Lima Pereira (Inglês) Marcelo Antonio Batista (Inglês) Ana Maria Baião (Inglês)	
Ciências e Programa de Saúde	Pedro Ferreira Carvalho José Gonçalo Marques Orlandia de Oliveira	Alexandre Alves Júnior José Rodrigues dos Santos	Marlene Pinto Ferreira Wilton Alves Nogueira Maria Geralda de Melo Delson Cândido Barbosa Paulo Fratari Paes Leme	Teresinha de Moura Flávio José Cardoso	

				Geraldo Magela Reis	
	ARAGUARI	ARAXÁ	FRUTAL	ITUIUTABA	MONTE CARMELO
Matemática	Hélio Mudesto Espíndola do Prado João Batista do Nascimento Firmino R. Brasil		Osvaldino Mateus Correa (Matemática) Sérgio Vital Gaudereto (Matemática)		
Geografia	Glein M. de Araujo Lenine Moreira da Silva (Geo-Ciências)		Carmem Balsimonamão Carneiro Eni Trindade de Paula	Valfrido Gonçalves Pereira – ES Sônia Maria Campos – ES	Ricardo Eustáquio de Araújo (Estudos Sociais) Maria Lúcia Vilas Boas (Estudos Sociais)
História	Pedro Buchene Mário Furtado Guimarães (Ciências Sociais)		Carmem Vera Brito Cançado (História) Maria Irany das Neves (História)	Sério de Almeida – ES Marly de Oliveira Caldas – ES	Célia Vieira da Silva
O.S.P.B e Educ. Moral e Cívica					
Técnicas Agrícolas	Valdemar Bernardes Maurício Rodrigues Carneiro		Orlando João Albino	Fradique Nepomuceno de Souza Hugo César de Souza	Milton Oliveira Sousa (Técnicas Agrícolas)
Educ. para o lar	Cleuza Zeli Ferrari Maria da Graça R. Afonso		Elan de Oliveira Maciel Sonia Maria da Silva Stacciarini	Elizabeth Regina Pontes Madalena Lúcia Suavinha Saraiva	
Técnicas Comerciais	João Dias Virginia Olimpia Santos Mendonça Pedro F. D. Sobrinho		Ana Maria Piccinini Valter Eustáquio dos Santos	Hildo Ferreira da Silva Hugo César de Souza	Ângela Maria de Melo Maria da Graça Rosa Lopes
Técnicas Industriais	Vera Angela de Mendonça		Lydia Quintella de Carvalho Inácio Freire de Melo	Geraldo Raimundo da Mata Ana Lúcia da Silva	Isaura Gonçalves (Técnicas Industriais)
Professores de áreas não identificadas					José de Lourdes Carneiro de Toledo; Tânea Maria T. do A. Cardoso; Alice Parreira; Ana das G. C.; Itamar Ribeiro Júnior; João Evangelista Neto; José Darcy Guedes Cavalcanti; José Geraldo de Mesquita; Lúcia de Fátima Teixeira

QUADRO DE PESSOAL DOCENTE – Polivalentes 1^a etapa

	PATOS DE MINAS	UBERABA	UBERLÂNDIA
<i>Língua Portuguesa</i>	Ana Maria Guimarães Amaral Vilma Magalhães Boaventura Maria Helena de Vilhena Queiroz	Eliani de Fátima Assis de Azevedo Lêda Elizabeth de Brito Maria Helena de Lana Ribeiro	Eneida Luidamattos
<i>Educação Artística</i>		Maria Helena Emediato	
<i>Educação Física</i>		Nilson Resende Romilda Pontes Roscoe	
<i>Língua Estrangeira</i>	Antônio Vicente do Amaral (Inglês) Maria Bontempo Mendonça (Francês)	Edília Terezinha M. Machado Borges (Francês) Antônio Neves da Silva Filho (Inglês) Walter Fernandes Pontes (Inglês)	Beatriz (Inglês) Ivanilde (Francês)
<i>Ciências e Programa de Saúde</i>	José Alvimar Ramos Jose Adão Rodrigues Cleuza Francisca de Oliveira	Alexandre José da Costa Neto - CFB Assueru Antônio de Melo – CFB Djanira da Graça Melo - CFB	Claudete
<i>Matemática</i>	Julio Marra de Araujo José Izalino Levenhagers Ferreira Camito Ferreira de Oliveira	Antônio Júlio Sobrinho Célio Roberto Coutinho Pereira Vera Lúcia Pegorer de Oliveira	Henrique Vitor Hugo de Souza
<i>Geografia</i>	Maria Auxiliadora Stussi de Melo Ramos - GC Augusto César de Souza - GC	Maria da Glória Marques Gontijo – GC Ronaldo Augusto Batista - GC	Irineu Antonio Siegler - GC
<i>História</i>	Renato de Almeida Lacerda - CS José Araujo de Souza - CS	Heladir Josefina Borges Saraiva – CS Maria Rosa Oliva - CS	Ana Maria - CS
<i>O.S.P.B e Educ. Moral e Cívica</i>			
<i>Técnicas Agrícolas</i>	Marta Maria Gomes Araujo Geraldo Caixeta da Silva	Daniel de Freitas João Jarbas Fagundes da Silva Reynaldo Garcia Santana	
<i>Educ. para o lar</i>	Neyde Samartano Raymunda Helena Araujo	Ana Lúcia Afonso Silva Cleire Rossi Maria da Graça Cascardo Costa	Magda
<i>Técnicas Comerciais</i>	Lúcia Terra	Consuelo Prado de Azevedo Hélio Borges	
<i>Técnicas Industriais</i>		Maria de Medeiros Zeny Gonçalves de Oliveira	Maria Aparecida Fontes Ribeiro

Legenda:

CS – Ciências Sociais

GC – Geo-Ciências

CFB – Ciências Físicas e Biológicas